

BRUNO SANCHES MARIANTE DA SILVA

**Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de
Assistência (1945 – 1964)**

ASSIS

2018

BRUNO SANCHES MARIANTE DA SILVA

**Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de
Assistência (1945 – 1964)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis,
para a obtenção do título Doutor em História (Área
de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientadora: Profa. Dra. Zélia Lopes da Silva.

Bolsista CAPES/DS.

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

S586a Silva, Bruno Sanches Mariante da
Assistência e modernidade nos boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964) / Bruno Sanches Mariante da Silva. Assis, 2018.
264 f. : il.

Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr^a Zélia Lopes da Silva

1. Assistência social. 2. Legião Brasileira de Assistência. 3. Assistência a menores. 4. Voluntários no serviço social. 5. Modernismo. I.Título.

CDD 368.4




CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964)

AUTOR: BRUNO SANCHES MARIANTE DA SILVA

ORIENTADORA: ZÉLIA LOPES DA SILVA

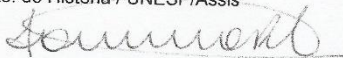
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: HISTÓRIA E SOCIEDADE pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. ZÉLIA LOPES DA SILVA
Depto. de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. ANA PAULA VOSNE MARTINS
UFPR / Curitiba

Profa. Dra. SÍLVIA MARIA FÁVERO AREND
Florianópolis / UDESC

Prof. Dr. ANTONIO CELSO FERREIRA
Depto. de História / UNESP/Assis


Profa. Dra. TÂNIA REGINA DE LUCA
Depto. de História / UNESP/Assis

Assis, 29 de junho de 2018

***“Sonhei que o fogo gelou
Sonhei que a neve fervia
E por sonhar o impossível, ai”
(Chico Buarque, “Outros Sonhos”)***

*Dedico esta tese a todxs professorxs, amigxs e familiares
que me incentivaram e auxiliaram, desde quando esta
tese era ainda um sonho (quase) impossível.*

Agradecimentos

Definitivamente, não foi fácil chegar ao fim dessa jornada. Por mais solitário que seja o caminho da pesquisa e da escrita de uma tese, pude contar com a magnífica ajuda de pessoas muito especiais, a quem gostaria de agora agradecer.

Eu jamais poderia começar os agradecimentos desta tese se não agradecendo à minha mãe. Sinônimo de amor, ao mesmo tempo que é exemplo pleno de dedicação, garra e inteligência, sem iguais. À minha mãe, cuja força e trabalho me alimentaram, me vestiram, me educaram, devo o que sou e o que serei. Se hoje tenho a possibilidade de me tornar doutor, devo a ela. Meu eterno, sincero e humilde agradecimento. Lembrando Maria Bethânia, uma linda paixão que nós dividimos, quero dizer, como ela disse a sua mãe Dona Canô: “Meu canto é teu, minha senhora”.

Quero agradecer também a minha família: meu pai, Claudino, minha irmã, Clarice, minha tia, Evangelina e minha avó, Jane (em memória). Compõem a base de amor e incentivo fundamentais para o meu viver.

Se minha mãe é o exemplo e o incentivo que tenho em casa, na UNESP (minha casa acadêmica desde 2010) encontrei outra fonte de exemplos e incentivos: Zélia Lopes da Silva. Desde de antes de me tornar seu orientando no mestrado, já nutria uma imensa admiração. Quando precisei, já no doutorado, ela me acolheu e me orientou com presteza, exigência e também carinho. Não tenho palavras para expressar tamanha gratidão e orgulho de compor o time que leva o carimbo “Zélia Lopes da Silva” em seus currículos e experiências acadêmicas. Muito obrigado!!!

Não posso deixar de agradecer ao Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira, quem primeiro acolheu e aceitou meu projeto de doutorado. Meu agradecimento pelas orientações iniciais e pela acolhida.

Às Profas. Dras. Ana Paula Vosne Martins e Tania Regina de Luca pelas preciosas leituras e contribuições no exame de qualificação. À Profª Ana Paula agradeço, especialmente, pelo encaminhamento, ainda no começo do projeto, aos Arquivos do Ministério do Desenvolvimento Social em Brasília – DF, cujo acesso foi fundamental para a composição desta tese.

No pedregoso caminho da vida, tenho a glória de poder contar com amigxs queridxs que me suportam (em todos os sentidos) ao longo dos anos. Em especial, quero agradecer à Daniela Reis de Moraes, que, por mais de uma década, tem sido minha primeira leitora, melhor amiga

e até companheira de apartamento. Aos queridos e queridas: Patrícia Diamante, Ester Falaschi, Marcos Xexé, Talita Sauer, Muriel Amaral, José Miguel Arias Neto, Raquel Venegas e Christiane Henriques, pelas incontáveis horas de alegria e apoio, o meu muito obrigado mais especial. Ao Renan Pimentel que acompanhou de perto – e auxiliou grandemente – a construção dessa tese, meu sincero agradecimento.

Desde 2005, quando ingressei no curso de História da Universidade Estadual de Londrina, construiu-se uma bela e vigorosa amizade com Cláudia Souza, Edna Sopelsa, Fernanda Frozoni, Lucia Bambini, Danilo Marques, a quem agradeço pela amizade. Quero especialmente agradecer ao meu parceiro de debates, risos e angústias da pós-graduação, querido amigo, Arnaldo Szlachta.

Preciso agradecer aos meus chefes, Claudia Oliveira, na UNIFIL, e Levi Martins, na FAFIMAN, bem como a todos os colegas de ambos departamentos. Agradeço o apoio e a compreensão quando muitas vezes precisei me ausentar ou estive muito ocupado com a tese.

Mesmo que pouco ortodoxo, quero fazer alguns agradecimentos: à inspiração de Maria Bethânia, ao conforto dos relaxantes musculares, às cervejas da alegria ou do desespero e ao meu terapeuta, Edgar Alvarenga.

À CAPES pelo auxílio financeiro.

O Brasil é um enorme casarão, de sólidas paredes esburacadas e cheio de entulho, com algumas salas de visita bem cuidadas, quando vistas de relance, mas com aposentos internos ainda mais entulhados; de despensa vazia, sem água e sem esgoto. É tanto entulho acumulado, que, muitas vezes, custamos a distinguir, ou mesmo não conseguimos enxergar a boa pedra da sua construção. O que nos cumpre fazer, sem maiores delongas e com espírito de resolução, é imediatamente remover o entulho grosso do casarão, que são as nossas doenças de massa, e dotá-lo gradativamente das condições higiênicas mínimas pondo-lhe água que não existe, o esgoto que falta, para dar aos seus moradores o que de mais elementar existe em higiene.

Mário Pinotti, ex-ministro da saúde e ex-presidente da LBA, 1958.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. **Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964)**. 2018. 264f. TESE (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

RESUMO

O presente trabalho, alinhando-se aos estudos de História da Assistência Social no Brasil, visa analisar as relações tecidas entre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e os discursos acerca da modernidade que ganhavam franco espaço no Brasil no período de 1945 – 1964. O país experimentava um interim democrático e fortes representações acerca da modernização do país e dos costumes. A LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942 no contexto de recrutamento de homens para comporem a Força Expedicionária Brasileira que lutaria na Europa durante a Segunda Guerra, trazendo, portanto, como principal função o amparo às famílias dos soldados que estavam em combate em território europeu. Após a guerra, a LBA (só seria extinta em 1995) passou a dedicar-se unicamente à assistência à infância e à maternidade. Criada pela primeira-dama Darcy Vargas, foi tradicionalmente presidida pelas primeiras-damas brasileiras, acionando o importante argumento do protagonismo feminino nas ações de assistência social, bem como relevantes questões de gênero, que também são examinadas no trabalho. A análise a respeito das ações da LBA pauta-se fundamentalmente no escrutínio de edições do *Boletim da Legião Brasileira de Assistência*, sua publicação oficial fundada em 1945 e encarregada de divulgar preceitos de puericultura, pediatria e cuidados em geral, além das campanhas e ações da entidade. Desse modo, a problemática central na presente tese é acerca das maneiras como a maior instituição de assistência no período relacionou-se com os discursos de modernidade, isto é, tanto num olhar sobre si mesma e sobre suas ações e objetivos, quanto numa atenção “moderna” destinada ao público alvo de suas campanhas, às classes populares. Desse modo, a maternidade e a infância foram forçosamente adjetivadas de modernas e passaram a receber uma atenção significativa para que assimilassem certos padrões chamados modernos e de orientação burguesa.

Palavras-chave: Assistência social. Legião Brasileira de Assistência. Modernidade. Gênero. Puericultura.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. **Assistance and Modernity in the Bulletins of the Brazilian Legion of Assistance (1945 - 1964)**. 2018. 264p. THESIS (Doctorate in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis 2018.

ABSTRACT

The present work, in line with studies on the History of Social Assistance in Brazil, aims to analyze the relations between the Brazilian Legion of Assistance (LBA, in portuguese) and the discourses about modernity that gained space in Brazil in the period from 1945 to 1964. The country experienced a democratic interlude and strong representations about the modernization of the country and its customs. LBA was founded on August 28th, 1942 in the context of the recruitment of men to compose the Brazilian Expeditionary Force that would fight in Europe during World War II, bringing, therefore, as main function the support to the families of the soldiers that were in combat in European territory. After the war, LBA (only to be abolished in 1995) began to focus solely on the child and maternity assistance. Created by the First Lady, Darcy Vargas, LBA was traditionally chaired by the Brazilian first ladies, triggering the important argument of female protagonism in social care actions, as well as relevant gender issues, which are also examined in this work. The analysis of LBA's actions is fundamentally based on the scrutiny of editions of the Bulletin of the Brazilian Legion of Assistance, its official publication, founded in 1945 and charged with the mission of disseminating precepts of childcare, pediatrics and general care, as well as advertise LBA's campaigns and actions, in general. Thus, the central problem in the present thesis is about the ways in which the largest institution of social assistance in the period was related to the discourses of modernity, that is, a reflection at itself and its actions and objectives, as well as "modern" attention and concern destined to the target public of its campaigns, the popular classes. In this way, motherhood and childhood were necessarily characterized as modern and began to receive significant attention to assimilate certain patterns called modern, and from a bourgeois orientation.

Keywords: Social Assistance. Brazilian Legion of Assistance. Modernity. Genre. Childcare

Lista de figuras

Figura 1: Cartaz da campanha “Madrinha do combatente”.	43
Figura 2: Posse de Darcy Vargas em 1951.	67
Figura 3: Fotografia que ilustra matéria sobre o retorno do Corpo de Voluntárias à LBA.	70
Figura 4: Fotografias da terceira viagem de Darcy Vargas ao Nordeste.	75
Figura 5: Matéria sobre o papel das Assistentes sociais.	81
Figura 6: D. Darcy distribuindo presentes no Natal da LBA em 1951	83
Figura 7: Distribuição de leite no Natal da LBA de 1951	83
Figura 8: Dona Darcy recebendo flores de Dona Eloá	88
Figura 9: Crianças em centro de reabilitação no Irã.	94
Figura 10: Cursos Populares de Puericultura.	98
Figura 11: Bênção das 38 chaves de Postos de Puericultura	111
Figura 12: Ministério do Governo JK	116
Figura 13: JK e Mario Pinotti em momento de descontração.	117
Figura 14: Crianças e professoras na inauguração de Brasília.	120
Figura 15: Darcy Vargas distribuindo os presentes de Natal	121
Figura 16: JK e Sarah distribuem presentes no Natal de 1956	122
Figura 17: Sarah Kubitschek na distribuição dos presentes de natal.	122
Figura 18: A família Kubitscheck no Palácio da Liberdade	127
Figura 19: Logo da FPS até a década de 1970.	131
Figura 20: Chegada do primeiro Hospital Volante da FPS em 1956.	132
Figura 21: Hospital-volante da Fundação das Pioneiras Sociais, Rio de Janeiro, RJ.	132
Figura 22: JK e Sarah inauguram o primeiro Hospital Volante da FPS em 1956	133
Figura 23: Sarah discursa na inauguração do Centro de Pesquisas Luisa Gomes de Lemos	134
Figura 24: Sarah inaugura obra em Belo Horizonte,	135
Figura 25: Fotografia intitulada "Toilete na selva"	148
Figura 26: Posto de Puericultura inaugurado em Campina Grande em 1947.	158
Figura 27: Meninos aprendendo um ofício em patronato	164
Figura 28: Meninas aprendendo em curso de trabalhos manuais	164
Figura 29: Fotografia de um Curso de Trabalhos Manuais.	165
Figura 30: Fotografia de um curso de puericultura.	205
Figura 31: Matéria fotográfica demonstrando a maneira correta de se banhar o bebê.	209
Figura 32: Cartaz de campanha educativa da L.B.A.	213
Figura 33: Capa da edição nº.90 de janeiro, fevereiro e março de 1959.	214
Figura 34: Capa da edição nº97 (julho de 1959) do Boletim	216
Figura 35: Fotografia mostrando o processo de esterilização do leite em um lactário.	225
Figura 36: “A mãe tem orgulho de ela mesma amamentar seu filho”	231
Figura 37: Concurso de Robustez Infantil.	237
Figura 38: Meninos trabalhando em indústria rudimentar.	243
Figura 39: Menino indígena ao lado de planta de café.	241
Figura 40: Menina indígena servindo de talheres.	245
Figura 41: Meninas indígenas aprendendo bordado.	246
Figura 42: Pavilhão Nacional sendo hasteado na presença da comunidade indígena.	247
Figura 43: Religiosos e índios em missão no Mato Grosso.	248

Lista de Quadros

Quadro 1: Edições do Boletim da LBA entre 1945 e 1964.	37
Quadro 2: Lista de presidentes da LBA (1945 - 1964).....	53
Quadro 3: Valores de contribuições e débitos dos Institutos de Previdência e da União com a LBA.	55
Quadro 4: Presidentes das CEs em 1946	57
Quadro 5: Presidentes das CEs em empossados 1951.....	69

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Funcionários da CC da LBA em 1947.....	59
Gráfico 2: Incidência de Homens e Mulheres em Cargos na CC da LBA em 1947..	60
Gráfico 3: Percentual de analfabetos no Brasil (1872 – 2009).....	154
Gráfico 4: Transição demográfica brasileira	179

Lista de Abreviações

- CC:** Comissão Central da LBA
- CE:** Comissão Estadual
- CM:** Comissão Municipal
- CRIFA:** Comissão Especial de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas
- DASP:** Departamento Administrativo do Serviço Público
- DNCr:** Departamento Nacional da Criança.
- DNER:** Departamento Nacional de Endemias Rurais
- DIP:** Departamento de Imprensa e Propaganda
- FEB:** Força Expedicionária Brasileira
- FPS:** Fundação das Pioneiras Sociais
- HCE:** Hospital Central do Exército
- IPAI:** Instituto de Proteção e Assistência à Infância
- IPUB:** Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil
- LBA:** Legião Brasileira de Assistência
- SAPS:** Serviço de Alimentação da Previdência Social
- S.H.P.N.:** Serviço de Higiene Pré-Natal

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: A Legião Brasileira de Assistência e o seu <i>Boletim</i> na formação de um modelo de atuação: da Segunda Guerra Mundial às décadas posteriores.....	25
1. O <i>Boletim da L.B.A.</i> : representações da LBA.....	35
2. “Nasceu da guerra. Vive para a paz”: a LBA no pós-guerra.....	48
3. A consolidação da LBA sob a atuação de Darcy Vargas	63
4. O legado de Darcy: primeiro-damismo, assistência e representações de gênero.	84
CAPÍTULO 2: A assistência entre o “dar” e o “educar”: a LBA sob o julgo da modernidade (1955 – 1960).....	92
1. A LBA pós-Darcy: A presidência de Martagão Gesteira (1955 – 1957)	95
2. Abandonando a “idade da pedra dos esforços assistenciais”: a gestão Mario Pinotti (1957 – 1960).	100
3. Pinotti e JK: sanitarismo desenvolvimentista.....	107
4. A presença/ausência de Sarah Kubitschek	123
CAPÍTULO 3: Maternidade nas páginas do <i>Boletim da L.B.A.</i>: natureza feminina, educação e serviço à pátria.	137
1. A maternidade como essência feminina: a naturalização do instinto e amor materno.....	144
2. Educação para mulheres: formação de mães.....	151
3. Trabalho feminino: controvérsias entre o progresso e a proteção infantil.	166
4. A maternidade como missão patriótica: a formadora de cidadãos.....	177
CAPÍTULO 4: Cuidados modernos: puericultura e infância no <i>Boletim da L.B.A.</i>	187
1. A puericultura no Brasil: higienismo e filantropia.....	190
2. A luta contra a “ignorância”: parteiras, curiosas e mães na mira da disciplina.....	195
3. Puericultura e disciplina no <i>Boletim</i>	206
4. “ <i>Brasileirinhos fortes e saudáveis</i> ”: alimentação e amamentação no <i>Boletim</i>	217
5. Estratégias de persuasão e táticas de renitência: os concursos de robustez infantil.	232
6. Políticas para infância: abandono e delinquência infantil na atenção da LBA.	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	250
REFERÊNCIAS	255

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma nova Era na História da Civilização, deixando para trás um Mundo triste e arruinado (Boletim da Legião Brasileira de Assistência, n.18, 1º de março de 1946, p.7)

Nos anos que se seguiram a Segunda Guerra Mundial havia a percepção que vivia-se um mundo completamente diferente. Entre os anos 1950 e 1970, progresso e modernidade tornaram-se expressões constantes nos imaginários e nas falas, tanto de altos governantes quanto da gente do povo - evidentemente, cada grupo guardava suas apropriações e significados próprios para tais expressões. Esse ideário, aparentemente novo, remete a um longo processo que transcorreu desde o início do século XIX, e que fora acentuadamente assinalado por um grande esforço de submissão das sociedades a uma racionalidade modernizante. Esse novo mundo e nova vida eram marcadamente adjetivados: “Moderno, modernidade, modernismo e modernização transformam-se em palavras de ordem no começo do século XX” (MAGALHÃES, 2000, p.20).

Como uma grande hera que granjeia para si um campo propício ao seu desenvolvimento e, assim, se espalha, os preceitos de modernidade também se alastraram e atingiram diversos aspectos da vida cotidiana, mas não sem sofrer resistência. Ciência, educação, forças armadas, política, modos de se vestir, falar, amar, dançar, enfim, a modernidade açambarcava os mais variados elementos da vida em sociedade, inclusive algo bastante tradicional e elementar, como a maternidade. O progresso e a modernidade, no entanto, não alcançavam a todos da mesma maneira. Aqueles e aquelas que ficavam às margens do dito “progresso” recebiam a atenção da assistência, seja filantrópica ou caridosa. Nesse sentido, queremos, no presente trabalho, refletir sobre como as representações da modernidade transformaram – ou não – os modelos de assistência social. Nossa análise centra-se, especialmente, na atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), maior instituição nacional nessa área, e tomamos como fonte sua publicação oficial, *Boletim da Legião Brasileira de Assistência*, no período de 1945 – 1964.

A LBA surgiu em 28 de agosto 1942 no contexto de recrutamento de homens para comporem a Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutaria na Europa, representando o Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, e trazia como missão primaz, num primeiro momento, amparar as famílias dos soldados que estavam em combate na Europa. A instituição originou-se da ação da primeira-dama do país, Darcy Vargas, que trouxe para junto de si o círculo de mulheres influentes na sociedade carioca e brasileira, assim como conclamou a todas as primeiras-damas dos estados e territórios brasileiros a se envolverem na causa, como

voluntárias. O fato é que a iniciativa vigorou frutífera, posto que a instituição atuou no país até 1º de janeiro de 1995, mesmo que entre transformações profundas em seu escopo e ameaças de extinção. O financiamento para o seu funcionamento provinha, até meados dos anos 1960, de um conjunto formado pelo Governo Federal e pelas Confederações da Indústria e do Comércio, desse modo, sua atuação também inscreve-se em uma trajetória histórica de aliança entre o Estado e a sociedade civil para a efetivação da assistência social.

É possível, em linhas gerais, apontarmos que a assistência e o amparo aos necessitados têm sido, historicamente, ligados à religião, em especial ao catolicismo, vinculando-se à ideia de caridade religiosa (SANGLARD, 2015). Esse entendimento sobre a assistência desenvolveu-se, inicialmente e mais efetivamente, na Europa a partir do século XII (MARCILIO, 2006). No Brasil, o amparo aos pobres e necessitados também iniciou-se operado fortemente no âmbito da caridade religiosa, como o exemplo da fundação da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro em 1599, que prestava assistência, física e espiritual, aos desamparados e desvalidos, especialmente, na hora de morte (FRANCO, 2015). Desse modo, até meados do século XX, a assistência ficou marcada, de forma mais significativa, pelas iniciativas particulares e individuais do que por uma política de Estado organizada. Marcílio (2006), cuja obra sobre infância abandonada é uma referência em estudos da área, ressaltou a existência de três fases distintas na trajetória da assistência no Brasil.

A primeira fase, de caráter caritativo, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos – evoluiu para o novo caráter filantrópico, e está presente, a rigor, até década de 1960. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala entre nós o *Estado do Bem-Estar Social*, ou o Estado-Protetor, que pretende assumir a assistência da criança desvalida e desviante. Só a partir dessa fase, a criança tornou-se, na lei, sujeito de Direito, partícipe da cidadania. (MARCÍLIO, 2006, p.132)

Costuma-se apontar, portanto, que no início do século XX no Brasil, a filantropia começara a ganhar abordagens mais racionais, buscando auxílio na medicina preventiva e no higienismo, que popularizava-se (ALVES, 2013, MARCILIO, 2006, SANGLARD et all, 2015). Nesse sentido, a história da assistência no Brasil ficou marcada por uma espécie de aliança entre o Estado e a sociedade civil, tanto a Coroa portuguesa nos tempos coloniais, o Império brasileiro ou a República. Essa coligação se consubstancia em face da vigência de um Estado liberal, que, no que tange à assistência, se apoia, direta ou indiretamente, nas obras de caridade das misericórdias e nas instituições filantrópicas. As relações público-privada

permeiam a história da assistência no Brasil, e a LBA não consubstancia uma exceção, apesar de apontar nuances na relação de política de assistência e assistencialismo.

Nossa análise centra-se, contudo, nas transformações que o discurso de modernidade engendrou nas ações da LBA, especialmente acerca da assistência à maternidade e à infância. Para tal, analisamos a publicação oficial da LBA, o *Boletim da Legião Brasileira de Assistência* (doravante citado apenas como *Boletim*). *Boletim* foi publicado pela primeira vez em janeiro de 1945, quando o Brasil e o mundo ainda estavam vivendo os conflitos finais da Segunda Guerra Mundial. Tratava-se de uma publicação da LBA que, primeiramente, tinha o encargo de facilitar uma comunicação mais efetiva entre os combatentes brasileiros que estavam na Europa e suas famílias que estavam no Brasil. Todavia, a partir de 1946 – já findada a guerra – ele passa a ser o principal canal de divulgação das ações e campanhas da LBA em prol do amparo à maternidade e à infância no Brasil, bem como de representações da própria instituição seus presidentes e corpo diretor.

Ao lidarmos com periódicos enquanto fontes históricas, é capital estarmos atentos a uma grande miríade de questões, como nos aponta Luca (2011). São questões acerca do material publicado, o destaque que é dado a determinados assuntos ou personagens – bem como ao layout e à abordagem escrita –, a linguagem e, sobretudo, o grupo responsável pela publicação, o que pode circunstanciar os múltiplos interesses que envolvem a publicação. Em vista disso, Luca (2011) salienta que, ao tomarmos os impressos enquanto fonte e objeto de pesquisa historiográfica, é necessário proceder, rigorosamente, uma crítica competente dos mesmos, contemplando as questões já apontadas.

Dessa maneira, é necessário destacar que o *Boletim...* é uma publicação bastante inconstante. Em momentos – como da guerra – fora publicado quinzenalmente, posteriormente sua periodicidade passou a ser mensal, e, ao longo do recorte temporal estudado, oscilou entre bimestral, trimestral e até semestral. Há períodos – por vezes longos – em que ele não foi publicado. No total, dispomos de 77 edições no íterim de 1945 até 1964, o que não representa, efetivamente, todas as edições do período, mas cobrem seguramente uma parcela significativa¹.

DADO o interêsse crescente que o “Boletim da L.B.A.” tem despertado nas CC.EE [Comissão Estadual] e CC.TT. [Comissão Territorial] de todo país, e a circunstância de uma publicação trimestral prejudicar a atualidade dos

¹ A LBA foi desfeita em 1º de Janeiro de 1995. Seus documentos – das mais diversas categorias, entre fotos, vídeos, quadros, registros trabalhistas e muitos documentos escritos – permaneceram arquivados no Rio de Janeiro. Por ocasião dessa pesquisa, esse material – ou parte dele - encontrava-se sob a guarda do Ministério do Desenvolvimento Social em Brasília, a quem desde já agradecemos o prestimoso auxílio para o contato com as fontes. No entanto, o arquivo ainda não foi devidamente organizado e, por tal, há lagunas em nosso conjunto de fontes que não foram possíveis de serem preenchidas.

assuntos e reportagens focados, pensou o Serviço de Educação e Divulgação da L.B.A. transformá-lo em publicação mensal, a fim de ficarem mais em dia, no conhecimento público, as múltiplas atividades da Instituição. (*Boletim...*, n.95, abril, maio de 1959, p.1)

A transformação na periodicidade acarretava mudanças no tamanho de cada edição, que no período variaram de 30 páginas até mais de 100. Sobre a tiragem das edições não há qualquer informação nas capas ou nas fichas técnicas nas capas ou contracapas da publicação, bem como *Boletim*, muito raramente, apresentou expediente. Em 1959, *Boletim* apresentou algumas informações acerca de sua tiragem, acompanhadas de uma breve explicação:

BOLETIM DA L.B.A. – Está sendo editado a cada três meses. Até junho, a tiragem vinha sendo de 2.000 exemplares cada número. A partir do terceiro trimestre, a tiragem passou a ser de 3.000 exemplares, devido ao aumento de destinatários, causado pela revisão e atualização da lista de remessas. (*Boletim...*, janeiro, fevereiro, março de 1959, p.22)

Com grande frequência, *Boletim* omitiu a autoria dos artigos e reportagens apresentados. Faz-se necessário destacar que *Boletim* era uma publicação distribuída gratuitamente pela LBA e que, apesar de sua produção se dar na sede central da instituição no Rio de Janeiro, era enviada para as Comissões Estaduais (C.E) e Territoriais (C.T.) por todo o território nacional, conforme pode-se perceber pelas correspondências publicadas nas páginas do informativo. Nesse sentido, também é oportuno apontarmos que não há publicidade nas páginas do *Boletim*, sendo, portanto, sua produção e distribuição custeadas pela própria LBA.

Tradicionalmente, na historiografia o período que se estende entre 1945-1964 é tido como um período democrático, e, por vezes, considerado como *anos dourados*, com maior ênfase para a década de 1950. Tal denominação ocorre em função dos avanços nas ciências, técnicas e estilo de vida, no sentido de se atingir um progresso e uma modernidade, no entanto, também se dá em função de condições e conjunturas políticas.

A posição brasileira na Segunda Guerra Mundial ao lado dos vencedores propiciou um clima de confiança ao país. Com o final da guerra, ideias democráticas ganham força, provocando o fim da ditadura Vargas. Os anos que vão de 1946 a 1964 costumam ser vistos como um período democrático. Comparados aos anteriores e aos imediatamente posteriores, eles delimitam um intervalo de tempo com maior liberdade de expressão. Entretanto, apesar da representatividade formal garantida, das medidas populares tomadas pelo governo e da aparente autonomia dos três poderes, ocorre uma ampliação do poder estatal e se mantêm inabaladas velhas concepções de poder autoritário baseado na figura forte do chefe da nação. (PINSKY, 2014, p.16)

Trata-se, portanto, de um interim de experiência democrática, mas que carregava ainda um aparelho estatal bastante rígido; assim como um período fortemente marcado por transformações nas sociabilidades, tendo em vista a incorporação de novos hábitos e práticas culturais. Optamos, portanto, pela delimitação temporal de 1945 – 1964, uma vez que se inicia com a publicação do primeiro *Boletim* e percorre todo esse período democrático e de preeminência dos ideais de progresso atrelados ao conceito modernidade, ao passo que os sobressaltos na política nacional, como o suicídio de Vargas e a renúncia de Jânio Quadros, impactaram significativamente no funcionamento tanto da LBA quanto de seu *Boletim*.

É importante destacar que algumas áreas do conhecimento tiveram papel capital na construção desse imaginário de modernidade e progresso contínuos, assim como na consolidação de práticas cotidianas ditas modernas. As formas de saber técnico-científico que compuseram, de forma indelével, a base desse paradigma moderno foram “[...] a medicina (normatizando o corpo), a educação (conformando as “mentalidades”) e a engenharia (organizando o espaço).” (HERSCHMANN, 1994, p.13). Nessas áreas, o embate entre o arcaico e o moderno se deu de maneira mais contundente, pois, como aponta Herschmann (1994), era preciso normatizar, conformar e organizar, ou seja, fazia-se imperativo sobrepujar as formas de vivências anteriores. No sentido que Foucault (1979) nos apontou sobre os processos de higienização de hábitos, é inexorável a reflexão de que a construção da modernidade é seguida de uma constante intolerância com o arcaico, o antigo, visto como defasado e perigoso, nocivo.

O Brasil, sem dúvidas, viveu de forma contundente a euforia dos seus *anos dourados* e todos os embates próprios a eles, no sentido de fomentar e desenvolver a sua modernização. A ideia de modernização do país concatenava diferentes formas de atuação, como organizar a população, higienizar as cidades e os costumes e combater a mortalidade infantil. Diversas instâncias da vida social como as migrações internas, o conflito mundial, os novos padrões de consumo, as novas formas de sociabilidade e as novas formas de relações sociais, além de uma produção cultural também dita moderna estão correlacionadas nessa ambição moderna.

Um dos elementos que, mais significativamente, caracterizam esse período é a volumosa migração interna no país. De acordo com Mello e Novais (1997) em três décadas mais de 30 milhões de pessoas se deslocaram pelo país. Com o crescente processo de industrialização das regiões urbanas do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo, um número cada vez maior de migrantes movimentava-se – sobretudo dos estados nordestinos, secularmente castigados pelo clima semiárido e pela pobreza agrícola dele decorrente – para essas regiões mais industrializadas em busca de melhores condições de vida. Mas não apenas os “retirantes nordestinos” se deslocaram, mas os pequenos produtores agrícolas do interior do Brasil,

famílias inteiras que viviam da agricultura de subsistência, também são impelidos pela modernização do campo a migrarem para as cidades, tanto para as cidades mais próximas, pequenos polos regionais, como para as maiores metrópoles.

A esperança de vida melhor era representada por novos empregos e oportunidades de sobrevivência – ou até mesmo de crescimento – junto às novas e modernas indústrias ou postos comerciais que surgiam na vida urbana. Mas a busca desses brasileiros, que compunham, verdadeiramente, uma “sociedade em movimento”, não era apenas pelo emprego urbano e suas possíveis benesses, mas também por todos os deslumbres da sociabilidade e da vivência modernas. O processo de industrialização propiciou mudanças significativas na vida dos brasileiros:

[...] alterando os hábitos e o cotidiano da população, que, deslumbrada e espantada, passou a conviver com um sem-número de novidades. Entre outras coisas, um punhado de eletrodomésticos moderníssimos: máquina de lavar-roupa, grill automático, rádio de pilha, ventilador portátil, enceradeira com três escovas, fogão com visor panorâmico, som estereofônico, TV com controle remoto preso por um fio ao aparelho. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.415-416).

Tendo em vista o apinhado que muitas cidades se tornaram, sem condições de receber a todos, lograva sucesso o higienismo na saúde pública, bem como as práticas da eugenia, isto é, o estudo das características raciais dos grupamentos humanos e as tentativas de controlá-las, por meio de práticas médicas e genéticas visando o aprimoramento da espécie humana². Algumas teses médicas do período também se voltaram para pensar o corpo e a saúde feminina, devido à elevada importância da reprodução humana. Grande preocupação que mobilizava médicos, políticos e, em seguida, setores da sociedade civil era a mortalidade infantil. Segundo Rocha-Coutinho:

A elevada mortalidade infantil, em particular, mostrava-se inaceitável para a sensibilidade das elites urbanas reformistas e incompatível com os anseios republicanos de ordem e progresso, o que alçou a maternidade ao centro dos debates da sociedade. (1994, p.175).

Em nome dessa pugna contra a mortalidade materno-infantil, a medicina moderna logrou franco espaço para se desenvolver, conseqüentemente, a medicalização do corpo

² Segundo Mota, “a ideia do branqueamento da raça torna-se central, devido à posição que era dada eugenicamente para o tipo apontado como ariano”. 2003, p.54. Essa posição pode ser vista em seu ápice na Constituição de 1934 que trazia em seu escopo diversas leis restritivas aos imigrantes, sobretudo, os asiáticos e os de tez preta.

feminino se deu, sobretudo, no momento do parto. Por séculos o parto foi atividade de outras mulheres – as parteiras – e não de médicos. Crescida a importância da reprodução humana e o surgimento de hospitais, a medicina investiu sobre o parto, tomando para si esta função³. É o processo de patologização do corpo feminino e o surgimento da obstetrícia e da ginecologia (MARTINS, 2000, VIEIRA, 2002). Mas não bastava a atenção com a gestação, era preciso incidir também sobre o puerpério, o período transcorrido do momento do parto até oito semanas. Com o passar do tempo, a incidência médica sobre a mulher puérpera e sobre o bebê vai se alongando para um período além das oito semanas, e cada vez maior. A justificativa para essa atuação médica sobre o binômio mãe/filho vai se dar em razão, sobretudo, da crescente oposição entre um saber tradicional – visto como arcaico e perigoso – e o saber científico.

Estabelecendo uma clivagem entre o saber médico e o saber leigo das mães, os médicos desqualificaram qualquer prática ou experiência que não tivesse fundamento científico e profissional. As mães são vistas com desconfiança e culpabilizadas pela mortalidade infantil, mas também são merecedoras da atenção e dos cuidados médicos. Como as crianças, as mães precisam ser educadas e os médicos atribuem a si essa tarefa por meio de um conjunto de práticas e de uma metodologia própria cujo objetivo é, em síntese, a normalização da maternidade (MARTINS, 2008, p.143).

A medicina científica sai dos hospitais e salas de cirurgias e invade os lares, não só por meio dos equipamentos modernos, mas também por uma cientifização dos hábitos e costumes, e com isso sua higienização. O processo de “treinamento” das mulheres se deu, além dos centros de saúde e revistas femininas⁴, também por meio das escolas com as “disciplinas para moças”, ou seja, disciplinas inseridas nos currículos escolares e ditas de interesse feminino. A mãe-cientista é a figura da mãe moderna (FREIRE, 2009). A oposição entre moderno e arcaico se fez presente, impondo uma separação muito clara entre os saberes populares e as práticas médico-científicas, muito bem representadas pela puericultura, que passa a ganhar muito espaço em publicações e em ações governamentais, como a LBA.

Usar e fazer ciência: este seria o novo papel social da mãe moderna. O argumento da modernidade era sistematicamente invocado pelos articulistas para justificar as novas práticas – científicas e racionais – opondo-se àquelas tradicionais, baseadas em costumes, crenças e superstições, consideradas em sua maioria maléficas, seguindo o esquema explicativo da oposição binária

³ Ana Paula Vosne Martins apresenta o desenrolar desse processo histórico em sua tese de doutorado: *A medicina da mulher: visões do feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. Unicamp, 2000.

⁴ Maria Martha Luna Freire (2009) escreve sobre o discurso maternalista nas revistas *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, ambas do começo do século XX; já Carla Pinsky (2014) analisou as páginas de revistas como *Jornal das Moças*, *Querida*, *Cláudia* entre outras na década de 1950.

entre atraso e progresso, instinto e técnica, crença e conhecimento (FREIRE, 2009, p.128).

Portanto, nossa análise, no presente trabalho, está orientada no sentido de compreendermos de que maneiras os discursos acerca da modernidade e do desenvolvimento do país se relacionaram com as ações da LBA. Nesse sentido, analisando as edições do *Boletim da LBA*, encontramos duas perspectivas em que assistência e modernidade parecem se coadunar nas representações da LBA nas páginas de seu boletim: a primeira é o processo de modernização da própria ação legionária, e do modo de fazer assistência. *Boletim* divulgava, por meio de textos e discursos de autoridades, os aspectos modernos de uma nova forma de se fazer assistência. Dessa maneira, caberá uma reflexão sobre as transformações que o discurso de modernidade teria engendrado na estrutura e na ação da LBA. A segunda perspectiva se dá através da elaboração e disseminação de discursos sobre a maternidade e a infância, agora pensados como elementos também modernos e aliados com o esforço conjunto para o progresso nacional. Em ambas as perspectivas os conceitos de modernidade, assistência e gênero se aproximam, como procuraremos demonstrar. E para todas as análises tomamos como fonte principal o *Boletim da L.B.A.*

Tendo em vista que a LBA tratava-se de uma instituição presidida, via de regra, por mulheres, cujo principal escopo de atuação era a assistência à maternidade, é imprescindível que tragamos muito próximo a nossa análise o conceito de gênero. A história, segundo Joana Maria Pedro (2008), foi a ciência que mais tardiamente incorporou a categoria gênero em seu arcabouço analítico. A História estava acostumada a narrar os fatos sempre exaltando os grandes homens. “A história, neste caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história” (PEDRO, 2008, p.181). Para Scott (1990) devemos considerar o conceito de gênero dentro de uma perspectiva de construção social, refutando as explicações biológicas sobre o masculino e o feminino. De acordo com Scott, tomando gênero como uma categoria de análise, é possível refletirmos sobre os papéis social e culturalmente criados e cobrados a homens e mulheres. Nesse sentido, as relações de gênero não podem ser analisadas tomando homens e mulheres isoladamente sem a percepção das relações sexuais em que estão presentes. O conceito de gênero está bastante presente em nossa pesquisa, uma vez que o cuidado e a assistência eram tidos como, essencialmente, aptidões femininas e a maternidade está no bojo da construção do que entendeu-se (ou entende-se ainda) por feminilidade.

Para cumprir o escopo da pesquisa, organizamos o trabalho que se segue em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “*A Legião Brasileira de Assistência e o seu Boletim na formação de um modelo de atuação: da Segunda Guerra Mundial às décadas posteriores*”, apresentamos uma análise do momento inicial da Legião Brasileira de Assistência (1942) e de seu Boletim (1945), apontando o processo de formação e de sua consolidação perante a sociedade brasileira como uma grande instituição nacional de assistência. Nesse período, sua atuação se dava de forma mais dedicada aos brasileiros atingidos pelo conflito mundial, sejam os combatentes e ex-combatentes e/ou suas famílias. Procuramos também demonstrar como esse período constituiu-se fortemente como o momento de elaboração de um modo de atuação da LBA, que será seguido pelos próximos anos. No entanto, apresentamos também as transformações ocorridas por ocasião da reorganização da LBA como um todo, na conjuntura do fim da guerra e do Estado-Novo, o que possibilitou novos arranjos institucionais, bem como novas dimensões para o papel das mulheres na instituição.

No segundo capítulo, “*A assistência entre o “dar” e o “educar”: a LBA sob o julgo da modernidade (1955 – 1960)*”, analisamos mais proximamente o embate travado internamente na LBA sobre a sua política de assistência. Trata-se, propriamente, de um debate instaurado durante as presidências de dois médicos renomados – Raymundo Martagão Gesteira e Mário Pinotti – tendo na presidência da República também um médico – Juscelino Kubitschek – sobre o modelo assistencial realizado pela LBA. Há uma grande incidência de discursos que propugnavam mudanças na instituição, especialmente no sentido de cessar com a atuação assistencialista, para operar uma política mais voltada à educação. No capítulo analisamos os limites dessas transformações, além dos jogos políticos que o cargo da presidente da LBA engendrava no cenário nacional, e a ausência da figura da primeira-dama, Sarah Kubitschek. Observamos também a nítida conotação de que a modernidade na LBA associava-se com a “razão masculina”, numa flagrante oposição à “benevolência feminina”.

No sentido de perscrutar as representações sobre a mulher, especialmente no papel de mãe, no terceiro capítulo, intitulado “*Maternidade nas páginas do Boletim da L.B.A: natureza feminina, educação e serviço à pátria*”, percorremos os anos e as páginas do *Boletim da LBA* para investigarmos as representações e as relações entrelaçadas entre maternidade e modernidade no bojo das ações da LBA e nas páginas do *Boletim*. As práticas e técnicas modernas de como cuidar, banhar, alimentar, vestir, educar e etc. as crianças ganham, paulatinamente, mais espaço nas publicações após o final do conflito mundial. Há um processo de reforçar o papel doméstico feminino, afim de combater o terrível mal nacional que é a mortalidade infantil. A mulher rainha do lar e mãe devotada torna-se a figura mais contundente,

obliterando, muitas vezes, as diferenças sociais e amalgamando todas as mulheres no papel de “mães modernas”.

A LBA, ao longo de todo o período estudado, esteve bastante engajada na promoção da puericultura pelo Brasil. O tradicional e o moderno entram em conflito no que diz respeito aos cuidados com a gestante e com os bebês, e a puericultura revelava-se como a face moderna da maternidade. Desse modo, no quarto capítulo, “*A puericultura e os discursos de disciplinarização dos corpos maternos e infantis*”, analisamos o processo de construção dos corpos de mães e filhos enquanto corpos dóceis. A puericultura incidia sobre a mãe e o filho incorporando conhecimentos e técnicas que permitiam controlar e prevenir diversas doenças, assim como associava-se a práticas modernas, criando medidas higiênicas e normas específicas para as diferentes situações do cotidiano infantil. A alimentação, o banho, o vestuário, as férias, entre outros fatores foram alvo de uma prática de modernização dos costumes, que também se encontra presente nas páginas do *Boletim da LBA*. No entanto, é importante também matizarmos a extensão desse discurso médico racionalizador da puericultura, percebendo que seu alcance podia ser intermediado por táticas e estratégias, como nos apontara De Certeau (1994), mesmo que *Boletim* tente silenciar essas resistências.

Por fim, queremos ressaltar que o período analisado trata-se de um momento da história da saúde no Brasil que pode ser caracterizado como sanitarismo desenvolvimentista (ESCOREL, TEIXEIRA, 2009), uma vez que se partia do pressuposto que o grau de desenvolvimento econômico de um país ou de uma região depende, fundamentalmente, do nível de saúde da população. Dessa forma, os investimentos em saúde pública são sempre justificados em nome do progresso e do desenvolvimento do Brasil, bem como é elaborada e propagada uma série de representações sobre a população pobre, sobre a mulher, a mãe, a criança, o homem etc.

Ao longo de todo o trabalho que se segue queremos trazer muito próxima uma orientação teórico-metodológica que julgamos ser bastante adequada. Trata-se do pensamento de Michael Foucault, que largamente refletiu sobre as estruturas de poder e os modos de subjetivação dos sujeitos. Nosso interesse no conceito foucaultiano de poder é a disciplina, compreendida por Foucault entre as ‘tecnologias de poder’. Foucault interessou-se pela disciplinarização do corpo, sendo este agora fragmentado a fim de que a disciplina possa transformá-lo num corpo útil (FOUCAULT, 1979). Mas também nos valem dos conceitos de tática e estratégia de De Certeau (1994) que nos mostram certa resistência, não violenta, ao poder disciplinador.

Como já apontamos, a assistência ao pobre e ao necessitado está presente na história do Brasil há bastante tempo, passando por transformações. É preciso considerar que no período estudado (1945 – 1964) estamos diante de um momento de inflexão na assistência, ou pelo menos fora representado desse modo em nossas fontes. Nesse sentido, nossa análise do Boletim da Legião Brasileira de Assistência, tendo em vista tratar-se de publicação oficial da maior instituição de assistência no Brasil no período, visa perceber as aproximações e transformações causadas no escopo de atuação da LBA pelo discurso da modernidade e do desenvolvimentismo.

CAPÍTULO 1

A Legião Brasileira de Assistência e o seu *Boletim* na formação de um modelo de atuação: da Segunda Guerra Mundial às décadas posteriores.

A Legião Brasileira de Assistência, maior instituição de assistência social no país, atuou entre 1942 – 1995. Nesse longo período passou por transformações e reestruturações. Desse modo, no presente capítulo, discutimos a formação e consolidação da Legião Brasileira de Assistência (especialmente no período 1942 a 1945) enquanto instituição nacional de assistência, tendo sua atuação, num primeiro momento, voltada aos brasileiros atingidos pelo conflito mundial, sejam os combatentes e ex-combatentes, sejam suas famílias. Já no período pós-guerra, a LBA se reorganizará, mantendo alguns traços do momento anterior, para atender especialmente a maternidade e a infância. Algumas questões, como a influência da primeira-dama, a atuação filantrópica e voluntária, o financiamento corporativo, parecem estar inscritas em uma perspectiva de duração mais alongada.

A criação da Legião Brasileira de Assistência (doravante LBA) deu-se em razão do alinhamento brasileiro às forças beligerantes dos países aliados na Segunda Guerra Mundial e sua entrada no conflito mundial. Instituição, criada e presidida pela primeira-dama do Brasil, Darcy Sarmanho Vargas, tomando como objetivo maior o amparo às famílias dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que com o chamamento para a guerra perderiam temporariamente – em alguns casos, definitivamente – o chefe daquela família, sobretudo em razão de os expedicionários brasileiros terem sido, em sua larga maioria, selecionados a partir de membros oriundos das camadas mais pobres da sociedade.

Discutiremos também a atuação da LBA no período democrático pós-guerra (1946 – 1964), tendo em vista que os anos de guerra formaram um modelo de atuação em assistência social, que seria seguido. No entanto, em determinados momentos da história da instituição alterações significativas em seu escopo de atuação foram propostas, mesmo que nem todas fossem implementadas efetivamente. Desse modo, analisaremos essas permanências e rupturas na atuação da LBA, a maior instituição brasileira de assistência social no período.

A instituição surge da confluência de ações entre o Governo Federal, a Confederação Nacional das Indústrias e a Federação das Associações Comerciais do Brasil. O financiamento inicial para as ações da instituição em todo o Brasil partia da contribuição compulsória de empregados e empregadores, determinada em 1% e 2%, respectivamente, dos salários recebidos e da folha de pagamento. O artigo 1º de seu estatuto⁵ assim preconizava:

⁵ O estatuto da LBA elaborado em 1942 encontra-se em algumas publicações como “Memória da Assistência Social”, caderno comemorativo elaborado pela própria LBA em 1977; e também nas páginas do *Boletim da L.B.A.*. Pesquisadoras como Simili (2008) e Barbosa (2017) valeram-se dos originais do Estatuto para seus estudos. Trabalhos aos quais nos referiremos mais vezes.

A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente LBA, criada aos 28 de agosto de 1942, sob a inspiração das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional de Indústria, é uma sociedade civil, de intuítos não-econômicos, de duração ilimitada e reger-se-á pelos presentes estatutos, pelo regimento interno e pelas instruções e deliberações dos órgãos internos, no âmbito de sua competência (Estatuto da LBA, 1942 apud LBA, 1977, p.29).

Criada no esforço de guerra, a LBA trazia, contudo, um plano de ação mais amplo, abrangendo, especialmente, a proteção à infância e à maternidade, como indica o artigo 2º de seus estatutos:

A LBA tem por finalidade congregar os brasileiros de boa vontade e promover, por todas as formas, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas, tendo em vista principalmente:

- a) Proteger a maternidade e a infância;
- b) Amparar os velhos e desvalidos;
- c) Prestar assistência médica, em todas as modalidades, às pessoas necessitadas;
- d) Favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas;
- e) Contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo particularmente ao problema alimentar e da habitação;
- f) Incentivar a educação popular, inclusive cooperando na criação e no desenvolvimento de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas;
- g) Desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores e promover o aproveitamento racional dos lazes do povo, principalmente estimulando a organização de centros de recreação e cultura;
- h) Auxiliar, sempre que possível, as instituições especializadas cujos objetivos tenham afinidade com os da LBA;
- i) Realizar inquéritos, pesquisas e estudos sobre matérias do serviço social, particularmente as relacionadas com as atividades da LBA;
- j) Organizar cursos e promover todas as formas de propaganda e divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil. (Estatuto da LBA, 1942 apud LBA, 1977, p.29)

Tais funções ficavam destinadas às três instâncias de órgãos da LBA, como previa o artigo 5º de seus estatutos: a Comissão Central (C.C.), as Comissões Estaduais (C.E.) e as Diretorias dos Centros Municipais (C.M.). Logo em seguida, em artigo subsequente, define-se que “A Comissão Central – C.C. compor-se-á de um presidente, um secretário-geral, um tesoureiro geral, um diretor técnico e quatro vogais”. Sobre a liderança da instituição, esse mesmo artigo rezava que “A presidência será exercida pela esposa do presidente da República, e na sua falta, por pessoa de relevo social, reconhecida capacidade e notória dedicação cívica,

eleita pelo Conselho Deliberativo”. Assim, a presença de Darcy Vargas como sua primeira presidente estava amparada nos estatutos da LBA.

Assegurando a relação com o empresariado, os estatutos também estipulavam que “O tesoureiro-geral e o diretor técnico serão indicados pelas diretorias da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria; os vogais serão indicados pelas diretorias da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Confederação Nacional da Indústria, sendo dois de uma dessas instituições”. Ficava, dessa maneira, formado o alto escalão administrativo da LBA, tendo, sua sede na cidade do Rio de Janeiro, capital federal.

Michele Barbosa (2017), ocupando-se detidamente da análise do Estatuto da LBA e de seu organograma, apontou o arranjo corporativo e cooperativista⁶ montado para sustentar as ações da LBA, em especial de sua Comissão Central, que “[...] era composta por Darcy Vargas e outros dois homens, ambos de carreiras corporativas e que exerciam funções públicas bastante reconhecidas à época” (BARBOSA, 2017, p.83). Os homens a quem Barbosa refere-se são, no momento de criação da instituição, Rodrigo Octávio Filho, que ocupara o cargo de Secretário-Geral por indicação da Confederação Nacional da Indústria, e João Daudt de Oliveira, ocupando o cargo de Tesoureiro Geral por indicação da Federação das Associações Comerciais do Brasil.

Evidenciando as questões de gênero que permeavam a estrutura da LBA, Barbosa destacou que “As mulheres foram inseridas numa estrutura política pelo dom natural da feminilidade, por uma suposta experiência naturalizada com os cuidados” (2017, p.84), enquanto aos homens eram atribuídas características diferentes e portanto cargos diferentes:

Os cargos de técnicos especializados e representantes de departamentos na Comissão Central eram ocupados por homens, a maioria deles com seus nomes e funções designados no Relatório Bienal das Atividades da LBA. Suas atribuições são burocráticas, específicas. A eles estavam atribuídos os pareceres técnicos a respeito das decisões para a implantação das estruturas da LBA em todo país (BARBOSA, 2017, p.84)

Barbosa (2017) construiu rica contribuição para as análises acerca da história institucional da LBA, e procurou ressaltar o protagonismo feminino no modelo de atuação criado em 1942, mesmo que condicionado às estruturas das relações de gênero.

A mulher ocupa um lugar de destaque, como líder de uma legião de mulheres dispostas a trabalhar em favor dos que necessitavam de cuidado. Porém, as

⁶ Para melhores esclarecimentos sobre esses arranjos, recomendamos a leitura da tese de Michele Tupich Barbosa (2017).

funções legislativas, técnicas e administrativas deveriam permanecer nas mãos dos homens, por serem aqueles que entendem de questões operacionais e burocráticas. (BARBOSA, 2017, p.83-84)

Nesse sentido, é importante ressaltarmos a atuação de liderança exercida por Darcy Vargas. Dando início às atividades da LBA e a fim de promover a capilaridade de suas ações por todo o país, e não apenas no Distrito Federal, uma das primeiras ações de Darcy Vargas foi emitir uma convocação às primeiras-damas de todos os estados e territórios nacionais para engrossarem o corpo da instituição e divulgarem suas ações. Em telegrama transcrito no jornal *Correio da Manhã*, Darcy Vargas diz:

Visto grandes dificuldades atravessa nosso País, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob égide Federação das Associações Comerciais do Brasil LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Desejando estender todo País benefício esta organização sugerimos assuma nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúda cordialmente – a) DARCY VARGAS (*Correio da Manhã*, 30.08.1942, p.1 apud SIMILI, 2008, p.140)

É significativo notarmos que a LBA nasce numa parceria entre o Estado, o empresariado e o voluntariado feminino. Em seu telegrama, a primeira-dama pontua uma “missão” para as mulheres brasileiras: cuidar e proteger as famílias. Tal afirmativa traz no bojo a concepção de que os cuidados com o outro (sejam os pobres, as crianças, os doentes, os idosos) são predicados femininos. Traz também “o pressuposto de que ‘pobre é coisa de mulher, que tem coração e não de governo, que tem razão’” (Sposati & Falcão, 1989, p.6 apud SIMILI, 2008, p.137), com qual podemos perceber a ideia de complementaridade entre público e privado, masculino e feminino.

Nesse sentido, é importante destacar a formação desse exército da retaguarda, como apontou Ana Paula Vosne Martins (2011, p.16):

A primeira-dama Darcy Vargas agregou mulheres das classes mais privilegiadas do país para compor uma legião de combatentes femininas que, mesmo não indo para o cenário da guerra na Europa, deveriam atuar no Brasil como verdadeiros soldados naquilo que eram capazes de fazer: cuidar dos mais necessitados, principalmente das famílias dos pracinhas.

A organização inicial da LBA contou com o envolvimento direto das mulheres instaladas nas cercanias do poder executivo federal. Simili (2008, p.141) observa que a

distribuição das tarefas e pastas dentro da estrutura da LBA acordava-se com o quadro ministerial do governo de Getúlio Vargas, isto é, “[...] as esposas ficaram incumbidas pelos mesmos setores pelos quais os maridos respondiam na política”. *Correio da Manhã* também abarcou essa questão em suas páginas:

Seção I – Convocados e suas famílias:

a) Exército – Senhora Gaspar Dutra;

b) Marinha – Senhora Aristides Guilhem;

c) Aeronáutica – Senhora Salgado Filho;

Seção II e III – Convocados e suas famílias:

Defesa Passiva - Senhoras Oswaldo Aranha, Marcondes Filho e Henrique Dodsworth;

Seção IV - Convocados e suas famílias:

Defesa das Necessidades das famílias dos pequenos agricultores - Senhora Apolônio Sales

Seção V - Convocados e suas famílias:

Educação do consumidor e do produtor, campanha da borracha, metal e níqueis - Senhora Souza Costa;

Seção VI - Convocados e suas famílias:

Estudantes e crianças necessitadas – Senhora Gustavo Capanema;

Seção VII - Convocados e suas famílias:

Organização de Cursos para comunicação – Senhoras Mendonça Lima e Alcides Etchegoyen;

Seção IX - Convocados e suas famílias:

Colaboradores para seção de propaganda – Senhora Coelho e Reis;

Seção X - Convocados e suas famílias:

Organização de cursos de transporte – Senhora Napoleão Alencastro

Guimarães (*Correio da Manhã*, 01/09/1942 apud BARBOSA, 2017, p.72).

Simili (2008) aponta tal medida como uma estratégia que procurava demonstrar que homens e mulheres estavam unidos no enfrentamento aos problemas da guerra, de modo, que os homens colaboravam com Vargas e as mulheres com a primeira-dama. O argumento de união nacional faz-se presente, constantemente, nas ações e discursos do regime do Estado-Novo de Vargas (1937-1945), de modo que também aparecerá consolidado nas ações da LBA. Todavia, Barbosa (2017) oportunamente observou que nem mesmo os nomes dessas mulheres foram divulgados, apenas de seus maridos.

Essa aliança entre homens e mulheres para lidar com as situações da guerra não se deu apenas nos altos escalões da administração pública e militar, uma vez que tratou-se de organizar uma grande convocação pública, por meio de cartazes e discursos veiculados pela imprensa, para que as mulheres brasileiras aderissem aos projetos da LBA, que dependiam de grande participação popular. Um desses chamamentos públicos está no periódico *Correio da Manhã*.

Na hora da pátria, há lugar para todas. Mesmo aquelas senhoras que além das atribuições de dona de casa tenham obrigações de trabalho podem cooperar com a Legião. Temos lugar para as que possam dispor de todo um dia como temos lugar para aquelas que possam dedicar um pouco de seu tempo apenas, e assim mesmo, no seu próprio domicílio. [...] Assim uma moça que trabalhe fora o dia todo e que à noite queira fazer, em casa, alguma coisa para o Brasil, se inscreverá no setor de costuras, tricô, etc., anotando que trabalhará no seu próprio domicílio; outra, que possa dispor de uma hora por dia, na sede ou nos centros dos bairros, cooperará da mesma forma. (Correio da Manhã, 4.9.1942, p.7 apud SIMILI, 2008, p.144)

O texto publicado pelo jornal tem o cuidado de ressaltar que as tarefas domésticas são obrigações das mulheres, e que o trabalho benemérito/patriótico não interferiria no exercício das mesmas. Há, também, a preocupação em ressaltar que as mulheres poderiam desempenhar funções consideradas “femininas”, como a costura. Sobre esse chamamento das mulheres a se juntarem ao esforço de guerra, a própria LBA, em material publicado posteriormente, tratou de explicar como se davam:

Diversas campanhas permanentes com o objetivo de motivar a consciência nacional para o esforço de guerra e dar forma objetiva a esta mobilização, foram realizadas através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que mantinha uma equipe de comunicadores trabalhando em conjunto com a LBA. As Campanhas enfatizavam principalmente a importância da contribuição da mulher. Pela primeira vez, no Brasil, houve um chamamento da força de trabalho feminina em âmbito nacional. (LBA, 1977, p.8)

Nessa passagem da publicação da LBA, “Memória da Assistência Social” (1977), a instituição destaca que houve uma convocação da força de trabalho feminina em âmbito nacional. No entanto, é preciso que seja explicado que essas mulheres atuavam de forma voluntária, não se pode comparar com a realidade de países como Inglaterra, França e Alemanha, nos quais as mulheres foram chamadas a atuar, de forma significativa, nas indústrias, inclusive as bélicas⁷.

A LBA iniciou sua atuação em 1942 com uma estrutura já bastante larga e ramificada, atuando em variados setores como percebe-se pela organização inicial dos setores da LBA.

Comissão Central	Serviço de Administração
Departamento Assistencial do Distrito Federal	Procuradoria Social
Superintendência dos Serviços Estaduais	Divisão de Assistência à Família
	Divisão de Obras Sociais

⁷ Françoise Thébaud organizou o quinto volume da coleção organizada por Michelle Perrot e Georges Duby “História das Mulheres no Ocidente”, ocupando-se largamente de discutir as implicações do conflitos mundiais na percepção da mulher em sociedade e nas transformações subsequentes de seus papéis sociais.

Divisão de Serviços de Emergência e Complementares	Seção de Colocação e Orientação Profissional
Comissões Estaduais	Divisão de Obras Sociais de Menores
Seção do Pessoal	Divisão de Obras Sociais de Adultos
Seção de Documentação	Registro Civil
Contabilidade e Orçamento	Hortas e Clubes Agrícolas
Comissão de Compras	Costura
Tesouraria	Bandagens
Zeladoria	Corporação de Voluntários
Conselho Técnico	Casos Especiais
Seção Administrativa	Trabalhos Manuais
Seção de Saúde	Serviço de apoio às Forças Armadas
Seção de Subsistência	(LBA, 1977, p.8)

A LBA, capitaneada pela primeira-dama Darcy Vargas, expandiu-se pelo território brasileiro, “recrutou” e engajou milhares de voluntárias nas mais diversas campanhas que a instituição organizou. Faz-se necessário evidenciar que “[...] a forte presença e atuação feminina na instituição, como voluntárias, possibilitaram às mulheres, a escrita de um capítulo importante acerca da História das Mulheres na guerra.” (SIMILI, 2006, p.4)

Nesse sentido, para a mobilização das mulheres e constituição do voluntariado, as campanhas na imprensa foram fundamentais. A propaganda desencadeada produziu seus frutos porque milhares de mulheres inscreveram-se nos cursos oferecidos e, após frequentá-los, transformam-se em voluntárias da LBA. Surgem as voluntárias da defesa passiva-antiáerea, as voluntárias da alimentação, as visitadoras e educadoras sociais, as samaritanas socorridas, dentre outras (SIMILI, 2006, p.4).

Refletindo sobre a presença e a participação das mulheres nos combates bélicos, a historiadora francesa Françoise Thébaud analisou os impactos causados nas experiências femininas pelas guerras mundiais. A política e, por conseguinte, a guerra ocupam o centro da esfera pública, representada como o espaço masculino por excelência⁸, como bem apontou Perrot (2005). A esfera privada, cujo centro é o lar, é identificada com o feminino. Na representação das guerras, as mulheres aparecem através de alegorias: “[...] a Vitória, a viúva triste, excepcionalmente a mãe que amaldiçoa a guerra” (THÉBAUD, 1995, p.31).

É relevante salientar que grandes conflitos bélicos envolvem toda a população das nações beligerantes em disputa, tanto homens e mulheres, crianças e idosos; seja pela participação belicosa ativa – em sua maioria reservada aos homens – ou pela atuação na

⁸ As representações sobre masculino e feminino são historicamente construídas na longa duração. Marte, o deus romano da guerra, é representado por um homem armado com lança e escudo, enquanto Vênus, deusa do amor e da beleza, por uma jovem mulher; demarcando, claramente, representações sobre o masculino e o feminino. As guerras e suas batalhas, lugares máximos da agressividade humana, foram por séculos eventos majoritariamente masculinos – é bastante recente a efetiva incorporação feminina na estrutura militar. (QUEIROZ, 2015).

retaguarda da guerra, isto é, junto à população nacional, muitas vezes no sentido de proteger o país e mitigar os danos e sofrimentos acarretados pela guerra. Nesse sentido, queremos pensar, assim como Thébaud, algumas questões:

Que fazem as mulheres dos países beligerantes na Guerra? Que foi feito delas? Não afetará a Guerra, diferentemente a um e a outro sexo? Seria a guerra apenas luto e sofrimento? Não será ela também, pela ruptura da ordem familiar, social, uma possibilidade de abertura de novas atividades, vivências e experiências para as mulheres? (THÉBAUD, 1995, p.32)

Tendo em vista que, no Brasil, o destacamento de homens para a composição das forças de guerra foi em número mais reduzido do que nas nações europeias, a solicitação de mulheres para os campos de trabalho também o foi⁹. No entanto, elas foram conclamadas a ocuparem, sobretudo, postos na assistência e filantropia. É nesse contexto que se cria a Legião Brasileira de Assistência, instituição voltada ao auxílio amplo às famílias dos soldados em combate na Europa, cujo corpo técnico era ocupado por mulheres.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, do ponto de vista militar, encontra significativa presença em de estudos na historiografia¹⁰. Desse modo, já foi bastante discutida a posição inicial hesitante e pendular que Getúlio Vargas promovia entre as forças do Eixo e os países aliados, bem como é largamente difundida a tese de que a entrada brasileira ao lado dos Estados Unidos, após o ataque a *Pearl Harbor*, se deu em face de acordo de Vargas com o governo estadunidense para a construção da Usina Siderúrgica Nacional em Volta Redonda por meio de um empréstimo financeiro (FERRAZ, 2012; PINHEIRO, 2013)

Em 1943, após o anúncio da entrada do Brasil na guerra, o governo criou a Força Expedicionária Brasileira (doravante chamada FEB), composta por uma divisão de exército e um grupo de caça da força aérea. A formação da FEB não era consenso no Brasil, uma vez que

⁹ Há significativos trabalhos, tanto na área da Enfermagem quanto na História, sobre a participação das enfermeiras brasileiras nos campos de guerra. Em especial destacamos: OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do rio de janeiro: Escola de Enfermagem Ana Nery, 2007; CYTRYNOWICZ, Roney. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a 2ª Guerra Mundial. História, Ciências e Saúde [periódico online] 2000; 7(1):73-91.

¹⁰ FERRAZ (2012) afirma que a historiografia pouco ocupou-se da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Talvez a atenção tenha sido redobrada mais recentemente, uma vez que é possível encontrarmos, além de tradicionais livros memorialísticos de ex-combatentes, teses e dissertações que abordaram a temática. Apontaremos algumas obras que nos serviram para a reflexão: HENRIQUE, Heitor E. A Participação de um país periférico numa guerra moderna: a FAB na Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em História), Maringá: UEM, 2014. LOCASTRE, Aline. V. **Seduções impressas**: a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempo de Segunda Guerra Mundial. TESE (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2017; MAYNARD. Andreza Santos Cruz. **De Hollywood a Aracaju**: a Segunda Guerra Mundial por intermédio dos cinemas (1939-1945). Tese (Doutorado em História). Assis: Unesp, 2013.

altos generais do exército se opunham ao alinhamento aos Aliados. Era também vista com ressalvas por estadunidenses e ingleses, que viam dificuldade em integrar as tropas brasileiras, com sucesso, ao esforço de guerra, em razão de deficiência bélica brasileira. Entretanto, a partir de junho de 1944, foram enviados para o teatro de operações dos Aliados na Itália 25.334 combatentes brasileiros, “[...] constituindo a única força combatente da América Latina no continente europeu, durante a Segunda Guerra Mundial” (FERRAZ, 2012, p.21).

Para entendermos também o impacto dessa mobilização sobre a retaguarda, isto é, sobre as forças militares e civis que permaneciam no país durante o tempo de guerra, é preciso esclarecermos como a FEB foi composta. O historiador Francisco Ferraz (2012), em sua obra sobre a reintegração social dos veteranos da FEB, nos mostra como esses mais de 20 mil brasileiros foram selecionados para integrar a força militar brasileira nas campanhas da Segunda Guerra Mundial. Assim, o autor destaca as condições do Exército brasileiro naquele momento:

Em termos de material humano, o Exército regular refletia os problemas econômicos e sociais do país. Os soldados eram recrutados nas classes mais pobres da sociedade. Alguns dos recrutados viam na instituição militar a garantia de um emprego, refeição, abrigo, que não teriam certeza de obter em outro lugar. O analfabetismo imperava nas tropas. A alimentação e a higiene nos quartéis eram muito ruins, contribuindo para a disseminação de doenças. Os soldos, em geral, eram baixos se comparados com o custo de vida, e era comum atrasarem meses, até anos. Como consequência indireta dessa situação, a vida social dos soldados e de suas famílias gravitava em torno dos quartéis (FERRAZ, 2012, p. 55-56)

A constituição da FEB e do corpo de combatentes brasileiro na Itália refletiria diretamente na LBA, uma vez que os combatentes e suas famílias formavam o alvo mais direto das ações da assistência promovida pela Legião, durante e após a guerra. Visto que foram enviados para o combate em solo europeu, sobretudo, jovens oriundos de famílias pobres, é preciso destacar que muitas dessas famílias ficaram sem o seu sustento, além de que quando esses jovens voltam, muitos não encontram uma recolocação em postos de trabalho, agravando a penúria das famílias¹¹.

Assim, a partir de Junho de 1944 os combatentes encontravam-se em solo europeu. Em 1945, a LBA criou uma publicação periódica oficial, o *Boletim da L.B.A. – Especial para os*

¹¹ Francisco Ferraz apresenta a triste constatação de que ex-combatentes da FEB morreram em situação de rua no interior de São Paulo. São casos que só se descobriu tratar-se de “pracinhas” brasileiros ao se encontrar documentos entre os pertences dos falecidos, até então tratados como indigentes. As observações de Francisco Ferraz são reveladoras de como as medidas de readequação social não foram satisfatórias. Em sua obra, o historiador aponta que a dificuldade de adaptação pós-guerra não foi apenas dos combatentes civis que foram incorporados à FEB, mas também dos militares tendo em vista a desconfiança e disputas internas no próprio Exército brasileiro (FERRAZ, 2012).

Expedicionários, para melhor divulgar suas campanhas e aperfeiçoar a comunicação entre os “pracinhas” e suas famílias e o país como um todo. Desse modo, a nossa reflexão sobre a atuação da LBA e de seu boletim no período final do conflito mundial cumpre o propósito de analisarmos e compreendemos o surgimento de um modelo de atuação da LBA, bastante calcado na atividade das mulheres voluntárias, da mesma maneira que tinham a mulher brasileira como principal alvo das ações legionárias, uma vez que as ações da LBA centravam-se em um amparo à “família”.

1. O *Boletim da L.B.A.*: representações da LBA.

O *Boletim da L.B.A. – Especial para os Expedicionários* é uma publicação informativa da instituição, cujo primeiro número fora publicado em janeiro de 1945, anunciando ter como objetivo:

Um só: ser útil a vocês. Levará mensagens dos seus parentes e amigos; informará sobre coisas da nossa terra e da nossa gente e, sobretudo, o que as populações da retaguarda fazem, de concreto, em prol dos que está se batendo por um mundo novo e melhor. É mais uma iniciativa da L.B.A. Este **Boletim** é de vocês, expedicionários do Brasil. (*Boletim...*, n.1, janeiro de 1945. p.1, grifo no original).

De acordo com o que é publicado em suas páginas, o objetivo maior do *Boletim* seria, propriamente, a comunicação dos expedicionários com a pátria e seus entes queridos, como destacado no excerto da primeira página da edição número 1 da publicação, acima citado. Forçoso esclarecer que a linguagem do *Boletim*, em 1945, é dirigida diretamente aos expedicionários brasileiros, por isso emprega com frequência o pronome “vocês” em seus textos. Barbosa (2017) sobre essa publicação afirmou que “Muito do que foi realizado pela LBA pode ser analisado por intermédio dessas publicações e, apesar de iniciar em 1945, é possível conhecer a atuação da instituição desde sua criação, uma vez que algumas das ações iniciais também foram publicadas nos Boletins” (BARBOSA, 2017, p.171). Em sentido semelhante está a análise de Simili:

Durante o período de permanência dos soldados na guerra, as estratégias assistenciais, tendo em mira os soldados, também se modificam. Nesse sentido, adquire clareza a criação do *Boletim da Legião Brasileira de Assistência – Especial para os Expedicionários*, em 1945, que passou a ser o “órgão oficial de divulgação” da instituição e de comunicação entre a presidente, a instituição e os soldados. (SIMILI, 2008, p.174)

Não apenas em 1945, quando ainda dos acontecimentos da guerra e da presença militar brasileira em solo italiano, *Boletim* permanecerá sendo publicado ao longo dos anos, mesmo que reformulado. Desse modo, no Quadro 1, sintetizamos as 77 edições (1945 – 1964) que analisamos ao longo deste trabalho. Uma das principais questões que precisa-se apontar de imediato é a periodicidade bastante inconstante do *Boletim*. Em 1945, *Boletim* inicialmente era mensal; a partir de março de 1945 passou a ser quinzenal, com uma exceção em agosto, mês no qual foram publicadas 3 edições em razão do festivo regresso dos “pracinhas” brasileiros. *Boletim* não foi publicado nos meses de novembro e dezembro de 1945 e retornou apenas em 1946, já com outro formato e outro propósito tendo em vista o novo cenário da conjuntura nacional e o novo escopo de atuação da LBA. Ao longo dos anos *Boletim* fora publicado mensalmente, bimestralmente, trimestralmente e até semestralmente.

O conjunto de edições do *Boletim da L.B.A.* que possuímos para análise é lacunar, em função também, de que ainda não se procedeu um devido inventário e processo arquivístico com o acervo da LBA, até então depositado no Arquivo do Ministério do Desenvolvimento Social em Brasília, Distrito Federal.

Destarte, *Boletim da L.B.A.*, em suas 77 edições consistirá a principal fonte de análise desta tese, sendo escrutinado no sentido de averiguarmos a atuação da LBA ao longo do período delimitado, e os modelos de assistência empregados. É preciso, todavia, salientarmos desde então que *Boletim* é a publicação oficial da LBA no período, servindo de grande canal comunicador de suas ações e suas intenções. Dessa maneira, entendemos que a publicação promove determinadas representações sobre a LBA e suas campanhas e ações assistenciais. Representações que intentamos deslindar ao longo do texto.

Desse modo, é preciso que deixemos clara a categoria conceitual de que estamos, ou seja, esclarecer que entendemos representações como um conjunto de práticas discursivas, construidoras – e construídas – de determinado universo simbólico, compartilhado pelos sujeitos de um grupo ou de uma coletividade. É sempre necessário questionar a quem servem as representações, as imagens criadas, pois elas podem servir como instrumentos de controle social. Assim, para o historiador francês Roger Chartier, as representações:

São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p.17)

Quadro 1: Edições do *Boletim da LBA* entre 1945 e 1964.

Boletins da LBA (1945 - 1964)														
Ano	1945	1946	1947	1951	1952	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1963	1964
NÚMEROS	1	18	22	63	74	80	81	85	90	94	103	107	109	114
	2	19	23	64	75		82	86	91	95	104	108	110	
	3		24	65	76		83	87	92	96	105		111	
	4		25	66	77		84	88	93	97	106		112	
	5		26	67	78			89		98				
	6		27	68						99				
	7		28	69						100				
	8		29	70						101				
	9			71						102				
	10			72										
	11			73										
	12													
	13													
	14													
	15													
	16													
	17													
Total	17	2	8	11	5	1	4	5	4	9	4	2	4	1

De modo geral, *Boletim*, em 1945, servira para a comunicação entre os soldados e a pátria, mas também para a divulgação e propaganda das ações da LBA, em especial suas campanhas que necessitavam da mobilização popular. A produção dos boletins ficara sob a chefia de Lobivar Matos, poeta, escritor e jornalista, que também assinava uma coluna intitulada “*No front interno*”, na qual o jornalista comentava a situação da guerra, as ações da LBA e respondia questões dos leitores. Após 1946, quando a LBA e *Boletim* são reformulados, não há informações sobre expediente ou redator-chefe. Algumas edições trazem um organograma da LBA, mas sem referência direta aos responsáveis pela produção do *Boletim*.

As edições do *Boletim* em 1945 possuem em média quatro folhas (frente e verso), em formato tabloide (metade de um jornal standard), padrão bastante utilizado em publicações populares e de fácil distribuição. Como não há nenhuma anotação sobre preço, e julgando pelo fato de que deveria ser uma ferramenta de fácil comunicação, entende-se que *Boletim* era de distribuição gratuita. Após a reformulação, passam a ser brochura, em formato 18,5x27,5, no entanto o número de páginas oscilará bastante, desde aproximadamente 30 páginas até boletins com quase 100 páginas.

Os textos apresentados são, em geral, curtos, quando longos não se apresentam inteiramente em uma mesma página, sendo concluído em páginas subsequentes, e há grande variedade de assunto em uma mesma página, podendo abarcar política nacional, notícias de artistas do rádio e ações da LBA. É bastante comum o uso de imagens. É fundamental

apontarmos que em cada edição do ano de 1945, de três a quatro páginas são dedicadas inteiramente às mensagens enviadas pelas famílias aos expedicionários, voltaremos a essas mensagens mais à frente para análise adequada.

A primeira página da primeira edição (janeiro de 1945) é bastante reveladora das formas de ação e do que se fará publicar no *Boletim* ao longo das edições de 1945. Há dois retratos em destaque, um em cada lateral da página. Na parte esquerda está a figura de Getúlio Vargas com a faixa presidencial ladeado por um texto sobre a campanha de arrecadação de fundos lançada para construir casas às famílias dos combatentes vitimados na guerra. No outro extremo da página, há a foto de Mascarenhas de Moraes, general responsável pelo comando da Força Expedicionária Brasileira enviada à Europa, seguida de sua carta agradecendo a Darcy Vargas pelos presentes de natal enviados aos combatentes. A carta de Darcy a Mascarenhas, enviada juntamente com os presentes, também está publicada na página. Há ainda uma grande imagem da Siderúrgica Nacional, na cidade fluminense de Volta Redonda, acompanhada de uma matéria sobre como “a industrialização do Brasil caminha a passos largos” e que os operários da “cidade do aço” desempenham grande esforço na retaguarda da guerra. Completando a página há um trecho de um discurso de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, presidente da LBA do Estado do Rio de Janeiro, filha de Getúlio e Darcy e esposa de Ernani do Amaral Peixoto, interventor naquele estado.

De modo geral, podemos afirmar que esses elementos estiveram frequentemente presentes no *Boletim* no ano derradeiro da guerra: a exaltação a Getúlio e a Mascarenhas de Moraes, o discurso progressista ufanista, principalmente, ligado às tecnologias e à modernidade; e a presença feminina por meio de Alzira e de Darcy, está última metamorfoseada em grande mãe da nação brasileira; assim como através das milhares de voluntárias que se engajaram nas campanhas da LBA, e das mães, esposas, irmãs dos combatentes que aparecem como principal público das ações da LBA. No Brasil, a figura feminina bastante representada na Segunda Guerra Mundial, é, sem dúvida, Darcy Sarmanho Vargas, esposa de Getúlio Vargas e primeira-dama do país em dois períodos (1930 – 1945; 1951 – 1954). Tendo fundado uma grande instituição de assistência social, Darcy Vargas figuraria nas publicações e noticiários brasileiros do período como uma grande mãe da nação brasileira.

As páginas das dezessete edições de 1945 do *Boletim* são bastante voltadas a informar os expedicionários dos rumos da guerra, da situação interna do Brasil, como destacamos, mas também estavam preenchidas com informes e chamamentos para a participação nas campanhas que a LBA desenvolvia. Percebe-se um sentido ufanista nessas publicações, tom bastante

comum às publicações do governo Getúlio Vargas, sobretudo, após 1937 e que foi recrudescido com a entrada brasileira na guerra.

Em agosto de 1945, quando a guerra já havia terminado, o *Boletim* faz um balanço de algumas campanhas que a LBA promovera ao longo do período do conflito mundial.

A L.B.A já realizou com êxito as seguintes campanhas que tiveram âmbito nacional: da “Borracha Usada”, das “Hortas da Vitória”, dos “Aviários da Vitória”, do “Registro Civil”, do “Livro para o Combatente”, da “Redenção da Criança”, da “Madrinha do Combatente Brasileiro” e por fim a da “Casa para a família dos expedicionários mortos em combate”. Prosseguem, ainda, os seguintes movimentos: da “Redenção da Criança”, das “Hortas e dos Aviários da Vitória e a da “casa das famílias dos expedicionários mortos em combate”, cujo início se deu em dezembro de 1944. (*Boletim...*, n.15, 28 de agosto de 1945, p.2)

Certas campanhas deixaram poucos registros, além do que, é preciso também ressaltar que o *Boletim* foi criado em 1945, logo, algumas campanhas já haviam findado. Desse modo, suas páginas trazem poucas informações sobre algumas delas. Podemos brevemente explicar algumas delas. A campanha da “Borracha Usada” tinha o propósito de arrecadar borracha, junto à população, num esforço conjunto com o governo federal para contornar a falta dessa matéria prima, útil também para trabalho de guerra. “Registro civil” foi uma atividade que empreendia esforços para realizar o registro e a regularização da documentação civil de parte da população. No período pós-guerra tal medida deixaria de ser uma “campanha” da LBA para se tornar uma ação permanente na organização legionária, inclusive com um setor específico dentro da instituição. A campanha da “Redenção da Criança” tratava-se de uma ação para arrecadação de fundos para a proteção da infância por meio das Casas da Criança construídas pela LBA. Importante destacar que foi depois, também, transformada em ação permanente da LBA, uma vez que após 1946 a ação legionária será completamente mobilizada para as ações em favor da proteção da maternidade e da infância.

Ivana Simili analisou quatro campanhas da LBA, por meio de seus cartazes de divulgação. Uma das campanhas mais expressivas desenvolvidas pela LBA foi a “Horta da Vitória”. Iniciada em 1942, tinha o propósito de incentivar o cultivo de pequenas hortas, tendo em vista promover meios às famílias para contornarem as crises de abastecimento de alimentos, promovidas pela dificuldade de transportes, decorrente do torpedeamento de navios da marinha mercante brasileira e da utilização de muitos navios e aviões para os transportes necessários às ações de guerra. Tendo como parceiro o Ministério da Agricultura, essas hortas eram montadas nas próprias casas ou em centros comunitários, escolas e até empresas. Simili (2007) aponta

que o cartaz dessa campanha foi realizado por Cândido Portinari e mostra a paisagem de uma horta, tendo um grande “V” da Vitória em primeiro plano, formado pelos caminhos em meio às plantações, que aparecem em segundo plano. Seguindo a interpretação de Simili (2007), sobre a análise do cartaz, a implantação dessas hortas auxiliariam no caminho para a vitória na guerra. O *Boletim* também se referiu a essa campanha da LBA.

O Serviço de Hortas e Clubes Agrícolas da L.B.A. foi fundado para estimular o nosso povo na organização de pequenas hortas e interessa-lo na criação de clubes agrícolas tão necessários nos tempos que correm e principalmente durante a guerra, em que a falta de transportes criou problemas alimentares para o Brasil. A Legião movimentou êsse setor de trabalho em tôdas as suas Comissões Estaduais e em muitos Centros Municipais. Os resultados não podiam ser melhores. Para isso, muito deve a instituição ao amparo técnico e apoio do Ministério da Agricultura e repartições subordinadas e das Prefeituras municipais. (*Boletim...*, n.15, 28 de agosto de 1945, p.2).

Para essa campanha empenharam-se também as voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea. O *Boletim* em outubro de 1945 trazia uma matéria que afirmava que mais de 70.000 mil crianças frequentavam os clubes agrícolas escolares. Acompanhava essa matéria uma foto de uma voluntária da Defesa Passiva Antiaérea, em seu uniforme completo, auxiliando um menino na lida com vegetais em uma horta, abaixo a frase: “ensinar à criança a trabalhar a terra e amá-la é um dever de todos os brasileiros” (*Boletim...*, n.17, outubro de 1945, p.7

A comunicação dos expedicionários com a família e a pátria foi o cerne da atuação do *Boletim* nesse período, uma vez que um grande número de páginas em todas as edições ao longo de 1945 é ocupado pela seção “Mensagens”, que consiste, propriamente, em mensagens que as famílias enviavam aos expedicionários, por meio da LBA, dando informes e comunicando o andamento da vida na retaguarda. As mensagens vinham com o nome do expedicionário (em caixa alta pra dar o necessário destaque) ao qual ela se dirigia e a enorme maioria é assinada por mulheres da família do combatente. É bastante comum também haver uma ou mais fotos nessa seção, mais frequentemente de crianças, sendo que, de acordo com textos que as acompanham, algumas das crianças fotografadas os pais estão a ver pela primeira vez.

ALBERTO CAMPOS – Todos bem. O Neco ainda não recebeu dinheiro. Favor providenciar. Anita teve menina. 28 de dezembro e passagem. Tua irmã Tereza. (*Boletim...*, n.1, janeiro de 1945, p.4).

Outro exemplo é o seguinte:

CARLOS FERNANDO PEREIRA BALTHAZAR - Recebemos cartas. Seguem encomendas, telegramas e cartas. Todos bem. Abraços e beijos. Feliz aniversário. Escreva sempre. Saudades. Mãe que te abençoa (*Boletim...*, n.5, 15 de abril de 1945, p.4)

Ao final de todas as edições de “Mensagens” uma nota informava que “A sua esposa, a sua noiva, a sua irmã, os seus amigos precisam de notícias. Escrevam sempre. As cartas confortam e fazem bem”. Pela análise de tal nota, é significativo apontar que a correspondência parecia ser direcionada, especialmente, às mulheres, como uma forma de acalmá-las enquanto aguardavam o retorno de seus maridos, noivos, pais, filhos e irmãos, ao passo que também funcionava no sentido de levantar o moral dos soldados, muito preocupados com suas famílias e a situação financeira delas. Tomemos como exemplo uma grande matéria publicada na edição número 1, em janeiro de 1945, intitulada “Confiam na vitória e no breve regresso de vocês”. Essa matéria aparece dividida em “seções”, que eram: “mães”, “esposas”, “uma noiva” e “irmãs” e trazia como linha fina a seguinte informação: “Não se preocupem: gozam saúde e nada lhes falta, a não ser vocês”, ou seja, parece clara a intenção de, mais uma vez se dirigindo aos expedicionários, tranquilizá-los sobre a situação de suas famílias.

Boletim também contava com um espaço para responder solicitações diretas dos expedicionários à LBA. A maioria solicitava providências de documentos, notícias da família ou o envio de informes para ela. Havia também aqueles que solicitavam outros artefatos mais específicos, como noticiado em 15 de maio, quando o expedicionário Benedito Ramiro solicitara em carta um par de luvas de box. O pedido foi atendido pela Confederação Brasileira de Pugilismo e o *Boletim* trazia essas informações e uma fotografia do expedicionário/boxeador já com seu presente em uso. Essa prática era incentivada pela própria Legião que publicava em todas as edições do seu boletim a seguinte nota: “A L.B.A. está pronta para atender a você, expedicionário. Peça o que quiser, o que desejar, sem acanhamentos, sem pensar que ela não possa fazer”.

Nesse sentido, pelas páginas do *Boletim*, podemos concluir, como já mencionado, que a atuação da LBA não se deteve apenas no amparo às famílias, mas também deslocou considerável atenção aos combatentes brasileiros, tanto os já retornados como aqueles que ainda atuavam no *front* de guerra. Entretanto, precisa-se destacar que essas ações davam-se em situações paliativas, uma vez que as ações mais fundamentais, especialmente visando a reintegração social dos pracinhas, ficaram por serem feitas.

Dentre as campanhas organizadas pela LBA, a que mais ocupou e movimentou o *Boletim*, depois de sua criação em janeiro de 1945 foi a “Madrinha do Combatente” ou

“Madrinha de Guerra”. Campanha, com a finalidade de engajar mulheres voluntárias para animarem e levantarem o moral dos combatentes brasileiros no front europeu, agiu pela troca de correspondência, por visita aos aquartelados ou hospitalizados ou visitas aos familiares, bem como com o propósito de intermediar a troca de informações com as famílias. A campanha foi lançada logo que se deu o embarque do primeiro escalão militar brasileiro para o teatro de operações de guerra na Europa. *Boletim* procurou salientar que “[...] a L.B.A. desenvolveu o movimento mostrando à mulher patricia a obrigação moral de escolher seu “afilhado”, de manter com ele constante correspondência e de atendê-lo com presteza em tudo que estiver a seu alcance” (*Boletim...*, n.1, janeiro de 1945, p.3). Em determinadas passagens do *Boletim da L.B.A.*, como a supracitada, fica clara a ideia de uma obrigação feminina para com os homens, especialmente em guerra, isto é, ampará-los e confortá-los; funções entendidas como um comportamento padrão esperado para as mulheres de modo geral, coadunando-se aos papéis previstos para as esposas com seus maridos. Contudo, agora, há um deslocamento dessa cooperação do âmbito privado para a esfera pública.

Partindo do pressuposto da construção social da ligação exclusiva entre masculino e feminino com os papéis de marido e esposa, respectivamente, Pinsky destaca que na primeira metade do século XX: “[...] a mulher tem a obrigação de sempre ficar ao lado do esposo em todas as horas, integrando-se em sua existência, dedicando-se a seu bem-estar e não discordando (pelo menos explicitamente) dele” (PINSKY, 2014, p.232). Carla Pinsky, baseada em análises de revistas “femininas” dos anos 1940 e 1950 destaca ainda que “Se a esposa cumprir bem ‘suas funções’ – ‘um conjunto de deveres que colaborem para o bem-estar do marido e de sua pequena comunidade’ – sem questionamentos ou queixa, a “harmonia familiar” estará assegurada.”¹². São exatamente essas demandas e prerrogativas que são transferidas para a esfera pública, através da atuação das madrinhas de guerra.

Para o *Boletim* “O seu objetivo [da campanha “Madrinhas de Guerra”] era levar ao expedicionário o carinho da mulher patricia, através de cartas e de pequenas lembranças e utilidades.” (*Boletim...*, n.11. 15 de julho de 1945, p.3). Os expedicionários escreviam à LBA pedindo uma “madrinha” e logo depois a troca de correspondência passava a acontecer. Havia fixamente publicada no *Boletim* a seguinte nota: “Ainda é ‘pagão’? Mande uma carta à LBA e logo arranjará uma ‘madrinha de guerra’”, incentivando os expedicionários a também escreverem, promovendo uma referência ao batismo católico, uma vez que as crianças ainda não batizadas – portanto, sem madrinhas – são consideradas “pagãs”. Na primeira edição do

¹² A autora Carla Pinsky elabora largo debate sobre as convenções para os papéis sociais femininos e masculino, sobretudo na divisão de tarefas entre os cônjuges, no Brasil dos chamados *Anos Dourados*. Cf. PINSKY, 2014.

Boletim veio estampado o cartaz desta campanha, sintetizando-a ao mostrar um soldado lendo uma carta e, em segundo plano, uma família – a sua família – sendo protegida por outra mulher. Acima de todo o junto figurativo, a frase “Alguém protege teu lar” (figura 1).



Figura 1: Cartaz da campanha “Madrinha do combatente”. (Fonte: LBA. 1977).

Esse cartaz evidencia não apenas a campanha “Madrinha do combatente”, mas também o objetivo apresentado como norteador das ações da LBA naquele momento – a proteção das famílias dos expedicionários. Assim, Darcy Vargas surge como a grande protetora da família brasileira, como esse alguém que protege os lares brasileiros. Observando a ênfase que o *Boletim* dá a tal projeto, a campanha “Madrinha do combatente” parece, de fato, ter sido a maior campanha da LBA durante a ação brasileira no front, pelo menos que mais envolvera as voluntárias. Simili também analisou tal representação:

No cartaz-propaganda produzido pelo DIP, o lema da campanha é metaforizado ao mostrar, no primeiro plano da imagem, um soldado fazendo a leitura de uma carta e, no segundo plano da imagem, a silhueta de mulheres e crianças. No centro, logo abaixo da frase “Alguém protege teu lar”, uma figura feminina que abraça a mulher. Percebe-se, claramente, como Darcy Vargas e as mulheres da Legião Brasileira de Assistência foram produtoras de imagens e representações para o trabalho feminino em tempos de guerra, como as “guardiãs da família dos soldados” (SIMILI, 2008, p.177)

Ressaltando o entendimento da Legião e do *Boletim* sobre a importância da comunicação com a retaguarda para o moral dos combatentes brasileiros, Lobivar Matos, editor do *Boletim*, escreve em fevereiro de 1945 em sua coluna “No ‘Front’ Interno”:

Escreva para a retaguarda, empenhe-se junto aos conhecidos para que entre vocês ninguém deixe de receber palavras de fé e de estímulo, para que ninguém fique triste, para que nenhum pracinha esconda o sofrimento num sorriso de indiferença ou numa frase amarga e, sobretudo, para que o correio proporcione a todos os que se encontram distantes da Pátria, momentos de alegria e a satisfação de saber que o Brasil inteiro não se esquece dos que partiram para lutar contra o nazismo, por um mundo melhor (*Boletim...*, n.2, fevereiro de 1945, p.2).

Na mesma edição eram apresentadas mais informações sobre a campanha, sua essência e objetivos, bem como eram nomeadas as obrigações que cabiam tanto à “madrinha” quanto ao “afilhado”.

São cartas que revelam a confiança da mulher patricia em vocês e, sobretudo, que manifestam o desejo de incentivar sempre e sempre aos expedicionários do Brasil, através de lembranças e palavras impregnadas de fé e de solidariedade humana. [...] E logo que receber carta da “madrinha”, a primeira obrigação do “afilhado” é respondê-la, sem demora, para evitar as reclamações que teem [sic] chegado à L.B.A., nesse sentido. Aliás, não é justo que os “afilhados”, depois de pedirem “madrinhas”, se esqueçam de que os deveres são mútuos. (*Boletim...*, n.2, fevereiro de 1945, p.7).

Todavia, a relação entre expedicionários e a LBA, quase sempre mediada pelas madrinhas e voluntárias, nem sempre foi tranquila e harmônica, como faz parecer a maioria das publicações do *Boletim*. Existem passagens nas quais a LBA procura explicar certos atrasos nas correspondências e entregas de encomendas no *front*, procurando responder às diversas reclamações.

Atrazo êsse que não dependeu da L.B.A., nem do próprio governo, pois não existiam navios e os aviões, ao contrário do que se propalou no “front”, não podiam levar encomendas, a menos que prejudicassem o transporte de matérias primas para os EE.UU., vitais para a vitória final (*Boletim...*, n.11, 15 de julho de 1945, p.3).

De forma que, a maior querela entre LBA e os expedicionários – devidamente mediada pelo *Boletim* – foi o caso do “Natal dos Expedicionários”. Segundo o *Boletim*, em dezembro de 1944, a LBA preparou durante 6 dias 16 mil caixinhas com lembrancinhas para enviar aos

expedicionários que já se encontravam na Itália, já mencionamos, rapidamente, acima tal episódio. Em janeiro de 1945, o *Boletim* exibiu grande matéria sobre “como a L.B.A. preparou o natal da F.E.B.” (p.3), descrevendo minuciosamente uma estafante rotina de preparo dos presentes para o envio. Entretanto, a partir de 31 de março começou a publicar veementes defesas para algumas críticas endereçadas à instituição, que não aparecem explicitamente nas páginas da publicação. O editor do *Boletim*, Lobivar Matos, utiliza-se mais uma vez de sua coluna “No front interno” para manifestar-se em defesa das ações da LBA. Em seu texto intitulado “Veneno”, Matos escreveu:

Acabamos de ler num vespertino desta capital extemporânea “queixa” impressa no jornal “...E A COBRA FUMO”. Além de extemporânea, injusta e facciosa. Injusta, porque não é verdade tenha a L.B.A. enviado a vocês, por ocasião do Natal, utilidades de segunda ordem; facciosa, porque revela o espírito do “eterno contra” do seu autor. (*Boletim...*, n.4, 31 de março de 1945, p.2).

Na mesma página, há a transcrição de uma matéria do periódico “O Jornal” que diz: “Não é justo arrastar instituições dignas de respeito às apaixonadas análises resultantes da atual campanha política. Está nesse número a LBA, dirigida com devotamento e patriotismo pela Sra. Darcy Vargas” (apud *Boletim...*, n.4, 31 de março de 1945, p.2). Na página seguinte encontra-se publicada uma carta de um expedicionário brasileiro direto da Itália que em dado trecho assevera:

A Legião Brasileira de Assistência, num gesto patriótico de extrema bondade, mudou, entretanto, a sequência monótona dos prenúncios. Os presentes, carinhosamente preparados e oferecidos pelas generosas filhas do Brasil, imprimiram ao nosso humilde Natal de campanha uma festividade e júbilo sem precedentes. (*Boletim...*, n.4, 31 de março de 1945, p.3)

Percebe-se, portanto, um esforço da instituição por meio de seu *Boletim*, isto é, sua publicação periódica oficial, em exaltar as suas contribuições e dissuadir críticas e opiniões contrárias, repetidamente afirmando que “se falhas houve, também foram involuntárias e tudo isso já deve ter sido analisado e meditados pelos que sabem compreender os problemas complexos da guerra.” (*Boletim...*, n.7, 15 de maio de 1945, p.8). *Boletim* não mais voltou a debater o tema em suas páginas, que logo foram, repetidamente, ocupadas com o processo de retorno e desmobilização dos milhares de expedicionários brasileiros.

Portanto, o que nos chama a atenção nessa “querela do Natal” são as críticas às ações da LBA que revelam um descontentamento de alguns com as ações promovidas pela instituição,

uma vez que elas só aparecem indiretamente nas páginas do *Boletim*, apenas quando este se ocupa da sistemática defesa da LBA, denotando claramente um efeito maquiador da situação e da relação entre o *front* e a retaguarda. *Boletim* não havia publicado nada nesse teor anteriormente, desse modo, é possível dimensionarmos que a contenda pública sobre o assunto dos presentes de natal tenha sido veemente, de forma que levou *Boletim* a se ocupar dela.

Em suas páginas *Boletim*, geralmente, exortava as ações da LBA no sentido do amparo às famílias dos combatentes. Na edição comemorativa de aniversário da LBA, em 28 de agosto de 1945, tratou de apresentar com detalhes as formas de atuação da instituição, bem como relatar numericamente os efeitos das medidas empreendidas pela instituição. É destacado que as famílias dos mobilizados receberam os mais diversos auxílios entre “[...] gêneros alimentícios, assistência médica, farmacêutica, judiciária, moral e auxílios diversos para roupa, habitação, transporte e muitos outros” (*Boletim...*, n.15, 28 de agosto de 1945, p.8), mas que só raramente recebiam auxílio em dinheiro. É relevante destacar a descrição que *Boletim* apresenta sobre o mecanismo assistencial empregado:

O mecanismo assistencial não é complexo. A família pede assistência. A Legião movimenta-se, então por intermédio de sua visitadora social. Esta, que pode ser homem ou mulher, técnico no assunto, examina “in loco” a situação da família visitada, anotando as informações colhidas e as observações feitas. (*Boletim...*, n.15, 28 de agosto de 1945, p.8).

A publicação ainda ressalva que se trata de “mais moderno e adiantado possível” serviço social, a caracterização como “moderno” é bastante recorrente nas páginas do *Boletim*, desse modo voltaremos mais adiante a esse tópico. Mas essa descrição também desvela uma característica importante do processo assistencial implementado pela Legião. Não havia uma comunicação ou troca de informações entre as Forças Armadas e a Legião no que diz respeito aos combatentes e suas famílias. Fazia-se necessária que, de algum modo, a família que precisava de auxílio se comunicasse com a instituição a fim de solicitar tal amparo. Ainda conforme a publicação, 80% das famílias que solicitaram amparo, obtiveram-no; mas não revela a porcentagem em relação ao total de famílias de pracinhas sucumbidos em combate que foi atendida.

Boletim empenhara-se também em demonstrar que a LBA atendia às famílias dos expedicionários, não só suprimindo as necessidades materiais, mas também no âmbito moral. De acordo com as mensagens dos expedicionários publicadas por *Boletim*, muitos pracinhas brasileiros quando escreviam à Legião, solicitavam que suas famílias fossem visitadas e que eles pudessem ter notícias mais precisas deles, assim como o reverso. Desse modo, na edição

de 15 de maio há longa matéria sobre uma série de visitas que uma voluntária da LBA fizera às famílias, em nome da instituição e da Sra. Darcy Vargas, como apontou o *Boletim*. A narrativa das visitas relata que os familiares são acometidos, no primeiro momento, de susto e o nervosismo; mas, em seguida, se acalmam quando informados que são boas notícias. Interessante apontarmos alguns excertos dessa matéria. Após a visita à família do expedicionário Euclides Alvim, *Boletim* destaca:

Em casa de Alvim gostamos de ver o ânimo de todos. Trabalhadores. Satisfeitos. Perguntamos se queriam algo e agradeceram. Não precisavam. Pedimos a D. Josefina um pensamento para o neto e ela nos disse: - Diga-lhe que viva alegre e satisfeito que por aqui vamos todos bem. (*Boletim...*, n.7, 15 de maio de 1945, p.3)

É oportuno mais uma vez ressaltar que a LBA, pela figura de uma voluntária “madrinha de guerra”, nessa reportagem especial do *Boletim*, visitou – ou pelo menos tentou, uma vez que em alguns casos as famílias não foram encontradas – as famílias de expedicionários sempre à pedido dos combatentes que estavam na Europa, ou seja, não havia uma troca de informações entre o Exército e a LBA para o apoio moral e material dessas famílias, possivelmente desamparadas. Esse amparo só ocorria quando solicitado ou pelos familiares ou pelos próprios “pracinhas” brasileiros, que da Itália se preocupavam com a situação de seus familiares.

É preciso situarmos a elaboração do *Boletim da L.B.A.*, em seu primeiro ano (1945), ainda no contexto do Estado Novo de Vargas e todo o processo de manipulação da imprensa e das imagens veiculadas sobre o governo e o país. No entanto, entendemos o *Boletim* como um veículo de propagação de representações sobre a LBA. Capelato ao referir-se às fontes periódicas, assinalou que “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade (CAPELATO, 1988, p.34). Dessa maneira, pela análise de uma publicação como o *Boletim* é possível identificarmos o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada e, sobretudo, dada a ler.

Nas 17 edições de 1945 os textos publicados no *Boletim* não apresentam autoria identificada, com exceção da coluna “No front interno” assinada pelo editor Lobivar Matos, reforçando assim a perspectiva que o *Boletim* “fala” pela LBA, representando-a publicamente. Como apontado, essas declarações são fonte de representações sobre a LBA e seus membros. Sendo a publicação oficial da LBA, *Boletim* estivera empenhado no enaltecimento do trabalho e dos mecanismos de ação legionários, apontando não só a necessidade dessa atuação, como a

sua profícua e exímia execução por parte do corpo técnico e voluntário da LBA, liderados pela sra. Darcy Vargas, aludida como um excelente espírito benemérito.

Após 1945, com o fim da guerra e o desmonte do aparelho institucional do Estado-Novo, *Boletim*, mesmo readequado, permanece sendo publicado. Por suas páginas podemos perceber as formas de atuação, transformações e permanência nas representações que *Boletim* produziu acerca da LBA no período democrático (1946 – 1964).

2. “Nasceu da guerra. Vive para a paz”¹³: a LBA no pós-guerra.

Como já apontado, a LBA surgiu no contexto de esforço de guerra (1942 – 1945), contudo, sua atuação mais extensiva se deu em tempos de paz (1946 – 1995). Com a saída de Getúlio Vargas do poder em 1945, Darcy Vargas também deixava a presidência da LBA, e iniciava-se um período de reformulações, tanto na conjuntura nacional quanto nas estruturas da LBA.

Depois de um interregno de alguns meses, *Boletim* voltava a ser publicado em 1º de março de 1946, o número 18. A edição anterior (número 17) havia sido publicada em outubro de 1945. Essa interrupção se deu, sobretudo, em razão do fim do regime do Estado Novo, a desmontagem do aparelho estatal que suportava a LBA e a convocação de eleições para 1945. Assim, quando de seu retorno, *Boletim* fez publicar uma explicação:

EXPLICAÇÃO AO LEITOR

Em consequência da modificação por que passou a Legião Brasileira de Assistência foi suspenso nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro a publicação do Boletim da L.B.A., que reaparece hoje.

Confeccionado, com simplicidade, o presente número, registra apenas o que mais possa interessar àqueles que acompanham de perto as atividades assistenciais dessa entidade, criada em tão boa hora pela Sra. Darcy Vargas e legada ao povo necessitado, como um bastão de arrimo às suas fraquezas. (*Boletim...*, n.18, 1º de março de 1946, p.1).

A principal alteração, de que fala o *Boletim*, se deu no escopo essencial das atividades da instituição. Ficava, a partir de então, previsto nos estatutos da LBA que sua ação seria, especificamente, direcionada para o amparo à maternidade e à infância. Saíram, definitivamente, de cena os ex-combatentes e suas famílias, bem como a variada plêiade de objetivos, ficaram apenas as mães e as crianças. Essa mudança também alinhava-se a

¹³ A expressão empregada fora retirada do título de um editorial do *Boletim da L.B.A.* de 1958, que recapitulava ações desenvolvidas pela LBA ao longo dos seus anos de existência até então. (*Boletim...*, n.92, julho, agosto, setembro de 1958, p.1).

propositura constitucional do dever do Estado na proteção à maternidade e à infância. Em 1946, o Brasil passava a ter uma nova Constituição Federal, promulgada em 18 de setembro, que trazia, de forma inédita, o preceito legal de que a responsabilidade pela proteção à maternidade e à infância era de incumbência do Estado brasileiro (CÔRTEZ, 2012).

Para o novo contexto social, a LBA precisava modificar seu Estatuto. O texto vigente desde 1942 fora substituído por um novo, aprovado pela Portaria nº1.595 de 25 de janeiro de 1946 assinada pelo Ministro da Justiça do governo de José Linhares, Antonio de Sampaio Dória. O primeiro artigo do novo estatuto trazia uma pequena alteração, remetendo a criação da LBA à inspiração de Darcy Vargas.

Art.1º. A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., criada aos 28 de agosto de 1942, **sob a inspiração da Exma. Senhora D. Darcy Vargas** e por iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria, é uma sociedade civil, de intuídos não econômicos, de duração ilimitada, e reger-se-á pelos presentes estatutos. (*Boletim...*, n.18, 1º de março de 1946, p.1, destaque nosso do trecho alterado).

Mantinha-se, portanto, a relação com as Associações Comerciais do Brasil e a Confederação Nacional da Indústria, que será reforçada na descrição da Administração da instituição. A mudança que temos apontado no escopo consta no artigo 3º do novo estatuto, que explicita a finalidade da LBA: “Art. 3º. A L.B.A. tem por finalidade a defesa da maternidade e da infância através da proteção à família, procurando todos os meios a racionalização de diretrizes e de ação tendentes a um perfeito aproveitamento da assistência social em suas diversas formas.” (*Boletim...*, n.18, 1º de março de 1946, p.1). As dez finalidades que vigoravam até 1945, entre as quais constavam o amparo aos velhos e desvalidos e contribuir para a melhoria do povo brasileiro, foram substituídas, superlativamente, pela proteção à maternidade e à infância. O Estatuto enfatiza o cuidado à família, para se atingir a finalidade proposta, bem como ressalta a importância das diretrizes racionais, alinhando-se ao ideário de modernidade e modernização que dominara o período.

Boletim, em 1947, indicava o propósito da atuação da LBA no período pós-guerra.

O combate à mortalidade infantil, através de medidas práticas que assegurem maior assistência as gestantes pobres e efetivo amparo aos lactentes, mediante a difusão de postos de puericultura, lactários, maternidades e creches assumem importância fundamental nessa patriótica campanha em que a L.B.A., se vem empenhando[...]. (*Boletim...*, n. 27, setembro de 1947, p.8).

A “patriótica campanha” agora não está mais ligada aos combatentes brasileiros em guerra, mas à assistência às gestantes e crianças, a construção de postos de puericultura, creches e maternidades. A ideia que se fazia presente, portanto, era a de proteção da infância por meio dos preceitos mais modernos, sobretudo, de um serviço social.

Proteger a criança sadia pela alimentação adequada (qualitativa e quantitativamente) e pelos cuidados higiênicos ou profiláticos, educando as mães dentro das **normas modernas da puericultura**; assistir a criança enferma com eficiência e presteza, de modo a restituir-lhe com a brevidade possível as suas condições anteriores de saúde, ampara-la através a família em caso de dificuldades econômicas ou doenças e protege-la em caso de abandono – tais são os três aspectos principais do problema a resolver. (*Boletim...*, n.25, junho de 1947, p.13, grifo nosso)

Sobre a reorganização das finalidades da LBA, *Boletim* publicou, também em 1947, longa matéria sobre a Divisão de Planejamento e Organização da instituição. Como de costume na publicação, o texto não referencia sua autoria.

Anteriormente à reorganização da L.B.A., isto é, à reforma dos Estatutos, que resultou na limitação do seu âmbito de ação exclusivamente à assistência à maternidade e à infância, os auxílios se destinaram indiferentemente a tôdas as obras sociais que os solicitavam e cuja situação financeira justificasse o amparo da L.B.A. (*Boletim...*, n.28, outubro de 1947, p.5)

Boletim, ao prosseguir apontando as mudanças na LBA, sugere uma crítica ao modelo de atuação adotado na gestão de Darcy Vargas, assim como na forma que a LBA esteve estruturada até 1945.

Querer tratar os problemas humanos e sociais em grande escala, sem contar simultaneamente com extensos recursos em pessoal especializado, obras sociais eficientes e reservas financeiras, é fazer trabalho superficial, é agir de forma puramente paliativa, é penetrar em terreno movediço, é alimentar um círculo vicioso. [...] E assim, nos seus primeiros anos de funcionamento, esteve a L.B.A. vinculada a uma série enorme de obras e iniciativas de assistência social, dispendendo profusamente seus recursos sem, contudo, chegar à solução dos problemas mais agudos por falta de concentração num determinado sentido. (*Boletim...*, n.28, outubro de 1947, p.5-6)

Tendo em vista a ampla gama de atuação, a publicação sugere pouca eficiência das ações implantadas até então e o alto consumo de recursos financeiros. O texto caracteriza a predecessora ação legionária como paliativa e superficial. *Boletim* denota que, a partir da renovação dos Estatutos da LBA e modernização de sua ação, suas atividades seriam mais

eficazes. Desse modo, é relevante observarmos as mudanças e permanências na estrutura administrativo-financeira da LBA, resultantes das transformações nas finalidades da instituição.

Para uma melhor compreensão do funcionamento da instituição é relevante analisarmos a origem de suas verbas, assim como a sua estrutura administrativa. A administração da LBA permanecia dividida entre o Conselho Deliberativo (C.D.), a Comissão Central (C.C.), as Comissões Estaduais (C.E.)¹⁴ e Comissões Municipais (C.M.). A C.C. continuara a ser comandada pelo presidente efetivo, que agora seria acompanhado de quatro vice-presidentes, em substituição aos vogais que figuravam até então. A menção a um presidente “efetivo” se fez em razão de uma alteração na estrutura da instituição, constante no parágrafo 7º, que rezava que: “A esposa do Presidente da República será presidente de Honra da L.B.A.” (*Boletim...*, n.18, 1º de março de 1946, p.1). Dessa maneira, criou-se uma presidência de “honra” para a primeira-dama, e, em contraponto, uma presidência “efetiva” a ser ocupada por uma “pessoa de relevo social”. São elencadas quatro funções, atreladas ao aparelho administrativo, para o presidente efetivo, mas não é mencionada no Estatuto qualquer função à presidente de honra.

Os vice-presidentes representavam o conjunto de forças que compunham a LBA sendo, portanto, representantes do poder público, do arranjo corporativo que mantinha a LBA e, a partir de então, também contavam com a presença da Igreja Católica. Os vice-presidentes eram os presidentes/diretores da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional da Indústria, do Departamento Nacional da Criança e da Ação Social [Arquidiocesana] (Estatuto da LBA, 1946, *Boletim...*, n.18, 1º de março de 1946, p.1).

O Conselho Deliberativo, órgão principal de tomada de decisões, teria como membros efetivos:

- Presidente de um dos Institutos de Previdência indicado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio
- Presidente da Academia Nacional de Medicina;
- Presidente do Banco do Brasil S.A.;
- Presidente da Ordem dos Advogados;
- Presidente da Associação Brasileira de Imprensa;
- Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social;
- Juiz de Menores do Distrito Federal;
- 2 representantes da Indústria;

¹⁴ Entre 1959 e 1960, *Boletim da LBA* publicou uma série de matérias especiais sobre algumas Comissões Estaduais, não chegando a contemplar a todas. Mas é possível percebermos que mesmo havendo uma diretriz nacional sobre a proteção à maternidade e à infância, as Comissões Estaduais também possuíam agenda própria e programas específicos para as suas realidades. *Boletim* procura sempre enfatizar, com veemência, uma articulação entre a Comissão Central e as Comissões Estaduais, sem revelar crises e desentendimentos nessa relação, que acreditamos inerentes ao processo político, inclusive em questões partidárias.

- 2 representantes do Comércio e designados pelas respectivas entidades de classe de grau mais elevado. (*Boletim...*, n.18, 1º de março de 1946, ano II, p.2).

Mais uma vez, os homens ocupavam-se das questões financeiras e administrativas, gerenciando propriamente a LBA. Barbosa (2017) havia apontado a posição de liderança, mas sem autonomia, da figura feminina no período de formação da LBA – figura representada por Darcy Vargas –, em 1946, no entanto, tal liderança é bastante relativa, uma vez que a primeira-dama passava a ocupar uma posição simbólica na instituição. Em 3 de maio de 1946, já sob a vigência dos novos estatutos, tomou posse como presidente de honra da LBA a primeira-dama Carmela Dutra¹⁵.

É importante destacarmos que na construção da aliança entre Estado e sociedade civil para a manutenção e administração da LBA, a sociedade civil possuía um papel político diminuto, uma vez que a maioria dos cargos do Conselho Deliberativo – órgão supremo da LBA – era ocupada por indicações políticas. Dessa maneira, a LBA constituía-se efetivamente em um braço do Estado brasileiro, característica que se consolidará no período 1955-1960, que melhor analisaremos em capítulo seguinte.

No período 1946-1964, a presidência da LBA foi ocupada por algumas primeiras-damas (Carmela Dutra, Darcy Vargas, Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart), sendo que duas primeiras-damas não assumiram a LBA (Luiza Linhares e Sarah Kubistchek), tendo a presidência recaído à pessoas de grande feito social. Para melhor compreensão, compusemos uma quadro (quadro 2) com os presidentes da LBA no período (1945 – 1964). O quadro foi composto por informações extraídas unicamente do *Boletim*, que, como já apontado, é uma fonte bastante lacunar, que diversas vezes deixou de ser publicada e, frequentemente, omitiu informações como seu próprio expediente ou quadro funcional da instituição.

É preciso que se faça um esclarecimento sobre a relação de presidentes da LBA nesse período. *Boletim* em função da inconstância em sua publicação, bem como as diferentes formatações na publicação (em regra geral, *Boletim* traz uma “ficha técnica” em suas edições, informando presidente, vice-presidentes, entre outros cargos da LBA, no entanto, em algumas edições essas informações não são apresentadas), tornou-se muito difícil a precisão das informações sobre os presidentes e o corpo diretor da LBA ao longo dos anos. Tem-se a informação de que certas pessoas ocuparam a presidência, mas a periodização é muito pouco precisa. Os Boletins não são datados com dias, mas apenas com os meses de publicações, dessa

¹⁵ Carmela Teles Leite Dutra (Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1884 — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1947), foi esposa do presidente General Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951).

maneira, só é possível precisar as informações completas da data de posse de um presidente quando ela é expressa claramente no *Boletim*, do contrário tem-se apenas o mês de posse.

Quadro 2: Lista de presidentes da LBA (1945 - 1964).

Presidente	Período	Governo
Darcy Sarmanho Vargas	1942 - 1945	Getúlio Vargas (1930 – 1945)
Anita Carpenter Ferreira	Maio de 1945 – Janeiro de 1946	José Linhares (Maio de 1945 – Janeiro de 1946)
Pedro Luis Correa e Castro Carmela Dutra (Presidente de Honra)	Maio de 1946 até janeiro de 1947	Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951)
Otavio da Rocha Miranda Carmela Dutra (Presidente de Honra)	Janeiro de 1947 até Outubro de 1947.	Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951)
Otavio da Rocha Miranda	Outubro de 1947 – (Não há precisão sobre o período)	Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951)
Elmano Cardim	Não há precisão sobre o período	Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951)
Darcy Sarmanho Vargas	Fevereiro de 1951 até 20/02/1955	Getúlio Vargas (1951 – 1954)
Raymundo Sepúlveda Martagão Gesteira	21/02/1955 até (fevereiro de 1957)	Café Filho (1954 – 1955) Carlos Luz (1955) Nereu Ramos (1955-1956) Juscelino Kubitschek (1956 – 1961)
Mario Pinotti	Março de 1957 até meados de 1960	Juscelino Kubitschek (1956 – 1961)
Eloá Quadros	Janeiro a agosto de 1961	Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961)
Maria Thereza Fontella Goulart	Setembro de 1961 até abril de 1964.	João Goulart (setembro de 1961–abril de 1964)

Fonte: Informações extraídas do conjunto das edições do *Boletim da L.B.A.* no período de 1945-1964. Em destaque encontram-se os nomes das primeiras-damas.

Como já destacado, Darcy Vargas ocupa duas vezes a presidência da LBA (apontaremos mais a frente sua segunda presidência), e na ausência de Sarah Kubitschek, a presidência foi ocupada por dois ilustres médicos, Raymundo Martagão Gesteira e Mario Pinotti, cujas presidências serão analisadas no segundo capítulo deste trabalho. O período do Governo Dutra fora o de maior agitação institucional na LBA, com frequentes ataques a sua permanência, mas também contou com o falecimento de Carmela Dutra.

Ainda sobre o arranjo que possibilitava a atuação da LBA, o financiamento não figurava de forma clara no estatuto, apenas apontava, em seu 5º artigo, que o patrimônio da instituição seria constituído de: “a) contribuições permanentes; b) donativos, doações e legados; c) auxílio ou recursos que lhe forem destinados pela União, Estados, Municípios, e organizações para-estatais; d) rendas eventuais”. (*Boletim...*, n.18, 1º de março de 1946, ano II, p.1). Sobre as contribuições permanentes, aquelas garantidas em lei, *Boletim* publicou que havia sido suprimida a contribuição que os empregados davam à L.B.A., desde a guerra, no entanto, em substituição, o governo passaria a contribuir de forma fixa. O decreto-lei assim asseverara:

Art.2º - O Governo assegurará à Legião Brasileira de Assistência, por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma contribuição especial constituída: a) de uma quota mensal a ser paga pelos empregadores sujeitos aos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, correspondentes a 0,5% (meio por cento) sobre o montante dos salários pagos a seus empregados; b) de uma quota de valor igual ao de arrecadação a que se refere a alínea anterior.

Art.3º - O presente decreto-lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1946. (*Boletim...*, n.18, 1º de março de 1946, p.3)

A LBA organizava-se, conforme apontou Barbosa (2017), em um modelo cooperativista isto é “[...]uma série de aparatos organizacionais aliados ao sistema do trabalho colaborativo, em que empresas ou indivíduos são provedores de recursos e também indivíduos de diversas esferas profissionais desenvolvem atividades fins” (BARBOSA, 2017, p.47). Vamos nos permitir um avanço temporal nas publicações do *Boletim*, a fim de que possamos melhor compreender a organização financeira da LBA, uma vez que é possível perceber que a situação financeira da LBA nem sempre foi tranquila ao longo dos anos, nesse esquema cooperativo.

Em 1959, *Boletim* publicou longo relatório referente ao balanço financeiro do ano de 1958. O relatório apresentava as cifras das contribuições obrigatórias dos institutos de previdências e da União, contudo, o que mais chama a atenção, é que também estava relatava uma extensa dívida que tanto os Institutos quanto a União tinham para com a LBA. Nesse sentido, procuramos sintetizar no quadro 3 os valores apresentados no relatório. É importante apontarmos que no que diz respeito à dívida da União, especificamente, não é apresentada, no relatório, uma origem desses débitos, isto é, não é situado quando essa dívida começou a se formar. Tendo em vista que se trata de significativo montante, observamos que há um histórico de data mais longa nos débitos ou atrasos no repasse da União Federal para a LBA.

Quadro 3: Valores de contribuições e débitos dos Institutos de Previdência e da União com a LBA.

	Receita Recolhida de Contribuições Obrigatórias	Débito das Instituições de Previdência Social e da União
INSTITUTO¹⁶	VALOR:	VALOR:
I.A.P.I.	Cr\$: 448.338.103,50	Cr\$: 17.205.426,10
I.A.P.C.	Cr\$: 185.926.096,70	Cr\$: 42.779.916,90
I.A.P.B.	Cr\$: 64.147.903,50	Cr\$: 1.035.362,50
I.A.P.E.T.C.	Cr\$: 80.000.000,00	Cr\$: 36.252.283,00
I.A.P.M.	Cr\$: 48.731.545,60	Cr\$: 9.898.269,30
C.A.P.F.E.S.P.	Cr\$: 2.908.343,70	Cr\$: 218.970.742,70
UNIÃO:	Cr\$: 301.075.000,00	Cr\$: 2.689.242.481,60

Fonte: *Boletim...*, n.97, julho de 1959, p.13

Anos mais tarde, em 1961, *Boletim* noticiou que o então Diretor-Superintendente Cel. José de Pina Figueiredo conferenciou com o Ministro do Trabalho e o presidente do I.A.P.C. afim de tratar sobre as dívidas dos Institutos de Previdência para com a LBA. A recorrência de tais notícias apontam que a saúde financeira da LBA era bastante inconstante e que o arranjo entre Estado-Institutos-LBA não parecia tão sólido como à primeira vista. Nem mesmo o acordo entre LBA-Estado estava assegurado, mas as dificuldades não eram recentes.

Uma crise na parceria entre o Estado e LBA sucedera-se em 1946, no centro do processo de reorganização da instituição. Segundo noticiado por *Boletim*, foram as finanças da LBA o principal motivo da instabilidade no período 1945 – 1946. A edição n.24 do *Boletim* trazia transcrita uma entrevista do presidente efetivo da LBA, Otavio da Rocha Miranda. Originalmente publicada pelo *Diário da Noite*, a longa entrevista faz elucidar, em retrospecto, alguns pontos da reestruturação institucional. Sobre a situação financeira, Miranda destacou que: “Urgia sobretudo estudar medidas de ordem financeira, atendendo-se ao fato de ter sido no Governo Linhares profundamente sacrificada a receita de nossa instituição, reduzida de uma terça parte, com a supressão da contribuição dos empregados para os cofres da mesma.” (*Boletim...*, n.24, abril-maio de 1947, p.4). Na entrevista, fica clara a extinção de uma parte do financiamento das obras da LBA, o que engendrara uma crise, até então inédita na instituição. No entanto, *Boletim* só nos dará a saber sobre essa crise anos mais tarde, quando em uma

¹⁶ I.A.P.I.: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários; I.A.P.C.: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes; I.A.P.B.: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários; I.A.P.E.T.C.: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; I.A.P.M.: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos; C.A.P.F.E.S.P.: Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.

homenagem a Otavio da Rocha Miranda publica um relato do entrevero que este tivera com o então presidente da República, General Dutra, em 1946. Em 1963, *Boletim* destacou:

Estava na Presidência da República o Gal. Eurico Gaspar Dutra já de relações abaladas com o seu antecessor. E, mal avisado, resolveu extinguir a Instituição. Presidia a mesma, porém, um HOMEM predestinado, OTÁVIO ROCHA MIRANDA, independente, culto, honestíssimo e corajoso bastante para dizer, como disse, ao General Chefe da Nação:

- Vossa Excelência não acabará com a L.B.A. Não o permite o Estado de São Paulo. Nem o permitem suas forças mais vigorosas: o comércio, a indústria e a lavoura que, neste momento, eu represento!”

E o presidente teve de se curvar, para alguns dias depois, após leitura do relatório que lhe foi apresentado pelo seu genro, Dr. Noveli Junior, fazer a seguinte declaração:

- “Ninguém mais do que eu pode atestar os bons serviços que a Legião Brasileira de Assistência tem prestado em todo o Brasil” (ass) General Eurico Gaspar Dutra. (*Boletim...*, n.112, outubro, novembro, dezembro de 1963, p.27)

Boletim, em 1946, não publicara nada sobre tal contenda, evidenciando sua característica de silenciar possíveis conflitos e sempre apresentar uma visão harmônica e funcional da instituição. Quando relata crises, o faz em retrospecto, até mesmo para enfatizar uma caráter de superação. É importante também evidenciar que o enfrentamento teria se dado entre os dois homens, sem mencionar a presidente de honra Carmela Dutra, que, ao que tudo indica não possuía qualquer atuação concreta na instituição. Na passagem do *Boletim* é inclusive enfatizado com letras de caixa alta o “homem” que era presidente da LBA, levando o leitor a uma compressão de que uma mulher não tomaria tal postura.

Nesse sentido, cabe ressaltarmos como foram apresentados o presidente efetivo da LBA e a presidente de honra em 1946, os primeiros a assumirem após as modificações dos Estatutos. Pedro Luis Correa e Castro, presidente efetivo da LBA, era dotado de um perfil mais financeiro-administrativo do que benemérito ou filantrópico. Por ocasião da posse, *Boletim* apontara que Correa e Castro “foi gerente, diretor e presidente do Banco do Brasil, onde se encontram, até hoje, marcos vivos da sua passagem, pela capacidade de organização e de estruturação e pela objetividade de um espírito eminentemente prático” (*Boletim....*, n.19, maio de 1946, p.4). Há uma clara ênfase nas capacidades organizacional e administrativa do presidente efetivo, todavia, quando Carmela Dutra é apresentada, são suas qualidades de bondade que são exaltadas. Ao se dirigir à primeira-dama, o então presidente em exercício da LBA, Euvaldo Lodi, asseverou:

A Exma. Sra. Dna. CARMELA DUTRA, eminente primeira dama do país, pelos seus extraordinários dotes de espírito e bondade, já amplamente demonstrados, possui tirocínio, experiência e tradição para enfrentar problemas desta envergadura. Será inspiradora e defensora da imensa obra, que, estou certo, marchará, vitoriosa, para os seus elevados objetivos (LODI apud *Boletim*..., n.19, maio de 1946, p.4).

Cabe evidenciar que Carmela Dutra é exaltada em função de sua bondade, em oposição ao perfil técnico-administrativo do presidente efetivo. É o processo de atrelar à mulher as características de abnegação, bondade, altruísmo, traços entendidos como essencial e naturalmente femininos.

Além do alijamento da primeira-dama do país do posto mais alto da LBA, é importante também destacarmos que, ao contrário do que ocorrera na presidência de Darcy Vargas até 1945, onde as primeiras-damas dos estados e territórios foram conclamadas a assumirem seus lugares nas campanhas e na organização institucional da LBA, após 1946 a presidência das Comissões Estaduais foram destinadas majoritariamente a homens. *Boletim*, em maio de 1946, informava que a Comissão Central já estava em processo de constituir as CEs de acordo com as novas premissas estatutárias. Dessa maneira, o quadro 4 sintetiza as informações apresentadas pelo *Boletim* em sua edição de nº19 publicada em maio de 1946.

Quadro 4: Presidentes das CEs em 1946

Estado/Território	Presidente
Acre	Dr. Mario de Oliveira
Amapá	Dr. Salmoão Moysés Levy
Bahia	Arthur Fraga
Ceará	Des. Abner C. de Vasconcelos
Espirito Santo	Moacyr Ubirajára M Silva
Iguaçu	Prof. Laudimia Trotta
Maranhão	Arnaldo de Jesus Ferreira
Mato Grosso	Achiles Verlangiére
Minas Gerais	Ismael Libanio
Pará	Professor Acilino Leão Rodrigues
Paraíba	Dr. Ednaldo Lima Pedrosa
Pernambuco	Antonio Alves Pereira
Piauí	José Camilo Silveira
Rio de Janeiro	Dr. Antonio Viçoso de Moraes Jardim
Rio Grande do Norte	Tulio Fernandes
Rio Grande do Sul	Herbert Bien
São Paulo	José Pires de Oliveira Dias
Sergipe	Olimpio de Souza Campos

Desse modo, a anterior marcante presença feminina nas estruturas da LBA desaparece. A liderança da instituição cabe a um presidente efetivo – homem – que é seguido por homens em quase todas as unidades da Federação. É pertinente assinalarmos que dos nomes apontados no quadro acima, apenas a Comissão do Território do Iguaçu era comandada por uma mulher – Laudimíia Trotta, esposa do governador Frederico Trotta. No entanto, o Território do Iguaçu foi extinto em setembro de 1946.

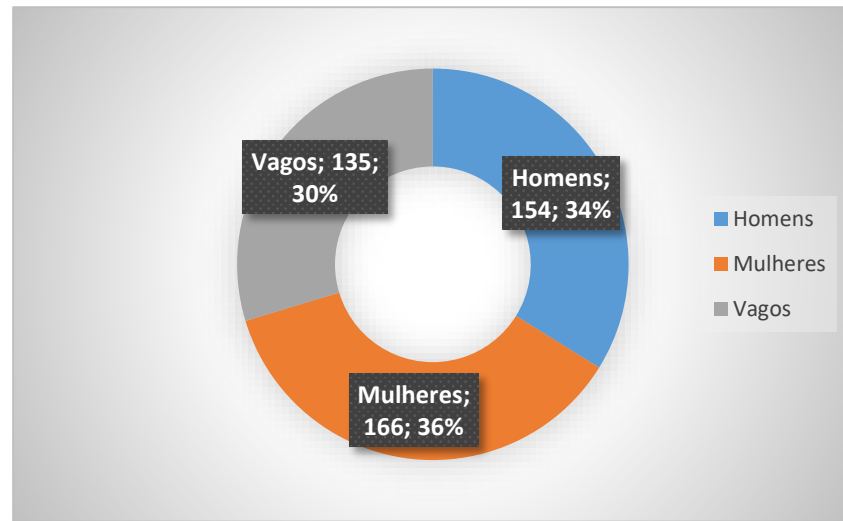
Para além dos cargos de direção e liderança da instituição, a LBA também era constituída por cargos técnicos, além dos postos voluntários. Nesse sentido, a LBA contribuíra tenazmente para a profissionalização e inserção de mulheres no mercado de trabalho, uma vez que elas se aperfeiçoavam em determinados segmentos, tomando contato com conhecimentos até então alheios a elas. Segundo Barbosa (2017):

Até então observou-se que o trabalho das legionárias estava intrinsecamente ligado ao voluntariado e essa foi a característica principal da LBA desde sua fundação. Contudo, por meio da profissionalização das voluntárias, nota-se a inserção dessas mulheres em ocupações remuneradas às quais elas não tinham acesso antes. [...]Se, por um lado, o voluntariado prestado pela LBA não é concebido como trabalho, por outro lado ele direciona, pela profissionalização, algumas mulheres para o mercado de trabalho. (BARBOSA, 2017, p.161)

Não há dúvida de que o quadro funcional da LBA, no período imediatamente após a guerra, permaneceu bastante preenchido por mulheres. Em 1947, *Boletim* publicou uma seção especial intitulada “Atos da Presidência”, dando grande destaque para a Portaria 39/47 que dispunha sobre o enquadramento do pessoal da Comissão Central. A transcrição da portaria ocupa seis páginas da edição nº25 do *Boletim*, sendo que eram apresentados todos os cargos existentes na CC, bem como listados os nomes dos(as) funcionário(as), relacionando-os(as) aos cargos. Era também informada a existência de cargos vagos.

Desse modo, pelos nomes é possível averiguarmos a incidência maior ou menor de mulheres e homens em determinados cargos da instituição. Inicialmente, é possível apontarmos que há um certo equilíbrio entre homens e mulheres na Comissão Central da LBA, com ligeira vantagem feminina (Gráfico 1). No total contabilizados 455 cargos, sendo desses 166 (36%) ocupados por mulheres, 154 (34%) por homens e 135 (30%) encontravam-se vagos.

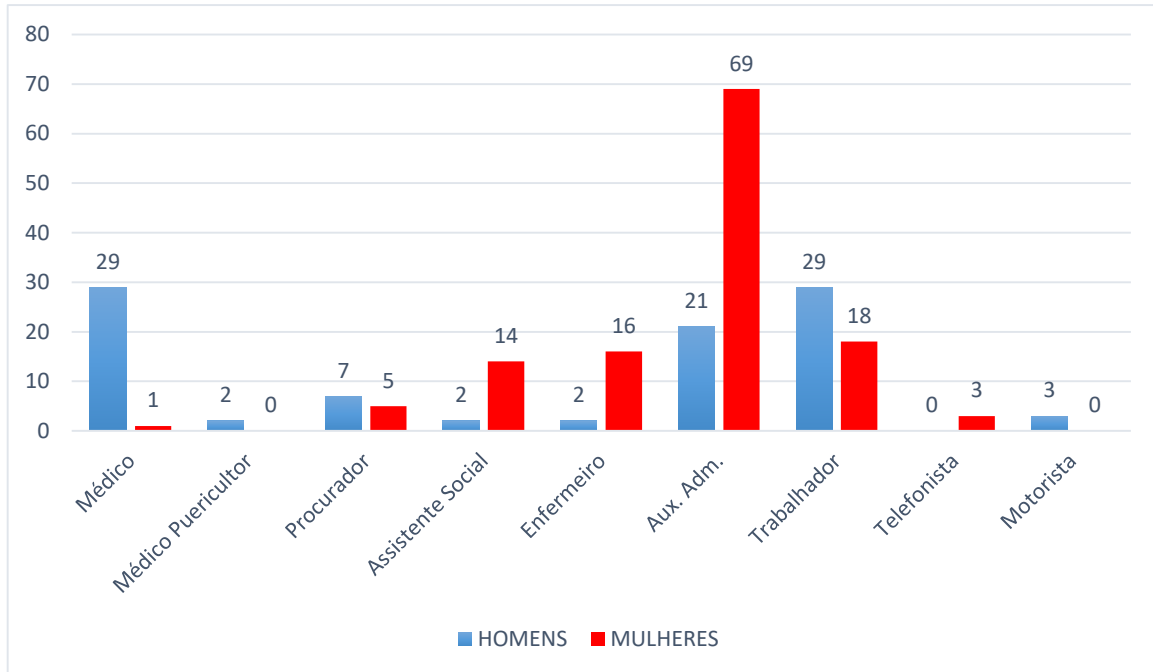
Gráfico 1: Funcionários da CC da LBA em 1947 Fonte: *Boletim...* n.25, abril-maio de 1947.



Excluindo-se os cargos que encontravam-se vagos, as mulheres representavam 51,8% do quadro de funcionários da CC, e os homens perfaziam então os 48,2% restantes. Esses números mostram a forte presença feminina na estrutura da LBA, característica que, como apontamos, já marcava a LBA em seus anos iniciais, no período da Segunda Guerra Mundial. Esse perfil está bastante atrelado ao fato da LBA ser uma instituição ligada à assistência e aos cuidados com o próximo, especialmente, a infância, visto que o cuidado e a atenção com o próximo são, tradicionalmente, tidos como traços da personalidade feminina.

Nesse sentido, é importante que analisemos em quais cargos ou postos de trabalho estavam distribuídas essas 166 mulheres empregadas pela Comissão Central da LBA. A portaria 39/47 transcrita pelo *Boletim* trazia 24 cargos diferentes, variando desde médico e dentista até motoristas e mensageiros. Sintetizamos alguns dados referentes a esses cargos no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Incidência de Homens e Mulheres em Cargos na CC da LBA em 1947. *Boletim...* n.25, abril-maio de 1947.



Apresentar os dados referentes a cada cargo é importante para que possamos, efetivamente, deslindar a participação feminina na estrutura administrativa da LBA. Vejamos que em profissões como médico ou médico puericultor, que requerem maior grau de instrução formal e, portanto, dotadas de maior prestígio social, a participação feminina é muito pequena, sendo apenas 1 na primeira e nenhuma na segunda. Cargos como Contabilista, Dentista, Desenhista, Engenheiro, que não constam no gráfico pela impossibilidade de apresentar os 24 cargos, são ocupados unicamente por homens. Em contraposição, em cargos como Assistente Social e Enfermeiro, as mulheres representam 87,5% e 88,8% dos funcionários, respectivamente. Telefonista, por exemplo, só há mulheres trabalhando, assim como o cargo de Técnico em recreação (há apenas 1 posto, e é ocupado por uma mulher). Mensageiro e Motorista são também cargos em que 100% dos postos são ocupados por homens. Além desses, cabe a apontar a alta incidência das mulheres no cargo de Auxiliar Administrativo. Esse é o cargo com o maior número de postos de serviço na estrutura da LBA (122 no total, dos quais 32 aparecem vagos). Dos 90 postos ocupados, as mulheres representam 76,6% (69 postos).

É importante ressaltarmos que o cargo de Auxiliar Administrativo é formado, em sua grande parte pelas secretárias, que, evidentemente, representa historicamente a figura da auxiliar dos diretores e chefes de setor. Nesse sentido, Heleieth Saffioti (2013) procurou salientar que a qualificação da força de trabalho feminina, na metade do século XX, se encontrava, em geral, desatualizada, obrigando a mulher a aceitar posições subalternas e

precariedade remuneradas. A autora apresenta dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil de 1955, e destaca:

No que tange ao ensino de grau médio, as mulheres obtiveram, pois paridade com os homens, o mesmo não acontecendo, entretanto, no ensino superior, em que elas não chegam a representar sequer um terço dos homens. Com efeito, concluíram cursos universitários em 1964, 20.282 homens e 6.890 mulheres (SAFFIOTI, 2013, p.326).

Os dados apresentados por Saffioti reforçam a perspectiva que as mulheres acabavam por engrossar os cargos de auxiliares e assistentes, em função da menor escolaridade. Fúlvia Rosenberg traçou o percurso de inúmeros obstáculos que as mulheres brasileiras precisaram enfrentar para ter acesso à educação formal:

Várias amarras à educação formal e pública das mulheres foram sendo rompidas no transcorrer desse acidentado percurso: a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe; o impedimento à continuidade dos estudos secundários e superior para as jovens brasileiras (ROSEMBERG, 2012, p.334)

A adequação dos estudos ao seu sexo foi um traço comum da educação das moças brasileiras. As áreas privilegiadas – até mesmo destinadas – às mulheres eram aquelas que elas podiam expressar sua “natureza materna”, como professoras, enfermeiras e assistentes sociais. A figura do Assistente Social é, historicamente, associada à mulher e ao feminino, tomando como partida as representações sobre o gênero feminino, isto é, a mulher dotada de bondade e altruísmo por natureza. Desse modo, a profissionalização do serviço social só se deu no Brasil a partir das décadas de 1930 e 1940, quando foram fundados a Escola de Serviço Social de São Paulo (1936) e o Instituto de Serviço Social (1940), assim, “a Assistência Social começou a ser tecnicada, ultrapassando os aspectos curativo para atuar na prevenção dos problemas sociais” (ALVES, 2013, p.128), e as mulheres que já estavam associadas à benemerência passaram a profissionalizar-se.

Ainda desta publicação do *Boletim* queremos apontar uma outra característica importante, no que diz respeito a estrutura da força de trabalho na LBA. A portaria 39/47 também regulamentava a tabela de salários na LBA, estabelecendo, para tal, 17 classes salariais, variando de 6 mil cruzeiros (Classe 17) até 700,00 cruzeiro (Classe 1). Nesse sentido, é oportuno apontarmos que os homens representam 88,88% dos funcionários alocados nas cinco

categorias mais altas da estrutura administrativa, cujos salários variam entre 6 mil cruzeiros e 2.600 cruzeiros. Os homens também são maioria (65,5%) nas cinco categorias mais baixas, onde os rendimentos variam de 1.200 cruzeiros a 700,00 cruzeiros. As mulheres, portanto, se destacam nas cinco categorias com rendimentos médios, com salários entre 2.300 e 1.400 cruzeiros, representando 65% dos funcionários. É, propriamente, nestas cinco classes intermediárias que se concentram 64% dos funcionários da CC.

Dessa maneira, é possível percebermos que a participação feminina na LBA no período pós-Segunda Guerra Mundial, e após a reestruturação de 1946, permanecia, em termos quantitativos, bastante significativa, perfazendo mais de 50% do quadro do funcionalismo. No entanto, ao passo que a presença de profissionais mulheres era extensiva, ela também era mais restrita a determinados cargos, especialmente aqueles que eram considerados adequados ao sexo feminino, como assistente social, enfermeiras e secretárias. As mulheres perfaziam uma maioria apenas numérica, pois não ocupavam os cargos administrativos nem os de maior remuneração e reconhecimento social. A composição funcional da LBA reproduzia a estrutura social. Nesse sentido, Carla Pinsky, refletindo sobre o período, ponderou que “ainda em termos ideais, a masculinidade era associada à força, racionalidade e coragem, enquanto eram ‘características femininas’ o instinto maternal, a fragilidade e a dependência” (Pinsky, 2012, p.471), desse modo, as mulheres ocupavam cargos “condizentes com o seu sexo”, como exploraremos em capítulo a seguir.

A exclusão das primeiras-damas do comando efetivo da LBA, tanto na Comissão Central quanto nas Estaduais, aponta para uma significativa masculinização da liderança institucional. Cargos melhor remunerados e de comando eram de clara maioria ocupados por homens. A figura feminina terá peso significativo nas ações da LBA no período pós-guerra, uma vez que de um lado temos as mães brasileiras como principal alvo das ações legionárias, de outro temos as mulheres atuando significativamente nas atividades propostas pela LBA, tanto como voluntárias quanto como profissionais. As representações de gênero na estrutura da LBA passam, forçosamente, pela representação da figura da primeira-dama. Como apontamos acima, Carmela Dutra, primeira primeira-dama a assumir a LBA depois de Darcy Vargas, fora saudada pelos seus dotes beneméritos. Desse modo, cabe uma análise mais apurada dessa relação entre filantropia e a figura da primeira-dama.

Nesse sentido, a figura de maior relevância para a história da instituição é Darcy Vargas, que a fundou e duas vezes a presidiu. Darcy Vargas foi sucedida na presidência por outras primeiras-damas do país no período de 1945 – 1964 (Carmela Dutra, Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart), que procuraram, de modo geral, aproximação com o “mito Darcy”. Rosana

Temperini (2016) assinalou, oportunamente, que Darcy Vargas tornou-se referência para suas contemporâneas nos assuntos ligados às questões sociais.

Como uma representante feminina dos anos 1940, embora seu poder fosse restrito e limitado pelos homens, pelo poder assistencial ela participou da política, a qual se transformaria em emblemática da assistência social no Brasil, visto que foi a personagem e sua atuação na presidência da Legião Brasileira de Assistência que lançaram as bases do modelo para o primeiro-damismo brasileiro vinculado ao social. (SIMILI, 2008, p.195).

Darcy presidiu a LBA no período da guerra e voltou a presidi-la no período de 1951 – 1954. Dessa maneira, vamos analisar as permanências e transformações que a volta da fundadora da instituição implicou para a LBA.

3. A consolidação da LBA sob a atuação de Darcy Vargas

Darcy Sarmanho¹⁷ nasceu em 1895 em São Borja, Rio Grande do Sul, filha de Antonio Sarmanho, um estancieiro, e de dona Alzira de Lima Sarmanho, pertencendo, portanto, ao segmento da elite gaúcha. Casou-se aos 15 anos com o advogado Getúlio Dorneles Vargas, vindo a tornar-se mãe de cinco filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antonio e Getúlio. Ivana Simili (2008), que escreveu a única obra da historiografia a se ocupar exclusivamente da personagem Darcy Vargas, forneceu uma “ambiência cultural e educativa” na qual Darcy nasceu e foi criada, apontando, que Darcy manteve-se, de acordo com as prerrogativas de padrões de papéis sociais da época, enquanto dona de casa, mãe e esposa.

Alzira Vargas, que escreveu uma obra sobre seu pai, deixa claro que Getúlio dominava a vida pública e Darcy a vida privada da família Vargas. Alzira procura destacar que a “Revolução de 1930” transformou a rotina dos Vargas com a mudança para o Rio de Janeiro, mas também fora a oportunidade para Darcy engajar-se veementemente na filantropia.

Mamãe desejosa de auxiliar em alguma coisa fundara em Porto Alegre a Legião da caridade. Ao chamado de “Rio Grande do Sul, de pé pelo Brasil”, vários voluntários largaram famílias, trabalho, interesse e partiram sem olhar para trás. A Legião da Caridade nasceu da necessidade de fornecer mantimentos e remédios às famílias dos incontáveis Dom Quixotes. Aos domingos e feriados, eu tinha licença para ir ajudar. O perfume teimoso do charque penetrava nos pulmões e o sol sobre o telhado de zinco de um

¹⁷ Por diversas vezes em jornais e publicações, o nome da primeira-dama aparece grafado como Darci, mas, de acordo com SIMILI (2008), em documentos de próprio punho, ela assinava Darcy. Em documentos oficiais da LBA consultados para essa tese o nome da presidente aparece grafado como Darcy. Desse modo, manteremos essa grafia, mesmo que, por vezes, no *Boletim da L.B.A.* apareçam ambas grafias.

barracão no cais do porto queimava os miolos das dedicadas voluntárias. Mas a distribuição de víveres se fazia sem interrupção (PEIXOTO, 1960, p.67-8).

Em 1938, já no Rio de Janeiro, Darcy criara a Fundação Darcy Vargas, cujo primeiro fruto vigoroso foi a Casa do Pequeno Jornaleiro, que começa a ser organizada em 1939. Tratava-se de uma instituição para abrigar meninos em regime tanto interno quanto externo, e que poderiam se dedicar à profissão de jornalheiros e manter-se estudando. Era o princípio de uma ação mais direcionada à formação da população atendida pelas obras filantrópicas, e não somente a distribuição de produtos e/ou benefícios. Importante também evidenciar que Darcy já esboçava a parceria com o empresariado, que viria a compor a estrutura da LBA. Os proprietários e representantes de jornais e de revistas possuíam assento como conselheiros na Fundação e financiavam as obras. Segundo Simili (2008) “Os empresários da informação, ao financiarem a obra assistencial da Casa do Pequeno Jornaleiro, investiam na venda de jornais, visto que os jornalheiros eram os responsáveis por ela. Esse investimento representava o apoio e a retribuição desses empresários a Vargas” (p.101).

Darcy é ainda mencionada como a “pioneira, dentre as primeiras-damas brasileiras, na criação de órgãos assistenciais pertencentes à estrutura do Estado” (SCHUMAHER, BRAZIL, 2001, p.174). A representação histórica de Darcy Vargas é bastante, marcada, portanto, pela atuação na assistência e pela benemerência, uma vez que as instituições que ela criou permaneceram para muito além de sua existência viva¹⁸. Darcy é citada no “Dicionário de Mulheres do Brasil”, no qual é apresentado um panorama da atuação filantrópica da primeira-dama:

A atuação de Darcy Vargas em obras sociais começou em 1934, quando apoiou a fundação do Abrigo Cristo Redentor (RJ). Seguiram-se outras obras assistenciais, no Rio de Janeiro, como um abrigo para mendigos, a Escola de Pesca Darcy Vargas e a Escola Agrícola Presidente Vargas. Também promovia nos jardins do Palácio Guanabara o Natal dos Pobres, festa de grande repercussão pública, e participava de campanhas contra a lepra. Em 1938, criou a Fundação Darcy Vargas, destinada a oferecer assistência a menores e a coordenar escolas para crianças e idosos. Em 1940, inaugurou a Casa do Pequeno Jornaleiro – sua obra mais querida – que prestava serviços de proteção à infância. Nos anos 1940, expandiu essas atividades com a Casa do Pequeno Lavrador, a colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, a escola primária Álvaro Sodré e o restaurante da Casa do Pequeno Trabalhador. Em

¹⁸ Cabe ressaltar que a Casa do Pequeno Jornaleiro continua atuando na cidade do Rio de Janeiro. Em sua página na internet a instituição destaca que: “A Casa do Pequeno Jornaleiro (CPJ), principal projeto da Fundação Darcy Vargas, atua com meninos e meninas de 11 a 18 anos, estudantes da rede pública de ensino e moradores das proximidades da Zona Portuária do Rio de Janeiro, através de um programa educacional, de frequência diária obrigatória que complementa o horário escolar do jovem e gera transformações sociais”. Disponível em: <http://www.fdv.org.br/objetivo.asp>

1942, criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que herdara algumas finalidades da antiga Legião de Caridade, mas adquiriu novas funções no quadro da administração pública. Coube à LBA realizar múltiplas atividades assistenciais em todo o país, como principal órgão de assistência social do governo brasileiro durante décadas, até ser extinta no governo Collor em 1990. (SCHUMAHER, BRAZIL, 2001, p.174)

Durante o período da Segunda Guerra, e os anos iniciais da LBA, Darcy assumiu um papel de “mãe da nação”, representação propalada também por *Boletim* e pelos cartazes da LBA, como já apontamos. Esse papel ficou mais evidenciado a partir de 2 de fevereiro de 1943, quando morreu Getúlio Vargas Filho, o “Getúlinho”, filho caçula do casal Vargas. O laço de Darcy com as mulheres brasileiras teria simbolicamente se fortalecido, pois “era um momento em que as mulheres brasileiras – as mães, as esposas e as filhas – estavam perdendo seus pais, maridos e irmãos [...]” (SIMILI, 2008, p.70) em razão da formação dos batalhões brasileiros para a guerra. Darcy sucumbiu à dor e ao luto e retirou-se da vida pública, afastando-se da presidência da LBA até outubro daquele ano. Em seu retorno, estava estabelecida fortemente a representação de sua maternidade coletiva, assim como a imagem de uma mãe incansável que lutava para salvar os filhos. Já tratando do retorno dos expedicionários brasileiro à pátria em julho de 1945, Lobivar Matos informava que enquanto todos estarão celebrando o retorno dos heróis nacionais:

Apenas uma pessoa continuará fechada em seu aposento, pensando em vocês e em suas famílias. Essa pessoa, expedicionário amigo, é a Sra. Darcy Vargas. Seu gesto não significa outra coisa senão o recolhimento espontâneo a que se entregou desde que a morte levou o seu filho querido. Desde, então, não mais apareceu em festas e em homenagens. E para que não pensassem de outra forma, escreveu uma carta aberta para os “pracinhas” da F.E.B. Nesse documento, que é uma página de dor, a Sra. Darcy Vargas pede, delicadamente, desculpas a vocês pela sua ausência. Se ainda não leu, procure ler essa carta, expedicionário, e, aí, então, compreenderá o motivo porque entre as mãos que baterão palmas faltarão as dela (*Boletim...*, n.11, 15 de julho de 1945, p.2).

Cabe ressaltar que Darcy Vargas foi a primeira primeira-dama a presidir uma instituição de tão larga importância no cenário político-assistencial. Sua atuação foi baseada essencialmente num pressuposto de maternidade coletiva, de mãe da nação. Desse modo, inaugurou-se um arquétipo ainda bastante presente na política brasileira, que é a assistência social como o *métier*, o ofício por excelência, das primeiras damas. Darcy Vargas deixou a presidência da LBA em 30 de outubro de 1945, quando Getúlio Vargas também deixara a presidência da República. Darcy seria seguida, durante o período democrático (1945-1964), na

presidência da LBA, por outras primeiras-damas, como já apontamos, sobre as quais, de certo modo, também recaiu a representação de benevolência e maternidade social. Darcy voltou a ocupar a presidência da LBA, a partir de 1951.

O ano de 1951 marcou o retorno dos Vargas ao cenário político nacional. Getúlio Vargas havia sido eleito senador em 1946 e elegeu-se Presidente da República em 1950, com posse em janeiro de 1951. Assim o sendo, sua esposa, Darcy Vargas, foi reconduzida ao posto de presidente efetiva da LBA. A edição de fevereiro de 1951 (n.64) do *Boletim* foi completamente composta por matérias em homenagem à presidente da LBA, sendo a capa desse número inteiramente ocupada por uma foto de Darcy Vargas acompanhada pelo seguinte texto: “HOMENAGEM Á SENHORA DARCY SARMANHO VARGAS”.

De acordo com as páginas do *Boletim*, houve grande euforia com o possível retorno de Darcy Vargas à LBA. Segundo a publicação, os funcionários da instituição organizaram grande campanha para que dona Darcy fosse reconduzida ao cargo, estes elaboraram uma comissão e passaram a percorrer os jornais e rádios da cidade. O *Boletim* concluiu que:

Voltando à L.B.A., d. Darcy atenderá aos anseios de milhares de necessitados, que nela vêem uma esperança de melhores dias. Estão assim de parabéns os funcionários da Legião e os pobres de todo país, pelo retorno de d. Darcy Sarmanho Vargas à Presidência efetiva da Legião Brasileira de Assistência (*Boletim...*, n.64, fevereiro de 1951, p.3)

Em fevereiro daquele ano o Conselho Deliberativo da LBA havia escolhido por unanimidade o nome de Darcy Vargas para o posto de Presidente Efetiva da Legião Brasileira de Assistência. Poucos dias depois se deu a posse da nova presidente que, segundo o *Boletim*, revestiu-se de uma “verdadeira apoteose”. Pelas fotografias que ilustram as reportagens (a figura 2 é uma delas), verifica-se uma grande concentração de pessoas ao redor da primeira-dama. No texto, o então presidente da instituição se referiu ao feito simples e retraído da homenageada e a seu pedido para uma solenidade simples, no entanto, que fora vontade do povo, em especial dos legionários, elaborar tamanha festividade. Destacou João Daudt de Oliveira: “O resultado aí está, nestas salas repletas e nestas fisionomias alegres. Foi totalmente inútil o propósito de conter o entusiasmo com que todos se apresentaram a festejar sua volta à Presidência da Legião.” (*Boletim...*, n.64, fevereiro de 1951, p.6).



Figura 2: Posse de Darcy Vargas em 1951. *Boletim...*, n.64, fevereiro de 1951, p.5

Na fotografia publicada por *Boletim* é possível vermos a figura central de Darcy Vargas, cercada por uma pequena multidão que parece mal caber no recinto. A imagem vincula-se ao texto que caracterizou como “verdadeira apoteose” a posse de Darcy Vargas. Assim, esta fotografia, por sua dimensão histórica, como formula Kossoy (2001), é um fragmento selecionado do real, cuja seleção é intermediada pelos elementos fotográficos essenciais: assunto, fotógrafo e tecnologia. Dessa maneira, é importante destacar a imagem fotográfica como selecionada.

A imagem do real retida pela fotografia (quando preservada ou reproduzida) fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena. A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos. (KOSSOY, 2001 p. 36-37).

Nesse mesmo sentido, Mauad e Lopes (2001), consideram que as evidências históricas não são como peixes em um oceano a serem fígados pela isca do historiador, bem como a imagem não é captada por um olhar neutro. Os autores afirmam que “A evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado” (MAUAD, LOPES, 2011, p.263). A ideia de imagem/monumento vai ser retomada pelos autores numa oposição a imagem/documento, numa apropriação dos conceitos de documento/monumento de Jacques Le Goff.

No primeiro caso, considera-se a fotografia a marca de uma materialidade passada, que nos informa sobre determinados aspectos desse passado, como condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Como documento e monumento, a fotografia informa e também conforma visões de mundo. (MAUAD, LOPES, 2011, p.263).

A imagem como monumento, como escolha a ser perenizada, como intento a conformar visões e opiniões.

Concebida como monumento, a fotografia impõe ao historiador uma avaliação que ultrapasse o âmbito descritivo. Neste caso, ela é agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras (CARDOSO, MAUAD, 1997, p.576)

A fotografia da posse de Darcy publicada pelo *Boletim* é vista, portanto, como um monumento, não só a Darcy, mas como a LBA e sua história, e até mesmo ao governo e a pessoa de Getúlio Vargas. Uma celebração de uma forma de se fazer assistência e de governo. A partir de uma observação mais expandida sobre nosso conjunto de fontes, é possível percebermos que *Boletim* faz bastante uso, em suas edições, de fotografias e imagens em geral. É também possível asseverarmos que as imagens ali se encontram no sentido de conformar e ratificar as posições assumidas nos textos que a publicação apresenta. *Boletim da L.B.A.*, sem dúvidas, vale-se da concepção de imagens enquanto monumentos¹⁹.

Darcy é mais uma vez apresentada como a infatigável trabalhadora da assistência no Brasil. Em uma matéria do periódico “*O Radical*” de 16 de fevereiro de 1950, transcrita no *Boletim* de fevereiro de 1951, o jornalista Caio Miranda em um texto intitulado “A Santa” relata:

Encontrei-a [Darcy Vargas] um dia nessa missão sublime. Estava ao lado do fogão, na casa do Pequeno Trabalhador. Lá fora, duas mil e duzentas crianças aguardavam a refeição que se elaborava. Meus olhos não quiseram acreditar naquilo que não podiam ver bem, pela névoa insopitável das lágrimas nascentes. Contrito, beijei religiosamente aquelas santas mãos. (*Boletim...*, n.64, fevereiro de 1951, p.10)

¹⁹ Esse entendimento da imagem/monumento queremos estender as demais fotografias que serão analisadas ao longo deste trabalho.

Outro jornalista a comparou à Princesa Isabel, uma vez que ambas “[...] trilham estradas paralelas, escapadas pelo mesmo altruísmo, alcafiadas por idênticas benemerências, que se conduzem ao panteon da gratidão popular.” (*Boletim...*, n.64, fevereiro de 1951, p24). Tais representações míticas de Darcy Vargas permanecerão pungentes ao longo dos anos. É importante apontarmos que Darcy reassume a LBA após a reestruturação da entidade empreendida entre 1945 e 1946, mas ao contrário de Carmela Dutra, Darcy assume como Presidente Efetiva da LBA, por escolha do Conselho Deliberativo.

Nos primeiros meses de mandato, Darcy emite dezenas de portarias, que *Boletim* publica, principalmente, na edição de abril e maio de 1951 (nº66). Essas ações de Darcy são, em grande maioria, para nomear as Comissões Estaduais. Nesse sentido, ao contrário do que apontamos no quadro 4, onde, em 1946, as Comissões Estaduais passaram a ser presididas, majoritariamente, por homens, Darcy recoloca as primeiras-damas estaduais no comando das CEs, como evidencia o quadro 5.

Quadro 5: Presidentes das CEs em empossados 1951²⁰.

Estado	Nomeado (a)
Alagoas	D. Lêda Collor de Mello
Amazonas	Dr. Miguel Cruz Filho
Bahia	D. Enerina Fernandes Pacheco Pereira
Ceará	D. Ilnah Araripe Barbosa
Espirito Santo	D. Alda Santos Neves
Goiás	D. Gercina Borges Teixeira
Mato Grosso	D. Maria Elisa Bocaiúva Correa da Costa
Minas Gerais	D. Sarah Kubitschek
Pará	D. Wilma Assumpção Monteiro de Carvalho
Paraíba	D. Ana Alice Melo de Almeida
Paraná	D. Flora Camargo Munhoz da Rocha
Pernambuco	D. Maria Antonieta Bezerra de Magalhães
Piauí	D. Maria Nazaré Costa Freitas
Rio de Janeiro	D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto
Rio Grande do Sul	D. Fabíola Pint Dornelles
Rio Grande do Norte	D. Adalgisa Souza Rosado
Santa Catarina	D. Maria Konder Bornhausen
São Paulo	D. Maria Carmelita Leme de Oliveira Garcez
Território Guaporé	D. Lucia Rolim Barcelos
Território Rio Branco	D. Emilia Melo

²⁰ Os dados apresentados no Quadro 5 foram extraídos das portarias publicadas por Darcy Vargas, não contemplam todos os estados, mas contemplam uma grande maioria.

Pelos dados do quadro 5 é possível perceber que, preponderantemente, foram empossadas as primeiras-damas na maioria dos estados ou territórios, com a única exceção do estado de Amazonas. Figuram entre as presidentes das CEs duas personalidades de destaque na história da LBA: D. Sarah Kubitschek, que, em breve, viria a ser primeira-dama do Brasil; e Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Darcy e Getúlio e esposa de Ernâni do Amaral Peixoto, então Governador do Estado do Rio de Janeiro. Mas não apenas as primeiras-damas voltaram para o centro da atuação legionária. Sob a presidência de Darcy Vargas restabeleceu-se o Corpo de Voluntárias, em março de 1952. Em abril daquele ano, *Boletim* deu largo destaque a essa decisão de Darcy, e explicou:

No final da sua primeira década, a L.B.A. apresenta, contudo, uma transformação profunda no que diz respeito aos seus elementos de trabalho. Por imperativos de ordem técnica estabeleceu-se a profissionalização de todos os serviços e extinguiu-se por completo o quadro dos trabalhadores voluntários. (*Boletim...*, n.77, abril de 1952, p.3)

Boletim também dá espaço à fala de Darcy na cerimônia, que disse que “O restabelecimento do Corpo de Voluntárias, quando a instituição se prepara para festejar seu décimo aniversário, serve para restituir-lhe, em grande parte, a fisionomia original” (*Boletim...*, n.77, abril de 1952, p.3). A fotografia (figura 3) que ilustra a matéria do *Boletim* mostra D. Darcy Vargas acompanhada por outras mulheres, que não são identificadas no texto.



Figura 3: Fotografia que ilustra matéria sobre o retorno do Corpo de Voluntárias à LBA. Fonte: (*Boletim...*, n.77, abril de 1952, p.3)

É significativo na fala de Darcy publicada pelo *Boletim* o desejo de “restituir a fisionomia original” da LBA, isto é, de certa forma reverter, parcial ou integralmente, a reforma implementada pelo novo estatuto de 1946. Nesse sentido, analisando as publicações do *Boletim*

da L.B.A., é preciso apontar que, além do retorno das primeiras-damas e das voluntárias, a segunda passagem de Darcy pela presidência da LBA também ficou marcada por uma vigorosa atenção à assistência às vítimas da seca no Nordeste brasileiro, o que, de certo modo, resgatou um modelo campanhista de atuação assistencial.

Apontada frequentemente como uma das piores secas que assolaram a região Nordeste do Brasil, a seca de 1951 estendeu-se até 1953. Assim, em junho de 1951, Darcy Vargas criou a AVIS – Assistência às vítimas da seca –, comissão que ficaria diretamente submetida a Presidente da LBA e não possuía prazo para o encerramento de sua atuação. *Boletim* publicou a portaria que criara tal comissão:

Art.3º: A AVIS terá duração sujeita ao exclusivo critério do Presidente da L.B.A., que poderá extingui-la em qualquer tempo.

Art.4º: A AVIS estará diretamente subordinada ao Presidente efetivo da L.B.A., que nomeará um coordenador de sua livre escolha para a consecução dos objetivos assistenciais colimados. (*Boletim...*, n. 68, julho de 1951, p.12).

Criara-se, assim, uma espécie de força-tarefa para atuar especificamente na assistência aos desamparados no polígono da seca²¹. O número 68 do *Boletim da L.B.A.*, publicado em julho de 1951, dedicou-se ricamente a atualizar os leitores sobre as ações da instituição quanto ao socorro às vítimas nordestinas da seca. O texto inicial do *Boletim*, semelhante a um editorial, anunciava a AVIS.

Perante a calamidade que açoita o Nordeste brasileiro, onde a sêca assume aspectos cruéis, o espírito de solidariedade na dor e de fraternidade na assistência manifestou-se logo em todo o território nacional. Institutos de beneficência, governos estaduais e municipais, a Igreja, as iniciativas isoladas foram de tal ordem e tantas, que não tardou a assistirmos a um espetáculo reconfortante de carreamento de agasalhos, alimentos, remédios, dinheiro, em socorro dos flagelados.

O Governo da República brilhou na rapidez com que fez mobilizar recursos e brilhou mais ainda com a iniciativa de confiar à “Legião Brasileira de Assistência” todo êsse trabalho árduo e delicado.

E assim é que foi criado, dentro da L.B.A., um novo organismo, desfraldada mais uma bandeira, mas imposta mais uma responsabilidade: a A.V.I.S. – assistência às vítimas da sêca. (*Boletim...*, n. 68, julho de 1951, p.1).

²¹ Apesar de estar presente em legislações anteriores (Lei número 175, de 7 de janeiro de 1936, e no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946) Getúlio Vargas na lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, definiu “[...] a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das sêcas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na fôz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela margem direita dêste, a afluição do Uruçui Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.”

Fica evidente uma aproximação muito concreta entre o Governo Federal e a LBA, relação anteriormente estremecida, nas palavras elogiosas que *Boletim* empregou. A AVIS, criada pela LBA, seria a responsável pelo atendimento àquelas famílias atingidas pela estiagem. Mas para além da LBA e do Executivo federal, mobilizava-se um coletivo de forças como os governos estaduais, a Igreja Católica – cujo papel será exponencial – e as ações individuais. Percebe-se que é traçado um cenário bastante semelhante ao período de formação da LBA, isto é, a LBA articulava-se com o retorno da presença massiva das mulheres e com uma grande campanha envolta em um discurso de uma necessária união nacional.

No sentido de uma proximidade simbólica entre a guerra europeia e a guerra contra a seca, *Boletim* promove representações acerca da primeira-dama, Darcy Vargas, mais uma vez na perspectiva mais enaltecida e, até mesmo, santificadora. No editorial já citado, *Boletim* também asseverara:

Essa demonstração de confiança [do governo e da população] está sendo correspondida. Logo se abalou para o Nordeste, em duas viagens sucessivas, a exma. Presidente da Legião, levando consigo, a exemplo da Rainha Isabel, as flores que daí a pouco se transformaria em pão. No decorrer das páginas deste *Boletim*, não de os leitores saber dos passos que foram dados, das providências que foram tomadas, do muito que se fez e do muito que se está fazendo. (*Boletim...*, n. 68, julho de 1951, p.1).

Darcy é comparada à Santa Rainha Isabel de Portugal, cuja biografia é marcada por atos de benemerência e desapego material, e também a quem é atribuído o milagre de transformação de rosas em pães para, secretamente e à revelia das decisões da corte, alimentar os mais necessitados de Portugal. As aproximações entre as imagens de Darcy e de santas já haviam se dado e ensejam um processo de associação definitiva da imagem da primeira-dama com características como bondade, benemerência e altruísmo.

Como o próprio *Boletim* adiantou em seu editorial – já citado – a edição de julho de 1951 traria maiores informações sobre a AVIS e as ações coordenadas pela LBA para atender ao Nordeste. Dessa maneira, há uma longa matéria intitulada “Nordeste, a L.B.A. está presente!”. O texto inicia afirmando que:

Depois que o Governo da República entendeu de confiar à “Legião Brasileira de Assistência” a coordenação de socorros às populações do Nordeste atingidas pelo flagelo da seca, a sra. Darcy Vargas esteve por duas vezes em visita a Pernambuco, Paraíba do Norte, Rio Grande do Norte e Ceará, com o fim de examinar mais de perto, por um lado a marcha dos trabalhos já

iniciados, pelo outro novas iniciativas a tomar, e pelo outro para dar estímulos e palavras de fé e confiança às populações sacrificadas. (*Boletim...*, n.68, julho de 1951, p.5-6)

Primeiro elemento a ser destacado é o reforço não só de uma parceria entre o Governo e a LBA, mas de que se trata propriamente uma transferência de função. O Estado transfere a uma organização para-estatal a função de prestar assistência, recrudescendo a perspectiva de um modelo cooperativista na gestão da assistência social. O texto também enfatiza o deslocamento de Darcy até os estados atingidos, e especifica a atuação da instituição e, notadamente, a de sua presidente:

O primeiro donativo da L.B.A. constou de 30.000 sacos de feijão. 150 toneladas de leite em pó estão sendo distribuídas às crianças. A sra. Darcy Vargas foi portadora, ela mesma, de três cheques, no valor de quinhentos mil cruzeiros cada um, destinados ao fundo financeiro da A.V.I.S. Foi recomendação expressa de S. Excia. que essas quantias se destinariam de preferência às mães e às crianças, dado o programa explícito da L.B.A.. (*Boletim...*, n.68, julho de 1951, p.5-6)

A primeira-dama e presidente da LBA é mais uma vez apresentada como infatigável trabalhadora em prol das causas da assistência, representação que se fez também bastante presente no período da guerra.

Abalando-se do Rio de Janeiro para aquêles longínquos Estados, quis a sra. Darcy Vargas ver de perto e sentir e partilhar os sofrimentos atrozes de nossos patrícios, para melhor poder orientar os trabalhos de socorro. [...] A exma. Presidente da L.B.A. quis visitar Pentecostes, no Ceará, centro de grandes atividades de redução do flagelo. Tomou conhecimento do que se faz necessário e até urgente empreender. Aproveitou a oportunidade da estadia no Nordeste para visitar as comissões estaduais e municipais da L.B.A. tendo para todos os Legionários palavras de afeto, de gratidão e de estímulo na obra exaustiva a que se entrega. [...] Falando à imprensa local, teve S. Excia. ocasião de dizer o seguinte: “Causa orgulho ver como os médicos, enfermeiras e outros auxiliares de dedicam de corpo e alma à nobre tarefa que lhes foi confiada. Também é de surpreender que se possa realizar tanto com tão pouco”. (*Boletim...*, n.68, julho de 1951, p.5-6)

Nos excertos acima são apresentados certos traços do perfil de atuação da AVIS e de representação dela e de Darcy Vargas nas páginas do *Boletim*. LBA atuaria no sentido minorar o sofrimento, especialmente a fome, das populações mais atingidas pela severa estiagem. A distribuição de gêneros alimentícios aparece como o principal foco de ação. Sobre Darcy Vargas é a representação da mulher incansável, inabalável e que se faz sempre presente. O texto no *Boletim* é encerrado assim: “A esta hora muitos lábios de mães já deverão estar proferindo

palavras de gratidão e louvor à sua desvelada protetora” (*Boletim...*, n.68, julho de 1952, p.6). Darcy Vargas é representada como a grande protetora da infância e da maternidade.

Boletim ainda em 1951 apresentara por diversas vezes relatos do trabalho da AVIS e da LBA. Em um primeiro momento, podemos perceber que os textos publicados procuravam focar claramente a necessidade da atuação do governo e da LBA nessa causa. Em julho, a publicação enfatizava que eram “300.000 FLAGELADOS SÓ NO CEARÁ” (*Boletim...*, n.68, julho de 1951, p.19), e também procurava denunciar a existência de uma “Indústria da seca e da fome”, pessoas visando o lucro a partir do transporte e do abrigo das populações sertanejas que abandonam suas terras em direção às cidades (*Boletim...*, n.72, novembro de 1951, p.3)

Em setembro daquele ano, *Boletim* publicou uma fotografia bastante impactante de uma mãe segurando uma criança esquelética e justificou a publicação pelo desconhecimento da “civilização do asfalto” das reais situações do Nordeste brasileiro, podendo vir a considerar “[...] um exagero, de uma mistificação ou de um gesto de puro exibicionismo”, bem como poderia se julgar a ação integrada do governo e da LBA como um “[...] gesto de popularidade barata”. Sobre as incursões de Darcy Vargas pelo Nordeste, *Boletim* pondera: “Terá o povo compreendido o alcance destas viagens? Terá medido exatamente o seu significado”. Por essas conclusões fez-se publicar a referida fotografia com o seguinte texto.

Repousando os olhos no espetáculo pungente dêsse desventurado menino atingido em cheio pelo terrível fenômeno climatérico, poderá o leitor formar agora juízo certo do que seja a sêca do Nordeste e, ao mesmo tempo, compreenderá todo êsse movimento de solidariedade humana e cristã que abala os corações daqueles que ainda o têm ... (*Boletim...*, n.70, setembro de 1951, p.7)

Boletim cumpre a tarefa de advogar em prol da campanha encabeçada pela LBA, apontando-lhe a pertinência e necessidade de atuação. Em 1945, *Boletim* já agira nesse modelo, mas sempre em resposta à críticas existentes. É difícil apontar com precisão como seria composto o público leitor do *Boletim*, uma vez que não há menção explícita nas páginas da publicação sobre a distribuição e recepção dos boletins. No entanto, é possível perceber que *Boletim* e a LBA estão atentos ao processo de convencimento desses leitores.

Em dezembro de 1951, *Boletim* exibiu fotografias, que tomam a página inteira da publicação (figura 4), da terceira viagem que Darcy fez ao Nordeste para dar provimentos sobre a atuação da AVIS. Nas fotografias, a presidente da LBA aparece cercada de autoridades políticas como os governadores Agamenon Magalhães e Sebastião Archer, dos estados de Pernambuco e Maranhão, respectivamente; sendo também exibida a recepção festiva que Darcy

recebera em Teresina, Piauí, e as entregas de doações em cheque da parte da Legião. A terceira viagem de Darcy Vargas aos estados nordestinos mais atingidos pela seca foi o tema de uma entrevista que a Presidente da LBA concedeu à imprensa carioca em novembro de 1951. *Boletim* referiu-se a esta coletiva na edição de janeiro de 1952. Na interlocução com a imprensa, Darcy Vargas pormenorizou a remessa de três milhões e oitocentos mil cruzeiros aos estados.

Além do auxílio em dinheiro – prosseguiu a sra. Darcy Vargas – a Legião Brasileira de Assistência enviou para as regiões flageladas, a fim de ser distribuída através dos serviços AVIS considerável quantidade de gêneros alimentícios, roupas e medicamentos, no valor estimado de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros. [...] Além de todo êsse material, acabo de providenciar a distribuição, para todos os Estados atingidos pelo flagelo, das 150 toneladas de leite em pó integral, adquiridas pela L.B.A. na Dinamarca, pelo curso de cerca de três milhões de cruzeiros. (*Boletim...*, n.74, janeiro de 1952, p5)



Figura 4: Fotografias da terceira viagem de Darcy Vargas ao Nordeste. Fonte: *Boletim...*, n. 73, dezembro de 1951, p.4

É oportuno sublinharmos que *Boletim*, mantém seu perfil de silenciar eventuais conflitos ou cobranças, como já o fazia em 1945. A AVIS, nas páginas do *Boletim*, surge a partir de uma necessidade pungente do Nordeste por atenção, fazendo com que o Governo e a LBA se mobilizassem para tal. É possível observarmos que havia certo descontentamento dos governadores da região com a forma como o Governo Vargas vinha lidando com a situação. Em 13 de abril de 1951, o governador de Alagoas, o udenista Arnon Afonso de Farias Melo, enviou telegrama ao presidente Getúlio Vargas informando a precária situação de determinados municípios alagoanas e cobrando providências:

Aí no Rio entrei em entendimentos com Dr. Flamarion Costa, do Departamento da Criança, e Cleanto Leite, da Secretaria do Palacio, que me prometeram contaria Alagôas ainda este ano com os benefícios daquele plano. Mas até agora porém nenhuma notícia tive a respeito e leio nos jornais que Pernambuco acaba de receber trezentas e oitenta toneladas de leite em pó. (CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1951.04.13/4, fl.1)

Arnon Melo não só cobrava por providências previamente acordadas como questionava o auxílio recebido pelo seu vizinho. No arquivo consultado no CPDOC também consta a resposta de Getúlio, dois dias depois também via telegrama: “RECOMENDEI MINISTRO EDUCAÇÃO PROVIDÊNCIA SOLICITADA SEU TELEGRAMA PT CORDIAIS SAUDAÇÕES” (CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1951.04.13/4, fl.2). Ainda em abril, Getúlio recebera as reclamações, também via telegrama, da Assembleia Legislativa do Piauí, que aprovara por unanimidade requerimento que manifestava “[...] estranheza desta casa fato estarem jornais et difusoras capital República vg inclusive emissora oficial vg noticiando distribuição socorro populações atingidas secas sem que Estado Piaui seja contemplado com esses beneficios pt” (CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1951.04.13/4, fl.4).

Essas correspondências entre os governadores e o presidente da República denotam que Getúlio estava a tratar de forma aleatória e pouco organizada com a questão da seca nos estados nordestino. O Arquivo Getúlio Vargas do CPDOC possui outros documentos, nos possibilitando uma leitura sobre esse tema.

Em 15 de junho Getúlio autorizava seu secretário pessoal, Dr. Roberto Alves, a buscar auxílios em empresas e com particulares para as vítimas da seca. Em 20 de junho, Roberto Alves entrega um cheque de um milhão de cruzeiros à Darcy Vargas, que acusa o recebimento e informa depositar em conta específica da AVIS. Isto é, até que a AVIS fosse criada pela LBA em 20 de junho de 1951, houve uma série de contentas e cobranças por parte dos governadores

nordestinos, em razão da grave seca que assolava seus estados. Conflitos políticos ou pessoais, mas que não aparecem nas páginas do *Boletim*.

Pela análise dos textos publicados no *Boletim*, a atuação da AVIS e da LBA teria ficado bastante marcada pela distribuição de gêneros alimentícios como feijão e leite em pó. A partir de 1952, no entanto, o teor da abordagem de *Boletim* sobre a atuação da AVIS se transformou. No primeiro momento (ao longo de 1951) a publicação enfatizava a necessidade da atuação da LBA a fim de minorar os efeitos da seca, já num segundo momento (a partir de 1952) passara a melhor elucidar o mecanismo de funcionamento da AVIS, tentando mostrar que suas ações foram além da distribuição de alimentos.

O texto de abertura da edição de janeiro de 1952 (nº74), assinado por Dom Eliseu Mendes, bispo auxiliar de Fortaleza e vice presidente da seção arquidiocese da AVIS no Ceará, trazia uma primeira explicação:

Tem-se feito larga distribuição de gêneros alimentícios, não a título apenas de donativo, mas especialmente em troca de serviços. Constroem-se pequenas casas, açudes, estradas, etc, com os recursos da AVIS, dando, assim, trabalho aos homens válidos, e prendendo a população à gleba, evitando-se o êxodo, pelo que não houve mais grandes deslocamentos da gente sofredora e brava do Ceará. (*Boletim...*, n.74, janeiro de 1952, p.1)

O religioso enfatiza, assim, que não havia a simples distribuição de alimentos, mas que esta se dava em troca da prestação de serviços pelos homens em obras promovidas pelos governos e pela AVIS. Nesse mesmo sentido, em abril de 1952, *Boletim* publicou texto intitulado “Grato à AVIS, o Ceará”, no qual são apontadas as benesses proporcionadas pela AVIS àquele estado e sua população. Constam também certas elucidações do funcionamento desses serviços. Assim, *Boletim* informa que “Houve a orientação geral de evitar o mais possível a esmola, fazendo com que o necessitado prestasse um serviço qualquer a fim de que o auxílio por êle recebido não o humilhasse, mas representasse um direito conquistado pelo seu esforço” (*Boletim...*, n.77, abril de 1952, p.12).

Essa perspectiva estava presente na entrevista coletiva que Darcy Vargas concedeu em novembro de 1951, cujo teor era um relatório das ações da AVIS. O conteúdo do relatório não fora contemplado no *Boletim*. Assim, transcrevemos um trecho: “A assistência é prestada, assim, sem o caráter de esmola, procurando-se obter, por pequena que seja, a cooperação dos próprios beneficiados, como por exemplo, mediante trabalho ou por outra forma qualquer [...]” (CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1951.04.13/4, fl.14).

A proposição de engajar as populações atendidas pelos serviços sociais em trabalhos também se encontrava presente em telegramas enviados pela Presidência da República aos governos nordestinos em 1951. Em correspondência com o governo potiguar e cearense, é informado que o Ministro da Viação dará providências para a construção de estradas e açudes, não só para conter os efeitos da seca e da intensa migração, como também para absorver parcela dos homens dando-lhes emprego temporário. Um telegrama é assinado por Lourival Fontes, secretário da Presidência da República, o outro é assinado pelo próprio presidente²².

É preciso destacar que a ação da AVIS ficou marcada pela significativa importância do clero católico, como já evidenciado pela autoria de Dom Eliseu Mendes de texto acima citado. Assim, *Boletim* procurou explicar a significância dos religiosos na assistência às populações vitimadas pela seca: “Para que não houvesse desvios, explorações ou política, adotou-se o critério de confiar ao vigário de cada paróquia atingida pela seca o socorro da AVIS. E esse processo deu os melhores resultados, não havendo queixas justas nem protestos cabíveis.” (*Boletim...*, n.77, abril de 1952, p.12). Desse modo, em nome de uma neutralidade e idoneidade do processo todo, o controle dos recursos no âmbito local coube aos religiosos.

É necessário pontuarmos a significativa aproximação entre a Igreja Católica e a LBA. Assim, cabe sublinhar que, pelo menos – ao constar dos poucos registros dos altos cargos da LBA –, entre 1951 e 1963 a Ação Social Arquidiocesana ocupou uma das vice-presidências na LBA. Mais significativamente, ao longo do ano de 1963, sob a presidência da primeira-dama Maria Thereza Goulart, o Padre Joaquim Horta foi diretor-superintendente²³ da instituição, denotando franca aproximação entre as duas instituições. Sem contar que parte do corpo institucional da LBA era formado por senhoras voluntárias, remetendo a tradição católica do engajamento das mulheres de elite em ações filantrópicas. Nesse sentido, frequentemente foram publicados textos no *Boletim* com clara orientação católica, inclusive utilizando decisões e textos papais como suporte e validação para ações legionárias²⁴.

Com isso queremos apontar que, sob a presidência de Darcy Vargas, há uma considerável recorrência a ações idealizadas pela Igreja Católica ou que contavam com a sua efetiva participação. *Boletim* dá espaço a ações católicas como “Semana da ação católica”, que

²² Essas correspondências integram o conjunto documental do Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1951.04.13/4, fls.12-13, 15). Há outros documentos de Getúlio e Lourival em correspondência com os governadores e Assembleias estaduais, nos quais eles dão providências sobre a construção de açudes e demais projetos que visavam mitigar os efeitos da seca.

²³ De acordo com a estrutura administrativa da LBA, o cargo de diretor-superintendente era o principal posto no sentido das operações e funções administrativas da LBA, abaixo apenas do/da presidente.

²⁴ No debate travado nas páginas do *Boletim* sobre o parto medicalizado foram utilizadas declarações do Papa, em especial na edição n.67, junho de 1951.

propunha a permanência feminina no lar e a luta por remuneração mais justa ao trabalhador para “[...] resguardar a família das incertezas e imprevistos da vida, e ainda como medida adequada para evitar o trabalho da esposa fora do lar, sem desequilibrar o orçamento doméstico.” (*Boletim...*, n.69, agosto de 1951, p.5). Também dá ênfase às ações desenvolvidas em parceria entre a LBA e a igreja católica, em especial entre as populações indígenas.

A pouco e pouco, haveremos de colocar diante dos olhos do leitor o desdobramento de tôdas as atividades da “Legião Brasileira de Assistência” em território nacional. Hoje, cabe a vez da assistência aos nossos selvícolas no Estado do Amazonas. Ali, a assistência da L.B.A., ou se faz diretamente, com organismos próprios, ou se faz, enfim através dos poderes de Estado, ou se faz, enfim, por meio dos organismos religiosos. Em geral, são os missionários os mais diretamente visados pela L.B.A. (*Boletim...*, n.69, agosto de 1951, p.10).

Sobre o objetivo dessas missões realizadas em parceria entre a LBA e os missionários religiosos católicos – em especial os Salesianos –, *Boletim* aponta para o “[...] trabalho lento, mas fecundo destinado a tornar o aborígene um elemento de civilização e relativo progresso” (*Boletim...*, n.69, agosto de 1951, p.10). A publicação da LBA também promoveu um esclarecimento sobre o financiamento das missões:

O Brasil concorre anualmente com vários milhões de cruzeiros, mas é de justiça frisar que o Papa nos devolve o que entregamos e muito mais do que o que entregamos. Estatísticas cuidadosas mostram que a Santa Sé entrega anualmente ao Brasil muito mais do dôbro daquilo com que nós concorremos para as missões. [...] As crianças selvícolas recebem parte considerável através de orfanatos, hospitais, escolas, oficinas, roupas, etc. Vê-se, assim, que êste edificante movimento de solidariedade humana, que está sendo a “Semana da Criança”, também se estende às florestas brasileiras, ao nosso indiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo. (*Boletim...*, n.69, agosto de 1951, p.10)

Essa parceria se mostra eficaz também nos centros urbanos. Em outubro de 1952, *Boletim* publicou matéria sobre curso de puericultura realizado em Realengo, subúrbio carioca, num salão paroquial.

Fêz uso da palavra o pároco, que disse do prazer que sentia em haver cedido o teatrinho local para a realização do Curso Popular de Puericultura, por se tratar da “Legião Brasileira de Assistência”, que vem trabalhando em prol da família pobre de nossa terra. Não poderia ser negado o concurso da Igreja para a concretização dos elevados objetivos da L.B.A. em elevar o grau de conhecimentos das mães na criação e educação de seus filhos. (*Boletim...*, n.71, outubro de 1951, p.17)

Propusemos certa descrição das principais atividades desempenhadas pela LBA, tendo à frente a primeira-dama Darcy Vargas entre os anos de 1951 – 1954, para que pudéssemos apontar certas percepções sobre o modelo de assistência social ofertada pela LBA nesse período. Sob a liderança de sua fundadora, a LBA abriu espaço novamente para as voluntárias, bem como se reestruturara baseada na liderança das primeiras-damas, a começar pela própria Darcy Vargas que assumiu a presidência efetiva, deixando de lado o cargo de Presidente de Honra ocupado pela sua antecessora, a primeira-dama Carmela Dutra. As descrições apresentadas pelo *Boletim* a respeito de d. Darcy e a forte aproximação institucional com a Igreja Católica – fato que não permanecerá pós-Darcy – nos indicam, primeiramente, uma assistência social pautada no assistencialismo e na concepção de assistência enquanto um dever moral, auxiliando os “desajustados ao progresso”.

No sentido de melhor compreendermos o conceito de assistência social apropriado pela LBA, analisemos um texto publicado em 1951 no *Boletim da L.B.A.*, intitulado “O papel das Assistentes Sociais”, cuja autoria, como de costume, não é apresentada.

“Se a assistente social é, realmente, cristã, o espanto, o temor, a timidez, os choques que o espetáculo dos desajustamentos sociais lhe inspiram, se convertem numa grande inquietude que, unida ao Amor indispensável ao seu apostolado, as torna capazes de lutar contra a miséria, a injustiça, o ódio, e substituir tudo isto pelo bem-estar de cada homem, de cada criança que a Providência Divina pôs no seu caminho, dentro de sua profissão”. Na verdade, aí está uma síntese, de cores fortes, da missão que uma assistente social é chamada a executar na hora presente. (*Boletim...*, n.73, dezembro de 1951, p.9)

Em seu texto, *Boletim* evidencia a perspectiva da assistência social como uma missão moral, como um chamado divino para acudir os necessitados. Há também um concepção de gênero, uma vez que as mulheres são tomadas como as responsáveis por esses cuidados. A matéria é publicada juntamente a uma ilustração. Trata-se de uma reprodução da pintura “Virgem com a Roseira” (1473) de Martin Schongauer. A figura ocupa a maior parte da página (figura 5).



Figura 5: Matéria sobre o papel das Assistentes sociais. (*Boletim...*, n.73, dezembro de 1951, p.9)

A assistência e o amparo aos necessitados têm sido, historicamente, ligados à religião, em especial ao catolicismo. Marcilio (2006) apontou que a assistência aos pobres e desamparados se desenvolveu na Europa a partir do século XII. No mesmo sentido, Alves (2013) indica que “a prática da misericórdia foi adotada pelas ordens religiosas católicas e se tornou dever dos cidadãos quando a Europa foi duramente castigada pela tríade fome, peste e guerra no período compreendido entre os séculos XI e XV (ALVES, 2013, p.111).

No Brasil, o amparo aos pobres e necessitados também foi operado fortemente no âmbito da caridade religiosa. Desse modo, a assistência era muito mais marcada pelas iniciativas particulares e individuais do que uma política organizada. Marcilio (2006), cuja obra sobre infância abandonada é uma referência em estudos da área, ressaltou a existência de três fases distintas na evolução da assistência no Brasil.

A primeira fase, de caráter caritativo, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos – evoluiu para o novo caráter filantrópico, e está presente, a rigor, até década de 1960. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala entre nós o *Estado do Bem-Estar Social*, ou o Estado-Protetor, que pretende

assumir a assistência da criança desvalida e desviante. Só a partir dessa fase, a criança tornou-se, na lei, sujeito de Direito, partícipe da cidadania. (MARCILIO, 2006, p.132)

No sentido de elucidarmos uma distinção entre filantropia e caridade, Sanglard (2013, p.230) apresenta uma diferenciação sendo que a caridade seria aquela ação não visava qualquer ideia de utilidade social, estando muito mais atrelada a valores morais e religiosos. Darcy Vargas e a LBA estão inseridas nesse contexto de uma assistência filantrópica.

Mestriner (2001) delimita de modo um pouco mais específico os períodos da assistência no Brasil e, então, denomina o período de 1946 – 1964 de *filantropia partilhada profissionalizante*, uma vez que coaduna a participação estatal, de modo incipiente, e as ações do empresariado nacional. Segundo a autora, surgem no período instituições voltadas para a educação do trabalhador, da criança, das famílias brasileiras.

A LBA e Darcy Vargas, segundo a análise das páginas do *Boletim*, atuaram significativamente em ação de distribuição de benesses em geral a população. Por vezes, essa distribuição, por parte da primeira-dama, deu-se diretamente. Como já havia acontecido na época da guerra, Darcy aparece nas páginas do *Boletim* distribuindo presentes à população pobre em alguns momentos, especialmente no Natal. Passada a efeméride, *Boletim* destacou: “O primeiro Natal comemorado pela Legião Brasileira de Assistência, após o regresso da sra. Darcy Vargas à presidência desta instituição, revestiu-se de um largo e profundo sentido de benemerência: as crianças pobres do Rio de Janeiro tiveram suas “festas” (*Boletim...*, n. 74, janeiro de 1952, p.10).



Farta distribuição de leite, em pipas, às crianças pobres

Figura 7: Distribuição de leite no Natal da LBA de 1951 (Boletim..., n. 74, janeiro de 1952, p.11)



Veja-se a alegria com que êle recebe das mãos da sra. Darcy Vargas o seu presente de Natal

Figura 6: D. Darcy distribuindo presentes no Natal da LBA em 1951 (Boletim..., n. 74, janeiro de 1952, p.11).

Para Alves (2013, p.134) “A LBA surge como um instrumento do populismo brasileiro para atuar em calamidades e formação de núcleos voluntários de solidariedade da sociedade civil a partir de campanhas comandadas pelas primeiras damas dos estados e dos municípios”. No nosso entendimento, essa concepção acerca das ações e da concepção da LBA precisa ser melhor refletida. Tomadas como atividades assistencialistas, isto é, visam o atendimento mais imediato de uma necessidade e não uma assistência estrutural, as atividades da LBA sob a gestão Darcy Vargas requerem atenção mais pormenorizada. Alves (2013), ponderando sob as práticas assistencialistas, destacou:

O assistencialismo surgiu do interesse dos setores dominantes em manter as relações sociais de produção e, geralmente, interpretado como ato de bondade, generosidade, solidariedade. Cedia-se apenas o mínimo possível, que fosse suficiente para ajudar os necessitados, a partir daquilo que lhes sobrava. (ALVES, 2013, p.118).

As práticas assistencialistas estão presentes nas ações da LBA, como é possível percebermos pela conduta da AVIS na seca nordestina e nas ações natalinas, entre outras constantes nas páginas do *Boletim*. A própria representação dessas práticas no *Boletim da L.B.A.* corroboram esse entendimento, uma vez que a publicação veementemente declara o caráter bondoso e benemérito de tais práticas, bem como daqueles – em geral, daquelas – que as

executam. Contudo, queremos apontar dois elementos importantes para um entendimento desse período da história institucional da LBA.

O primeiro deles é que nem só de tais práticas era constituído o conjunto de ações da LBA no período. Desde o momento da guerra, quando promovera cursos que capacitaram de forma inédita as mulheres voluntárias, como as “Voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea”, e também quando incentivara meios sustentáveis de viver, como as “Hortas da Vitória”, a LBA procurou oferecer um programa educacional a seu público. É claro que, de forma geral, predominava o conceito então vigente de feminino e sobre o papel da mulher na sociedade.

Ao analisarmos as publicações do *Boletim da L.B.A.* ao longo da segunda passagem de Darcy Vargas pela presidência, é possível percebermos que a LBA engajava-se na promoção de cursos, especialmente, na área da puericultura, cuja “Finalidade dos Cursos Populares de Puericultura é instruir as mães, como devem criar bem os filhos, a fim de torna-los sadios e fortes” (*Boletim...*, n.66, abril/maio de 1952, p.8). Outra área que recebera calorosa atenção era a dos cursos de trabalhos manuais, no qual donas de casa aperfeiçoavam habilidades domésticas. Voltaremos a discutir esses cursos e o programa educacional da LBA mais adiante, mas é fundamental apontarmos que a LBA já esboçava um plano educacional, principalmente, voltado às mulheres pobres.

O segundo ponto a ser evidenciado é que mesmo que a distribuição de benesses não altere significativamente a realidade social, ela atende a uma necessidade pungente. Essa ação é paliativa, porém inadiável. Necessidade que, possivelmente, não seria suprida de outra forma, como vimos na ação contra a seca. Desse modo, ainda que paliativa, é uma ação que precisa ser desempenhada, pois visa, de forma imediata, garantir a sobrevivência dos atendidos.

A ação da Legião Brasileira de Assistência por mais que seja caracterizada por uma assistencialismo e por um possível populismo, também buscou, ainda que a seu modo, uma transformação maior na vida de seus assistidos.

4. O legado de Darcy: primeiro-damismo, assistência e representações de gênero.

Um dos pontos centrais da segunda passagem de Darcy Vargas pela presidência da LBA foi a recolocação das mulheres no centro da instituição, com o retorno das primeiras-damas estaduais e do Corpo de Voluntárias. Nesse sentido, *Boletim*, como publicação oficial da LBA, atuou no sentido da formulação e consolidação de determinadas representações de gênero.

A representação de gênero é justamente as imagens e projeções criadas por determinada sociedade para o masculino e feminino. Para Lauretis “a proposição de que a representação do

gênero é a sua construção, sendo a um tempo produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com exatidão: a construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de representação. (LAURETIS, 1994, p.212).

Nesse sentido, quando *Boletim* expressa-se sobre as atividades de assistência desempenhadas pela LBA, tanto por sua presidente quanto pelas voluntárias, (re)constrói e reforça uma posição de gênero clara, um entendimento quanto ao feminino bastante marcado. O conceito de feminino nesse caso está assinalado pela bondade, pelo altruísmo e abnegação.

Compreendendo que a natureza feminina é ao mesmo tempo uma natureza materna, tornou-se bastante recorrente a ideia de que ser mãe ligava-se diretamente com o sagrado, como uma missão atribuída por Deus às mulheres. Nesse sentido, a mulher que, por toda Idade Média e parte da Moderna, foi tomada como a Eva pecadora, aquela responsável pelos sofrimentos humanos, passa a ser observada a partir do exemplo de Maria, mãe de Jesus. Trata-se do *marianismo*, ou seja, entendimento de que as mulheres devam ser admiradas, quando mantêm-se em vida casta e devotada à família, ao lar e sempre guiadas pela fé cristã, apesar da natureza devassa e pecaminosa das filhas de Eva. Era o que se esperava das mulheres de acordo com o pensamento tradicional, pelo menos até meados da década de 1960, sobretudo na América Latina²⁵.

Sobre a concepção de feminino nas páginas do *Boletim* podemos perceber nas palavras com as quais o *Boletim* e a LBA prestaram suas últimas homenagens a Carmela Dutra, primeira-dama do Brasil e presidente de honra da LBA (1946-1947) que faleceu no exercício de seu cargo em 1947.

Era, a venerada extinta, um dignificante exemplo de virtudes, refletindo, sua personalidade através de excepcionais dotes de altruísmo e abnegação, de modo a encarnar, fielmente, as mais nobres qualidades da mulher brasileira, sempre inclinada à prática do bem, dentro dos legítimos preceitos da religião católica que professava com sinceridade e devoção (*Boletim...*, n.27, setembro de 1947, p.3)

Nota-se o sentido modelar expresso na descrição, como se Carmela Dutra personificasse a mulher brasileira, e esta seria, essencial e permanentemente, dotada de altruísmo e abnegação. Ana Paula Vosne Martins, discorrendo sobre as relações entre gênero e assistência, explicita que

²⁵ Há uma completa discussão sobre o *marianismo* no artigo de SOUZA. E et all. (2000).

O lugar das mulheres estava, portanto bem definido: era o lar, como esposas amorosas, mães dedicadas e senhoras benevolentes. Suas qualidades naturais e morais as habilitavam para a maternidade e as lides domésticas, mas também se esperava, tanto do ponto de vista da religião quanto da filosofia moral, que essas qualidades fossem estendidas para os outros, para aqueles que sofriam e que precisavam de cuidados. (MARTINS, 2011, p.21)

A figura da primeira-dama apresentada nas páginas do *Boletim da LBA* é a da mulher abnegada e amorosa que se ocupa dos cuidados àqueles que mais necessitam. Em 1955, aparece no *Boletim* uma referência ao sofrimento de Darcy após o suicídio de Vargas.

Essa grande e nobre Senhora tem sofrido como poucas criaturas têm sofrido, e o último golpe lhe foi vibrado em 24 de Agosto de 1954. O sofrimento está ligado à própria contingência humana. Todos sofrem. D. Darcy porém, tem SABIDO SOFRER, o que não é a todos dado. Tem sabido sofrer com uma nobreza, uma resignação, um silêncio e um senso de dignidade humana que nos fazem, tanto admirá-la, como respeitá-la. (*Boletim...*, n.80, outubro/novembro/dezembro de 1955, p.2).

É possível percebermos a resignação frente ao sofrimento, bem como o silêncio, são apontados como características a serem admiradas e respeitadas em D. Darcy. Nas páginas do *Boletim* constrói-se o mito “Darcy Vargas”, chamada até de santa. Essa imagem mítica de Darcy foi apropriada pelos seus sucessores e sucessoras na presidência LBA, num processo de evocação e apropriação daquela imagem. Em 1957, ao tomar posse na presidência da LBA, o médico sanitário Mario Pinotti evoca a memória de Getúlio Vargas e de Darcy Vargas, sendo que a esta última atribui o caráter de *fundadora*.

Evoco, meus amigos, a figura inesquecível de Getúlio Vargas, sob cuja inspiração e através de cujos exemplos nasceu este movimento de fraternidade humana entre brasileiros que é a Legião Brasileira de Assistência. E evocando a memória do grande brasileiro certo que também estou lembrando a obra admirável realizada pela fundadora desta casa, que serviu a todos indistintamente, orientando, ensinando, animando, inspirando tanto a poderosos como a humildes as mais nobres e fecundas lições de bondade, tolerância e fraternidade desta casa, as nossas comovidas homenagens de respeito e admiração por tudo quando pela bondade e espírito cristão fez em benefício do Brasil humilde, necessitado de amparo e de compreensão humana (PINOTTI apud *Boletim...*, n.85/86, janeiro a junho de 1957, p. 2)

Pinotti, que no segundo governo Vargas ocupou a pasta do Ministério da Saúde – voltando a ocupá-la em 1958 por convite de Juscelino Kubitschek (nesse período atuando concomitantemente na Presidência da LBA) –, buscou a imagem de Darcy por diversas vezes em seus discursos. Em 1958, a mensagem é semelhante, exaltando a generosidade de Darcy.

O coração generoso de Dna Darcy Vargas cuja obra imperecível nunca será demais exaltada, levou-a a constituir um organismo em que o sonho de Cabot se tornasse realidade, em que se prestasse assistência tão completa quanto possível aos necessitados, médicos e assistentes sociais dando-se as mãos para a consecução do objetivo comum. (*Boletim...*, n.92, julho, agosto, setembro, 1958, p.16)²⁶

As passagens do *Boletim* deixam clara a exaltação às virtudes de Darcy, seu caráter nobre, com dignidade e um coração generoso. Eram essas as virtudes enaltecidas e também às quais os demais presidentes pagariam tributos, mostrando-se também descendentes do legado assistencial de Darcy Vargas.

Ela [Darcy Vargas] terá seu lugar em nossa História como tipo modelar da mulher brasileira. Ficarà, para todo e sempre, no respeito, na admiração e no reconhecimento das sucessivas gerações, porque "tudo pediu para os outros, nada aceitou para si. (*Boletim...*, n.73, dezembro de 1951, p.5).

A imagem de Darcy como uma pessoa abnegada e incansável trabalhadora em prol das causas sociais brasileiras é uma constante nas páginas do *Boletim*. É como um mito fundador, cada presidente que assume a instituição presta seus tributos, reverenciando-a. Ao falarmos em *mito*, assim como já o fez Marilena Chauí (2001), não o tomamos apenas em sua acepção etimológica de narração de feitos lendários da comunidade, mas também no seu sentido antropológico no qual essa narrativa mitológica é uma solução imaginária para as tensões e conflitos que permeiam a comunidade e que não encontram maneiras para serem resolvidas no nível da realidade (CHAUÍ, 2001 p.5-6). Nos coadunamos a Chauí, pois

Se também dizemos mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. [...] **Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo** (CHAUÍ, 2001, p.6), grifo nosso).

A filósofa ainda explica que fundação “[...] se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo [...]” (CHAUÍ, 2001, p.6). Dessa maneira, enxergamos as repetidas referências à Darcy Vargas no curso do

²⁶ *Boletim* faz referência a Godfrey Lowell Cabot, industrial e filantropo norte-americano, bastante envolvido com novas técnicas e modernização da vida cotidiana.

período em análise (1945 – 1964) como uma narrativa desse mito fundador. Assim, ela é representada sempre pelas mesmas características e, sobretudo, referida pelos novos comandantes da LBA, no sentido de prestar-lhe tributo e garantir certa legitimidade.

Eloá Quadros foi mais além e ritualizou toda essa reverência ao mito Darcy Vargas. Ao tomar posse da Presidência da LBA em 1961, Eloá Quadros, esposa do presidente Jânio Quadros, menciona a criação da instituição pela “[...] benemérita iniciativa da ilustre senhora D. Darcy Sarmanho Vargas [...]” (*Boletim...*, n.107, julho-agosto-setembro de 1961, p.2). Mas vai além e, pela primeira vez, ritualiza essa comemoração e aproximação com a figura de Darcy Vargas ao enviar flores à ex-primeira-dama, por meio do diretor-superintendente da LBA, Coronel Pina de Figueiredo (figura 8).



Figura 8: Dona Darcy recebendo flores de Dona Eloá, através do Cel. Pina Figueiredo. Fonte: *Boletim...*, n.107, julho-agosto-setembro de 1961, p.5

A tendência de buscar em Darcy uma origem comum e inspiradora tende a permanecer e se consolidar, uma vez que, em 1961, ao tomar posse como presidente da L.B.A, Maria Thereza Goulart dirige seu discurso à uma reverência e saudação à Darcy Vargas:

Antes, porém, de expressar o meu desejo e de esboçar alguns dos meus planos quero cumprir mais um dever. **O grato dever de uma brasileira para com outra. De uma mãe para com outra. De uma esposa para com outra. Refiro-me a D. Darcy Vargas.** Se elogiar os antecessores é uma praxe, esta que agora cumpro se torna para mim extremamente agradável, pois me é dado por em relevo a figura de D. Darcy, fundadora da L.B.A. Sem ela, eu não teria oportunidade de prestar o melhor de meus esforços nesta obra do mais amplo alcance para o bem-estar da coletividade. (*Boletim...*, n.108, outubro, novembro, dezembro de 1961, p.2, grifo nosso)

No sentido de almejar uma legitimidade maior para suas ações por meio de uma sobreposição de figuras em relação à Darcy Vargas, encontramos uma matéria do *Boletim* n.115 (outubro, novembro e dezembro de 1964), quando aparecem duas fotos, uma de Darcy e outra de Maria Luiza Moniz de Aragão, então presidente da LBA. O texto é intitulado “Duas almas ...Duas vidas... um só objetivo ...” e estabelece uma conexão direta entre as duas mulheres, aquela que fundou a instituição e esteve à frente por duas vezes e a sua então presidente.

Iraildes Caldas Torres, em sua obra “As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder” (uma das poucas obras da historiografia brasileira a se deter exclusivamente nas primeiras-damas no Brasil)²⁷, apresenta uma análise bastante contundente sobre o papel da primeira-dama na política brasileira.

A imagem que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações. Nessa perspectiva, o poder não aparece como um aparelho repressivo, mas como uma prática social de dominação e de espoliação dos usuários dos serviços sociais desenvolvidos pelas primeiras-damas, já que o paternalismo é, inexoravelmente, um instrumento de arrefecimento dos conflitos sociais e de manutenção do *status quo*. (TORRES, 2002, p.25).

A autora destaca que houve o deslocamento do papel do Estado para o voluntariado feminino. O Estado se exime da sua responsabilidade enquanto gestor de políticas públicas, no tocante às populações vulneráveis, transferindo essa responsabilidade para a própria sociedade, sob a liderança exemplar das primeiras-damas (TORRES, 2002). Para a autora é importante destacar que esse deslocamento se faz com propósitos políticos, no sentido de cativar as camadas populares, concepção bastante ligada ao paternalismo político e ao assistencialismo filantrópico.

Iraildes Torres também percebe que dentro desse processo, muitas das primeiras-damas foram construindo e elaborando suas próprias redes de poderes que, amiúde, transcenderam a expectativa inicial do poder local. A autora salienta os exemplos de Darcy Vargas e Evita Péron, cujas atuações no primeiro-damismo são contemporâneas entre si. Eva (Evita) Péron tornou-se primeira-dama da Argentina em 1946, permanecendo até sua morte em 1952, Torres destaca que ela “Exerceu o assistencialismo sem limites, de forma degradante e demagoga que ia da distribuição de simples objetos, passando por casas próprias até o derramamento de cédulas de

²⁷ O trabalho de Iraildes Caldas Torres (2002) ocupou-se de uma reflexão sobre a relação entre as primeiras-damas e a assistência no Brasil e, em seguida, analisou tal relação no estado do Amazonas. Lianzi dos Santos Silva (2009) sobre a relação do primeiro-damismo com a política; e já Moíza S. S. de Medeiros(2012) optou por analisar o primeiro-damismo na relação com a primeira-dama de Alagoas Luiza Távora.

valor financeiro” (2002, p.89). Tanto à Evita quanto à Darcy, Torres percebe-se uma extensão do poderio dos maridos-presidentes. Perón e Vargas, que centralizavam suas ações políticas em medidas voltadas aos trabalhadores²⁸, valiam-se do apelo popular de suas esposas para a consolidação de suas políticas e imagens junto às camadas populares. Segundo a autora, o Estado articula um novo modelo de dominação política, agora, pautada no assistencialismo, que estava à cargo da primeira-dama.

A percepção de Iraildes Torres não se equivoca quanto ao uso político da imagem da primeira-dama. Sendo ela a boa mulher e benemerente, sua imagem está automaticamente colada a de seu marido e, portanto, do governo²⁹. Na cultura política brasileira a figura da primeira-dama aparece bastante consolidada no sentido do amparo aos necessitados e da atenção às causas sociais. No entanto, também é bastante relevante a perspectiva de que as ações de assistência e de participação política³⁰ das primeiras-damas serviram também para esmaecer as clivagens entre a ação pública e privada destinadas às mulheres, atenuando seus limites demarcados (MARTINS, 2011).

Dessa maneira, é fundamental pensarmos algumas questões da perspectiva de gênero que se impõem à temática, especialmente pelas páginas do *Boletim da LBA*. A principal, a nosso ver, é o exercício contínuo da tentativa de construção de uma função modelar da figura das primeiras-damas para as demais mulheres brasileiras. Apresentamos ao longo do capítulo alguns excertos do *Boletim* que categoricamente afirmam que são as primeiras-damas quem melhor representam a totalidade das mulheres brasileiras. Tal prerrogativa foi atribuída a Carmela Dutra, a Sara Kubitschek e, sem dúvidas, a Darcy Vargas.

Ao escolhermos o nome de D. Sarah Kubitschek para patrona deste posto, fizemo-lo como justa homenagem à mulher brasileira, muito bem personificada pela nossa homenageada, que tão bem encarna o carinho, o desvelo e o amor materno. Sendo mãe, compreende o problema da mãe pobre, aquela que tendo filhos, conhece as alegrias e as tristezas dos nossos filhos; aquela que sentiu e continua sentindo o quanto de amor e desvelo nossos filhos requerem. Pelo seu trabalho ingente em favor da infância brasileira, tornou-se o anjo guardião de todas as crianças de nossa pátria, essas crianças que teem em D. Sarah a fonte inspiradora, o lenitivo e o socorro para todos os seus problemas. (*Boletim...*, n.92, outubro, novembro, dezembro de 1958, p.14).

²⁸ Não cabe no presente trabalho uma explanação sobre o populismo e o trabalhismo em Perón e Vargas, para mais ver GOMES, 1994; KOVARICK, 1994.

²⁹ No caso Perón-Evita isso se deu de forma muito mais contundente e acentuada, uma vez que Evita chegou a ser eleita vice-presidente na mesma chapa que seu marido, mas morreu antes de assumir o cargo. Dessa maneira, cabe destacar que ainda vigora no imaginário popular argentino a imagem de “Santa Evita”.

³⁰ Bobbio (1998) entende o conceito de participação política como polissêmico, açambarcando desde o ato do voto e da participação efetiva na tomada de decisões até a difusão de informações políticas

Em 1958, *Boletim* prestava a supracitada homenagem à Sarah Kubitscheck, no entanto, a esposa de JK não assumira a presidência da LBA. D. Sarah fundara outra instituição e a ela comandou durante o mandato presidencial de seu marido. A LBA foi comandada por dois influentes médicos, Raymundo Martagão Gesteira e Mario Pinotti, que além de presidentes da LBA ocuparam prestigiados cargos na administração federal. A LBA liderada por médicos – homens – adquiriu características diferenciadas. Ou pelo menos assim *Boletim* procurou noticiar. Desse modo, passaremos a analisar o período 1955 – 1961, um momento de grande expansão das atividades legionárias, mas também de profundas crises e tentativas de reformulações e jogos de representações.

CAPÍTULO 2

A assistência entre o “dar” e o “educar”: a LBA sob o julgo da modernidade (1955 – 1960).

Não é o momento de carpir junto ao muro das lamentações de um patriotismo lamuriento e inoperante, mas de levantar serenamente o balanço do que falta e lançar-se, com resolução, dentro dos recursos disponíveis, ao trabalho de melhorar as condições humanas e sociais de tantas mães e crianças do Brasil. (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p.1)

No capítulo 1 deste trabalho nos foi possível demonstrar algumas transformações pelas quais a LBA passou, especialmente aquela operacionalizada em 1946, que alterou o escopo central de atuação da entidade; bem como outra em 1951, quando presidente/primeira-dama Darcy Vargas procurou devolver “ares originais à instituição”. Ainda nos anos 1950, a LBA passaria – ou ensejaria passar – por uma significativa transformação, durante as presidências de Raymundo Martagão Gesteira e Mario Pinotti. O mote principal desta reforma consistiria em pautar a conduta da LBA por uma assistência empenhada em “educar” e não mais apenas “dar”, isto é, uma tentativa de afastar práticas assistencialistas, conforme procuraremos apontar detalhadamente no capítulo que se segue.

Algumas transformações no ideário e escopo da LBA aparecem de forma significativa nas páginas do *Boletim da L.B.A.*, nossa principal fonte de análise, por meio de artigos e discursos, especialmente dos/das presidentes. Outras ocorrem de forma mais silenciosa e também mais difíceis de serem notadas. Tendo em vista a longevidade da instituição, algumas transformações, inclusive, parecem contradizer a trajetória e práticas anteriores da LBA. No entanto, dentro da década de 1950 é possível averiguarmos tal situação. É o caso, por exemplo, de uma fotografia que retrata um conjunto de crianças em um centro de reabilitação no Irã. A fotografia foi publicada duas vezes no *Boletim* em um intervalo de 8 anos. A primeira vez em setembro de 1951 (n.70, p.6) e, pela segunda vez, em agosto de 1959 (n.98, p.34).

Mais do que uma relevância imagética, o interessante sobre essa fotografia (figura 9) é alteração de sentido atribuído a ela por *Boletim*, se compararmos ambas publicações. Em 1951, a publicação noticiou a fotografia sob o título “Cá e lá” e acompanhada do texto que se segue:

Não se pense que só no Brasil se apresenta grave o problema da infância e da adolescência. É em toda a parte. Muitos meninos da Pérsia ou Irã (o país às voltas, agora, com uma grave questão de petróleo), tiveram seus cabelos raspados por causa de graves infecções no couro cabeludo. Aí vão eles, em fila, por entre os edifícios do Centro de Trabalho e Reabilitação de Teerã. As doenças do couro cabeludo são muito comuns no Irã, e no centro médico do Shah uma médica de 150 crianças são tratadas diariamente por um médico alemão com máquina de Raios X importada dos Estados Unidos. Também na Índia, no Iraque, na Birmânia, na Coreia, são numerosas as moléstias de pele e do couro cabelo, apesar dos tenazes esforços que Inglaterra e os Estados

Unidos desenvolvem no sentido de as extirpar. A gravura, referente ao Irã, mostra-nos o alinhado da indumentária nesses meninos em vias de completa recuperação. Dentro em pouco serão eles assimilados à vida nacional. (*Boletim...*, n.70, setembro de 1951, p.6).

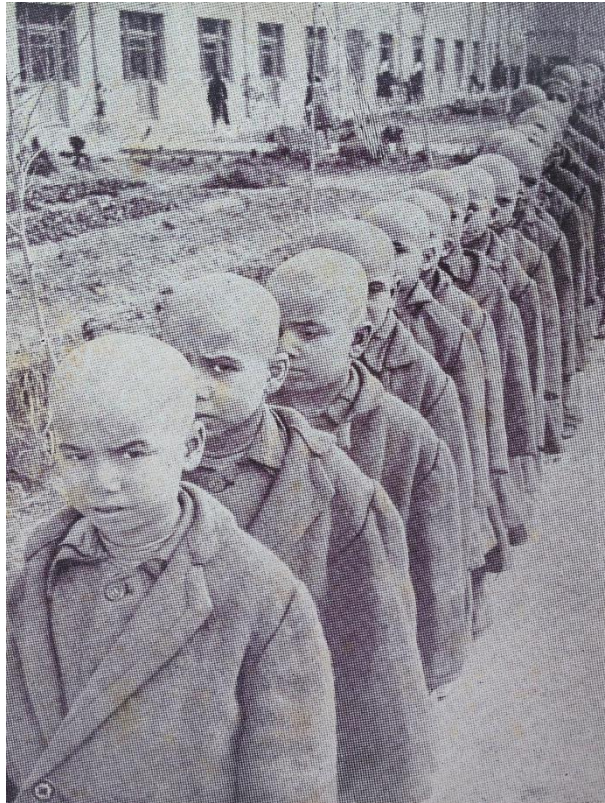


Figura 9: Fotografia de crianças em centro de reabilitação no Irã. A fotografia foi duas vezes publicada no *Boletim*, mas com abordagens distintas.

É possível perceber que *Boletim* expõe com aparente domínio as condições sociais de adolescentes e crianças em regiões do oriente, como Irã, Iraque, Índia e Coréia. Não é tecida uma crítica a tais posturas, pelo contrário, *Boletim* entende que tal sistema é eficiente, pois assevera que, dentro em breve, os meninos voltariam à sociedade já recuperados. Tal postura sofrera significativa alteração oito anos mais tarde quando a fotografia fora republicada. Dessa vez, sem título, a imagem era acompanhada, na última página da edição n.98, pelo seguinte texto:

Nunca foi isto, não é isto, jamais será isto o que a L.B.A. pretende fazer das crianças brasileiras. Nem é próprio da índole de nosso povo nem do pensamento de nossos governantes. Não uma criança autômata, taciturna, cabeça raspada, sem a alegria natural das crianças, botões que vão ser flores. Não a criança alinhada, em fila indiana, como recrutas, mas em grupos gárrulos e felizes. A criança sorrindo para a vida, não subjugada por um punho de ferro. (*Boletim...*, n.98, agosto de 1959, p.34)

A abordagem sobre a fotografia é, evidentemente, bastante distinta, pois, da segunda vez, *Boletim* ofereceu uma crítica tenaz ao que a imagem representava e rechaçou que prática semelhante seja ou tenha sido o objetivo da LBA. Em 1951, a criança de cabeça raspada era símbolo de uma transformação social, em breve ela estaria integrada à pátria e para com ela contribuiria. *Boletim* não se furtou a fazer uma comparação, logo no início do texto, com a realidade do Brasil, que também estaria enfrentando problemas com a infância e a adolescência. Desse modo, pode-se presumir que a LBA entendia que o tratamento destinado às crianças em Teerã poderia ser aplicado no Brasil no sentido de reintegrar à sociedade menores “desajustados”, ainda mais que o tratamento era avalizado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra. Em 1959, a fotografia é tida como abjeta, como não representativa da ação da LBA e tampouco do espírito brasileiro. Segundo *Boletim*, via-se na fotografia crianças “autômatas”, ou seja, robotizadas, sem espontaneidade, e afirmara que nunca foi, não era e nem seria aquela a forma de atuação da LBA.

Como destacado, há um intervalo de oito anos entre as publicações, período em que ocorreram relevantes transformações na administração da LBA. Quando publicada a fotografia pela primeira vez, em setembro de 1951, a entidade era presidida pela segunda vez por Darcy Vargas e encontrava-se em plena campanha para mitigar os efeitos da forte seca sobre a população nordestina, em um trabalho de coalização com o governo de Getúlio Vargas. Por ocasião da segunda publicação, em agosto de 1959, a LBA era conduzida por Mario Pinotti, que já havia sido reeleito para o cargo e ocupava também, desde 1958, a pasta do Ministério da Saúde, no governo de Juscelino Kubitschek. Desse modo, parece haver uma ruptura no entendimento de assistência entre a primeira e a segunda publicação. Teria a gestão de Pinotti interrompido modelos de assistência que já eram realizados pela entidade? No sentido, de refletir sobre essa e outras questões acerca das transformações na LBA, analisamos o período na instituição pós-Darcy Vargas, marcado pela passagem pela presidência da instituição de dois homens e médicos.

1. A LBA pós-Darcy: A presidência de Martagão Gesteira (1955 – 1957)

Boletim era a publicação oficial da LBA desde 1945 e, portanto, frequentemente, silenciou conflitos – esses inerentes à uma instituição de tamanho porte e cujas relações com a política eram bastante estreitas – e exaltou feitos da LBA e de seus/suas presidentes. Todavia, *Boletim* também ficou à mercê das conjunturas político-administrativas. Desse modo, entre

1953 e 1954 *Boletim* não foi publicado, retornando no último trimestre de 1955, quando Getúlio Vargas já havia se suicidado e Darcy deixara a presidência da instituição. Um dos primeiros textos do *Boletim* em 1955 (edição n.80) é sobre Darcy, sua importância na história da instituição e como ela vinha sofrendo, desde 1954, silenciosamente. Em vista disso, é capital assinalarmos que há lacunas da história institucional que não podem ser preenchidas a partir da leitura do *Boletim*, eventualmente faremos o esforço de melhor entender a LBA também a partir de outras fontes.

Ao retomar as publicações do *Boletim*, em 1955, a LBA já era presidida por Raymundo Martagão Gesteira, médico pediatra e puericultor, que possuía denotada importância na área médica, talvez menor, é preciso que se diga, que a de seu pai, o cultuado médico baiano Joaquim Martagão Gesteira³¹. Gesteira assumira a LBA em março de 1955, acumulando a presidência da LBA e a direção do Departamento Nacional da Criança (DNCr), para a qual foi escolhido em 1954.

Quando Gesteira completou um ano à frente da LBA, *Boletim* publicou uma larga matéria sobre o presidente e o diretor-superintendente, chamados no texto de “Vigas Mestras”. Sobre o presidente, *Boletim* afirmou que “Faz um ano que o Prof. Martagão Gesteira foi chamado a presidir aos destinos da L.B.A. numa fase difícil da vida nacional.” (*Boletim...*, n.81, janeiro, fevereiro, março de 1956, p.32), referindo-se as incertezas tanto institucionais quanto governamentais³². Em seguida, *Boletim* apresentou a “bio-bibliografia” de seu presidente, dividida em tópicos, como “Matérias que examina e que leciona”, “Concursos no Magistério Oficial”, “Outros títulos” – onde incluem-se a direção do DNCr e a presidência da LBA –, “Trabalhos publicados ou apresentados” e “Concursos em que funcionou como examinador”. Martagão Gesteira é frequentemente chamado por *Boletim* como “Professor” e não como “Doutor”. Seu “currículo” é ocupado o intervalo entre as páginas 34 e 37 da edição n.81, assim, fica patente a intenção do *Boletim* e da LBA em louvar sua carreira acadêmica e administrativa, figurando-o como um homem da razão.

³¹ Joaquim Martagão Gesteira (1884 – 1954), ficou notabilizado no mundo médico pela sua extensa atuação frente às instituições médico-sociais, bem como por uma larga produção bibliográfica que influenciaria gerações de médicos puericultores. Fundou, em 1923, “Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil”, quando transferiu-se para o Rio de Janeiro, a convite de Getúlio Vargas, atuou como professor e em diversos órgãos ligados à infância, como o Departamento Nacional da Criança (DNCr). Quando a Puericultura passou a fazer parte do ensino superior médico no Brasil, Gesteira tornou-se responsável pela Cátedra na Universidade do Brasil. (BONILHA, 2004). Em Salvador, existe há mais de 50 anos o Hospital Martagão Gesteira, dedicado às crianças e adolescentes e assim batizado em homenagem ao famoso médico baiano. Sobre seu filho Raymundo, apesar do prestígio acadêmico e médico que possuía são muito poucos e imprecisos os relatos biográficos disponíveis.

³² O país no período entre 1954 e 1956 teve três presidentes da República: Café Filho (1954 – 1955), Carlos Luz (1955) e Nereu Ramos (1955-1956)

É possível identificarmos nas páginas do *Boletim*, desde o retorno das publicações em 1955, um processo de construção desse período como uma etapa de inflexão nas políticas assistenciais da LBA. Desse modo, *Boletim* passara a divulgar que o direcionamento conferido à LBA por Gesteira seria o de transformar a assistência promovida pela instituição para além do assistencialismo, representado pela simples distribuição de benesses, seja como roupas, produtos alimentícios ou dinheiro. Em contraposição, seria desenvolvido um projeto assistencial guiado pela educação e por ações formativas, semelhante ao que já desenvolvia o DNCr³³. Em 1955, *Boletim* enfatizou a nova configuração para a atuação da instituição que Gesteira teria imprimido desde que assumira:

Em nossa passada edição já tivemos oportunidade de frisar o muito que merece ao Prof. Martagão Gesteira, Presidente da L.B.A., um vigoroso movimento em torno dos Cursos Populares de Puericultura, tanto no Distrito Federal como nos Estados e Territórios. [...] Não fôra a absoluta falta de espaço com que lutamos, haveríamos de noticiar mais amplamente tôdas as atividades desenvolvidas pela L.B.A. em colaboração decidida com o Departamento Nacional da Criança e instituições outras congêneres. (*Boletim...*, n.80, outubro, novembro, dezembro de 1955, p.10.)

Boletim enfatizara a realização dos cursos populares de puericultura, uma atividade que já era realizada desde a origem da instituição, e que nos próximos anos viriam a constituir uma marca de sua atuação. O texto também procurou ressaltar o incentivo dado pelo presidente da LBA à realização de tais cursos, afirmando que “Êsses cursos, como se sabe, têm por finalidade instruir, educar e orientar as mães e futuras mães” (*Boletim...*, n.80, outubro, novembro, dezembro de 1955, p.10.), destacando o principal público alvo. Nesse mesmo texto, bastante longo, sobre os cursos populares de puericultura, *Boletim* utilizou fotografias, inclusive do próprio Martagão Gesteira ministrando aula para um público de jovens professoras, indicando claramente que o público alvo de tais cursos seriam as jovens mulheres (Figura 10). As professoras – ou futuras – ganhavam relevância nesse contexto por serem disseminadoras desses conhecimentos.

³³ Para atuação do Departamento Nacional da Criança ver: MARCÍLIO, 2006; RIZZINI, PILOTTI, 2009.

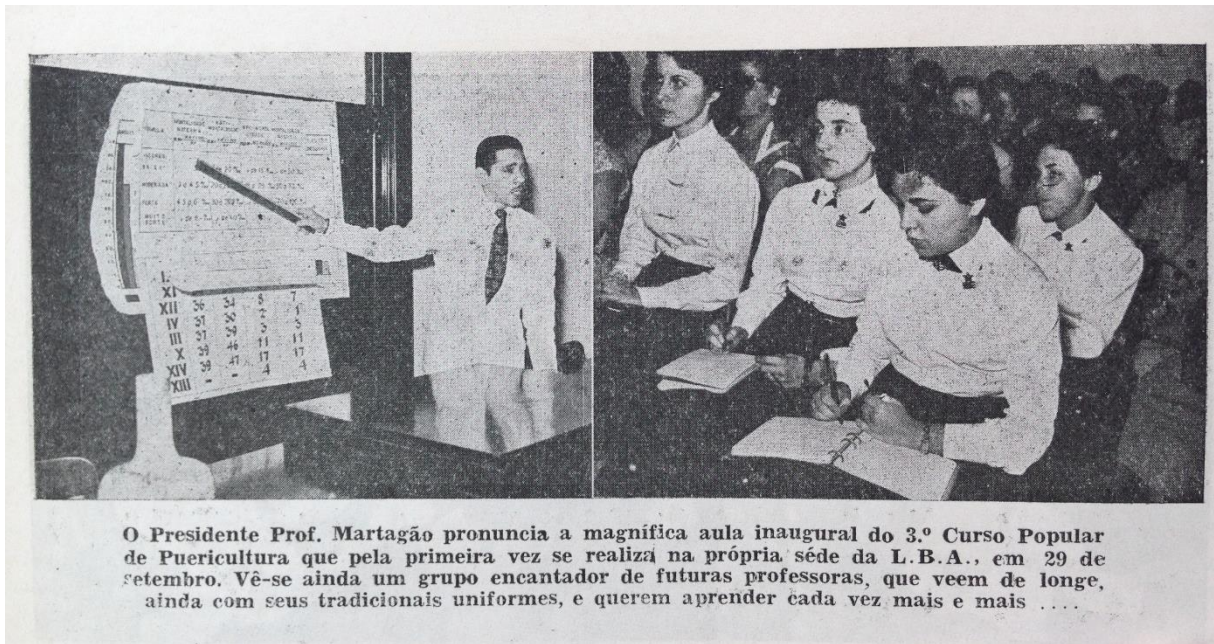


Figura 10: Fotografias que ilustram a matéria sobre os Cursos Populares de Puericultura. À esquerda, Martagão Gesteira, ministrando uma das aulas. À direita, a audiência dos cursos, notadamente, formada por jovens mulheres. (*Boletim...*, n.80, outubro, novembro, dezembro de 1955, p.10.)

A ideia de um momento de reformulação na forma de atuação da LBA também está presente nas falas do próprio presidente Martagão Gesteira, como em seu discurso sobre a “Semana da Criança”, tradicional evento realizado pelo DNCr em parceria com a LBA, em sua edição de 1955.

Esta semana não visa fornecer dinheiro ou roupas às famílias necessitadas. **O que lhes fôsse dado, seria imediatamente gasto sem qualquer vantagem para os presenteados.** Sua finalidade é, antes de mais nada, a propaganda. Poderá parecer esquisita esta palavra, pois o que logo imaginamos é palavreado estéril, sem qualquer senso prático. Entretanto, estão enganados os que assim pensam. A propaganda é sumamente necessária num país como o nosso que, em sua grande parte, desconhece os princípios mais elementares da eugenia. Devemos ter em vista a formação de uma pátria maior, com um povo forte e sadio, mas só chegaremos a êste desiderato criando uma mentalidade propícia à formação de pessoas ou grupos que possam guiar as famílias mais desprotegidas de recursos para um meio em que não impere uma hereditariedade doentia. [...] **Justamente o nosso fim é o de criar um nova mentalidade no Brasil, para a formação de famílias perfeitamente sadias, perfeitamente conscientes de seu papel na sociedade. Dar esmolas, como habitualmente se faz, é não só inócua, quase sempre, contraproducente.** Que adiantaria, por exemplo, se durante esta semana distribuíssemos presentes às famílias mais necessitadas? Acabada a semana tudo voltaria ao estado anterior. Torno a dizer que visamos criar uma nova mentalidade de hígidez e compreensão para os problemas sociais da família. (*Boletim...*, n.80, outubro, novembro, dezembro de 1955, p.14, grifos nossos)

Em sua fala, transcrita no *Boletim*, assevera a inefetividade da doação de esmolas, afirmando que o que lhes [as populações carentes, supõe-se] fosse dado, seria imediatamente de modo fútil ou pouco proveitoso à coletividade. O presidente ainda manifesta que o objetivo da LBA é transformar as mentalidades, para, então, formar famílias saudáveis. Está posta a tônica que conduziria as alterações no modelo de assistência desempenhado pela LBA. Examinando os textos do *Boletim*, considerava-se que a instituição tivesse no passado se pautado pelo simples assistencialismo, empenhando-se na distribuição de produtos, alimentos ou “esmolas”, conforme Gesteira apontou. E, a partir de agora, precisava orientar-se por um prisma mais educacional, visando transformar as mentalidades das famílias brasileiras, por isso a ênfase nos cursos populares e na “propaganda”. Em 1956, *Boletim* voltaria a essa caracterização de um momento de inflexão na trajetória da LBA conduzido por Martagão Gesteira.

Efetivamente, desde o primeiro momento em que assumiu a direção da LBA, receberam as atividades educativas o seu impulso e o seu apôio decidido. Achava o sr. Presidente que, apenas dando consultas e remédio, distribuindo agasalhos e auxílios esporádicos, a Legião não poderia atingir plenamente suas finalidades. Era mister construir sôbre alicerces mais sólidos, e estes só poderiam ser representados pela educação – pois é ela que cria a consciência dos deveres e responsabilidades, que mostra, claramente, o papel que cada indivíduo deve desempenhar na comunidade em que vive. É através da educação do povo que criaremos uma nova mentalidade, uma consciência nova capaz de contribuir para a construção de um Brasil maior. (*Boletim...*, n.83, julho, agosto e setembro de 1956, p.1)

Nos discursos há uma clara referência a uma assistência de “bases sólidas”, em oposição ao tratamento efêmero que seria oferecido pelas práticas assistencialistas, do simplesmente “dar”. É preciso, nesse sentido, apontarmos que antes de Martagão Gesteira quem ocupava a Presidência Efetiva da LBA era Darcy Vargas, cuja segunda passagem pela presidência (1951 – 1954) foi bastante marcada pelas campanhas em prol das populações nordestinas atingidas pela seca, ações essencialmente caracterizadas pela distribuição de benesses, como já apontamos no capítulo anterior³⁴. Contudo, a consolidação dessa representação de uma reorganização nos modelos de atuação da LBA deu-se, veementemente, sob a presidência de Mário Pinotti, que sucedeu Martagão Gesteira.

³⁴ Cabe lembrar que Darcy Vargas formara a AVIS (Assistência às Vítimas da Seca), uma comissão da LBA para atenção exclusiva à seca, captando e distribuindo recursos financeiros, bem como produtos alimentícios e remédios. Para maiores informações, retomar o subitem 3 do primeiro capítulo desta tese.

2. Abandonando a “idade da pedra dos esforços assistenciais”: a gestão Mario Pinotti (1957 – 1960).

O médico sanitarista Mario Pinotti (1894 – 1972) teve trajetória semelhante a de Martagão Gesteira, no entanto, aproximou-se mais da vida política. Pinotti foi, logo recém formado, inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública, em seguida foi o primeiro prefeito do município de Nova Iguaçu (1919-1922), diretor do Departamento Nacional da Malária (1942) e do Departamento Nacional de Saúde (1945). Foi ministro da Saúde nos governos de Getúlio Vargas (1954) e Juscelino Kubitschek (1958 – 1960), no qual também foi diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais (1956) e presidente da LBA (1957-1960) (SILVA, 2008, p.149-150). Pinotti exerceu a Presidência da LBA, uma vez que a primeira-dama Sarah Kubitschek não a ocupou durante o mandato de seu marido (1956-1960), conforme previa o estatuto da instituição. Sarah trabalhou para desenvolver a organização filantrópica “Pioneiras Sociais”, por ela fundada e que abordaremos mais adiante.

Segundo consta nas páginas do *Boletim*, Mario Pinotti, então diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNER), tomou posse na presidência da LBA em 19 de março de 1957, sendo recebido por Martagão Gesteira. Na ocasião Pinotti pronunciou um longo discurso, que fora integralmente publicado por *Boletim* na edição n.86. Em discurso, Pinotti procurou transmitir as características que desejava imprimir à instituição, fortalecendo o entendimento de se tratar de um momento de transformações na trajetória assistencial da LBA. No entanto, as primeiras palavras de Pinotti vão em outro sentido, não de refutar o passado, mas reverenciá-lo:

Peço licença aos que me recebem com tanto carinho e generosidade para voltar a um passado pouco distante e evocar a figura de um grande amigo para quem neste momento dirijo meus pensamentos, cujo nome, cuja figura e cuja obra em benefício dos brasileiros humildes acredito estejam no respeito e na saudade de todos desta casa. Evoco, meus amigos, a figura inesquecível de Getúlio Vargas, sob cuja inspiração através de cujos exemplos nasceu este movimento de fraternidade humana entre brasileiros que é a Legião Brasileira de Assistência. E evocando a memória do grande brasileiro certo que também estou lembrando a obra admirável realizada pela fundadora desta casa, que serviu a todos indistintamente, orientando, ensinando, animando, inspirando tanto a poderosos como a humildes as mais nobres e fecundas lições de bondade, tolerância e fraternidade. Para a senhora Darcy Vargas, fundadora desta casa, as nossas comovidas homenagens de respeito e admiração por tudo quando pela bondade e espírito cristão fez em benefício do Brasil humilde, necessitado de amparo e de compreensão humana. (*Boletim...*, n.86, janeiro/junho de 1957, p.2).

Pinotti fez um significativo tributo ao casal Vargas, tomando-os como idealizadores e fundadores da LBA. Politicamente, Pinotti esteve aliado ao governo Vargas, uma vez que foi, por um breve momento em 1954, Ministro da Saúde. Logo em seguida em seu discurso, Pinotti ressaltou as transformações, a modernização e os esforços de recuperação empreendidos por Juscelino Kubitschek na Presidência da República, e não deixa de mencionar a figura de Sarah Kubitschek e seu empenho benemérito junto à Fundação das Pioneiras Sociais.

Já mencionamos no capítulo anterior sobre a exultação das características de bondade e abnegação de Darcy Vargas, inclusive por Mario Pinotti em algumas passagens. No entanto, ao longo de seu tempo na presidência da LBA, Pinotti parece ter acenado à Darcy, não só como um mito fundador da entidade, mas como uma interlocutora nas questões assistenciais. Darcy depois que deixara a LBA, em 1954, dedicou-se, exclusivamente, à Fundação Darcy Vargas – fundada em 1938 –, especialmente, à Casa do Pequeno Jornaleiro, sua mais antiga instituição filantrópica, fundada em 1939 e que ocupava-se em abrigar meninos em regime tanto interno quanto externo, e que se dedicavam à profissão de jornalheiros e mantinham-se estudando. Na edição de julho/agosto/setembro de 1957 (p.61) é transcrito um telegrama de Darcy à Pinotti agradecendo-lhe pela doação de 500.000 cruzeiros da LBA para a Casa do Pequeno Jornaleiro. Na edição anterior *Boletim* já havia registrado a entrega do Troféu “Amigo da Cidade” à Darcy em uma cerimônia em sua residência com a presença da primeira-dama Sarah Kubitschek e de Mario Pinotti, entre outras autoridades. Em 1959, Darcy voltaria a ser homenageada, mas dessa vez com a Medalha de Ouro do Mérito do Trabalho. Feito que *Boletim* assim noticiou:

A sra Darcy Vargas, fundadora e membro nato do Conselho Deliberativo da L.B.A., foi distinguida com a Medalha de Ouro do Mérito do Trabalho. Atualmente Presidente da Fundação “Darcy Vargas”, a veneranda senhora foi homenageada ao mesmo tempo pelo Ministro do Trabalho e Ministro da Saúde, dr. Mário Pinotti, que também é o presidente da L.B.A. (*Boletim...*, n.98, agosto de 1959, p.31)³⁵

Nesse sentido, há uma clara recorrência de homenagens e apropriações da figura de Darcy Vargas sob a presidência de Pinotti na LBA, tanto em função da importância histórica de fundadora da instituição, quanto do legado político do casal Vargas, ao qual Pinotti também atrelava-se e parecia perceber ainda valioso. Todavia, é importante, para que compreendamos o encaminhamento que as políticas da LBA tomavam nesse período, evidenciar que Pinotti ensejava construir a representação desse momento como um ponto de inflexão na trajetória

³⁵ A redação da notícia pode levar ao entendimento de que Pinotti era também Ministro do Trabalho, mas o chefe desta pasta na ocasião era Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega.

institucional da LBA, em um esforço, ao menos discursivo, mais arrojado do que Gesteira já o fizera. Para tal, Pinotti opunha-se ao que já havia sido realizado, como é notório já em seu discurso de posse em 1957. Na ocasião, mesmo homenageando os Vargas, o novo presidente então asseverou:

A ação assistencial da Legião Brasileira de Assistência, no sentido puramente caritativo, de atender males imediatos ou pequenos senões e dificuldades individuais, que diariamente ocorrem entre os componentes de qualquer sociedade, deve ser reduzida ao mínimo, sempre que não atinja as próprias causas e razões dessas dificuldades. (*Boletim...*, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.03)

Pinotti ataca as ações puramente caritativas e, em seu discurso, delineava também seu entendimento sobre a atuação e as prioridades da instituição:

Nossos esforços para conseguir mudanças de conceitos e de comportamento da sociedade no sentido de melhor aproveitamento da capacidade e do trabalho humano devem ter prioridade sobre as nossas modestas soluções urgentes, simplistas e muitas vezes demagógicas, nas quais nossas atividades de assistência apenas conseguem multiplicar nossos problemas, com a criação de outros, sem influir realmente sobre a causa dos fenômenos. (*Boletim...*, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.03)

A principal preocupação parecia ser alcançar um melhor aproveitamento das classes trabalhadoras. Quanto mais saúde, melhor trabalho. Ainda seguindo seu discurso de posse, Pinotti concentrou-se, especialmente, na relação da LBA com a distribuição de benesses às populações atendidas:

O fato de distribuímos mantimentos, vestuários, brinquedos, emprêgos, ou darmos a necessitados nossa ajuda imediata para salvar situações prementes que muitas vezes se cronificam, tornaria a L.B.A. uma simples agência de auxílios urgentes, que, embora assistindo um razoável número de pessoas ou grupos realmente desfavorecidos, não melhoraria as perspectivas daqueles também necessitados e que se escondem no anonimato ou então longe dos centros de distribuição desses benefícios, falhando assim a finalidade social. (*Boletim...*, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.03)

No entanto, Pinotti percebera, e procurou evidenciar, um elemento evolutivo na trajetória da LBA, ressaltando ter superado uma fase da assistência oferecida:

Ultrapassamos, felizmente, a fase do trabalho meramente assistencial e achamo-nos na fase mais fecunda do trabalho educativo, de integração e aplicação de elementos e fôrças sociais, que jazem, em estado potencial, nas

pequenas comunidades brasileiras. Posso dizer-lhes, com o tirocínio adquirido através de algumas campanhas sanitárias por todo o país, ser o brasileiro um povo essencialmente bom, compreensivo, animado dos melhores sentimentos de solidariedade humana e social, desejosos de progredir e de aperfeiçoar-se, bastando apenas que o apoiemos e estimulemos nesses anseios tão justos. (*Boletim...*, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.04, grifo nosso)

O presidente da LBA, claramente, destaca que a atuação meramente assistencial e caritativa daria lugar, numa aceção evolutiva dos trabalhos, à atuação mais educacional. Depois de discorrer sobre a fase de atuação em que estaria a LBA, Pinotti apresentou três diretrizes para o trabalho legionário, alinhado com o novo estado de desenvolvimento do ação assistencial:

I – Fazer da educação a base do trabalho da extensa rede de postos da Legião;
 II – Promover, em cada localidade, a integração das obras sociais existentes num programa comum de melhoria das condições de vida do povo;
 III – Ajudar outras instituições, não apenas financeiramente, mas tecnicamente, para a solução dos seus problemas e necessidades. (*Boletim...*, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.04)

Pinotti, portanto, reforçou a proposta de transformação na LBA, em substituição a um trabalho caritativo e assistencialista, apresentando uma política pautada na educação:

Por isso, quero convidá-los para uma assistência um pouco diversa. Não basta dar o alimento – é preciso fornecer a nutrição adequada. Não basta construir a casa – é indispensável restabelecer o lar. Em vez da droga que cura, o remédio que evita a doença. Em lugar da cartilha de ABC, a educação para a vida e para o trabalho. (*Boletim...*, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.6)

Transcrevemos longas passagens do, igualmente longo, discurso de posse de Pinotti para salientarmos o destaque que é dado, tanto por *Boletim* quanto pelo próprio Pinotti, a essas transformações que se desejava engendrar na agenda legionária. É oportuno ressaltar que Pinotti foi o primeiro presidente da LBA a ter seu discurso inteiramente, por mais longo que fosse, transcrito nas páginas do *Boletim*, evidenciando, a nosso ver, certo endosso por parte do *Boletim* e seu corpo editorial de tudo o que o presidente tinha a dizer. As primeiras-damas, em geral, tinham publicadas sua foto tomando posse e algumas palavras elogiosas a seu respeito. Cabe ainda destacar que não apenas em sua posse Pinotti foi categórico quanto ao modelo de assistência que pretendia realizar na LBA. Um ano mais tarde, em 1958, voltou a enfatizar suas perspectivas:

Ultrapassamos felizmente a fase primária do simples *dar* em nome de uma bondade frouxa e cega, sem discernimento, e, sobretudo, socialmente improdutiva. Essa idade da pedra dos esforços assistenciais brasileiros foi superada, porque a experiência nos ensinou que às populações desniveladas não basta apenas *dar*, sendo preciso antes de tudo ajudá-las e educá-las. (*Boletim...*, n.91, abril-maio-junho de 1958, p.45, destaques no original)

As práticas assistencialistas são apresentadas como “fase primária” e “idade da pedra” da assistência no Brasil, enquanto as novas políticas, voltadas aos modelos educacionais, são apresentadas como modernas. É possível asseverarmos que tais propostas de política assistencial, de fato, eram modernas e inovadoras, tendo em vista o surgimento das escolas de Serviço Social³⁶ e novos entendimentos sobre a assistência social. Essa tônica estaria presente até o último *Boletim* publicado sob a presidência de Pinotti, em 1960. Em um texto assinado pelo próprio presidente da LBA, é reforçado o caráter educacional e afastada a ideia de simplesmente “dar”:

É, sem figura de retórica, sobretudo uma grande casa educadora, porque destinada a promover a reintegração social, por si próprios, de tantos irmãos que os destinos vários dêste nosso mundo brasileiro colocam à margem da vida, porque em si mesma, **a LBA não é a mão que dá, mas o braço amigo e compreensivo que serve de apôio.** (*Boletim...*, n.105-106, maio/junho de 1960, p.15, grifo nosso)

É possível percebermos que, nessa construção de uma transformação significativa na ação da LBA, há uma identificação do assistencialismo como um modelo atrasado de assistência, enquanto apontava-se a necessidade de um novo programa para a LBA, algo moderno. O que Gesteira e Pinotti propunham era um modelo novo baseado em preceitos educacionais e científicos, afastando-se, portanto, da assistência calcada na benemerência e na compaixão. Contudo, queremos apontar que essa propalada modernidade no modelo assistencial ganhava, nas páginas do *Boletim*, contornos de masculinidade, uma vez que é associada à razão e a operosidade dos presidentes-médicos, em franca oposição à bondade e benemerência que teria caracterizado as ações das presidentes-primeiras-damas. A modernidade, segundo tais representações, é essencialmente masculina.

Essa questão traz à tona os conceitos de masculinidade e feminilidade. Entendendo que ambos são socialmente construídos (SCOTT, 1990), é necessário afirmar que havia, no período, representações bastante claras sobre os papéis sociais para homens e mulheres. Carla Pinsky

³⁶ A partir dos anos 1940, vindo a consolidar-se nos anos 1950, dá-se o surgimento das escolas de Serviço Social, bem como de um outros aparatos de assistência como SESC, SESI e SENAI, criados em 1946. ALVES, 2013. SPOSATI, FALCÃO, 1985.

apontou que “os limites da masculinidade e da feminilidade reservam quase sempre imagens de força e iniciativa para o homem; doçura, passividade, “instinto maternal” e sentimentalismo para a mulher.” (PINSKY, 2014, p.51). Desse modo, a masculinidade associava-se com a razão e a feminilidade com as emoções. Michelle Perrot analisou essa distinção entre as representações masculinas e femininas e, observando como elas se refletem na organização social, asseverou:

Em linhas gerais, as “esferas” são pensadas como equivalentes dos sexos e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa (PERROT, 2005, p.459).

Tomando a categoria de gênero em consideração (SCOTT, 1990), as categorias “masculinidade” e “feminilidade” são socialmente construídas, não uma natureza ou características acopladas ao código genético. Nesse sentido, sobre o processo de construção de tais conceitos, Rocha-Coutinho apontou:

No seu processo de socialização, as mulheres foram treinadas para serem mais emocionais em sua fala, para se voltarem mais para os outros do que para si mesmas, enquanto os homens aprenderam a ser mais taciturnos e racionais, a não demonstrar sentimentos (desde pequenos, por exemplo, ouviram que “homem não chora”). (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.139)

Tal polarização é passível de ser observada nas descrições apresentadas sobre os médicos-presidentes e as primeiras-damas-presidentes. Essas foram apresentadas como mulheres abnegadas e de coração generoso. Enquanto os médicos-presidentes foram retratados como homens da ciência e da razão. Pinotti é apontado como verdadeiro herdeiro de Osvaldo Cruz e Carlos Chagas, inclusive sendo indicado ao Nobel de Medicina em função do “método Pinotti” para combate à malária (*Boletim* n.101, novembro de 1959), ressaltando seu caráter de homem das ciências. Gesteira é apresentado como um grande médico e brilhante administrador: “Estão sempre presentes as virtudes de uma educação esmerada, de uma polidez de maneiras que atrai, de um senso de responsabilidades que edifica, e de um uso de autoridade que não se diminui cedendo a impulsos, mas se engrandece servindo à lei [...]” (*Boletim*..., n.8, janeiro, fevereiro, março de 1956, p.33), são algumas das qualidades apresentadas no *Boletim*. Note-se que a nenhum dos médicos-presidentes foram atribuídas características como altruísmo e abnegação.

Em 1959, *Boletim* expôs certa contradição entre as gestões e formas de atuar na LBA de Darcy Vargas e de Mario Pinotti. Na ocasião da comemoração do aniversário de 17 anos da instituição, a publicação se questionou “Que se fez nesse tempo todo (17 anos), desde que D. Darcy Vargas costurava com suas amigas para as famílias dos pracinhas, até que o Ministro Mario Pinotti rivaliza com o Presidente da República em suas andanças?” (*Boletim...*, n.98, agosto de 1959, p.25). Há duas imagens bastante evidentes, na passagem: a de Darcy e suas amigas costurando, exemplos de benemerência e abnegação, desempenhando uma atividade tradicionalmente feminina; e a representação de Pinotti, enquanto grande agente empreendedor que, inclusive, rivalizaria com o presidente da República em termos de deslocamentos e circulação pelo território nacional. O então presidente Juscelino Kubistchek ficou famoso por suas incontáveis viagens, especialmente para a construção de Brasília em meio ao planalto central do Brasil.

Em 1958, Pinotti também fez a defesa dessa transformação na LBA e seu “progresso”, em cerimônia com a presença do Presidente da República, ocasião em que reforçou seus compromissos frente à LBA, bem como para o governo de JK.

Ao assumir as responsabilidades honrosas da presidência da Legião Brasileira de Assistência, para prestar colaboração ainda mais ampla ao patriótico ao governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, tive oportunidade de acentuar que se observava, nas atividades assistenciais brasileiras, progresso, a meu vêr, extremamente auspicioso. Havíamos evoluído da fase caritativa, da fase simplesmente do dar, para a fase, incomparavelmente mais lúcida e produtiva, do ajudar e do educar. O dar sem discernimento, as prodigalidades cegas do coração, são às vezes tão socialmente improdutivas como o negar sistematicamente sem dureza, em toda a bondade deve haver o cálculo de um lucro social, sob pena de transformar-se o homem num inútil entre os próprios semelhantes. **A bondade que se distancia das realidades pode tornar-se paradoxalmente perniciosa e contra-producente.** Essa mudança de fases, no desenvolvimento das atividades assistenciais brasileiras, parecendo à primeira vista sem importância, revestia, no entanto, significação enorme, por que revelava haveremos deixado de importar excelentes, mas inadequados modelos estrangeiros, para criarmos, pelo melhor conhecimento de nossas falhas e realidades, modelos próprios de serviço social, retratos sensíveis que passaram a ser de nossas necessidades e deficiências. (*Boletim...*, n.90, janeiro, fevereiro, março de 1958, p.3, grifo nosso)

Em seu discurso Pinotti enfatiza o encerramento de uma fase caritativa, alegando que tudo conceder que pode ser tão prejudicial quanto tudo negar. Refletindo sobre as páginas do *Boletim*, Pinotti parecia gozar de grande prestígio no governo JK. Em 1959, Pinotti discursou³⁷

³⁷ Cabe notarmos que há uma abundância de discursos de Mario Pinotti transcritos nas páginas do *Boletim da LBA*. Fato até então inédito para um/uma presidente da instituição.

na abertura de uma mostra acerca das atividades da LBA e, reportando uma expansão das ações da entidade, destacou:

Os poderes públicos, especialmente o poder legislativo, acompanham e aplaudem essa expansão das atividades e dos esforços legionários. Não recusam compreensão e apoio. Por isso mesmo, os orçamentos do último triênio foram os seguintes, em números redondos: em 57, mais de 417 milhões; em 58, 745 milhões; em 59, mais de um bilhão. (*Boletim...*, n. 102, dezembro de 1959, p.05)

A questão orçamentária é relevante, uma vez que além da contribuição das Confederações do Comércio e da Indústria, o Governo Federal também repassava importante aporte de verbas por meios dos institutos de pensão. O aumento orçamentário significativo poderia denotar uma elevação de importância da entidade e da confiança do governo na LBA. Pinotti apresenta os dados desde do ano em que assumira a presidência. A proximidade de Pinotti com JK ia além das questões assistenciais da LBA e dos assuntos do Ministério da Saúde. Nesse sentido, queremos, em seguida, analisar as aproximações e distanciamentos entre esses dois homens públicos.

3. **Pinotti e JK: sanitário desenvolvimentista.**

O médico mineiro Juscelino Kubistchek de Oliveira tomou posse como 21º Presidente do Brasil em 31 de janeiro de 1956, depois de ter sido Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945); Deputado Federal por Minas Gerais (1946-1951) e Governador de Minas Gerais (1951 – 1955). JK assumiu o posto mais elevado da política nacional após o suicídio de Getúlio Vargas e um período de grande instabilidade política, no qual o Brasil teve três presidentes em um ano e meio. Ele levaria ao cenário nacional seu modo de governo – que já havia realizado em Minas Gerais –, isto é uma administração caracterizada pela defesa do desenvolvimento nacional, por meio da modernização industrial e da integração do território brasileiro.

Seu programa de governo dava voz a uma nova e entusiástica condição de ser brasileiro que poderia contribuir para reparar as injustiças de uma herança histórica de miséria e desigualdades profundas, e serviria para abrir as portas da modernidade. A chave para construir esse novo país chamava-se “desenvolvimentismo” e defendia a ideia de que nossa sociedade, defasada e dependente dos países mais avançados, repartia-se em duas: uma parte do Brasil ainda era atrasada e tradicional; a outra já seria moderna, e estava em franco desenvolvimento. Ambas, o centro e a periferia, conviveriam no mesmo país, e essa era uma dualidade que se devia resolver pela

industrialização e pela urbanização. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.417)

O plano de governo de JK ficou conhecido como “50 anos em 5”, isto é, fazer o Brasil crescer 50 anos em apenas 5 anos de mandato. Seu “Programa de Metas” estava dividido em 30 metas, arranjadas entre setores da energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). E, por fim, havia a meta-síntese, de número 31: a construção de uma nova capital para o Brasil, em meio ao Planalto Central. As questões econômicas do plano de JK já foram bastante exploradas pela historiografia, cabendo ao escopo deste trabalho um olhar mais atento às questões que dizem respeito à saúde e assistência.

A saúde não fazia, de modo explícito, parte do Programa de Metas de JK, mas, segundo Renato da Silva (2008), ela estaria implicitamente em todo o projeto de desenvolvimento do governo. Esta posição seria assumida em alguns discursos de Juscelino, quando ele afirmara que não haveria progresso econômico enquanto as doenças de massa acometiam as classes trabalhadoras (SILVA, 2008). Ficou à cargo do médico sanitário, Mario Pinotti, então diretor do Serviço Nacional de Malária, o desenvolvimento da proposta de governo para a saúde do candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek.

A saúde no olhar de JK era um dos elementos fundamentais para o pleno desenvolvimento do povo brasileiro, inclusive impactando diretamente na economia do país. “Sanear os incapacitados pelas doenças de massa, reforçar a autoridade pública no interior e aumentar a produção da classe trabalhadora eram os eixos interpretativos que orientavam as metas estabelecidas por Juscelino no seu Programa” (SILVA, 2008, p.82). Já em seus primeiros meses de presidência, em 1956, Juscelino criou o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), cuja direção ficou para Mario Pinotti, seu aliado na campanha. Em quase todo o período de governo de JK, Pinotti teve uma atuação de destaque na agenda da saúde. A criação do DNERu apontava a importância que tinha a preocupação com a saúde do trabalhador, e também assinalava a prioridade que era dada para a interiorização dos cuidados. A saúde precisava chegar ao interior do Brasil.

Um dos pontos do programa para saúde criado por Pinotti para JK era sobre a mortalidade materno-infantil, cujo objetivo central seria a ampliação do acesso à assistência pré-natal. Dessa maneira, conforme apontou Silva (2008), haveria a necessidade de redistribuir a rede de assistência materno-infantil a todas as localidades do território nacional,

principalmente no interior. Nesse sentido, cruzavam-se os interesses do governo de JK e da atuação da LBA.

Ainda em 1957, em edição seguinte àquela que noticiava a posse do novo presidente, consta a apresentação de um dos projetos que marcariam a presidência de Pinotti. Intitulado “Dando a um município um Posto de Puericultura”, o texto tratava, essencialmente, da assinatura de convênio entre a LBA e a Prefeitura de Miguel Pereira, estado do Rio de Janeiro, para a construção de um Posto de Puericultura naquela localidade. Mas *Boletim* também aproveitou para deslindar um plano maior da instituição:

Esse primeiro Posto de Puericultura, a ser instalado em Miguel Pereira, é o início de um plano elaborado pelo Diretor-Superintendente, sr. Eugênio Gomes de Carvalho, com o apoio irrestrito do presidente da L.B.A., sr. Mario Pinotti, e do Presidente da República, visando combater em todo o território nacional a mortalidade infantil. (*Boletim...*, n.87, julho, agosto, setembro de 1957, p.3).

A propositura de uma política assistencial mais pautada pela educação encontrou terreno fértil nos postos de puericultura que a LBA já tinha por tradição construir/manter. Em 1958, *Boletim* procuraria explicar como se dá a escolha dos municípios e as condições que regiam o convênio com a LBA. O objetivo do projeto, segundo *Boletim*, era:

Trata-se de implantar em todos os rincões do país um pôsto destinado à assistência permanente à maternidade e à infância, de onde irradiarão com o tempo os conhecimentos práticos de Puericultura tão necessários às populações sertanejas, ao mesmo tempo que o amparo direto às gestantes e às crianças combaterá eficazmente a subnutrição, os vícios alimentares, e afastará afinal os males da credice e do charlatanismo derivados da ignorância. (*Boletim...*, n.92, julho, agosto, setembro de 1958, p.35, grifo nosso)

E explicou os procedimentos³⁸:

A campanha, iniciada em 1957, está em pleno desenvolvimento, sendo instalados cêrca de 500 postos por ano. O delineamento geral da campanha, elaborado pelo dr. Eugênio Gomes de Carvalho, é o seguinte:

³⁸ Em muitas cidades brasileiras foram criadas as APMIs (Associação de Proteção à Maternidade e Infância), que em geral ficam à cargo de voluntárias locais que administravam e promoviam campanhas para a arrecadação de fundos. Inclusive a direção dessas instituições poderia também recair para a primeira-dama do município (SPOSATI; FALCÃO et. all., 1985). Em Londrina, na região norte do Paraná, a APMI foi organizada em 1955, a partir das instruções de um representante do Instituto Nacional de Puericultura, órgão ligado ao DNCr, para gerenciar, entre outras instituições, a Casa da Criança que fora construída pela em parceria com a LBA. Cf. ALVES, 2013.

- 1) Serão localizados, com absoluta prioridade, nos municípios que ainda não contem com assistência à maternidade e à infância, e cujo recenseamento foi entregue ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como colaboração à LBA.
- 2) A seleção será feita no início de cada período mediante o estudo das solicitações recebidas por intermédio das Prefeituras Municipais, às quais será exigidas, preliminarmente:
 - a. Ato do Legislativo Municipal autorizando a doação à LBA de terreno para a construção de Posto e medindo um mínimo de 400m² (quatrocentos metros quadrados):
 - b. Ato do Legislativo Municipal assegurando recursos para a manutenção do Posto, aí incluídos as despesas com pessoal necessário [...] (*Boletim...*, n.92, julho, agosto, setembro de 1958, p.35)

Esse projeto de construção de um Posto de Puericultura em cada município do país, serve diretamente o princípio de interiorização dos cuidados de saúde. Ainda em 1958, Mario Pinotti se juntaria ao presidente Juscelino Kubistchek e ao governador de São Paulo, Janio Quadros, para a entrega de um grande número de postos de puericultura construídos pela LBA no estado de São Paulo.

Nessa solenidade foram entregues pelo Senhor Presidente da República, na presença do Governador de São Paulo e do Presidente da L.B.A., aos cinquenta prefeitos presentes as chaves simbólicas dos Postos de Puericultura dos respectivos municípios. [...] Esta cerimônia, entretanto, tem, ainda, outra significação: assina-se, também neste momento, novo convênio pelo qual a L.B.A. e o Estado de São Paulo se propõem a construir, dentro de um ano, 99 novos Postos de Puericultura, sendo 8 na periferia da Capital paulista e 91 em diferentes municípios, cobrindo, destarte, todo o território estadual. (*Boletim...*, n.90, janeiro, fevereiro, março de 1958, p.2).

Há um grande elemento político ativo nessas inaugurações e distribuições dos postos de puericultura. Pinotti e JK eram aliados políticos há certo tempo, e Jânio Quadros, que sucederia Juscelino na presidência, era personagem político de proeminência, apesar de não ser exatamente aliado ou desafeto de JK. De qualquer maneira, há um grande apelo popular e carismático nesse projeto da LBA, que era consonante com as metas do governo federal.

Cena semelhante se repetiu em 1959, no entanto, a cerimônia ganhou ares de um grande ritual, contando com a benção religiosa das chaves de 38 postos de puericultura entregues a prefeitos do estado de Minas Gerais. A cerimônia ocorrida no Palácio do Catete contou com a presença do Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Na ocasião, Pinotti proferiu elogioso discurso ao presidente, acentuando a correlação dos planos do governo com os da LBA.

Há pouco mais de um ano Vossa Excelência, Senhor Presidente, tinha a oportunidade de entregar, no Palácio dos Campos Elísios, a cinquenta Prefeitos paulistas, as chaves de cinquenta Postos de Puericultura, abrindo-lhes simbolicamente as portas ao povo. [...] Naquela ocasião, Vossa Excelência definiu, com simplicidade e eloquência, o dever do brasileiro em face da criança do Brasil: não perder-se em lamentações inoperantes com as nossas estatísticas de mortalidade infantil, mas transformá-las em vozes imperiosas de trabalho e de realizações; insistir nos aspectos positivos e dinâmicos do problema, como o funcionamento daqueles e de novos postos de puericultura, que, favorecidos nas suas atividades pela política de desenvolvimento do governo, poderão ir reduzindo nossos tristes índices estatísticos. A lição das palavras e dos atos de Vossa Excelência, Senhor Presidente, em defesa da criança brasileira, naquela e em tantas outras afirmações, não foi nem poderia ser esquecida. Tem sido uma bandeira erguida alto. Esta cerimônia simples é uma das provas. Aqui estão reunidos trinta e oito prefeitos do interior, que vêm receber das mãos de Vossa Excelência, as chaves de outros tantos postos de puericultura construídos, instalados e doados às populações pela Legião Brasileira de Assistência, no cumprimento do programa assistencial traçado por seu governo. (*Boletim...*, n.95, abril/maio de 1959, p.07).



Figura 11: Padre Sinfonio de Freitas procede a benção das 38 chaves de Postos de Puericultura, acompanhado por Mario Pinotti (de óculos escuros) e pelo Presidente Juscelino Kubitschek. (*Boletim...*, n.95, abril/maio de 1959, p.07).

Sob a presidência de Pinotti a LBA estava mais próxima do governo federal, principalmente, em vista do fato de que suas ações concorriam para o plano geral do governo JK. Tanto pela análise da trajetória do candidato Juscelino quanto pela análise do *Boletim* parecia haver uma proximidade grande entre JK e Pinotti, uma vez que este dirigiu o, então, recém-criado DNERu, considerado um departamento vital na estrutura do governo. Pinotti publicou em 1959 a obra “Vida e morte do brasileiro: saúde e doença no Brasil”, onde ele

examina diversos assuntos referentes a então conjuntura da saúde no Brasil. Por ocasião da publicação do livro, em 1959, Pinotti já era ministro da saúde e presidente da LBA.

Em sua obra, Pinotti refere-se com frequência ao DNERu, descrevendo sua estrutura, sua missão e importância.

Hoje, gastamos muito visando à solução dos problemas de saúde, mas não estamos ainda em posição de avaliar, realmente, os benefícios prestados por todos os programas executados. A criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais constitui uma das exceções dentro desse planejamento tumultuoso. Partiu-se do princípio de que as endemias rurais constituem, na atual fase de desenvolvimento da maior parte do território nacional, problemas de medicina de massa, que devem ser atendidos em extensão, para que se leve, às populações acometidas, vida, saúde e produtividade. (PINOTTI, 1959, p.158)

Há uma contundente defesa ao longo da obra – que não vamos esmiuçar em análise por fugir ao escopo da pesquisa – do DNERu e do que vinha sendo realizado pelo governo federal, especialmente pelo Ministério da Saúde. Tanto o é que a sentença final da obra é a seguinte: “Modificam-se, pois, e para melhor, os quadros da saúde no Brasil” (PINOTTI, 1959, p.159). Pinotti não deixa de promover a ideia central da política de saúde de JK, isto é, um sanitarismo desenvolvimentista. Muito pelo contrário, esse parece ser o cerne de sua obra, uma vez que são recorrentes argumentos nesse sentido:

O incremento do poder econômico é uma condição fundamental para a consecução da saúde. Muitas doenças podem ser, de muito reduzidas, ou mesmo anuladas, como decorrência de se elevarem o nível de vida e os recursos de uma nação. Mas é necessária também a formulação e aplicação de uma nítida política de saúde, baseada na aplicação das modernas técnicas sanitárias. (PINOTTI, 1959, p.3)

O sanitarismo desenvolvimentista de JK e Pinotti baseava-se que o desenvolvimento econômico do país dependia de melhores condições de saúde e de vida dos trabalhadores brasileiros. Por outro lado, para essa melhora no padrão de vida seria necessário um desenvolvimento econômico da região e das famílias.

Entretanto, é oportuno destacar um relativo silêncio de Pinotti sobre a LBA. A entidade é citada uma única vez ao longo de sua obra. Na página 47 Pinotti enfatiza a transformação ocorrida na LBA, e afirma:

A Legião Brasileira de Assistência, reconhecendo a necessidade de se imprimir mais amplo desenvolvimento às atividades de assistência à

maternidade e à infância, elaborou um plano cujas linhas fundamentais são as seguintes:

I – Fazer da educação a base do trabalho da extensa rede de postos da Legião;

II – Promover, em cada localidade, a integração das obras sociais existentes num programa comum de melhoria das condições de vida do povo;

III – Ajudar outras instituições, não apenas financeiramente, mas *tecnicamente*, para a solução dos seus problemas e necessidades.

Dentro desse programa está incluída a divulgação de conhecimentos de puericultura, em cursos simples e objetivos, de modo a serem mobilizadas as pessoas que se disponham a integrar as realizações locais e que possam colaborar na educação e orientação de nossa gente. (PINOTTI, 1959, p.47-48)

Curioso notar que as linhas fundamentais do projeto de ação da LBA que Pinotti publicou em 1959 são literalmente as mesmas que ele proferira em seu discurso – anteriormente citado – e publicadas pelo *Boletim* em 1957.

Silenciamento semelhante aconteceu na autobiografia de Juscelino Kubitschek. A obra foi escrita em 1978, portanto, quase duas décadas após a saída de JK da presidência. Juscelino escreveu uma volumosa trilogia autobiográfica, cada volume ocupando-se de uma fase de sua vida pessoal e política. O primeiro abarca sua infância, juventude, formação acadêmica e seus primeiros passos na política. O segundo livro ocupa-se de seu governo em Minas Gerais e da campanha para a presidência da República, sendo o terceiro e último volume dedicado aos 5 anos de mandato presidencial e da campanha ao Senado por Goiás. Em razão da periodicidade desta tese, o terceiro volume é o que mais nos interessa. Nas mais de 450 páginas da obra de JK, a LBA é mencionada uma única vez e de forma indireta, não diretamente pelo Presidente da República. Em uma reunião com ministros e senadores sobre uma crise hídrica na região Nordeste, a LBA foi citada como um dos órgãos capazes de prestar assistência às populações flageladas (OLIVEIRA, 1978, p.191).

No entanto, Pinotti, que aparentava ter grande influência na candidatura de Juscelino e, posteriormente, em seu governo, também é muito pouco mencionado. Há uma menção nominal a ele, já apontando indícios de sua derrocada. Referindo-se a um contexto de junho de 1958 e certas dificuldades em lidar com o governador de São Paulo, Jânio Quadros (PTN), que JK não retrata como adversário político, mas como um político pouco previsível e apegado a esquemas para “vender bem o peixe”, a exemplo da situação narrada, na qual ele teria dissimulado estar gravemente acometido por uma tuberculose.

O ministro da Saúde era Mario Pinotti, pessoa muito ligada a Ademar de Barros. O que Jânio tinha em vista era solapar justamente aquela área, onde as pretensões do seu grande adversário sempre eram examinadas com prioridade,

o que contrariava seus planos políticos no próprio São Paulo. Valendo-se do meu espírito de solidariedade humana, obteve pois, autorização para a assinatura de diversos contratos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o que repercutiu como uma bomba no estado (OLIVEIRA, 1978b, p.163)

Nessa única menção à Pinotti em sua biografia JK, expõe os personagens envolvidos na trama política que afastaria o então Ministro da Saúde da vida pública. De acordo com o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, Pinotti mantinha ligações próximas com Ademar de Barros, que havia sido derrotado por Quadros nas eleições de 1954 ao governo de São Paulo. Em função dessa proximidade com Barros, Pinotti teria dificultado as solicitações de Jânio Quadros, então governador de São Paulo, feitas ao Ministério da Saúde. Essas situações causadas pelo ministro Pinotti eram contornadas pelo próprio presidente Kubitschek, como narrado pelo próprio JK, que se desgastou com Pinotti, afastando-o, em seguida, do ministério.

Ademar de Barros seguia veemente em suas críticas ao governo JK – contra quem havia também concorrido à presidência e perdido. Ainda de acordo com o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, em forma de retaliação, Kubitschek instaurou inquérito para apurar irregularidades na gestão de Pinotti no Ministério da Saúde. Os resultados desses inquéritos tornaram-se públicos apenas em 1961, já sob a presidência de Jânio Quadros, e constatou-se a prática de irregularidades. Por falta de provas, o inquérito foi arquivado anos mais tarde, no entanto, Pinotti já havia se retirado da cena política.

Essas informações sobre a saída de Pinotti do governo não são mencionadas na biografia de JK, já no *Boletim da L.B.A.* elas são apresentadas de forma parcial e esparsa. É preciso, portanto, um olhar atento para perceber-las. Por exemplo, entre 1960 e 1961 há um intervalo de mais de um ano sem publicação do *Boletim*. A edição 105-106 fora publicada em março/abril de 1960 e a edição 107 só sairia em julho/agosto/setembro de 1961, já com a primeira-dama Eloá Quadros como presidente da LBA. É importante destacar que nos períodos de crise e instabilidade política, seja em âmbito nacional ou institucional, *Boletim* deixava de ser publicado, tendo acontecido entre 1945 e 1946, quando Dutra ameaçou extinguir a LBA por questões orçamentárias; aconteceu no período de 1953-1954, voltando apenas em 1955, após o suicídio de Vargas, e tornara a acontecer entre 1960 e 1961. Ao contrário das demais, a crise dessa vez não era decorrente da conjuntura nacional, mas sim interna à LBA, e ficara mais evidente na cerimônia de posse de Eloá Quadros em 1961. O então presidente interino Charles Edgar Moritz, afirmava:

“[...] que ela [Eloá Quadros] estava recebendo uma casa quase arrumada, em muito melhores condições do que êle havia recebido, pois o funcionalismo foi reduzido à metade, as dívidas dos institutos foram cobradas e as atividades supérfluas interrompidas” (*Boletim...*, n.107, julho/agosto/setembro de 1961, p.1).

Pela fala de Moritz é possível entendermos que a saída de Pinotti desestabilizou a instituição, que agora voltava à normalidade. Na edição 112 (outubro/novembro/dezembro de 1963)³⁹ um jornalista ligado à C.E. da LBA em Alagoas fez um balanço da vida da instituição até aquele ponto, e destacou duas fases de crise, uma delas a, já mencionada, tentativa de Dutra de extinguir a LBA e:

A outra fase, difícilíssima, é bem mais recente. A instituição ainda lhe sofre as solapadoras consequências. Entregue ao domínio de uma quadrilha de peritos desonestos, alguns com imunidades para a apropriação ilimitada e ilícita, pouco faltou no resvalamento à derrocada final (*Boletim...*, n.112, outubro/novembro/dezembro de 1963, p.27)

Entende-se, portanto, que a saída de Mario Pinotti não tivera sido tranquila e deixara marcas na própria instituição. Nessa mesma edição vem noticiada a chegada de Charles Edgar Moritz, agora vice-presidente da LBA, ao cargo de Ministro do Superior Tribunal do Trabalho. *Boletim* discorrendo sobre o período em que Moritz assumira interinamente a presidência da LBA afirmava que “É que a administração do sr. Mário Pinotti, como é sabido, havia abalado os alicerces da entidade” (*Boletim...*, n.112, outubro/novembro/dezembro de 1963, p.35). Assim, não se falou mais em Mário Pinotti, e o leitor do *Boletim* não obtivera, por meio desse veículo, mais informações sobre o seu afastamento e um suposto escândalo administrativo em que ele estivera envolvido.

De um modo geral, essa questão do “caso Pinotti” nos expõe duas questões bastante relevantes. A primeira delas é a natureza dos discursos propostos pelo *Boletim*. Isto é, por tratar-se de uma publicação oficial, diretamente ligada a LBA, *Boletim* tende a escamotear as crises e tensões. Assim o foi em todos os momentos em que deixou de ser publicado por diversas razões, que não são expressas em momento algum nas páginas da publicação. A crise com o “caso Pinotti” é trazida à tona pelo *Boletim*, justamente por ser um processo diretamente capitaneado pelo presidente da República, ou seja, difícil de ser ocultado. Assim, chegamos ao segundo

³⁹ Entre as edições de número 108 e 109 há o intervalo de um ano. No ano de 1962 não foi publicado nenhum número do *Boletim*.

ponto que esse caso nos revela, ou seja, a forte e intrínseca relação da LBA e sua presidência com a política nacional e suas problemáticas, inclusive partidárias.

Como já havíamos apontado, Pinotti era um homem bastante ligado à política, tendo sido prefeito e duas vezes Ministro da Saúde. Durante sua passagem pela presidência da LBA, aproximara significativamente a instituição do governo federal e de seus planos de desenvolvimento nacional. O projeto de “Um posto em cada município” refletia, claramente, a intenção de interiorizar os cuidados com a saúde e as práticas sanitárias, elementos presentes no programa de governo criado por Pinotti para JK na área da saúde.

Apesar do silenciamento textual de JK em sua biografia sobre Pinotti, a proximidade entre eles é possível de ser percebida por meio de fotografias publicadas na obra. Dessa maneira, concluímos que o afastamento/silenciamento na biografia se dá em razão de sua escrita ter sido realizada a posteriori da saída de Pinotti da vida pública. Na figura 12, que está contida na biografia de JK, está retratado um dos primeiros ministérios do Governo JK. Segundo a publicação: “Da esquerda para a direita: Nelson de Melo, Horácio Lafer, Fernando Nóbrega, Matoso Maia, Mario Pinotti, João Goulart, Armando Falcão, Odílio Denis, Sebastião Paes de Almeida, Francisco Correia de Melo e Clóvis Salgado”.



Figura 12: Ministério do Governo JK (Extraído de OLIVEIRA, 1978, s/p)

Retomando o conceito da fotografia como documento/monumento (CARDOSO, MAUD, 1997.), a fotografia de um grupo de ministros de Estado é um monumento feito para durar, legar uma imagem. Nesse sentido, importante notar na fotografia é que, ao centro está Juscelino, à esquerda está o vice-presidente, João Goulart, ladeado por Mario Pinotti (de óculos

escuros), apontando sua proximidade com o centro político do governo. Já na figura 13 é possível percebermos a espontaneidade e um certo ar extrovertido de JK que está acompanhado de Mario Pinotti (como de costume, de óculos escuros), em um ambiente informal. A legenda que acompanha a imagem é a seguinte: “[JK] colhendo jaboticabas no sítio de um amigo. JK conservou seus hábitos simples de mineiro” (OLIVEIRA, 1978b, s/p.)



Figura 13: JK e Mario Pinotti em momento de descontração. (Extraído de OLIVEIRA, 1978, s/p)

Juscelino Kubitschek em sua biografia fornece, claramente, sua perspectiva pessoal, política e memorialística dos eventos que vivenciou enquanto presidente da República, e mesmo opera seletividade característica da memória. Alguns pontos são enaltecidos e outros, portanto, silenciados. É interpretação já consolidada na historiografia de que a proposta de JK, por meio de seu Plano de Metas, era construir um Brasil moderno e industrializado, que poderia ser sintetizado com a construção de Brasília. Nesse sentido, talvez buscando consolidar essa marca, há inúmeras passagens de sua biografia em que o, então, ex-presidente reflete sobre a modernidade, progresso e sobre a sua política desenvolvimentista.

A experiência administrativa que acumulei, antes de ascender à Presidência da República, dera-me uma visão dolorosamente realista do atraso material em que, na era atômica, encontrava-se mergulhado o país. Na esfera social, vinculava-se a penúria das nossas populações do litoral e do interior ao baixo nível da renda nacional – situação essa decorrente de uma industrialização que mal explorava linhas tradicionais e nos deixava à mercê do suprimento externo de bens, que constituem a alavanca do progresso. [...] Tratava-se, portanto, de quase sessenta por cento da nossa população vivendo num círculo vicioso de empobrecimento progressivo, não só resultante do latifúndio improdutivo,

mas da falta de tudo o que era necessário à melhoria da produtividade (OLIVEIRA, 1978b, p.19).

O empobrecimento da maioria da população brasileira seria vencido, segundo o plano de JK, por um desenvolvimento conjunto do país, todos os setores deveriam se desenvolver como um todo. A ideia de progresso é significativamente presente nas reflexões do ex-presidente.

O progresso, como se sabe, é um fenômeno integrado. Quando se abre uma rodovia, a região por ela beneficiada alarga suas exigências. O horizonte se abre para todos e logo surgem novas necessidades de consumo. O homem, prisioneiro da acanhada realidade anterior, sente-se liberto e, estreitando seu contato com o mundo, passa a ser vítima de emulações. Se não tinha geladeira, passa a desejar-la, porque a viu na casa dos seus amigos. Se não lia jornais, começa a lê-los, interessando-se pelo que ocorre além da fronteira da sua província. Em termos de realidade primária, esta é uma imagem simplista do progresso. [...] Meu programa, denominado “Educação para o Desenvolvimento”, levava em conta esse condicionamento. Seu objetivo não era apenas dar educação, mas preparar a juventude de forma a ajusta-la às exigências do progresso. (OLIVEIRA, 1978b, p.188).

Referindo-se a 1958, JK refletiu sobre as transformações que já havia promovido desde 1956, quando assumiu a presidência: “Naquela altura do Governo, era visível a mudança que se operava na mentalidade do povo. O Brasil amorfo e roído pelo desânimo, que era uma característica do passado, havia sido substituído por outro, enérgico, dinâmico e crente no seu grandioso futuro (OLIVEIRA, 1978b, p.214). Um ponto relevante, que já destacamos quando nos referimos à modernização da LBA, é que a modernidade que se empreendia no Brasil naquele período era caracterizada, essencialmente, como racionalizada e racionalizante e, portanto, masculina. Entra em cena as representações correntes sobre o masculino e feminino, também já referidas ao longo do texto. Nesse sentido, JK, ao mencionar o momento da assinatura do decreto que marcava a data da inauguração de Brasília, obra máxima da modernidade pretendida, enfatizou: “Este ato representa **o passo mais viril**, mais enérgico que a Nação dá, após a sua independência política [...]” (OLIVEIRA, 1978b, p.173-174, grifo nosso). A construção de Brasília, obra moderna, representava, dessa maneira, a virilidade, o arrojo, a coragem. A modernidade é claramente qualificada como masculina. O mesmo aconteceu com a LBA, onde a modernização/racionalização de suas ações se deu pelas mãos dos homens, médicos, em contraposição às ações efetuadas pelas primeiras-damas, “caridosas mulheres”.

Em 1960, *Boletim* não furtou-se a noticiar, com denotado entusiasmo, a inauguração de Brasília, chamando-a de “Capital da Esperança” e afirmando que “Brasília realmente é a nova capital de um novo Brasil, um país do presente”.

Não será preciso ressaltar o sentido revolucionário e redentor da nova cidade, criada pelo povo sob o comando de um dos seus mais autênticos e modernos líderes – Juscelino Kubitschek, símbolo das fôrças novas que se desencadearam no processo de desenvolvimento, libertação econômica do país e redenção social de suas grandes massas de populações interior. Graças às conquistas da técnica que realizamos, sob os exemplos inspiradores e a assistência esclarecida dos poderes públicos, tudo sob o signo alto das necessidades nacionais, afirmamos ao mundo a nossa capacidade de nação moderna, levantando em tempo recorde, no coração deserto da pátria, um das mais belas cidades do mundo. (*Boletim...*, n.105-106, março/abril de 1960, p.18).

Nessa passagem de *Boletim* há dois elementos importantes que ensejam a reflexão do período. O primeiro deles é a exaltação ao progresso e à modernidade racionalizante que Brasília corporificava, era a síntese. A construção da nova capital sintetizava um processo de desenvolvimento da nação e “redenção social” das populações, especialmente no interior do país. Outro fator relevante é que todo esse processo é conduzido por um “autêntico e moderno” líder, Juscelino Kubitschek, um discurso enaltecendo que procura enaltecer o Presidente da República. O texto do *Boletim* é acompanhado por uma fotografia de página inteira da Praça dos Três Poderes, com o Palácio do Congresso ao fundo crianças e suas professoras apareciam em roda em primeiro plano (figura 14). O título de capital da esperança é corroborado pela presença das crianças, representando esperança de futuro da nação.



Figura 14: Crianças e professoras na inauguração de Brasília. (*Boletim...*, n.105-106, março/abril de 1960, p.18).

Em sua biografia, JK narra uma passagem bastante interessante onde entrelaçam-se o gênio do “líder moderno” e as questões de assistência. O ano era 1958 e o Nordeste brasileiro mais uma vez assolado por uma grave crise hídrica, assunto que ocupava os jornais e as tribunas do Congresso Nacional. JK assim descreveu seu discernimento sobre a questão:

Em face do que era noticiado pela imprensa, decidi agir com presteza. Tomaria medidas imediatas, de caráter provisório, apenas para minorar o sofrimento daquela população. Enquanto essas providências estivessem sendo executadas, cuidaria de estudar o problema em profundidade, de forma a solucioná-lo definitivamente. (OLIVEIRA, 1978b, p.191)

A dualidade ajudar/transformar, que tanto ocupava os discursos e debates no *Boletim* e na própria LBA, também mostra-se presente nas memórias de JK. Ele, que, segundo suas próprias palavras e representações, procurava sempre transformar definitivamente o que fazia, o que realizava, precisara naquele momento empreender medidas paliativas de emergência para aplacar a agonia de milhões de nordestinos. JK voltaria a esse tema em suas reflexões.

Aquele sofrimento vinha se repetindo desde o Império. Pedro II, ao tomar conhecimento do que representava uma seca, dissera, indignado: “Se não houver recursos no Tesouro, que se vendam as jóias da Coroa, mas essa gente tem de ser socorrida.”. O Império passara. Viera e se fora a República Velha. Em 1953, Getúlio Vargas estivera a braços com outra grande seca. O problema

era cíclico e atravessava os regimes políticos. Entretanto, havia chegado a hora do Brasil pagar o tributo que devia àqueles infelizes. Esse compromisso eu o assumira sobre um caminhão, na cidade de Souza, no interior da Paraíba. (OLIVEIRA, 1978b, p.203)

Na sequência, JK narra uma série de medidas que tomara quando retornou do Nordeste, cuja mote seria: “Não quero uma providência paliativa, mas uma solução definitiva, apoiada em bases técnicas” (OLIVEIRA, 1978b, p.203). A assistência moderna, racional, também era defendida pelo chefe da nação, no lugar do assistencialismo.

Para concluirmos essa reflexão, é relevante assinalarmos que parece ser muito difícil romper com as práticas assistenciais beneméritas, pois elas se enraizaram nas práticas políticas e sociais. Vejamos, por exemplo, o caso do “Natal dos pobres”. A LBA desde os seus primeiros anos com Darcy e Getúlio Vargas, ainda no contexto do Estado Novo, tinha como prática fazer distribuição de presentes e alimentos em uma grande cerimônia de Natal, em geral em um estádio de futebol. Tal tradição foi mantida e renovada no segundo Governo Vargas, onde na figura 15 é possível vermos Darcy Vargas, em 1952, distribuindo ela mesma os saquinhos com os presentes natalinos.



Veja-se a alegria com que êle recebe das mãos da sra. Darcy Vargas o seu presente de Natal

Figura 15: Darcy Vargas distribuindo os presentes de Natal (*Boletim...*, n.74, janeiro de 1952, p.11)

Cinco anos mais tarde, em 1957, *Boletim* noticiou com grande espaço o “Natal dos pobres no Rio de Janeiro”, inclusive apresentando fotografias de Juscelino e Sarah Kubitschek na distribuição dos presentes.



Figura 16: JK e Sarah distribuem presentes no Natal de 1956. (*Boletim...*, n.86, janeiro/junho de 1957, p.61)

Apesar de não constar na legenda, a Primeira-Dama está, na foto acima, ao lado do presidente JK, aparecendo de perfil. Há outra imagem de Sarah (figura 17), no entanto, é também pouco nítida. Ela aparece (de vestido listrado, em último plano) em meio a outras mulheres na distribuição e organização das festividades. Ademais, essas são as únicas imagens de Sarah que constam no *Boletim da LBA* nesse período estudado.

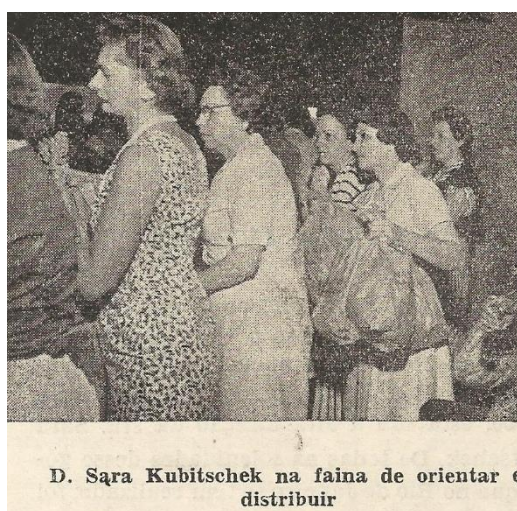


Figura 17: Sarah Kubitschek na distribuição dos presentes de natal. (*Boletim...*, n.86, janeiro/junho de 1957, p.61)

Nessa edição, *Boletim* também transcreveu uma mensagem enviada por Sarah por ocasião do Natal:

Sob o influxo das inconfundíveis emoções do Natal, aprez-me dirigir á mulher brasileira, através dos “Diários Associados”, a minha saudação efusiva e amiga. Às celebrações do grande dia da Cristandade juntam-se nossos votos calorosos e sinceros para que não faltem nos lares de nossas caras patrícias as incomparáveis bênçãos e alegrias por que anseiam todos os corações. Dirijome especialmente ás Pioneiras Sociais, aquelas que nos têm acompanhado nas obras sociais que promovemos, animadas do sincero propósito de servir ás classes desprotegidas de recursos materiais, na certeza de que, só agindo em benefício do próximo, é que estaremos sendo dignos dos nobres e dignificantes postulados do cristianismo”. (*Boletim...*, n.86, janeiro/junho de 1957, p.61).

Na mensagem em que dirige-se às mulheres brasileiras, Sarah também procura falar com detida atenção às suas companheiras da instituição Pioneiras Sociais, que ela presidia. Essas são as únicas imagens e palavras de Sarah encontradas no *Boletim da LBA* no período estudado. Em 1959, *Boletim* noticiou, sem imagens, a realização de uma grande festividade natalícia no Estádio do Maracanã para mais de 100 mil crianças pobres. A publicação ainda informou que “As Pioneiras Sociais dispenderam uma soma total estimada em dezenove milhões de cruzeiros, contando com a valiosa colaboração da Legião Brasileira de Assistência” (*Boletim...*, n.102, dezembro de 1959, p.8). Mesmo que ausente da direção da LBA, Sarah parece ter, de alguma maneira, trabalhado em conjunto com a instituição.

Nesse sentido, é preciso que dediquemos atenção à figura de Sarah Kubitschek, uma vez que, sendo primeira-dama da nação, não ocupou a presidência da LBA e dedicou-se à entidade que ela fundou e presidiu, a Fundação Pioneiras Sociais.

4. A presença/ausência de Sarah Kubitschek

Não há na historiografia uma obra unicamente dedicada à figura da primeira-dama Sarah Kubitschek, tanto acerca de sua vida pessoal quanto de seu trabalho social. Desse modo, vamos apresentar alguns traços de sua vida pessoal e de seu trabalho através da obra de Cláudio Bojunga, uma vasta biografia de JK na qual alguns elementos sobre o perfil de Sarah são apresentados; e também da tese de Rosana Temperini sobre a Fundação das Pioneiras Sociais, criada por Sarah.

Sarah Luísa Gomes de Lemos (1909 – 1996) nasceu em Belo Horizonte em uma família tradicional da cena política mineira. Seu pai, Jaime Gomes de Souza Lemos, foi deputado federal por mais de 30 anos, e sua mãe, Luiza Gomes de Lemos (Luiza Negrão, enquanto solteira), era filha do rico proprietário de terras Comendador José Duarte da Costa

Negrão (BOJUNGA, 2010). Sarah conheceu seu futuro marido, Juscelino, em 1926, numa festa beneficente, poucos meses antes da formatura dele no curso de medicina. Já noivo de Sarah, ele partiria para a Europa para uma série de cursos de especialização em urologia, retornando, um ano mais tarde, em 1930, na efervescência do contexto da Revolução, comandada por Getúlio Vargas que depusera o presidente Washington Luís. Sarah e Juscelino casaram-se em dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, pois desejam uma cerimônia íntima, o que seria impossível na capital mineira, frente à vasta articulação social da família da noiva. O casal teve duas filhas, Marcia Kubitschek, nascida em 1942, e Maristela Kubitschek, adotada pelo casal no ano de 1947, com 4 anos de idade.

Bojunga (2010) e Temperini (2016) destacaram que a origem familiar de Sarah abriu a JK, jovem médico recém-formado do interior do estado, a possibilidade de integrar o pequeno universo de famílias mineiras influentes do período. Após o casamento, JK seguiu trabalhando como médico em hospitais e em sua clínica particular. No entanto, foi a interferência de Dona Luiza Lemos, mãe de Sarah, que iniciara o processo de ascensão profissional e política de Juscelino. Gustavo Capanema, então Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, estava empenhado na reformulação do Hospital Militar em um centro médico moderno, e para tal ele ansiava em contar com médicos renomados.

Um pedido de dona Luísa Lemos, mãe de Sarah, a Gabriel Passos, seu outro genro, incluiu Juscelino na lista dos nomeados. O marido de Sarah foi encarregado de organizar o Serviço de Laboratórios e Pesquisas nos moldes do que vira na Europa, assumindo em seguida a chefia do Serviço de Urologia, no posto de capitão médico. Juscelino integrava agora o clã dos Lemos. (BOJUNGA, 2010, p.111)

Antes de chegar à Presidência, Juscelino teve carreira política no estado de Minas Gerais. Em 1933, ocupou a chefia de gabinete do governador-interventor Benedito Valadares, sendo eleito Deputado federal em 1934, mas era pouco afeito à tribuna e à cena mais pública. Com o fechamento do Congresso Nacional em 1937, Juscelino retornou às atividades médicas em Belo Horizonte. Em 1940, foi nomeado, por Benedito Valadares, prefeito de Belo Horizonte. Em primeiro momento, não quisera aceitar por não compactuar com o regime ditatorial de Vargas, mas aquiesceu. Em 1945 concorrera, com sucesso, à deputado federal novamente. Em 1951, tomava posse como Governador eleito do estado de Minas Gerais e em janeiro de 1956 como Presidente do Brasil (BOJUNGA, 2010).

A narrativa que JK constrói para sua presidência em sua autobiografia (1978), sem dúvidas, está repleta de menções ao desenvolvimento e progresso, aos conceitos de moderno

de modernidade, pois é, precisamente, esse sentido que intentou imprimir enquanto governador e, especialmente, como presidente e, então em suas memórias procurava consolidá-lo. Contudo, a biografia de JK também traz entendimentos importantes sobre sua vida pessoal, em especial sobre o papel da primeira-dama Sarah Kubitschek, bem como de toda a família nos caminhos e decisões do presidente da República. Sobre a importância de seu núcleo familiar, o ex-presidente destacava que:

Minha família sempre me deu a maior alegria. Vivíamos muito unidos, e qualquer alegria ou preocupação de um convertia-se imediatamente num sentimento comum a todos. Aquele pequeno universo afetivo era auto-suficiente. Dele faziam parte, também, como integrantes de honra, minha mãe, que já contava quase 80 anos de idade, minha irmã, Naná e seu marido, o meu cunhado Júlio Soares. Não havia aniversário em que todos não estivessem presentes e se um adoecia, a vigília se estendia aos sete. A doença de Márcia, sendo a primeira que turbava a placidez daquela vida em conjunto, afetou-nos profundamente. [...] Passei a viver, então, dias de apreensão. (OLIVEIRA, 1978b, p.110)

A filha Márcia apresentara um problema sério de coluna, que teria levado, segundo a narrativa do próprio JK, muitas preocupações à família Kubitschek, entre viagens, cirurgias e longos tratamentos.

Desde que assumi a presidência, minha vida vinha sendo uma sucessão de preocupações. Minha sogra, D. Luíza, a quem era ligado por profunda amizade, falecera havia um ano, após prolongado sofrimento. Márcia, seis meses antes, acusara um desvio da espinha que me trazia em constante sobressalto. Tinha 15 anos naquela época – período áureo na vida de toda moça – e, por causa da escoliose, vivia sob estrito regime. [...] E, naquele momento, quando tantos problemas políticos me avassalavam o espírito, surgia aquela nova tensão emocional. Pela primeira vez, senti-me aturdido. O coração de pai sobrepunha-se ao cérebro de político. (OLIVEIRA, 1978b, p.143)

Em ambas passagens citadas de sua autobiografia, JK acentua a importância de seu núcleo familiar e a maneira que ele, mesmo enfrentando as vicissitudes do cargo que ocupava, se envolvia nos assuntos familiares. Sarah, contudo, era o centro da família. Dessa maneira, sobre sua esposa, JK, em sua narrativa autobiográfica, comentou que “Sarah sempre teve uma admirável coragem e dela nunca ouvi senão palavras de estímulo.” (OLIVEIRA, 1978, p.100). Na biografia sobre JK, Bojunga oferece um perfil bastante distinto da primeira-dama.

Primeiramente, o autor aponta a diferença de humores entre o casal, e relata que “Alguém que os conheceu nos anos 1930 e 1940 confessou que não entendia como um homem

tão sedutor e afetuoso havia se ligado a uma moça tão ativa e gelada” (BOJUNGA, 2010, p.889). Sobre a cordialidade e simplicidade tradicionais dos mineiros, inclusive das famílias mais aristocráticas, Bojunga observou que, muito ao contrário, “[...] Sarah não tinha nada de simples. Gostava de formalidade, de pose. Era distante com os empregados. Não concedia intimidades. Foi ela quem instituiu o protocolo no Palácio da Liberdade, a cargo de Pedro Pereira Filho.” (BOJUNGA, 2010, p.888). Segundo Claudio Bojunga, além dos estranhamentos causados pelas diferenças de humores entre o casal, havia o problema da política, que Sarah repugnava.

Sarah detestava a maneira como a política abocanhava a intimidade da família, as peripécias da vida sem horários, os inevitáveis companheiros, a “vulgaridade” dos políticos do interior – uma gente que falava alto e manchava o sofá com cabelos oleosos. Reagia contra a constante ebulição, as noites passadas fora. Durante o período que vai até o governo do estado, Sarah não foi companheira, no sentido de cúmplice ou torcedora de JK. Auxiliou-o em momentos importantes, como quando JK hesitou em aceitar a prefeitura de Belo Horizonte. E foi também muito correta, rigorosa e protocolar em suas obrigações de primeira-dama do estado. Mas havia sempre a birra, o patrulhamento, a ressalva com as contingências da política. (BOJUNGA, 2010, p.889)

No que diz respeito à campanha presidencial, o autor destaca a efetiva atuação de Sarah no apoio a JK, com reuniões e comitês de mulheres, entre outras atividades. No entanto, o autor também aponta que a consagração política nacional de JK, “satelizava” Sarah, a família Lemos e a tradição mineira, isto é, o núcleo tradicional mineiro deixava de ser o centro, em favor da estrela em ascensão que era JK. O autor considera que Juscelino construíra para si uma nova dinastia, inclusive com nova capital. Sarah teria se ressentido de um papel menor.

São muitos os episódios em que a esposa o repreende ou o faz se sentir “errado” ou culpado. Servir-se pela direita à mesa era imperdoável. Os amigos políticos malvestidos e caipiras eram inaceitáveis. Transgredir a etiqueta na frente de embaixadores era mortal. Quando dona Sarah tomava um uisquinho a mais, o rancor subterrâneo vinha à tona e as erupções provocavam constrangimento nos amigos. Era como se ela competisse com o marido, como se julgasse que ela é quem seria um ótimo presidente. (BOJUNGA, 2010, p.890).



Figura 18: A família Kubitscheck no Palácio da Liberdade durante o governo de JK em Minas Gerais (1951-1956). Maristela, Sarah, Márcia e Juscelino. (Extraída de OLIVEIRA, 1978a, s.p.)

Apesar das rugas entre o casal, Sarah Kubitschek assumira as funções de primeira-dama, especialmente a partir da eleição de JK ao Governo do estado de Minas Gerais (1951-1955) (BOJUNGA, 2010). Em 1951, por convite de Darcy Vargas, todas as primeiras-damas estaduais retomaram às presidências das Comissões Estaduais (ver quadro 5, capítulo1), inclusive Sarah Kubitschek em Minas Gerais. O trabalho junto à presidência da CE da LBA não impediu Sarah de criar seu próprio grupo de trabalho assistencial, em outubro de 1951. Sobre esse grupo, que posteriormente seria a Fundação Pioneiras Sociais (FPS), Rosana Temperini (2016, p.82) assinalou:

As voluntárias desse grupo se reuniam na garagem do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, para ajudar crianças, mães e mulheres grávidas. Em pouco tempo, a iniciativa passou também a se dedicar à educação, com a criação de escolas. Núcleos das Pioneiras foram se espalhando pelo Estado Mineiro, com dezenas de voluntárias oferecendo-se para preparar e servir merenda escolar, confeccionar uniformes para os alunos, prestar auxílio à população pobre através da distribuição de roupas, alimentos, cadeiras de rodas e aparelhos para deficientes físicos.

Temperini também observou que as ações do grupo de Sarah tomaram grande destaque, especialmente, em razão da grande influência social e política que a família da primeira dama gozava no estado de Minas Gerais. A autora evidenciou que “Não se deve esquecer que a credibilidade e o trânsito que a FPS teve entre o poder público, as elites, o empresariado e a mídia, certamente se deve em grande parte à origem social e à rede de relações de sua principal fundadora” (TEMPERINI, 2016, p.85). Uma análise semelhante é oferecida por Maria Lucia Mott (2001; 2005) sobre o trabalho de Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância em São Paulo⁴⁰.

Rosana Temperini, ao analisar o trabalho de Sarah frente à das Pioneiras Sociais, nos apresenta uma importante reflexão sobre o trabalho assistencial das primeiras-damas em geral (Darcy Vargas, Eloá Quadros, Maria Thereza Goulart etc.), e como ele se insere em um contexto de aumento e revalorização de capital político:

O olhar para o trabalho de Sarah revela sua inserção em atividades bastante diversificadas e de graus de complexidade variável. Mesmo práticas realizadas no terreno da domesticidade, como a costura e a culinária, quando realizadas coletivamente no espaço institucional da FPS adquiriram nova dimensão e permitiram o estabelecimento de contatos potencialmente enriquecedores. Nesse contexto, Sarah também mobilizou um capital político importante para JK, na medida em que teve uma ativa participação nas diferentes áreas relacionadas às atividades da Fundação das Pioneiras Sociais. (TEMPERINI, 2016, p.85)

Situação bastante semelhante acontecera com Darcy Vargas e a LBA, uma vez que as práticas simples e domésticas, que caracterizavam o início da instituição no âmbito do conflito mundial, tomaram maiores proporções e atingiram patamares políticos, não só para a instituição, mas também, e principalmente, para os personagens centrais como a primeira-dama e seu marido. Essa ascensão política também se dá com o processo de complexificação das entidades assistenciais. A LBA crescera rapidamente e se espalhou por todo o Brasil, mas ela já nascera com essa vocação. O grupo das Pioneiras Sociais, que começara como uma instituição local, restrita ao estado de Minas Gerais, é alçada ao cenário quando da eleição presidencial de Juscelino, e Sarah passou a ser a primeira-dama da nação.

A partir de 1956 iniciou-se o processo de nacionalização das Pioneiras Sociais com a transferência da família Kubitschek para a capital federal. Já em março de 1956, Sarah lançaria a campanha nacional da entidade, com a realização de um espetáculo teatral no Teatro Dulcina

⁴⁰ Pérola Byington (1879 – 1963), quando fundou a Cruzada Pró-Infância em 1930, já possuía larga experiência com trabalho voluntário na Cruz Vermelha e era casada com um importante empresário da área de eletrificação e do comércio de importação. Além disso, desfrutava de um importante prestígio entre a elite paulista.

para arrecadação de fundos, que contou com larga audiência disposta a prestigiar e contribuir para a ação assistencial da primeira-dama. Segundo Temperini (2016, p.87)

Em um curto espaço de tempo as Pioneiras Sociais transformaram-se em um verdadeiro complexo assistencial. Da assistência às mães, crianças e mulheres grávidas, sua área de atuação ampliou-se para as atividades médico assistenciais, atividades educacionais e atividades assistenciais na área da medicina preventiva, inclusive com o incentivo à criação de centros de pesquisas para estudo das doenças crônicas degenerativas como o câncer – em especial o feminino - e as doenças cardiovasculares. Em novembro de 1957 foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisas Luiza Gomes de Lemos que tinha entre seus objetivos oferecer atendimento ambulatorial para prevenção e detecção precoce do câncer de colo do útero e de mama.

As Pioneiras Sociais iniciaram suas atividades como um grupo de voluntárias dedicadas às atividades assistências à maternidade e infância, mas, em seguida, o grupo diversificou sua atuação e passou a também trabalhar em prol da construção de postos de puericultura, centros escolares e a fomentar o diagnóstico precoce e as pesquisas acerca de doenças crônicas e degenerativas, como o câncer. Rapidamente, a entidade passou a contar com Delegacias Regionais em dez estados brasileiros. Em 1960, a instituição inaugurou sua grande obra, até então, o Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, já na nova capital federal, Brasília. Tratava-se de centro especialmente dedicado a prestar serviços à comunidade no campo da recuperação motora. A inspiração de Sarah para tal obra decorre, fundamentalmente, de sua experiência enquanto mãe e os problemas de coluna de sua filha Márcia e os cuidados específicos que ensejavam.

Em agosto de 1956, um decreto presidencial declarou as Pioneiras Sociais como uma instituição de utilidade pública, passando, assim, a ser caracterizada como personalidade jurídica e sem fins lucrativos. Em 1960 outra alteração na sua natureza jurídica. A lei Federal nº3.376 autorizou a União Federal a instituir uma fundação, por meio da incorporação da Sociedade Civil Associação das Pioneiras Sociais, ficando então denominada Fundação das Pioneiras Sociais (que seria extinta apenas em 1991⁴¹). Em seu segundo artigo, a lei asseverava que “A Fundação das Pioneiras Sociais terá por objetivo a assistência médica, social, moral e educacional da população pobre, em suas variadas formas, e as pesquisas relacionadas com suas finalidades.” (apud TEMPERINI, 2016, p.94).

⁴¹ Em 1991, a FPS é extinta para dar lugar a Rede Sarah, uma rede de hospitais e centros de reabilitação, a partir de um contrato com o governo federal. O Conselho de Administração, formado inicialmente por membros do Conselho Comunitário da Fundação das Pioneiras Sociais, que se extingue, preside as decisões da nova Associação.

Temperini, cuja tese versa sobre as ações da FPS no combate e prevenção ao câncer de mama, também analisou a estrutura e os estatutos da instituição.

Sob a forma de Fundação, as Pioneiras Sociais tinham autonomia administrativa e gerencial que se assegurava às fundações criadas e mantidas pelo poder público. Apesar de possuírem autonomia para receberem doações e legados, bem como adquirirem bens e celebrarem contratos, os recursos destinados à instituição dependiam das diretrizes determinadas pela gestão da administração pública, mediante a elaboração e envio de Relatório Anual à Comissão de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados e ao órgão correspondente do Senado Federal a fim de que fosse subordinada às medidas legais e regulamentares adotadas para a gestão dos recursos orçamentários, materiais e humanos da instituição. (TEMPERINI, 2016, p.96).

O decreto nº48.543 de 19 de julho de 1960⁴² oficializou os estatutos da instituição, cujo artigo 4º rezava sobre a arrecadação financeira.

A manutenção dos serviços executados pela Fundação far-se-á: a) com o auxílio correspondente, no mínimo a 0,5% (cinco décimos por cento) da arrecadação anual do Imposto do Selo Federal, consignado nos orçamentos da União; b) com as rendas do seu patrimônio; c) com donativos e contribuições em geral, d) com o produto de créditos adicionais que lhe forem abertos, bem como outros créditos orçamentários consignados no orçamento da União, para fins específicos.

É possível notar certa similitude entre a FPS e a LBA, como a aproximação com o governo federal e o repasse de verbas deste para as instituições. No entanto, a FPS talvez apresentasse uma introjeção maior do governo federal, tanto no controle financeiro quanto na administração, ficando obrigada a enviar relatório financeiro a ser aprovado pela Comissão de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados e ao órgão correspondente do Senado. Temperini fez arguta análise desse processo de transferência de verba e responsabilidade do Estado para as fundações:

Vale ressaltar que com as fundações o Estado não deixou de controlar a aplicação dos recursos que eram transferidos a essas instituições. Pelo contrário, o Estado passou a dispor de um instrumento eficaz que era o controle de resultados pactuados com a instituição. A presença de instituições como a FPS nas políticas sociais do Estado conformava o usuário em beneficiário assistido, mantendo sob o controle do Estado as classes menos desfavorecidas (TEMPERINI, 2016, p.96)

⁴² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48543-19-julho-1960-388755-publicacaoriginal-1-pe.html>

A gestão da FPS ficava à cargo de uma Diretoria, Assembleia geral e Conselho Fiscal. Segundo Temperini (2016) a Diretoria era composta por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro que eram eleitos pela Assembleia Geral, esta, por sua vez, era convocada duas vezes ao ano para deliberar sobre o relatório anual, bem como prestação de contas, planos de trabalho e outros assuntos. A Assembleia Geral era constituída pelo representante da União, designado pelo Presidente da República e por todos aqueles que tivessem feito doações superiores a vinte mil cruzeiros. Sarah Kubitschek presidiu a FPS até 1961, quando também encerrou o mandato de JK na presidência da República. Não há qualquer vínculo institucional de um cargo ao outro, como havia na LBA. Nesse período, a FPS atuou na construção e manutenção de instituições assistenciais, como lactários e Clubes de Mães. Uma de suas principais ações foram os hospitais volantes, que de certo modo inspiraram o logotipo da fundação.



Figura 19: Logo da FPS até a década de 1970. Fonte: Projeto História do Câncer (COC/Fiocruz-INCA). Pode ser acessado pelo endereço eletrônico: www.historiadocancer.coc.fiocruz.br

A ideia de que assistência ia até o povo está expressa nessa logo, como também na própria campanha dos Hospitais Volantes, iniciada em 1958. Coadunava-se também ao propósito do presidente JK e do ministro da saúde, Pinotti, de interiorização dos cuidados com a saúde. Segundo Temperini (2016, p.103):

A bordo de ônibus adaptados em consultórios, equipes de médicos e enfermeiras viajaram, inicialmente, por várias cidades do estado do Rio de Janeiro para levar informações, ministrar ensinamentos de educação sanitária e alimentação, realizar exames e distribuir medicamentos para as populações carentes.



Figura 20: Chegada do primeiro Hospital Volante, em 1956. Acervo: Arquivo Nacional.



Figura 21: Hospital-volante da Fundação das Pioneiras Sociais, Rio de Janeiro, RJ. Acervo Arquivo Nacional.

Interessante observar que nos Hospitais Volantes (figuras 20 e 21), na lataria dos ônibus consta o nome da instituição, Pioneiras Sociais, mas também consta em significativo destaque a expressão “Presidente Sarah Kubitschek”. Há o uso do nome e da figura, mesmo que não imageticamente, da primeira-dama e presidente da FPS como um mecanismo de validação da ação e como chamariz para atrair a população para os Hospitais Volantes.

Há no Arquivo Nacional⁴³ um vasto acervo iconográfico sobre a Fundação Pioneiras Sociais, que infelizmente não poderemos apresentar inteiramente no presente texto, onde figuram diversas ações, campanhas e inaugurações. Retomando momentaneamente a reflexão sobre as fotografias como fontes históricas, é necessária destacar que “A evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado” (MAUAD, LOPES, 2011, p.263). A fotografia mais do que o passado *per si* é uma representação do mesmo.

Nesse sentido, do conjunto iconográfico disponível no Arquivo Nacional duas observações nos saltaram, que poderão ser vistas nas figuras 22 e 23. A primeira delas é a significativa presença de JK nas ações da FPS. Ele participa de missão campal (1957), inaugura o Centro Luisa Lemos (1957), visita Hospital Volante (1958), distribui presentes no Maracanã no natal (1960) e inaugura o Centro de Reabilitação em Brasília (1961), entre outras atividades. O que não acontecia com os presidentes em relação às atividades da LBA.



Figura 22: JK e Sarah, no centro da foto, à porta do ônibus, inauguram o primeiro Hospital Volante da FPS em 1956. Acervo: Arquivo Nacional.

Outro fator bastante relevante que avulta das fotografias é a expressiva presença e importância de Sarah nas ações da FPS. A questão é que Sarah se fazia presente não só como presidente e figura simbólica. Segundo nos foi possível analisar por meio do *Boletim*, na LBA na maioria das vezes as presidentes-primeiras-damas enviavam representantes a festas e

⁴³ Significativa parcela do conteúdo, incluindo iconografia, do Arquivo Nacional podem ser consultados por meio de seu sítio eletrônico: <http://www.arquivonacional.gov.br/>

inaugurações, e, mesmo quando presentes, raramente faziam uso da palavra, delegando essa missão à um representante, quase sempre um homem. É exatamente o contrário do que observamos em relação à Sarah e à FPS. Sarah é fotografada descerrando placas ou cortando fitas inauguratórias, bem como fazendo discursos (figura 23), algumas vezes acompanhada por JK ao seu lado ou por outros homens importantes.



Figura 23: Sarah discursa na inauguração do Centro de Pesquisas Luisa Gomes de Lemos, 1957, ladeada por JK. Acervo: Arquivo Nacional

Para encerrar a observação e análise das fotografias, destacamos uma fotografia de Sarah⁴⁴, em 1958, quando foi inaugurar um ambulatório da FPS, em Belo Horizonte. A primeira-dama e presidente da instituição fora acompanhada pelo ministro da saúde e presidente da LBA, Mario Pinotti.

⁴⁴ A fotografia apresentada faz parte de uma série de fotografias acerca desse evento em 1958, que encontra-se disponível no Arquivo Nacional, podendo ser consultada pelo site www.arquivonacional.gov.br



Figura 24: Sarah inaugura obra em Belo Horizonte, acompanhada, à esquerda da foto, por Mario Pinotti (de óculos escuros). Acervo: Arquivo Nacional.

É importante, e ponto central deste tópico, refletirmos sobre a relação de Sarah Kubitschek com a LBA. Como já destacado no capítulo anterior, o estatuto da LBA apregoava que a primeira-dama da nação seria a presidente da instituição. Assim o fizeram, antes de Sarah, Darcy Vargas, duas vezes, e Carmela Dutra, como presidente de honra. Após, Sarah, ainda o fariam Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart, para citar apenas dentro do período até 1964. É preciso, portanto, nos interrogarmos por que Sarah Kubitschek não assumira a LBA. De tal questionamento é possível extrairmos duas reflexões. A primeira delas é no sentido de um enquadramento, por parte de Juscelino Kubitschek, da LBA ao seu governo, bem como aos seus ditames de modernidade e modernização do país, que passavam, forçosamente, por uma visão sanitário-desenvolvimentista da saúde pública e da assistência social. Dessa maneira, quando findara o mandato de Martagão Gesteira, em 1956, JK pode ter desejado a escolha pelo Conselho Deliberativo da LBA, do nome de seu apoiador e, então, diretor do recém-criado Departamento Nacional de Endemias Rurais, o médico sanitário Mario Pinotti. Com Pinotti na presidência, a LBA e o governo federal andaram *parri passu*, bastante alinhados em suas políticas, sobretudo após a chegada de Pinotti ao Ministério da Saúde. A modernização do modelo assistencial da LBA está também no bojo da ação de Pinotti na presidência.

Contudo, é preciso também considerar uma resistência de Sarah em assumir a presidência da LBA. Segundo Bojunga (2010) a primeira-dama teria uma personalidade forte e pouco afeita a sombreamentos e a perfil acessório. Dessa maneira, assumir a presidência da LBA, tanto como presidente-efetiva ou como presidente de honra, não seria do perfil de Sarah. Como presidente de honra ela pouco comandaria as ações desenvolvidas, e como presidente-efetiva teria que conviver e dividir o espaço com a figura e a memória do mito Darcy Vargas, como todos e todas presidentes tiveram que fazer. Sarah transformou seu grupo de senhoras da sociedade em uma instituição de assistência social de porte nacional e com estrutura semelhante à da própria LBA, a Fundação das Pioneiras Sociais. Sarah não poupou esforços para se singularizar no cargo que exerceu, como podemos perceber (figura 21) no que concerne aos “Hospitais Volantes”, principal ação da FPS. Na letreiro do ônibus, além do nome da instituição, traz em grandes letras a inscrição “Presidente SARAH KUBITSCHER”.

De qualquer maneira, Sarah não fora presidente da LBA. *Boletim da LBA*, nossa principal fonte, muito pouco se ocupou com a primeira-dama ou com a sua instituição. Ambas foram citadas em algumas breves passagens. Só duas fotografias de Sarah, nesse período, publicadas no *Boletim* (figuras 16 e 17), e mesmo assim são muito pouco nítidas da figura da primeira-dama.

No período 1956 – 1960, mandato presidencial de JK, a LBA se modernizou, procurou se afastar de uma política assistencial pautada pela distribuição de produtos ou dinheiro e tentou orientar-se por uma política educacional de transformação mais profunda e consistente da população carente brasileira, mormente no interior do país. No entanto, as práticas assistencialistas não foram de todo abolidas, como vimos na permanência do Natal dos Pobres e em outras atividades desenvolvidas Brasil à fora. A preocupação com a modernidade das práticas de saúde também estava presente nos cursos, palestras, panfletos da LBA. Estava presente no seu discurso endereçado às populações carentes, principalmente, almejando erradicar as práticas consideradas arcaicas, obsoletas e que punham em risco o progresso e desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, vamos analisar de que maneira tais discursos sobre modernidade foram também incorporados nas práticas da LBA, singularmente, no que diz respeito à maternidade e infância nas páginas do *Boletim da LBA*.

CAPÍTULO 3

Maternidade nas páginas do *Boletim da L.B.A*: natureza feminina, educação e serviço à pátria.

Se procurarmos a essência da maternidade, chegaremos à submissão. Submissão não é passividade, mas rendição a um amor mais alto. A mulher aguarda a côrte, um chamado, um objeto de dedicação. A natureza humana repele a idéia de uma mulher se oferecer, porque a missão dela é ser procurada. A natureza da mulher é a aceitação. A MÃE é também a “Rainha da Paz”. Mais do que a força, é também a tranquilidade que faz a felicidade. Ela é a defensora dos silêncios. A guerra é feia, a paz é bela. A casa bem arrumada, as crianças bem arranjadas, a mesa bem posta, tudo isso são exteriorizações do amor de mãe pela beleza e um sinal de sua reverência pelo sentido sagrado da criação. Mas onde este amor à beleza melhor se revela é na educação do caráter dos filhos. (*Boletim...*, n.67, junho de 1951, p.20)

A modernidade que era propalada no Brasil nas décadas de 1940, 1950 e 1960 – não sem oposição e resistência – alcançava também a maternidade. A LBA sempre tratou de lidar com o discurso da modernidade em dois aspectos, o primeiro sobre si mesma e sua atuação, reformulando suas ações assistenciais, como apontamos no capítulo anterior; e outra no que diz respeito às práticas e costumes de seu público alvo. Esse último aspecto esteve atrelado ao discurso legionário desde os primórdios de sua atuação em 1942, mas foi ganhando mais força e espaço com o passar dos anos. São representações sobre *maternidade moderna*, uma *infância moderna*, assim como são tratados como modernos novos comportamentos e práticas ligados à saúde e aos cuidados. Desse modo, no presente capítulo intentamos empreender uma análise acerca dos olhares e representações, elaboradas ou repercutidas, que a LBA e sua publicação oficial, *Boletim*, dirigiram às mulheres, em especial no que concerne à maternidade. Essa reflexão é pertinente, no esforço de compreendermos a trajetória da LBA, pois a proteção à infância e à maternidade passara a compor o escopo central da LBA, após a reformulação operada em 1946.

A Legião Brasileira de Assistência, pode-se afirmar que, sempre esteve profundamente ligada ao feminino. Em face de seus estatutos, a entidade deveria ser comandada por uma mulher, a primeira-dama do país. Como já destacamos em capítulo anterior, a representação das primeiras-damas nas páginas do *Boletim*, frequentemente, esteve envolvida na consolidação da imagem da mulher enquanto possuidora de uma natureza abnegada e amorosa, sempre prestativa e disposta à auxiliar os demais, especialmente voltada à família. Em vista de a LBA trazer como uma de suas principais funções proteger e amparar as mães brasileiras, seu *Boletim* frequentemente tratou sobre as representações acerca da mulher e do feminino. Muitas vezes, contudo, refletiu, emitiu opiniões e colaborou no processo de construção e corroboração de representações hegemônicas sobre o papel da mulher em sociedade e sobre as noções de feminino. Submissão, abnegação, beleza, zelo com a família são considerados traços da personalidade feminina, como na citação do *Boletim da L.B.A.* que abre esse texto. É

mandatário, contudo, que ao nos referirmos ao *Boletim*, entendemos que seja uma prerrogativa da própria instituição, isto é, da LBA, uma vez que *Boletim* era a sua publicação oficial.

Imbuído da perspectiva de valorização da estrutura familiar, que se desenvolvia desde meados do século XIX e bastante recrudescida nas primeiras décadas do século XX⁴⁵, *Boletim* em 1963, já avançando pela segunda metade do século XX, publica que “Ninguém desconhece ser a família a pedra fundamental da sociedade. E ninguém duvida que, atualmente, ela sofra ativo processo de desagregação.” (*Boletim...*, n.111, julho, agosto, setembro de 1963, p.6). *Boletim*, portanto, destaca a importância que é atribuída à estrutura familiar, bem como critica as transformações sofridas pelas vivências familiares no começo do século XX. No sentido de melhor compreendermos a ideia de família presente no *Boletim*, vamos seguir suas publicações no período 1945-1964.

Em 1947, *Boletim* já afirmava que “De todas as misérias, porém, a mais dolorosa é a moral, pois que entre as empregadas domésticas o problema da mãe solteira é, entre outros, uma triste realidade” (*Boletim...*, n.28, outubro de 1947, p.21). Concepção que permanece no tempo e faz-se presente em 1963:

A “mãe solteira” não constitui um problema se o companheiro (a figura paterna) permanece ao seu lado constituindo um núcleo familiar. Por outro lado se converte em um fator de decomposição social, quando tentar constituir um núcleo familiar procurando estabilizar um lar, porém recorrendo a distintos concubinos. É, portanto, mister que se fortaleça o instinto da família como fator preventivo de problemas complexos tais como os de menores com transtornos de conduta, menores abandonados, delinquência juvenil, ilegitimidade, analfabetismo, etc. (*Boletim...*, n.110, abril, maio, junho de 1963, p.12)

Esse ponto parece ser fundamental para o entendimento das noções de família, de casamento e de criação dos filhos, isto é, a composição da família se dá, necessariamente, por pai, mãe e filhos. O conceito de família desagregada, tema que o *Boletim* e a própria LBA se ocuparam no período, diz respeito àquela na qual há um desarranjo do padrão familiar, em geral são grupos familiares nos quais se ausenta a figura paterna ou a mãe não cumpre o que se entendia por seus papéis naturais. Mas a “família desagregada” também ocorre por ocasião da separação do casal. Em 1951, *Boletim* asseverou que “Não é admissível que, havendo filhos, os pais se separem. É preciso refletir no futuro dos pequeninos entre os dois novos lares, onde não há lugar para eles; é absurdo renegar assim suas responsabilidades” (*Boletim...*, n.69, agosto de 1951, p.2). Por conseguinte, a partir dessa premissa divulgada pelo *Boletim*, o casal que, por

⁴⁵ Ariès (2012) e Badinter (1985) historicizaram o processo de fortalecimento social dos laços familiares.

ventura, estivesse infeliz, deveria permanecer casado para que a família não fosse desagregada, desestabilizada e pudesse, assim, cumprir suas funções sociais.

A assistência à criança só pode alcançar rendimento mais do que o atual se todos os esforços, os recursos forem orientados para a proteção da família. Porque a doença, e sobretudo o abandono e a delinquência dos menores, são simples resultantes do afrouxamento dos laços de família, da decadência da autoridade paterna, da ausência da mulher do rescito [sic] do lar, para o trabalho diário, enfim, da dissolução da família. (*Boletim...*, n.63, janeiro de 1951, p.15)

Tendo em vista a atuação da LBA em prol da celebração e conservação dos casamentos, *Boletim* entende “Que as esposas que não são felizes, se tornem mais mães do que esposas, para a felicidade de seus filhos. O amor de uma mãe não pode ser substituído por qualquer outro”. (*Boletim...*, n.86, janeiro a junho de 1957, p.26), ou seja, se a mulher não é mais feliz como esposa, que permaneça em casa para ser feliz como mãe e fazer felizes os seus filhos. A percepção ideal da permanência feminina no lar mantém-se presente, inclusive com prerrogativa legal, tendo em vista a impossibilidade da dissolução do vínculo marital.

O divórcio parece ser impensável para o *Boletim*. Em verdade, no Brasil ele ainda não existia legalmente. A lei que instituiu o divórcio é de 1977, e trazia em si uma série de restrições à dissolução matrimonial, como a de que seria necessário primeiramente consolidar uma separação de corpos de cinco anos, bem como só era possível que uma pessoa se divorciasse uma única vez. No entanto, desde 1916, no Código Civil brasileiro, era possível o desquite, que permitia a separação de corpos, mas não desfazia o matrimônio, ficando, portanto, a pessoa impedida de novo vínculo conjugal. Ainda sobre as leis cabe ressaltarmos que por esse mesmo Código Civil (o de 1916, que entre emendas e reformas ficou em vigor até 2002) a mulher era considerada “relativamente incapaz” no que diz respeito aos assuntos cíveis. O código trazia explicitamente o princípio de que o homem era o chefe da família, da sociedade conjugal, cabendo a ele administração dos bens comuns, dos particulares da esposa e inclusive a decisão sobre fixar domicílio. Ao homem cabiam também as determinações sobre os filhos menores de idade. A mulher precisava de autorização até para exercer profissões (CÔRTEZ, 2012). O que embasava essa legislação era o entendimento de que na mulher imperava a emoção e no homem a razão, por isso caberia a ele todas as decisões. Somente em 1962 essas questões legais foram revogadas com a entrada em vigor do “Estatuto da mulher casada”, segundo o qual a mulher

deixava de ser “relativamente incapaz” e não precisaria do aval do marido para praticar algumas medidas como emprego, manejo de bens e guarda dos filhos⁴⁶.

Os papéis de gênero estão postos e cabe-nos, portanto, uma reflexão. A separação – até meados de 1960, pelo menos – era muito dificultosa para as mulheres, pois além do estigma social de “mulher desquitada”, se empunham sérias limitações legais como o acesso aos bens e aos próprios filhos. Segundo a linha seguida nas páginas do *Boletim*, toda mulher deve ter marido e deve permanecer ao seu lado, caindo grande estigma sobre as mulheres que rebelam-se a acatar esse papel, seja separando-se ou permanecendo solteiras. Havia clara oposição social às mulheres que não se casavam, pejorativa e tradicionalmente chamadas de “solteironas”⁴⁷.

A importância atribuída pela LBA ao matrimônio e a sua manutenção está presente em outras áreas de atuação, além dos artigos do *Boletim*. Uma das frentes de atuação da LBA foi facilitar o acesso da população mais carente ao registro civil de crianças, bem como propiciar casamentos e/ou oficializar uniões. Tal prática já acontecia desde os tempos da guerra e dos pracinhas⁴⁸. Em 1959, *Boletim* publicou uma matéria sobre uma celebração realizada pela LBA em Muzena, região bastante carente do Rio de Janeiro, para que alguns casais “[...] que, embora já tivessem família constituída, por falta de recursos e de orientação ainda não haviam legalizado suas respectivas uniões” (*Boletim...*, n.98, agosto de 1959, p.14). Na cerimônia foram celebradas as uniões civis e religiosas de oito casais. É o esforço institucional movido pela LBA para o apoio e a manutenção das famílias, atribuindo a elas grande importância social.

Com a exaltação do casamento indissolúvel e da família, se faz bastante presente nas páginas do *Boletim* a ideologia da domesticidade (MARTINS, 2011), ou seja, um conjunto de ideias e práticas de diferentes âmbitos que agiam no sentido de conformar a mulher ao lar, ao âmbito doméstico. Considerando que há um esforço para que a mulher se case, e uma vez casada que ela assim permaneça, é preciso refletir sobre algumas questões. Primeiramente, o lar aparece como seu espaço por excelência em nome da sua propalada essência maternal e de sua natureza emocional, sendo a mulher considerada pouco competente ou eficaz no espaço público; e segundo porque sua presença no lar seria imprescindível para o bom e completo desenvolvimento familiar, tanto dos filhos como do marido.

No sentido de aclamar a mãe como figura essencial para o desenvolvimento infantil e reforçar a ideologia da domesticidade, *Boletim* procurou enfatizar os danos que ausência

⁴⁶ Mais informações sobre a trajetória da mulher na legislação brasileira ver CORTES, 2012.

⁴⁷ Carla Pinsky (2012a, p.490) aponta que, no entendimento do período, “as solteironas são dignas de pena; mulheres incompletas, que falharam em cumprir a vocação feminina”.

⁴⁸ Entre outros relatos, na edição n.8 do *Boletim*, publicada em 31 de maio de 1945, noticiava-se que a LBA havia providenciado o casamento de um pracinha e o registro dos filhos que o casal já possuía.

materna poderia causar às crianças. Pode-se dizer que a publicação tentava por meio da propagação do medo de um dano futuro à saúde física e mental dos filhos manter as mães restritas ao lar, para que assim elas se assegurem dos cuidados tidos como fundamentais às crianças.

A falta prolongada de cuidados maternos produz, na criança, graves perturbações, graves e duradouras, que modificam seu caráter e tôda a sua vida futura. Desde a idade de 3 meses, a criança é sensível a essa privação. (*Boletim...*, n.69, agosto de 1951, p.3)

Assim sendo, a representação da mãe como essencial para o desenvolvimento infantil obtém bastante espaço nas publicações do *Boletim*. E com isso é preciso dizer que a mãe se torna a figura responsável por todo o cuidado necessário para os filhos, desde as atividades mais simples às mais complexas. Em uma publicação de 1955, *Boletim* procurou enfatizar a necessidade pungente da presença materna no lar.

Ninguém é mais importante do que a mãe para os pequeninos. Nada os afeta mais que a privação, completa ou relativa, de cuidado materno. A saúde mental depende muitíssimo da qualidade desse cuidado. Assim nos contam as últimas verificações da psiquiatria e da psicologia. (*Boletim...*, n.80, outubro, novembro e dezembro de 1955, p.24)

Dessas premissas, é possível perceber o entendimento de que fazia-se indispensável a presença constante da mãe no lar, atendendo diretamente aos cuidados necessários de seus filhos. Trazendo em seu bojo toda essa orientação, o discurso da LBA e de seu boletim chegam ao seu paroxismo ao asseverar que melhor mãe ruim do que mãe nenhuma, bem como melhor uma família ruim do que não ter família alguma.

A privação parcial pode existir mesmo quando a criança mora em casa com a mãe (verdadeira ou substituta), sempre que a atitude da mãe é desfavorável à criança. [...] No entanto, nos próprios casos maus, ter mãe é ter alguma coisa. Os críticos não gostam de reconhecer, mas não há criatura humana que se ponha tão irresservada e tão continuamente à disposição dos filhos – ainda se ela está longe de ser mãe cem por cento (exceção feita ao comportamento materno doentio, anti-natural). Por isso, entre o ambiente familiar insatisfatório e o internato satisfatório é em geral mais sábio preferir o primeiro. [...] **Pior que a casa ruim é a casa nenhuma.** (*Boletim...*, n.80, outubro, novembro e dezembro de 1955, p.24, grifo nosso)

De qualquer maneira o que se destaca é que a formatação de posições sociais claras de acordo com os gêneros estava bem delimitada nos anos 1950. Carla Pinsky destacou a posição

que, em geral, as revistas voltadas para as mulheres de classe média tomaram nos anos 1950 a respeito do lugar da mulher:

Lugar de mulher é o lar [...] a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destroçados. [...] Felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres ainda continua a ser o casamento e a família. Muitas, no entanto, almejam levar uma vida dupla: no trabalho e em casa, como esposa, a fim de demonstrar aos homens que podem competir com eles no seu terreno, o que frequentemente as leva a um eventual repúdio de seu papel feminino. Procurar ser à noite esposa e mãe perfeitas e funcionária exemplar durante o dia requer um esforço excessivo [...]. O resultado é geralmente a confusão e a tensão reinantes no lar, em prejuízo dos filhos e da família (*Revista Querida*, nov.1954 apud PINSKY, 2010, p.624)

Como é possível observar na passagem da revista *Querida*, citada por Carla Pinsky, o espaço do mundo do trabalho é o “terreno” masculino por excelência. A mulher ao imiscuir-se nesse espaço incorre em falta com o seu próprio mundo por natureza, o lar, e com os papéis a ela destinados de mãe e esposa. A perfeita esposa é aquela que prezava pelo “equilíbrio conjugal”, isto é, aquela que não subvertia os papéis e representações esperados para cada gênero: ao homem o papel de chefe da família, de provedor; e à mulher o papel de rainha do lar, aquela cujas principais preocupações devem ser o marido, os filhos e a conservação do lar e da família.

Dessa maneira, o que queremos apontar é que *Boletim* e a LBA possuíam representações bastante definidas sobre o conceito de feminino e de maternidade, representações estas que estão presentes nas páginas da publicação e que reverberavam nas ações assistenciais da entidade. Ao longo do capítulo intentamos refletir sobre as representações acerca do feminino e, especialmente, da maternidade nas páginas do *Boletim*, bem como das ações empreendidas pela LBA no sentido de assistência à maternidade. Trazemos próximo a nossa análise o conceito de gênero, uma vez entendido como uma construção social e não ligado a uma natureza ou essência dos sexos (SCOTT, 1990; PEDRO, 2008).

De modo geral, uma premissa que norteou as ações da instituição era a de que a benemerência e o altruísmo faziam parte do ser mulher, da essência do feminino, e, assim, a mulher estava em seu lugar natural ao atuar enquanto voluntária em instituições como a LBA. “É inerente à humanidade, especialmente à mulher, o desejo de servir, de ser útil ao semelhante” (*Boletim...*, n.82, abril, maio, junho de 1956, p.6), destacou a publicação oficial da LBA.

1. A maternidade como essência feminina: a naturalização do instinto e amor materno

Nas primeiras décadas do século XX, a maternidade era representada como parte indelével da essência feminina, ganhando também nuances de “missão divina” e “ato patriótico por excelência”. Tendo em vista que a natureza feminina, assim como a masculina, eram bem definidas, os papéis sociais para que homens e mulheres desempenhassem também eram bastante delimitados e claros.

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade (PINSKY, 2010, p.609-610).

É preciso apontar que o discurso essencialista em relação ao feminino e à maternidade, colabora, significativamente, para o processo de domesticação da mulher. Isto é, a permanência da mulher no recôndito do lar passa a ser uma prerrogativa do seu gênero, uma vez que ela é considerada “essencialmente” mãe.

Durante os anos 50 e o início dos 60, portanto, a sociedade reforçava a idéia do casamento cedo e a vinda dos filhos. O casamento era considerado o único estado apropriado para os adultos e as crianças um produto natural e desejável. Estas eram consideradas essenciais para que a família permanecesse unida e as mulheres só se sentiriam completamente realizadas com a sua chegada. Aquelas que não podiam ter filhos eram dignas de pena por terem uma vida incompleta. Os principais papéis da mulher – esposa, dona-de-casa e mãe – giravam em torno do casamento. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.99).

A LBA e seu *Boletim*, aparentemente, também comungavam desses valores sociais e de gênero bastante delimitados.

Vês, pois, quanto é importante que haja mães que dêem ao mundo sucessivos bebês. Os homens trabalham fora, constroem casas, automóveis, aviões, máquinas. É um trabalho importante. Mas tu compreendes que ser mãe é trabalho mais importante ainda. (*Boletim...*, n.70, setembro de 1951, p.11).

Por se tratar de uma entidade voltada, especialmente, à assistência à maternidade e à infância, a LBA e seu *Boletim* tratavam com maior intensidade e frequência de questões acerca das concepções de feminino e de maternidade, sem dúvidas. No entanto, em alguns momentos

discutiui-se a concepção de masculino, também tratada como hegemônica e padronizada, como na passagem supracitada em que o masculino liga-se, exclusivamente, ao trabalho e ao poder de força física. Tais percepções também são possíveis quando *Boletim* referia-se a criação de meninos, como em passagem de 1956:

Todos os pais desejam que seus filhos tenham um porte normal ou um pouco acima. E não deixam de ter sua razão: principalmente para um rapaz, um porte pequeno é um desgosto e, ao mesmo tempo, uma fonte de complexos (*Boletim...*, n.84, outubro, novembro, dezembro de 1956, p.25)

O conceito de gênero traz em si o pressuposto de que tanto a concepção de masculino quanto de feminino são social e historicamente construídas, perfazendo, também, uma relação essencialmente dialética, pois masculino e feminino são colocados como diametralmente opostos, no entanto, um é construído em relação direta ao outro. Tais representações eram consideradas únicas e normativas, isto é, aqueles e aquelas que nelas não se encaixassem eram percebidos como anormais e/ou doentes.

Compreendendo que a natureza feminina é ao mesmo tempo uma natureza materna, tornou-se bastante recorrente a ideia de que ser mãe ligava-se diretamente com o sagrado, como uma missão atribuída por Deus às mulheres. Nesse sentido, a mulher que por toda Idade Média e parte da Idade Moderna foi tomada como a Eva pecadora, aquela responsável pelos sofrimentos humanos. Posteriormente, passa a ser medida a partir do exemplo de Maria, mãe de Jesus. Desenvolve-se o *marianismo*, ou seja, entendimento de que as mulheres devam ser admiradas, quando mantém-se em vida casta e devotada à família, ao lar e sempre guiadas pela fé cristã, apesar da natureza devassa e pecaminosa das filhas de Eva. Era o que se esperava das mulheres de acordo com o pensamento tradicional, pelo menos até meados da década de 1960⁴⁹. Em 1956 *Boletim* publicou um texto no qual é bastante clara a ideia de uma dupla natureza da maternidade, tanto fisiológica quanto divina.

A essência da maternidade é dupla: 1º) a procriação que é um processo biológico, com raízes no reino animal. O nascimento estabelece o parentesco entre mãe e o filho. A árvore dá fruto, a galinha choca os ovos; assim também, de toda mãe que cria uma dependência, pode-se dizer: “Bendito é o fruto do teu ventre”. 2º) Mas a maternidade humana não é como a maternidade animal, pois a alma da criança não emana do corpo da mãe, mas é criada diretamente por Deus, que a infunde no corpo da criança (*Boletim...*n. 82, abril, maio e junho de 1956, p.50)

⁴⁹ SOUZA, E et all. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. IN: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000, 13(3), pp.485-496.

No sentido da percepção da maternidade como uma “natureza feminina, em artigo de setembro de 1951 intitulado “Maternidade e Puericultura”, *Boletim* destaca que:

A maternidade foi sempre considerada, pelos antigos mestres, como o estado normal da mulher entre 20 e 40 anos. [...] Atualmente, as jovens mães deverão tomar maiores precauções para não prejudicarem sua saúde e poderem dar ao mundo crianças sadias que elas mesmas possam alimentar. É de grande utilidade lembrar às jovens mães que durante estes nove meses, durante os quais elas têm a felicidade de trazer seu filho, ser-lhes-á necessário levar uma vida a mais sã possível em benefício de ambos. (*Boletim...*, n.70, set.1951, p.13)

A maternidade é abordada como sendo o “estado normal” da mulher, sua propalada “essência feminina”, o seu papel natural por excelência. Contudo, nas primeiras décadas do século XX discutia-se sobre como a modernidade incidia sobre os valores morais, promovendo novas formas de sociabilidade e vivência. Assim, *Boletim* escreve sobre as mulheres que, algumas vezes, tendem a negar sua “vocação”, sua “essência materna”:

A maternidade é a suprema vocação da mulher. Só pela maternidade poderá atingir integravelmente seu destino biológico e espiritual, como alcançar seu pleno desenvolvimento. Essa vocação todas as mulheres têm a intuição dela. Algumas, porém, não o querem compreender. Numas, a “recusa ao filho” é consciente, determinada por motivos utilitários e geralmente egoístas. Uma mulher “coquette” afasta a maternidade por não admitir que a gravidez atinja a sua beleza. Uma mulher ciumenta receia que seu estado afaste o marido. Uma intelectual, professora, mulher de negócios, não aceita o filho, porque lhe entravaria a atividade ou dificultava a carreira. (*Boletim...*, n.67, junho de 1951, p16)

Boletim observa que a modernidade pode levar as mulheres a negarem sua natureza, pois estão seduzidas por novas “aventuras”. A negação desse “destino biológico e espiritual” acarretava uma ideia de “anormalidade”, atribuída à essas mulheres que se opunham à “natureza feminina”, o que só podia ser explicado, portanto, como desvio ou patologia, pois junto a esse discurso sobre a maternidade como essência, dá-se a construção da ideia de instinto materno, isto é, um sentimento de proteção e envolvimento com a sua prole. Correntemente, se atribui a esse sentimento uma acepção de natural, inato. Badinter (1985) procurou demonstrar que a ideia de instinto materno não é “natural” ou “inato”, mas inclui-se em uma perspectiva trans-histórica, isto é, construído e reforçado com o passar do tempo. É, propriamente, esse sentimento essencialmente materno que daria às mulheres a prerrogativa no cuidado e no ensino das crianças. Tais funções cabem, especialmente, à mãe, uma vez que ela é nascida para isso, e

possui as “ferramentas” necessárias. Badinter nos fala sobre o desenvolvimento desse arquétipo do instinto materno.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. (BADINTER, 1985, p.145)

Dessa maneira, como Badinter aponta, duzentos anos depois, já na metade do século XX, permanecia viva a premissa de um instinto materno. Percebermos, então, que tal concepção se faz presente nas páginas do *Boletim da LBA*, tendo em vista que frequentemente a publicação ocupou-se em refletir sobre a maternidade e as melhores formas de exercê-la, enfatizando que as mulheres são as responsáveis pelos cuidados, pois esta seria uma característica própria feminina. Destarte, queremos avultar uma passagem do *Boletim* do ano de 1957. Na ocasião, a publicação discutia sobre as decisões a serem tomadas a respeito do bebê recém-nascido, como por exemplo, alimentação, vestuário etc. Assim, *Boletim* se expressou:

O que acontece nessa casa é um pouco do que acontece em todas as casas onde há um recém-nascido, cercado dos pais e avós. Quem tem razão? Certamente a mãe, **que por instinto** quer sempre o que beneficia a saúde da criança, e a boa governante que, se não teve filhos, criou, todavia, muitos filhos alheios. (*Boletim*, n.87, julho a setembro de 1957, p.37, grifo nosso)

Fica claro que, na concepção expressa por *Boletim*, a mãe, por possuir um instinto materno, sempre se guiará de uma forma mais correta e mais segura para a criança. Essa concepção de instinto materno abrangerá todas as mulheres, de uma forma indistinta, o que fica bastante evidenciado em determinadas publicações do boletim. Nesse sentido, também em 1957, *Boletim* exhibe a fotografia de uma mulher indígena e uma criança, muito provavelmente em meio a uma tribo, e sobre a figura escreve:

Até mesmo no seio da mata se observa o instinto materno nessa preocupação da mãe em fazer elegante seu filho. Aqui vemos uma índia preparando certamente seu bebê para a festa próxima na taba. Esmera-se em apresentá-lo melhor do que o faria a mais exigente das mães. Reparem nisso as da cidade. (*Boletim*...., n.87, julho a setembro de 1957, p.14)

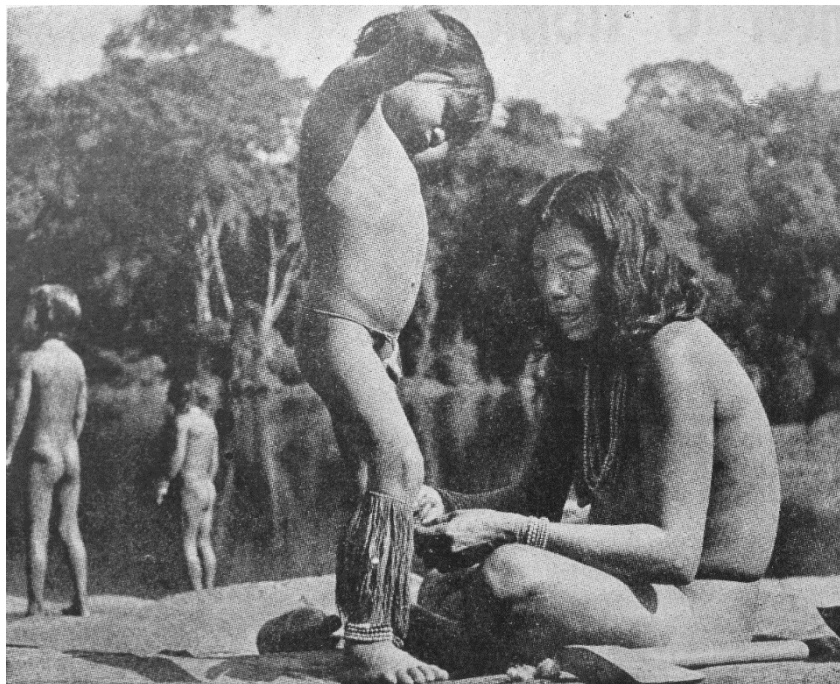


Figura 25: Fotografia intitulada "Toilete na selva" publicada no *Boletim...*, n.87, julho a setembro de 1957, p.14

Interessante percebemos que *Boletim* utiliza a imagem para enfatizar que todas as mulheres, independente de cultura e meio em que vivem, possuem esse instinto de zelar pela sua prole. Ainda vale-se da fotografia e da mensagem para orientar e estimular as mulheres da cidade a fazer o mesmo, isto é, a cuidar com esmero de seus filhos.

Como já mencionado acima, a negação ao instinto materno era percebida como uma ação antinatural, portanto, uma situação patológica. Desse modo, *Boletim* publicou matéria em 1951 sobre uma jovem belga que se negava a dar ouvidos ao seu instinto materno e, principalmente, recusava-se a aceitar a plenitude da maternidade. Não é possível averiguarmos a veracidade da história, mas é significativa a mensagem que *Boletim* pretendia transmitir aos leitores e leitoras.

Casara-se aos 18 anos, e aos 20 possuía tudo quanto uma mulher pode desejar: beleza, espírito, fortuna, um marido que a adorava e um bebê cheio de saúde. Sentia-se inteiramente feliz quando percebeu, dezoito meses após o nascimento de seu primeiro filho, que ia ser novamente mãe. A descoberta revoltou-a. Elegante e faceirona, sentiu-se a tal ponto humilhada em sua gravidez, por se ver feia e deformada, que jurara a si mesmo nunca mais ter filhos. (*Boletim...*, n.67, janeiro a julho de 1951, p.11).

E a história prossegue narrando que a mulher, aproveitando-se de uma viagem do marido, conseguiu por meio de uma cirurgia retirar o bebê e a “possibilidade de vir a ter outros”. É quando a carga de terror e dramaticidade da narrativa aumentam, uma vez que, um ano depois

da cirurgia realizada, seu único filho, então com dois anos, adoeceu e morreu. Segundo o relato, a mulher teria sido subitamente acometida por um amor materno sem fim e tentara reverter a cirurgia que fizera, mas era em vão. Ensimesmada em suas mentiras, a jovem sofria a cada vez que o marido, alheio a real situação, dizia que eles ainda poderiam ter outros filhos. A moral da história vem em seguida.

O instinto materno vingava-se daquelas que não querem ser mães. Sua razão não resistiu. Numa noite de inverno, descalça, os cabelos desgrelhados, pôs-se a correr pelos campos chamando o filho aos gritos. Quando a trouxeram para casa, estava louca. (*Boletim...*, n.67, janeiro a julho de 1951, p.11)

A narrativa é apresentada para acionar o medo, bem como transmitir a mensagem que o instinto e o amor materno são mais fortes que tudo, portanto, não se pode deles fugir. Tentar escapar ou evitar só tratará nefastas consequências. Nesse sentido, Freire constatou, por meio das revistas femininas do início do século XX, que “A partir da percepção da maternidade como um instinto inerente à natureza feminina, uma missão divina e um dever social, a recusa ao seu cumprimento tanto poderia implicar patologia, quanto pecado ou crime” (FREIRE, 2009, p.104). Freire pôde também averiguar que, mesmo afigurando-se, em um primeiro momento, como um contrassenso, havia uma relação constante entre instinto e educação, principalmente a educação num modelo moderno.

Os articulistas reconheciam a presença de um instinto maternal inerente à natureza feminina – cuja ausência constituía um desvio da normalidade –, mas este não seria suficiente para garantir a criação adequada dos filhos conforme os novos pressupostos de base científica, guias das sociedades que se pretendiam modernas. (FREIRE, 2009, p.126).

Dessa mesma maneira fez-se também presente nas páginas do *Boletim* certo entendimento de que a mulher-mãe, mesmo possuidora de um instinto natural, precisava ser educada para alcançar os altos objetivos de sua missão patriótica, pois novas demandas impunham-se ao maternar⁵⁰, isto é, aos cuidados dedicados aos filhos.

É preciso ensinar a mulher a ser mãe. É preciso prepara-la de modo tal que ela venha a oferecer ao Brasil um brasileiro integrado em todo êsse conjunto

⁵⁰ Com o avanço dos debates, especialmente no âmbito das relações de gênero e dos movimentos feministas, o léxico acerca da maternidade também se desenvolveu largamente. O próprio termo maternidade é polissêmico, podendo significar: um estado referente a qualidade de mãe; a função reprodutiva; o estabelecimento hospitalar. Outros termos surgem, como *maternar* e *maternagem*, cujo significado está muito mais próximo aos cuidados dedicados aos bebês e crianças. Trata-se do ato de maternar e o processo da maternagem. (CF. BARRETO, 2015; TOMAZ, 2015; SACAVONE; 2001).

de deveres e responsabilidades que impedem ao homem dêste século. Para a consecução de tais fins, faz-se mister um trabalho em conjunto, um inteligência aguda, um coração animoso e essa chama cívica e patriótica, alta e farta, que ilumine a terra brasileira por séculos sem fim. (*Boletim...*, n.66, abril e maio de 1951, p.15, grifo nosso)

Em vista disso, é preciso salientar que se esperava um comportamento moderno das mães entre os anos 1940 e 1960. A ideia de progresso e modernidade, bastante presente nos discursos políticos e econômicos, também invadiu o lar e atingiu a maternidade, contribuindo largamente no sentido de conformar a mulher a essa representação essencialista da maternidade.

Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à “mulher de alcova”. No segundo tempo, reforçando a “estatização dos indivíduos”, a higiene procurou reintroduzir a mulher na família, devidamente convertida ao amor filial e ao consumo de serviços médicos. [...] A mãe higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, “colonização” da mulher pelo poder médico. (COSTA, 1999, p.255)

No sentido de ser um veículo promotor de uma concepção de maternidade moderna, a medicina incidiu sobre os corpos femininos a fim de garantir o pleno desenvolvimento infantil e, assim, assegurar o futuro da nação. Seguindo os ditames da medicina moderna, a LBA agia para que a Puericultura se propagasse, e o *Boletim* era o principal canal de comunicação para tais propósitos.

[...] quando analisamos a capacidade dos homens na tarefa de realizar filhos tão perfeitos quanto possível, vamos encontra-la ainda numa fase primitiva, cheia de empirismos e de rotina. Não entrou ainda para as cogitações de nossa gente a **moderna técnica da puericultura**, que é a arte de criar crianças sadias, e que só pode ser realizada pelo técnico especializado ou seja o médico. (*Boletim...*, n.71, out.1951, p.4, grifo nosso)

O que estava em discussão era uma educação mais efetiva das mulheres, uma educação com um objetivo bem claro, isto é, a formação e educação de mulheres para a maternidade. No entanto, não se tratava da maternidade de forma comum ou tradicional, o que se discutia era uma forma moderna de maternidade, amparada e embasada pela medicina, em especial pela puericultura. “Além da unanimidade quanto à concepção de que a maternidade representava a função mais importante da mulher, outra opinião consensual sustentava que esta última precisava ser instruída para desempenhar seu papel” (FREIRE, 2009, p.106-108).

2. Educação para mulheres: formação de mães

Os estatutos da LBA, promulgados em 1946, preceituavam que: “A base de seu programa de ação será a educação da mulher, preparando-a para exercer seus deveres e assumir suas responsabilidades para com a família e a sociedade.” (*Boletim...*, n.18, março de 1946, p.1). Como já mencionado no capítulo anterior, é a partir de, aproximadamente, 1955 que passa a haver uma orientação mais específica às políticas educacionais dentro das ações da LBA. A entidade pautou sua atuação educacional, majoritariamente, no sentido de reforçar a concepção de maternidade, ou seja, entendendo a participação feminina na sociedade sempre intermediada por sua capacidade biológica para a maternidade. Entretanto, esta deveria ser adequada aos ditames de uma maternidade moderna ou científica, amparada pela medicina. Tal investimento da LBA, tanto ideológico quanto financeiro e estrutural, foi justificado pela necessidade de se preservar a infância brasileira, consumida e desgastada pela miséria e marginalidade, como frequentemente apontavam as matérias do *Boletim*. Cott (1991) salienta que a ajuda às mulheres acabava lhes impondo cada vez mais responsabilidades, não só com os filhos, mas com a sociedade, com a pátria.

[...] havia então muito mais organismos destinados a ajudar as mães “a assumirem as suas responsabilidades na educação dos filhos”, mas, simultaneamente, esses mesmos organismos contribuíram para “aumentar o trabalho das mães, na medida em que lhes impunham padrões mais exigentes” (COTT, 1991, p.108)

O tipo de educação ao qual a LBA se propunha a promover podemos chamar de não-formal, isto é, são cursos e programas de treinamento para mulheres realizados em Postos de Puericultura, Casas de Saúde, Maternidades entre outros espaços, e visavam atender objetivos mais específicos do que a alfabetização escolar. Dessa maneira, é preciso refletirmos sobre a constituição da educação formal para mulheres no Brasil, uma vez que também era padronizada a satisfazer determinados pressupostos que iam além dos interesses dos educandos e educandas.

Historicamente, a educação para meninas e mulheres era diferente da ofertada aos meninos e homens, e foi introduzida com mais contundência apenas a partir das décadas de 1830 e 1840, período em que as meninas e moças passam a frequentar em maior número as escolas, em função da Lei de Instrução Pública de 1827, também chamada de Lei Geral do Ensino, decretada por Dom Pedro I. Não é que meninas e moças não estudassem até então, todavia esse ensino se fazia de modo menos categórico, sendo conduzido pelas mães ou amas

de criação e limitava-se ao ensino básico da leitura – não necessariamente da escrita – e de práticas domésticas (ROSEMBERG, 2012). A Lei Geral do Ensino trazia a criação dos filhos como justificativa para uma educação feminina mais ampliada:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas (Lei de Instrução Pública, 1827 apud LOURO, 2010, p.447).

Sobre a educação feminina havia, de forma sistemática, a concepção de que ela não poderia se fazer sem uma sólida formação cristã, ou seja, havia a premissa de que a educação feminina deveria ser mais de cunho moral do que técnico-científico.

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*; sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro. (LOURO, 2010, p.446)

Louro (2010) chama também a atenção para o fato de que essa educação prevista em lei e fornecida às mulheres era uma educação para além delas, isto é, não estava sendo promovida no sentido de atender aos anseios ou necessidades das educandas, mas sim visava atender primeiramente uma função social: a formação dos futuros cidadãos da pátria. As ambições e vivências das educandas são ignoradas, ou estimuladas a serem conformadas aos princípios patrióticos.

Várias amarras à educação formal e pública das mulheres foram sendo rompidas no transcorrer desse acidentado percurso: a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe; o impedimento à continuidade dos estudos secundários e superior para as jovens brasileiras. (ROSEMBERG, 2012, p.334).

Em 1942, no bojo da conjuntura do Estado Novo, é implementada uma reforma educacional no Brasil, impetrada pelo então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo

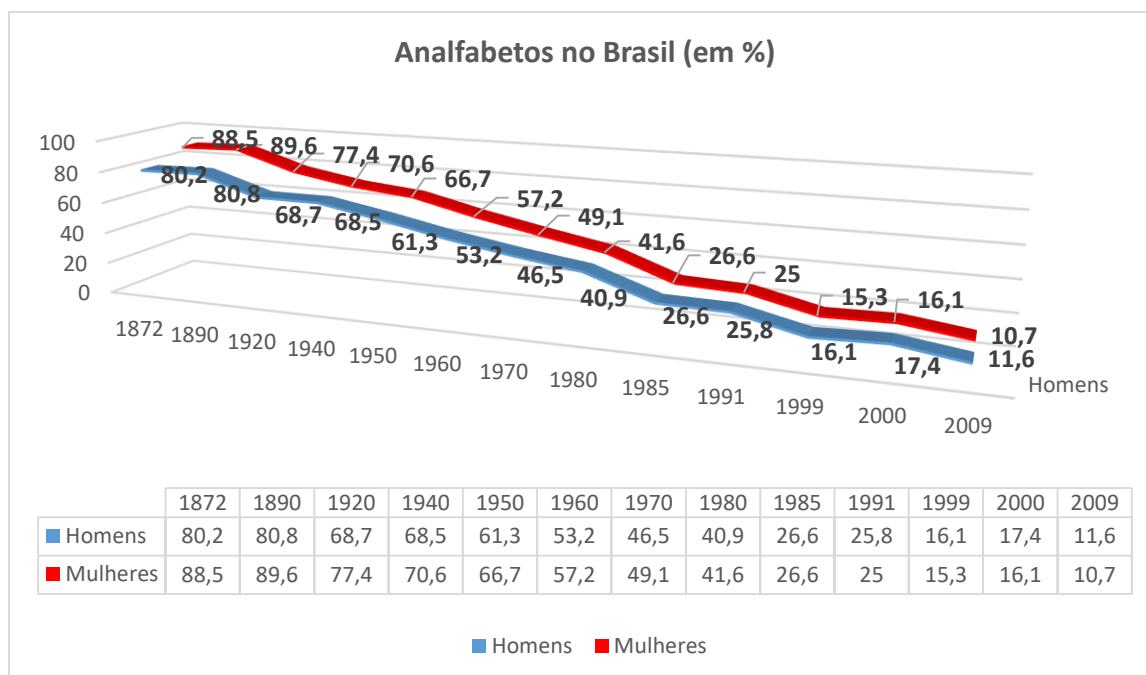
Capanema – a reforma ficou conhecida como “reforma Capanema”. O modelo previsto por Capanema atendia a uma divisão econômico-social do trabalho. Desse modo, a educação deveria se ocupar de desenvolver habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis sociais atribuídos às camadas ou categorias sociais. Ficavam, portanto, estruturadas a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional ou industrial e a educação feminina. Essas divisões da educação brasileira deveriam ser destinadas à categorias sociais distintas como aos segmentos de elite (educação superior), às camadas médias (a educação secundária), às camadas mais baixas (a educação primária, e preferencialmente a educação profissional ou industrial) e às mulheres (educação feminina).

A respeito da educação secundária para mulheres, a lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 assim legislou:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino secundário de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação.
3. Incluir-se-á nas 3^a e nas 4^a séries do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico a disciplina da Economia Doméstica.
4. **A Orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar** (apud ROSEMBERG, 2012, p.337, grifo nosso).

É bastante clara a delimitação da educação feminina, até onde ela podia ir ou até que ponto deveria ir. A lei traz em seus artigos o entendimento de que existe uma “natureza feminina”, que é, portanto, refletida na “missão da mulher dentro do lar”, e é segundo esses preceitos que a educação deveria ser pautada. É preciso também refletirmos que a presença histórica dessas diferenças na organização dos conteúdos e currículos escolares entre mulheres e homens contribuiu, significativamente, para que as mulheres permanecessem, até meados da década de 1980, com um número mais elevado de analfabetos do que os homens, como é possível de observarmos no gráfico 3.

Gráfico 3: Percentual de analfabetos no Brasil (1872 – 2009) apud ROSEMBERG, 2012, p. 334)



Assim, cabe evidenciar que a ênfase maior numa “educação” das mulheres ao invés de sua “instrução” (no sentido que a primeira comporia mais valores morais, sobretudo, cristãos) foi de forma mais significativa incentivada nas décadas de 1940 e 1950, inclusive pela reforma proposta pelo governo, como vimos. Em 1951, *Boletim* publicou uma frase atribuída a Getúlio Vargas versando sobre essa temática: “Educar não é apenas instruir, mas principalmente forjar o caráter na disciplina das virtudes cristãs para maior felicidade de cada um, o bem da Pátria e a glória de Deus”. (*Boletim...*, n.67, junho de 1951, p. 12), ou seja, por esse ponto de vista, a “educação” é mais completa do que a “simples instrução”, do que a pura aquisição de conhecimentos técnicos e racionais, como a matemática, as ciências ou as letras. Mas Vargas também agiu politicamente no sentido da educação feminina, ainda na década de 1940, como é possível percebermos pela análise do Decreto-lei 3.200 de abril de 1941, que versava sobre a posição do Estado frente a educação da infância e da juventude brasileira. Sobre as mulheres o texto do decreto discorre assim:

Devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne aperfeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade,

competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa (Decreto-lei 3.200/1941 apud SCOTT, 2012, p.20⁵¹)

Nesse contexto, atribui-se maior relevo a algumas disciplinas que eram consideradas disciplinas femininas como economia doméstica – prevista na reforma Capanema, já citada – e a puericultura. Ao incorporarem tais disciplinas, os cursos estariam não apenas contribuindo para a formação da mulher moderna – no sentido de dotá-la de novas capacidades, inclusive para atuar profissionalmente –, mas também traziam a prerrogativa de ser um valioso estágio preparatório para o casamento e a maternidade (PINSKY, 2012^a; ROSEMBERG, 2012). Tais premissas igualmente se faziam presentes nas páginas do *Boletim*, bem como no ideário e escopo de atuação da LBA.

Seria preciso pois que as mulheres fossem preparadas para o seu papel de mãe. Em consequência, no plano preventivo é necessário, durante os últimos anos escolares realizar um trabalho construtivo e preparar as jovens para o seu futuro papel de mães de família. **O ensino de prendas domésticas, compreendendo a puericultura, deveria ser obrigatório em tôdas as escolas. Além disso seria oportuno desenvolver a iniciativa tomada por certas indústrias e emprêsas que organizam cursos de ensino de atividades domésticas.** (*Boletim...*, n.102, dezembro de 1959, p.19-20, grifo nosso).

Maria Martha Luna Freire, discorrendo sobre o ensino normal, ou seja, ensino preparatório para a função de professora das séries iniciais, nos fala sobre o processo de inculcar os saberes relacionados à maternidade desde cedo não apenas nas moças que se formariam como professoras, mas nas próprias crianças que seriam ensinadas pelas professoras em formação:

Entre as atividades que envolveriam as futuras mestras no programa escolar, estava prevista a organização das “escolas de mãezinhas”, voltadas para o ensino prática das principais noções de puericultura às meninas de 10 anos em diante. Sob a direção da enfermeira escolar ou da enfermeira de saúde pública, e com a colaboração das professoras, as alunas aprenderiam a banhar, vestir, alimentar e cuidar das crianças, preparando-se para seu futuro papel de mães. (FREIRE, 2009, p. 120).

Com isso, queremos demonstrar que a noção de maternidade está diretamente associada à ideia de feminilidade. Para o período em questão, ser mulher é ser mãe, e aquelas que, por

⁵¹ Também disponível no site do Palácio do Planalto. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13200.htm. Consultado em 09/05/2018.

ventura, se opusessem a essa natureza, seriam punidas pelo destino, como a história já narrada sobre a moça belga. A puericultura⁵² aparece como a faceta mais moderna dessa educação e preparação de mulheres para a maternidade e para o maternar. Desde o final do século XIX, noções de puericultura invadem as páginas de revistas, jornais e debates médicos (FREIRE, 2009; MARTINS, 2008), tal como se fazem presente nas disciplinas escolares, como vimos. Ganhando significativo espaço nas publicações nas primeiras décadas do século XX.

No entanto, a formação e preparação das meninas para a maternidade não era – e não devia ser – feita exclusivamente em instituições de ensino. O principal local para que essa transmissão de valores acontecesse era propriamente o lar. Assim sendo, *Boletim* também dedicou espaço para a reflexão sobre a educação das filhas em casa. Era preciso dar-lhes noção moral de seu papel na sociedade e dos seus deveres, bem como construir um sentimento de abnegação.

Deve a educação das filhas ser feita no sentido mais altruísta possível. O papel da mulher na vida é de tudo distribuir ao redor de si, conforto, alegria, beleza, conservando, sempre um aspecto agradável, sem se fazer de mártir, sem mau humor e sem fadiga aparente. Convenhamos que é tarefa pesada; é preciso conduzir nossa filha a **esta renúncia perpétua e feliz**. Desde os primeiros anos deve saber espontaneamente repartir seus brinquedos, seus bombons e dar o que ela tem ao redor de si, principalmente aquilo que ela se sente mais apegada. (*Boletim...*, n.71, outubro de 1951, p.5, grifo nosso)

A LBA, por meio de suas Comissões Estaduais, passou também a agir no sentido da formação e preparação das mulheres brasileiras para a sagrada missão da maternidade, especialmente por meio da propagação de conhecimentos básicos de puericultura, em curso e campanhas por todo o Brasil. *Boletim* em 1958, descrevendo as ações de um patronato⁵³ para moças no interior do Maranhão, destacou o que era ensinado às alunas.

A associação de Proteção à Maternidade e Infância ainda mantém o Patronato Nossa Senhora da Aparecida, com duzentas alunas, onde cursam o primário completo e aprendem também arte culinária, prendas, bordados, corte e costuras, datilografia e pequena enfermagem. 72 alunas são internas e a obra

⁵² Sobre as técnicas da puericultura vamos nos ocupar, detalhadamente, no próximo capítulo. No entanto, cabe de antemão ressaltar uma breve definição fornecida pelo famoso pediatra Martagão Gesteira: “A expressão *puericultura*, derivada da palavra latina “puer” – criança e cuja origem é geralmente atribuída a Caron, foi, segundo Giovanini de Toni, empregada pela primeira vez por Ballexserd no século XVIII. Foi porém aquele médico francês quem reviveu o termo, empregando-o em 1865, para designar, como ele dizia, “a arte de criar higiênica e fisiologicamente os meninos” (GESTEIRA, 1943, p.13)

⁵³ O sentido da palavra “patronato” se transformou ao longo das décadas. Até aproximadamente os anos 1970 e 1980 a palavra designava mais adequadamente uma organização que oferecia abrigo e educação às crianças pobres. No entanto, após essa data e as mudanças impetradas pelos governos militares no tratamento ao menor, os patronatos se transformaram em instituições que buscavam educar os menores que praticavam delitos.

é dirigida pelas irmãs capuchinhas que, além de ministrarem as aulas, ainda prestam toda cooperação nas demais obras. (*Boletim...*, n.91, abril, maio e junho de 1958, p.36)

Há uma significativa noção de atuação das mulheres nas “artes do lar”, isto é, atividades – mesmo que economicamente ativas – que possam ser realizadas a partir do lar. É com tal ideário, de uma clara definição do papel da mulher enquanto mãe, assim como do caráter altruísta e abdicado da maternidade, que o plano educacional da LBA vai agir, orientado pela finalidade de promoção e difusão pelo território nacional de conhecimentos da moderna medicina, especialmente da puericultura. Segundo *Boletim*:

Pediatria, puericultura, nutrologia, assistência à maternidade e infância, são muitas as designações, mas é um e o mesmo fim; amparar a mãe e cuidar do filho, leva-los a melhores condições de vida, preparar uma geração melhor, para que mais altos sejam os destinos do país. (*Boletim...*, n.69, agosto de 1951, p.7)

Sobre a atuação da LBA na disseminação de conhecimentos rudimentares de puericultura pelo Brasil, é importante ressaltar que em sua gestão na presidência da LBA (1957 – 1960), Mário Pinotti iniciou um ambicioso projeto para construir um posto de puericultura em cada município brasileiro. Esse plano se realizaria a partir de uma parceria entre a LBA e as municipalidades, que ofereceriam como contrapartida os terrenos e arcariam com a manutenção dos postos, enquanto a LBA seria responsável por construir e equipar tais postos. Não há uma divulgação mais sistemática ou organizada dos números de postos construídos e dos resultados alcançados nessa campanha, mas algumas matérias do *Boletim* permitem afirmar que dezenas de postos foram construídos e entregues à população nesse esforço conjunto, como já apontado no primeiro capítulo.

Os postos de puericultura constituíam importantes centros de propagação de noções básicas de puericultura, mas também de atendimento às gestantes e seus filhos. Eles passaram a ser o centro das atuações, tanto da LBA quanto das campanhas e ações promovidas por meio do *Boletim*, tudo convergia para os Postos. Em 1947, *Boletim* já destacava sua importância:

A aparência de higiene não é suficiente para garantia de saúde. E por isto é que se impõe a assistência permanente de especialistas que possam atestar as condições do menino. A melhor maneira de fazê-lo é a frequência aos Postos de Puericultura onde há, sempre, quem atenda as mães e apresente sugestões sobre as possíveis necessidades que a criança esteja a exigir. (*Boletim...*, n.29, novembro e dezembro de 1947, p. 7)

Boletim procurou bem definir, também em 1947, o que constituiria um Posto de Puericultura.

É uma unidade que presta á criança toda a assistência enquadrada dentro do conceito do que se entende por puericultura. Como esta é a “ciência e arte de criar higiênica e fisiologicamente as crianças” ou, segundo Martagão Gesteira, “a arte de bem procriar e criar”, conclui-se ser o Posto de Puericultura o estabelecimento capaz de satisfazer aquelas finalidades”. [...] “Obedecendo a esse critério, diremos que só se deve considerar Posto de Puericultura a entidade que, além da assistência médica propriamente dita, cerca a criança de uma soma enorme de cuidados para evitar que ela adoça. Em uma palavra; vela por manter sadia a criança sadia. Dessa forma, um pequeno e modesto consultório de Higiene Infantil desempenha o papel de um Posto de Puericultura quando, além do tratamento médico, orienta perfeitamente a mãe na arte de bem criar o seu filho”. (*Boletim...*, n.24, abril, maio de 1947, p.10)

Sobre um posto inaugurado em 1947 em Campina Grande, *Boletim* destacou que “O edifício obedece às mais modernas especificações especializadas e recebeu, por parte da Campanha da Redenção da Criança e da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, valioso auxílio para a sua instalação” (*Boletim...*, n.26, agosto de 1947, p.13). A puericultura e, especialmente, o Posto de Puericultura representavam bem a faceta mais moderna no cuidado com a maternidade. Na figura 26, observa-se a inauguração do Posto em Campina Grande em 1947, é possível verificarmos grande festividade em torno de sua inauguração.



Figura 26: Posto de Puericultura inaugurado em Campina Grande em 1947. (*Boletim...*, n.26, agosto de 1947, p.13)

Em 1959, durante a inauguração de um posto de puericultura em Betim, Minas Gerais, o diretor-superintendente da LBA, dr. Eugênio Gomes de Carvalho, apontou brevemente a visão que a instituição tinha sobre tais empreendimentos:

Postos de puericultura como êste que agora temos a ventura de entregar ao povo de Betim constituem a arma poderosa que há de preservar vidas hoje maltratadas, salvando-as para que possam também colaborar no progresso de nossa Pátria, a reclamar número sempre crescente de braços em todos os seus setores de trabalho. (*Boletim...*, n.94, janeiro, fevereiro, março de 1959, p.33)

Os cursos de puericultura promovidos pela LBA aconteciam, principalmente, nos postos de puericultura, podendo também tomar lugar em salões paroquiais, maternidades, creches etc. A importância desses cursos, assim como de todo o preparo das mulheres para a maternidade moderna, justificava-se, enfaticamente, no sentido de combater de forma mais eficaz a mortalidade infantil, uma vez que a responsabilidade pela saúde e pelos cuidados com os filhos recaía pesadamente sobre os ombros das mães.

Visam êsses cursos [cursos populares de puericultura] colocar ao alcance das mães e futuras mães, sobretudo daquelas que são obrigadas a trabalhar fora do lar, noções, orientações e conselho referentes à higiene, comportamento, recreação e demais atividades sociais da criança. [...] Sabemos que a grande mortalidade infantil que entre nós se verifica embora tenha causas múltiplas, a principal delas é representada pelos chamados êrros de alimentação, provenientes do desconhecimento, inciência e ignorância das mães nestes assuntos. **É, portanto, orientando e instruindo as mães que conseguiremos reduzir êsses altos índices.** (*Boletim...*, n.81, janeiro, fevereiro e março de 1956, p.16, grifo nosso)

Sobre o objetivo na realização desses cursos, é possível perceber que eles objetivavam especialmente, educar as mães e futuras mães para a maternidade por um prisma moderno.

Êstes cursos visam exclusivamente a preparar o espírito leigo das mães e futuras mães na criação de seus rebentos, e a lhes dar formação racional, a fim de poderem assumir, consciente e certamente, o papel de mãe, impedindo-as, assim, de criar seus filhos com os mesmos erros que notadamente, mães inexperientes têm criado os seus. Êstes cursos de puericultura da L.B.A. são bem freqüentados e aceitos pelas mães brasileiras. (*Boletim...*, n.111, julho, agosto, setembro de 1963, p.67).

Percebe-se, claramente, que a mãe era entendida como a grande responsável pelos altos índices de mortalidade infantil, cabendo, portanto, ela colaborar eficazmente para solucionar esse problema nacional. É notoriamente apresentado que sozinhas as mulheres não conseguiriam êxito nessa tarefa, e por tal razão fazia-se imperiosa a construção de uma aliança entre maternidade e medicina. Desse modo, nota-se que, para além de mitigar o grave problema da mortalidade infantil, há nas páginas do *Boletim* e nas ações da LBA um discurso de que por

meio da educação e treinamento das mulheres nas práticas e técnicas da medicina moderna – representada pela puericultura – residiria a resolução dos problemas sociais e da construção de um país mais moderno e de um mundo melhor.

A L.B.A., com seus cursos de Puericultura de orientação às mães, utiliza uma das armas mais poderosas no amparo à infância, sobretudo no combate à mortalidade infantil, o que vale dizer que a L.B.A. colabora, efetivamente, para a solução de um dos mais graves problemas do país, pugnando pela defesa do seu patrimônio humano. [...] A L.B.A. está contente e plenamente convencida de que as mães e futuras mães aqui aprenderam muita coisa útil e que doravante estarão capacitadas para uma maior compreensão dos problemas relativos ao bem-estar da criança e à construção, por conseguinte, de um mundo melhor. (*Boletim...*, n.82, abril, maio e junho de 1956, p. 1)

Considerando-se o esforço que a LBA aplicava para a mais vasta propagação da puericultura, é relevante refletirmos sobre o público assistido pela instituição, assim como sobre a audiência que ela almejava atingir com seus cursos ministrados em postos de puericultura Brasil à fora.

De modo geral podemos acompanhar pelas reflexões de historiadoras como Maria Martha Freire (2009), Tania de Luca (2012) e Carla Pinsky (2014) que as mulheres, especialmente as mais jovens, das classes média e alta, em vista de possuírem um maior letramento, utilizavam-se largamente das revistas e jornais para o alcance de novas informações, bem como para o lazer e diversão. Em vista disso, é seguro afirmarmos que o público dos cursos e programas de educação da LBA era, majoritariamente, formado por mulheres das camadas populares. A constatação sobre esse público também se justificava em razão de as mulheres das camadas populares serem aquelas que mais tinham a necessidade de se ausentar do lar para trabalhar, motivo corriqueiramente apontado como causador de muitas adversidades a seus filhos. Sobre o público dos cursos populares de puericultura, *Boletim* assim escreveu em 1958:

Com efeito, trata-se de um grupo constituído de mulheres do povo, de baixo nível cultural e econômico (para não dizermos pobres e ignorantes) não susceptíveis, portanto, de serem levadas por meras exortações teóricas e concluir pela necessidade, conveniências ou vantagens de se abalarem dos barracões onde residem, descerem e subirem mórros enfrentando sol e longas caminhadas, para, fatigadas, ouvirem preleções formalísticas sôbre assuntos que quase sempre totalmente desconhecem. (*Boletim...*, n.90, janeiro, fevereiro e março de 1958, p.19).

Nesse sentido, é possível refletirmos sobre o público das ações da LBA, bem como de quem lia o *Boletim*. Como é possível observarmos no gráfico 3 (acima), a taxa de analfabetismo no Brasil só viria a reduzir seu percentual para um nível abaixo de 50% a partir dos anos 1960, desse modo, o público alvo da LBA, em se tratando das classes mais populares, é majoritariamente analfabeto. Dessa maneira, em 1958, *Boletim* tratou de explicar as diferenças entre os cursos que a LBA oferecia, utilizando as palavras do então presidente da LBA, Martagão Gesteira:

Naturalmente que, levando em conta o nível intelectual do nosso povo, procurou-se de início realizar duas modalidades de cursos: os de nível eminentemente popular, cujo objetivo é o de elevar o nível de conhecimentos básicos e mínimos de puericultura na população em geral e especificamente às futuras mães, e os de puericultura social, de nível mais elevado e de objetivos mais amplos, com a finalidade primordial de despertar a atenção e o interesse da sociedade para inúmeros e graves problemas sociais que atingem a nossa infância. (*Boletim...*, n.92, julho, agosto, setembro de 1958, p.35)

Para que possamos acompanhar mais proximamente os conteúdos que eram oferecidos nos cursos que a LBA promovia, faz-se oportuno apresentar um modelo desses cursos populares de puericultura. O programa que segue transcrito é de um curso realizado em Belém do Pará a partir de 1º de agosto de 1956. Segundo *Boletim*, cada aula teve duração de 50 minutos e foram ministradas três aulas por semana, é também bastante frisado que os cursos eram gratuitos. Por se tratar de um espaço exíguo de publicação no *Boletim*, os conteúdos das aulas foram apresentados em sequência, sempre iniciados pelo número da ordem da aula no cronograma do curso, e assim o reproduzimos a seguir⁵⁴:

1 – Objetivos e importância da puericultura. Puericultura pré-concepcional. Puericultura pré-natal. Higiene infantil; 2 – Valor dos exames médicos periódicos durante a gravidez. Cuidados higiênicos da gravidez; 3 – Cuidados a serem prestados ao recém-nascido; olhos e umbigo. Registro Civil de nascimento; 4 – Alimentação do lactente. Vantagens da amamentação materna. Técnica. Esquema de alimentação no primeiro ano de vida; 5 – Alimentação artificial. Indicação e vigilância médicas do regime artificial. Leite de vaca fresco e em pó. Técnica; 6 – Técnica de preparação dos principais alimentos do lactente. Cuidados do vasilhame; 7 – Doenças agudas

⁵⁴ Observamos que não há nos programas de Curso de Puericultura promovidos pela LBA referências a discussões acerca de educação sexual. Nas páginas do *Boletim* não há significativos debates quanto a essa temática. Em 1951, contudo, a publicação abre espaço para uma entrevista da atriz estadunidense, Irene Dunne, que declara: “a educação sexual é dever dos pais de família, não dos mestres”. Disse ainda: “As mulheres devem assumir os deveres do lar. Do contrário avançará a desmoralização cujo sintoma aparece no grande número de jovens que usam narcóticos” (*Boletim...*, n.72, novembro de 1951, p.4). Nesse sentido, a educação sexual aparece como um processo de educação e conformação aos papéis de gênero normativos socialmente construídos, e não um processo de conhecimento sobre o corpo e o sexo.

e crônicas causadas pelos erros de alimentação; 8 – Proteção da criança contra doenças. Vacina contra a varíola, difteria e tuberculose (BCG). Indicações de outras vacinas e demais cuidados para evitar moléstias infecto-contagiosas. Proteção da criança contra acidentes caseiros; 9 – Desenvolvimento da criança. Pêso e tamanho (a balança e a fita métrica). Fontanelas e dentes. Desenvolvimento das funções motoras e mentais; 10 – O pré-escolar e o escolar. Desenvolvimento, alimentação, hábitos higiênicos, recreação, higiene mental. (*Boletim...*, n. 83, julho, agosto, setembro de 1956, p.13)

É, sem dúvidas, atribuída uma importância bastante grande à medicina e às técnicas científicas modernas, contemporâneas à época. Trata-se, evidentemente, de uma gradativa atribuição maior de importância da medicina, que passa então a agir sobre os lares, e a incidir mais tenazmente sobre os corpos femininos e sobre a maternidade, promovendo contundentes transformações.

Todos esses preceitos educacionais estão atrelados ao maternar e às experiências da maternidade. No entanto, como já destacado no início deste texto, o maternalismo é uma forma de entendimento socio-política que parte do pressuposto que as características ditas femininas permitem às mulheres uma inserção efetiva no ambiente público e no mercado de trabalho. Há uma ambivalência implícita em tal entendimento, ao passo que possibilita maior acesso às esferas públicas, reforça um conceito essencialista e reafirma uma suposta natureza feminina. Desse modo, a educação feminina, mesmo que voltada para a maternidade, propiciou uma maior inserção feminina nos campos do trabalho, frequentemente em áreas como enfermagem e magistério, ou ligadas aos trabalhos domésticos. Segundo Rachel Soihet:

Na época [décadas de 1930/1940], enquanto os rapazes cursavam o ensino secundário, que possibilitava o acesso aos cursos superiores, as moças que prosseguiram os estudos encaminhavam-se para as escolas normais, destinadas ao exercício do magistério elementar (além de serem vistas como uma forma de preparar as mulheres para melhor cuidarem de seus lares). (SOIHET, 2012, p.222)

Em vista disso, a LBA e o seu boletim não se furtaram a refletir sobre a relação entre educação e a ocupação feminina em um trabalho remunerado, debate bastante pungente nas décadas de 1940 e 1950. Fez-se presente, contudo, uma premissa bastante forte do não distanciamento da mulher do lar. Assim, era contundente a ideia de que se fosse realmente necessário ocupar-se de uma atividade remunerada, que o fizesse, preferencialmente, em casa.

[...] as escolas do curso [de trabalhos manuais] contam com elevado número de alunas, que aí aprendem utilíssimas artes, imprescindíveis à vida do lar. A vida tem tropeços e a mulher deve se preparar para enfrenta-los; aprendendo

prendas domésticas, poderão elas em seu próprio lar, trabalhar para o arrimo de seus filhos ou de sua família.

[...]

Mulher! Não desperdices tuas horas de lazer, com futilidades. Emprega teu precioso tempo na aprendizagem de prendas domésticas, porque esse conhecimento te fará apta para embelezares teu lar, para te tornares uma verdadeira dona de casa, porque aquele que saber, melhor saberá mandar. (*Boletim...*, n.19, maio de 1946, p.8)

Remontando às considerações de Michelle Perrot (2005) sobre as esferas pública e privada estarem, respectivamente, associadas ao masculino e ao feminino, podemos observar que essa forma confinada da mulher ao lar alijou-a, em primeiro momento, do mundo público.

[...] a ciência da época considerava as mulheres por suas supostas fragilidades e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. (SOIHET, 2012, p.219)

É preciso destacar que essa “ideologia da domesticidade”, como conceituou Ana Paula Vosne Martins, “[...] acenou com a possibilidade de participação no mundo justamente através de um lugar que sempre as [as mulheres] ancorou fora da vida pública e da política: o lugar dos cuidados” (MARTINS, 2011, p.22). Seja através da caridade religiosa ou da filantropia secular, destaca Martins (2011), as mulheres das camadas média e alta passaram a se dedicar ao trabalho benemérito, sancionado e validado socialmente, mas que as possibilitava uma participação mais ativa no espaço público. Esses valores de domesticidade e de utilização da “essência feminina” para inserção no mercado de trabalho também incidiram de forma vigorosa sobre as mulheres das camadas mais populares.

Podemos observar em uma matéria do *Boletim da L.B.A.* em 1952, ao se referir sobre um patronato de frequência exclusiva de meninas no Amazonas, como as ideias de educação, trabalho e domesticidade estavam bastante atreladas:

O patronato prepara especialmente as jovens a serem inteligentes donas de casa e até mesmo nas profissões modernas. Por isso ali se vêem salas de corte e confecção de roupas, chapéus, flores, pinturas, cerâmica, arte culinária, música instrumental e enfermagem. (*Boletim...*, n.78, maio de 1952, p.14)

É importante destacarmos que há uma diferenciação de gênero que se avulta nessas premissas, pois podemos perceber pelas fotografias (figuras 27 e 28) as diferentes formas de se pensar e organizar a educação para o trabalho de meninos (fig.27) e meninas (fig.28), cujo debate mais adequado voltaremos mais adiante.



Figura 27: Meninos aprendendo um ofício em patronato (*Boletim...*, n.96, junho de 1959, p.7)



Figura 28: Meninas aprendendo em curso de trabalhos manuais. (*Boletim...*, n.96, junho de 1959, p.6)

As imagens avultam as diferenciações de gênero no que tange à educação e ao aprendizado de ofícios, uma vez que os meninos aparecem desempenhando trabalhos braçais no campos e as meninas em aulas de trabalhos manuais, em geral, bordados. Os cursos de trabalhos manuais fazem parte da atuação da L.B.A. desde o princípio de suas atividades. *Boletim* ao referir-se sobre tais cursos evidencia-nos duas características importantes. Uma delas é que eles se destinam, principalmente, às mulheres pobres; e a segundo é, conforme já apontamos, a importância de que as mulheres possam trabalhar sem se ausentarem completamente do lar. Assim, em 1946 *Boletim* já informava os objetivos desse tipo de curso,

por meio das palavras do dr. Gerhard Salomon, então Chefe do Serviço de trabalhos Manuais da LBA:

Preparamos assim, nossas alunas, para serem mães mais eficientes, contribuindo da sua parte para a manutenção da família sem ter que abandonar o lar e descuidar da educação de seus filhos. [...] Trabalho é a força motriz da nossa vida. Só o trabalho proporciona estabilidade e segurança e garante existência de nossas famílias. Nosso desejo é de contribuir para as grandes finalidades da L.B.A., isto é Maternidade e Infância, ensinado como trabalhar para dominar as grandes dificuldades que justamente as famílias pobres estão enfrentando. (*Boletim...*, n.24, abril, maio de 1947, p.9, grifo nosso)

Em 1952, o curso já havia se tornado uma tradição da instituição e o *Boletim* chamou a atenção de que “Ministrado anualmente pela L.B.A., o referido curso [de trabalhos manuais] tem por objetivo proporcionar a senhoras e senhoritas pobres conhecimentos que as habilitem a trabalhar com mais eficiência dentro ou fora do lar” (*Boletim...*, n.76, março de 1952, p.5). Na figura 29 é possível vermos as mulheres aprendendo atividades de bordados e costuras em publicação de 1960, ressaltando a durabilidade desses preceitos.



Figura 29: Fotografia de um Curso de Trabalhos Manuais. Alunas aprendem costuras e bordados. Fotografia extraída de *Boletim...*, n. 104, fevereiro de 1960, p.20.

Desse modo, é preciso asseverar que a LBA e o seu boletim compartilhavam de padrões bastante claros sobre os papéis de gênero, não só no que diz respeito à educação, como procuramos demonstrar, mas também sobre a atuação feminina no mercado de trabalho. O trabalho feminino aparece bastante marcado como um tabu na sociedade brasileira dos anos 1940, 1950 e 1960, sendo socialmente permitido quando não se opõe à natureza materna da mulher.

3. Trabalho feminino: controvérsias entre o progresso e a proteção infantil.

Em vista dos debates sobre educação e instrução femininas cabe refletir sobre o processo de ressignificação das relações das mulheres com o trabalho, uma vez que essa discussão ocupava, frequentemente, os periódicos, inclusive o *Boletim da L.B.A.* A questão do trabalho feminino ganha mais destaque nas décadas de 1940 e 1950, quando, de forma mais alargada, as mulheres das camadas médias e altas da sociedade passaram a reivindicar e alcançar novos postos de emprego, corolário de um processo de lutas e demandas que transcorria desde fins do século XIX. Sohiet (2012) apontou essa mudança no comportamento feminino:

As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República. Ao lado das mulheres pobres, desde sempre inseridas no mercado de trabalho, passaram a buscá-lo também aquelas dos segmentos médios e mesmo mais elevados da sociedade. (SOHIET, 2012, p.218).

É possível também percebermos que passa a haver, progressivamente, uma maior distribuição das mulheres nos diversos setores da economia, diversificando, assim, seus postos de trabalho. A própria estrutura da LBA, conforme demonstrado no capítulo desta tese, abrigava um significativo número de mulheres, não como voluntárias, mas sim como funcionárias remuneradas. Essa maior variabilidade da atuação feminina foi também constatada por Carla Pinsky ao se referir ao período de 1945 – 1964.

O aumento da participação feminina nos serviços de consumo coletivo (enfermagem, medicina, magistério, funcionalismo burocrático etc.), que se dá de forma crescente, sobretudo, a partir dos anos 1950 (embora proporcionalmente, seja pequena), representa a medida mais importante da integração das mulheres na atividade produtiva nacional. Marca uma ruptura simbólica com a exclusividade do trabalho doméstico; exige qualificação que coloca as mulheres competindo em relativa igualdade de condições com os homens pelos postos de trabalho; torna as mulheres assalariadas e, portanto, membros remunerados da família. (PINSKY, 2014, p.176)

No entanto, é importante ressaltar, como bem o fez Heleieth Saffioti, que “A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p.61). Nesse sentido, a realidade da mulher pobre brasileira, seja no campo ou na cidade, sempre esteve preenchida pela necessidade palpável do emprego fora do lar.

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguaado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública”. (FONSECA, 2010, p516)

A moralidade oficial de que nos fala Fonseca é a que procurava impor certos padrões, fundamentalmente, burgueses ao comportamento feminino, obliterando diferenças étnicas, sociais e culturais entre as mulheres. Dessa maneira, é importante evidenciar a ampla participação histórica das mulheres populares no mundo trabalho. Matos e Borelli (2012) destacam que, no momento da participação da mulher nos postos de emprego, sempre pesou a concepção de que a submissão, a paciência, a docilidade e, sobretudo, a delicadeza para lidar com certos produtos eram atributos naturalmente femininos. Assim:

Na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), mulheres e meninas eram cerca de 70% do total da mão de obra empregada. No setor de vestuário, confecções de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas, bordados, tamancos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolate), mais da metade dos trabalhadores eram mulheres. Elas também atuavam na manufatura de cigarros, charutos e fumos, tocador, fósforos, velas e sabão. Na construção, na metalurgia, na cerâmica e no setor de vidro, porém, a participação feminina era mais reduzida. (MATOS, BORELLI, 2012, p.128)

É preciso considerar, assim como o fez Martins (2011), que essa associação de características ditas femininas com determinadas profissões pode tratar-se de um processo de politização da maternidade, tendo em vista que a maternidade era tida enquanto característica e função social feminina por excelência e inquestionável. Contudo, muitas mulheres usaram-na como acesso ao espaço público “[...] ao afirmar que não era uma função natural ou restrita à manutenção da família, mas sim uma função social das mais importantes que exigia muita dedicação, tempo e trabalho das mulheres” (MARTINS, 2011, p.26). Movimentos feministas mundiais, e no Brasil defendido por Bertha Lutz, apoiavam uma concepção essencialista do trabalho feminino. A enfermagem, por exemplo, era tida como extensão da maternidade (FREIRE, 2009).

O magistério é a profissão que esteve mais diretamente ligada ao feminino, tendo em vista que uma das funções consideradas primordiais da mãe é educar os filhos, assim, ser mãe é ser naturalmente educadora. Pinsky aponta que a articulação entre a “missão do lar” e a “sagrada missão do magistério” é uma tendência que vigora pelo menos desde os anos 1920. Professora de crianças, que parece-nos como, tradicionalmente, uma profissão feminina,

também contou com sua parcela de resistência e críticas, uma vez que “Para muitos parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças” (LOURO, 2010, p.449)”. No entanto, a partir das primeiras décadas do século XX, o magistério começa a se livrar dos preconceitos sociais e passa, paulatinamente, a ser encarado como tendo em si algo de maternal.

O argumento parecia perfeito: a docência não subvertia a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocaçãõ” (LOURO, 2010, p.450)

A suspeição de tais características fez com que a mulher obtivesse aval ou certo “perdãõ por trabalhar” (PINSKY, 2014, p.188). Nesse sentido, é importante destacarmos que a naturalização das capacidades laborais femininas incorreu em menor remuneração e, conseqüente, pauperização da mulher trabalhadora, em especial a operária, como bem salientou Sohiet:

Aceitava-se o exercício de certas atividades como mais adequadas à mulher por significarem uma “extensão de suas funções maternas” – ideologia que continuava a reproduzir a concepção acerca da inclinação de cada sexo para tarefas compatíveis com sua “natureza” (sem esquecer que aquelas consideradas mais adequadas ao gênero feminino eram as menos remuneradas). Mantinha-se, dessa forma, em grande medida, a força das ideias que impunham a divisão das atribuições entre mulheres e homens, comprometendo a total emancipação feminina. (SOIHET, 2012, p. 231)

Com isso podemos perceber que a inserção efetiva e largamente mais aceita das mulheres de classe média no mercado de trabalho remunerado se deu, mormente, por meio de profissões que não iam contra a dita “natureza feminina”, dentre essas “(...) destacavam-se as funções de professora, enfermeira e costureira, não consideradas ‘desviantes’, visto que eram extensões de seus papéis “naturais” de mãe, esposa e dona de casa” (FREIRE, 2009, p.56). Havia, contudo, um limite para a completa inserção e participação da mulher no espaço do trabalho. Esse limite estava em não abrir mão da feminilidade nem da maternidade, tampouco colocar em xeque sua moral e reputação, imiscuindo-se em situações que poderiam ser consideradas dúbias ou pouco honestas, especialmente do ponto de vista sexual (MARTINS, 2011; MOTT, 2001).

Nas décadas de 1950/1960, especialmente, o debate acerca do trabalho feminino fora do âmbito doméstico estivera instalado. Carla Pinsky (2014), em sua obra sobre as “mulheres

dos anos dourados”, procurou demonstrar como as revistas femininas da época reagiam à participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que atribuíam cada vez mais espaços para colunas e artigos sobre a temática⁵⁵. Dessa maneira, queremos refletir como o *Boletim da Legião Brasileira de Assistência* tratou em suas páginas esse aumento do envolvimento feminino com o mundo do trabalho.

No *Boletim da L.B.A.* é possível constatar a presença do discurso sobre a essência da feminilidade atrelada à maternidade, e, mais importante, a concepção de que o trabalho, por mais necessário que fosse, não poderia subtrair às mulheres sua feminilidade. Há uma clara delimitação dos papéis de gênero que procurava reforçar representações sobre masculino e feminino e, conseqüentemente, funções ditas naturais para homens e para mulheres.

A primeira condição para que os costumes conservem sua pureza e sua energia consiste em que a mulher não se afaste do lar; que a mãe permaneça ao pé do berço, que o chefe da família exerça sua função tutelar; que a esposa veja no esposo o guia, o protetor, o amigo fiel de que ela e sua prole necessitam; que a criança se acostume ao carinho e aos cuidados da genitora. É preciso que haja em alguma parte um lugar consagrado às suas energias, aos seus pesares íntimos, onde toda a família se considere como em terreno próprio e guarde dele para o resto de sua vida a recordação dos que vivem e dos que faltam. Assim como não há religião sem templo, não há família sem as recordações íntimas do lar. (*Boletim...*, n.70, setembro de 1951, p.19)

Nessa passagem do *Boletim* vemos com clareza a delimitação dos espaços femininos e masculinos, isto é, respectivamente, o privado e toda a incumbência sobre o lar e os filhos; e o espaço público e do trabalho e toda a responsabilidade sobre a proteção e manutenção da família e do lar. No conjunto da escrita do *Boletim* é possível identificarmos, num primeiro momento, uma representação mais conservadora sobre a mulher que trabalhava fora de casa, delimitando claramente que seu lugar é essencialmente no lar e que do seu afastamento ocorrem sérios prejuízos para o bom andamento da família, especialmente no desenvolvimento dos filhos. Vamos indicar alguns traços apresentados por *Boletim*.

Em 1947, por exemplo, o trabalho feminino é apontado enquanto uma necessidade ou apenas possível quando as mulheres viam-se forçadas a trabalhar em função da conjuntura social em que estavam inseridas. O trabalho não é apresentado como algo que as mulheres almejavam e desejavam, como um elemento que compunha a sua identidade.

⁵⁵ Carla Pinsky (2014) concentrou-se em analisar revistas “femininas” entre as décadas de 1940 e 1960, entre as quais destacam-se *Jornal das Moças*, *Querida*, *Cláudia* entre outras.

Milhares de mães que, por necessidade, executam trabalhos fora de casa entregam, quasi [sic] sempre, seus filhos a pessoas estranhas que, na ignorância de conhecimentos especializados, comentem falhas imperdoáveis, principalmente no que diz respeito à alimentação, o que vem implicar em causas irremovíveis que contribuem para o aumento da espantosa cifra que assinala a mortalidade infantil. (*Boletim...*, n. 28, outubro de 1947, p. 1).

Na citação supracitada, o trabalho feminino aparece ainda como elemento incitador da mortalidade infantil, sendo também, comumente, apontado como elemento desagregador da família. Em passagem de 1951, a mulher que deixa os filhos e sai para trabalhar é retratada como pervertendo a natureza dos papéis sociais.

É triste verificar que a mulher se vê muitas vezes forçada a abandonar os filhos para cuidar do trabalho fora do lar, quando o ideal seria precisamente o contrário. Urge, dentro da realidade das coisas, evitar, na medida do possível, **esta aberração social**. (*Boletim...*, n.69, agosto de 1951, p.11, grifo nosso)

Em outra edição do mesmo ano, *Boletim* voltava a enfatizar os problemas sociais que a dedicação da mulher ao trabalho fora do lar provocava:

Temos agora o caso do Brasil. Não é novidade para ninguém que estamos na corrente.... Seguimos os passos dos demais países. Procuramos, aqui e ali, fugir às responsabilidades da família, sobretudo depois que a mulher entrou abertamente nos trabalhos públicos, nas fábricas, nos escritórios, nas repartições governamentais. Começa-se a evitar o filho. (*Boletim...*, n.72, novembro de 1951, p.11)

Nas passagens citadas do ano 1951, *Boletim* apresentava trabalho e maternidade como insociáveis. No ano seguinte, *Boletim* advertia sobre os diversos agentes causadores de obstáculos para a promoção da harmonia e estabilidade das famílias cristãs, evidentemente o trabalho feminino figura entre eles.

Os principais obstáculos que se opõem hoje em dia à estabilidade dos lares cristãos com uma periculosidade cada vez maior, são a literatura dissolvente do livro, da revista, da imprensa periódica e diária, sem escrúpulo; o cinema, a promiscuidade no trabalho e nas diversões, **o trabalho da mulher casada fora do lar** e o nervosismo das grandes cidades. (*Boletim...*, n.76, março de 1952, p.2, grifo nosso)

A influência do pensamento e da orientação católica se manifestam de forma bastante forte em determinadas reflexões apresentadas pelo *Boletim*. Saffioti discorreu sobre a influência que a Igreja Católica exercera ao longo dos séculos sobre os comportamentos e mentalidades

das classes produtoras e constatou que [...] “ela tem atuado no sentido de atenuar as tensões e retardar mudanças sociais que, de um lado, poderiam reduzir a defasagem entre as estruturas parciais da sociedade e, de outro, elevar as contradições da economia capitalista” (SAFFIOTI, 2013, p.140). Nesse sentido, é possível percebermos certo esforço, por parte da Igreja, para a manutenção da mulher junto ao lar, reforçando o caráter natural e essencial da maternidade. Esse empenho é, portanto, anterior às reflexões empreendidas por *Boletim* e pode ser apreendido em discurso do Papa Pio XII destinado à juventude feminina em 1943.

Em um como em outro estado [civil] o dever da mulher aparece nitidamente traçado pelos lineamentos, pelas atitudes, pelas faculdades peculiares ao seu sexo. Colabora com o homem, mas no modo que lhe é próprio, segundo sua natural tendência. Ora, o ofício da mulher, sua maneira, sua inclinação inata, é a maternidade. Toda mulher é destinada a ser mãe; mãe no sentido físico da palavra, ou em um significado mais espiritual e elevado, mas não menos real. A este fim o Criador ordenou todo o ser próprio da mulher, seu organismo, mas também seu espírito e sobretudo sua especial sensibilidade. (PIO XII apud SAFFIOTI, 2013, p.151)

Dessa maneira, sob a ótica católica na década de 1940, o trabalho feminino fora do lar – especialmente das mulheres casadas – era visto como um mal da modernidade. No entanto, se ele se impõe enquanto uma realidade, é preciso prover meios para mitigar os males que ele pudesse produzir. Essas adversidades são, de forma geral, o afastamento da mãe do recôndito do lar, onde ela deveria estar presente de forma constante para dar todo suporte necessário para o marido e os filhos, especialmente as crianças para que possam se desenvolver de maneira completa.

O trabalho da mulher fora do lar amplia cada vez mais o tempo que a criança fica privada da assistência direta da sua progenitora. Esta situação não é um bem em si; mas, constitui uma fatalidade na situação em que nos encontramos e obriga-nos a meditar seriamente sobre o isolamento relativo da criança na vida moderna. [...] São nas noções gerais de puericultura que vamos encontrar as soluções adequadas, dentro da realidade atual e local para todos os problemas que afligem as crianças e preocupam as mães. (*Boletim...*, n.82, abril, maio e junho de 1956, p.18)

Boletim da L.B.A. estava, contudo, alinhado com um entendimento bastante comum socialmente de vilipêndio e condenação do trabalho feminino fora do lar. Sem embargo, faz-se necessário apontar que uma mudança na abordagem dessa temática ocorreu nas páginas do periódico da LBA nos anos finais da década de 1950, período em que os discursos sobre modernidade e progresso alcançam seu auge com o governo de Juscelino Kubitschek e suas

propostas desenvolvimentistas. A publicação passa a ser mais condescendente com a perspectiva do trabalho feminino fora do lar.

O trabalho com meio expediente para as mães seria, do ponto de vista humano, a melhor solução, mas custa muito caro ao empregador. Êsse problema precisaria de um estudo financeiro e econômico. (*Boletim...*, n.102, dezembro de 1959, p.20)

No que concerne às críticas ao trabalho feminino fora do lar, uma das mais preponderantes era sobre o abandono dos filhos que a ausência materna no lar poderia causar. O que se percebe, portanto, é que a mulher é alçada ao posto de principal responsável pela prole, desde sua concepção até seu pleno desenvolvimento, e de tal postura acarreta-se uma grande ênfase na necessidade efetiva da presença da mulher no lar, no espaço doméstico.

Associada, principalmente, aos ditames da medicina e da puericultura, a ideologia da domesticidade transforma a mãe em figura essencial para o perfeito desenvolvimento dos filhos, o que convergiria, diretamente, para a prosperidade da sociedade como um todo, para o progresso da nação. Salienta-se, portanto, que essas proposições acerca do papel feminino na família e na sociedade estão baseadas em um ideal de família burguesa, o qual é bastante datado historicamente. No Brasil, o ideal burguês de organização familiar fortalece-se no século XIX, após a abolição, tomando papéis específicos para as mulheres. Apoiado na ciência oitocentista, em especial a medicina que assegurava características próprias femininas, como a fragilidade, o recato e a vocação maternal; o ideal burguês se impôs como padrão, não somente às classes abastadas, mas também às camadas populares. Margareth Rago destacou o perfil feminino que se impunha:

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente, às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. (RAGO, 2014) p.88

Esse padrão burguês de família foi instituído com o passar do tempo por meio das ações de instituições como a Igreja e a escola, e apoiado em saberes como a medicina, a literatura, o direito. Havia, contudo, um choque no cerne desse conceito de família burguesa. A ideia de plena inserção no mundo do trabalho, de realização pessoal para além do espaço doméstico começavam, paulatinamente, a ganhar mais espaço nos anseios e desejos das mulheres brasileiras, especialmente daquelas dos segmentos médios e altos da sociedade.

O desejo de trabalhar, de independência financeira, convivia, da classe média para cima, com o ideal da “rainha do lar”; um certo inconformismo diante do comportamento sexual dos maridos dados a aventuras caminhava lado a lado com a resignação diante da natureza do homem. A busca do verdadeiro companheirismo, da autenticidade, da sinceridade nas relações entre os cônjuges ficava, é certo, abafada pela vontade ou pela necessidade de manter a qualquer custo o casamento, sobretudo por razões religiosas, mas, também, por motivos econômicos e por preconceito social (MELLO, NOVAIS, 1998, p.613)

É preciso, portanto, salientar que esse conjunto de representações burguesas sobre a família, apesar de bastante reforçado por diversas instâncias, não contou com franca adesão popular. Uma amostra disso é que, ainda nas décadas de 1950 e 1960, vemos um empenho contínuo das classes dominantes em tentar adequar o comportamento e o padrão moral das camadas populares aos valores e padrões de comportamento burguês.

Apesar de não alcançar uma plena aderência, o esforço para incutir este padrão burguês de arranjo familiar parece ter surtido certo efeito. Scott nos apresenta os dados de que “Em 1872 (ano do primeiro recenseamento geral do Brasil), as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas; já em 1950 somavam pouco mais de 20%” (SCOTT, 2012, p.18). A autora, contudo, procura matizar esses dados, afirmando que não foram apenas a ideologia da domesticidade e a maciça divulgação de códigos de condutas e padrões de comportamentos para as mulheres que fizeram com que as trabalhadoras abandonassem esses postos de serviço e voltassem ao lar, mas também atuou nesse processo o aumento da oferta de mão de obra masculina decorrente, sobretudo, do êxodo rural.

Scott (2012) bem evidenciou as nuances que marcam os padrões morais das diferentes camadas sociais brasileiras, dificultando a imposição absoluta de um único padrão para que todos se adequassem.

Esses valores, contudo, não adquiriam a mesma importância na vida de todos os brasileiros e suas famílias. Nem todos quiseram ou puderam adaptar-se aos modos burgueses. Em uma sociedade profundamente diversa e desigual, hierarquizada a partir de elementos socioeconômicos e étnicos (com base, sobretudo, na “cor da pele” – herança do escravismo), não é de espantar que, ao se comparar famílias de áreas mais urbanizadas com as de áreas predominantemente rurais, as compostas por negros, brancos ou mestiços, as imigrantes e as locais, as ricas e as pobres, houvesse diferenças. Entretanto, embora não tenha sido abraçado (pelo menos com a mesma intensidade) por toda a população, o ideal de família que as novas classes dominantes, com seus modos burgueses, estimulavam tornou-se o novo parâmetro (SCOTT, 2012, p.17-18).

No cerne dessa discussão, uma das questões que mais se avulta, sem dúvida, é a adequação das organizações familiares, isto é, do arranjo e da composição familiar ao padrão burguês.

A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular. A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada do trabalho doméstico (SOHIET, 2010, p.363)

Nas famílias populares o papel que a mulher desempenhava tendia a ser bastante diferente daqueles esperados para as jovens e mulheres das famílias burguesas. Tal diferenciação dava-se, sobretudo, em face de uma anterior, e já consolidada, participação efetiva das mulheres populares no mundo do trabalho – mesmo que reduzidas a determinados postos específicos –, bem como sua maior circulação pela cidade, em razão, propriamente, de seus trabalhos.

Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*. (SOHIET, 2010, p.367.)

A crítica, mais generalizada, ao trabalho feminino vai se dar de forma contundente, precisamente, em razão de tentar alcançar o papel burguês da mãe-doméstica. Rago apontou “[...] a necessidade do trabalho fora de casa constitui um obstáculo à realização da nova função de ‘guardiã do lar’” (2014, p.105). Às mulheres que tentavam se desvencilhar da posição de “guardiã do lar” e ocupar postos de trabalho – a maioria por real necessidade de sustento às suas famílias – era lançada a pecha de desvirtuadas e irresponsáveis.

[...] quanto mais ela [a mulher popular] escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carente, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. (RAGO, 2014, p.89)

O trabalho feminino aparece reconhecido como legítimo, quando há uma necessidade clara para que a mulher se ausente do lar para trabalhar, do contrário ele será considerado como uma deturpação da real vocação e missão femininas⁵⁶. *Boletim* refere-se à tendência da mulher brasileira em querer inserir-se no mundo do trabalho de forma mais efetiva como um “aspecto curioso”, como se fosse algo fora da “normalidade”. A publicação também não deixa de ressaltar que há um aspecto nocivo em tal comportamento.

Um curioso aspecto de ordem psicológica reside no desejo generalizado da mulher de possuir, dentro do orçamento familiar geral, um orçamento pessoal cuja receita seja oriunda do seu próprio trabalho. Êste desejo é natural e justo, pois desta forma ela se sente menos dependente, menos subordinada e, portanto, mais livre e com mais probabilidade de alcançar a felicidade. O trabalho da mulher fora do lar amplia cada vez mais o tempo que a criança fica privada da assistência direta da sua progenitora. Esta situação não é um bem em si [...]. (*Boletim...*, n.82, abril, maio e junho de 1956, p.18)

Assim, no sentido de aplacar esses eventuais males, nas décadas de 1940 e 1950, começava a crescer, veementemente, a ideia da utilização das creches e de sua possível utilidade social. A LBA, inclusive, foi uma das instituições que se engajou, estreitamente, na construção e manutenção de creches por todo o Brasil, especialmente no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro). *Boletim* publicou por diversas vezes matérias reafirmando a orientação de que “A creche [sic] é pois, um lugar de assistência à mãe e não deve, em caso algum, eximi-la de suas responsabilidades em relação a seu filho” (*Boletim...*, n.102, dezembro de 1959, p.20). *Boletim* desvelava o entendimento da LBA sobre tais aparatos, isto é, a creche serviria de auxílio às mães, especialmente aquelas que tinham a necessidade efetiva de se afastarem do lar para trabalhar, mas nunca seria a creche o amparo para as mulheres que queriam “se eximir de suas responsabilidades maternas”. *Boletim* sobre essa temática, selecionamos uma matéria especial publicada em 1963:

As creches nasceram com o progresso industrial que, para atender ao seu desenvolvimento, se valeu da cooperação da mão de obra feminina.

Com a saída da mãe para o trabalho um problema sério surgiu:

- A quem confiar seus filhos?
- Onde colocá-los durante sua ausência?

Não havia na época, obras sociais preparadas especialmente para cuidar de crianças, e as mães transferiram suas responsabilidades para vizinhas ou parentes que se desempenhavam improvisadamente.

[...]

- As crianças não eram tratadas convenientemente, o que concorreu para a elevação da mortalidade infantil.

⁵⁶ Item 1 deste capítulo.

[...]

A creche, entretanto, não deve se destinar, àquelas mães que deixam o lar visando ao fruto de um trabalho que se destina ao luxo e ao supérfluo.

[...]

Não é nossa finalidade, neste documento, apreciar o mérito ou demérito da legitimidade do trabalho da mulher que tem filhos. Este problema, com seus múltiplos aspectos econômicos, psicológicos, sociológicos, suscitam sempre numerosas polêmicas. **O trabalho feminino fora do lar é um fato social contra o qual é vão e pueril qualquer subversão.** (*Boletim...*, n.111, julho, agosto, setembro de 1963, p.52-53, grifo nosso)

É importante destacar a ênfase dada ao ressaltar que as creches se destinam àquelas mães que realmente precisam sair para trabalhar, não àquelas que almejam o trabalho para dar vazão às paixões pelo luxo. Apesar do período ser, historicamente, bem demarcado pela fixação de uma nova fase do capitalismo, ligada aos bens de consumo⁵⁷, às mulheres é vedado o acesso a tais bens por meio de seu próprio trabalho. É mais uma corroboração da organização normativa dos papéis de gênero, na qual o homem é o provedor e a mulher, no lar, o administra em prol do sustento da família. Todavia, *Boletim* não pretende furtar-se a tal problematização, tendo em vista o largo suporte social que o trabalho feminino granjeara juntos aos setores médios urbanos da sociedade. No último parágrafo da supracitada matéria, *Boletim* assevera que não espera, naquele texto, apreciar mérito ou demérito do trabalho da mulher que tem filhos, uma vez que este já é tido como um fato social, contra o qual é vã qualquer tentativa de impedimento. Há uma mudança no entendimento do *Boletim* e da LBA, uma vez que optam, então, por não apontar mérito ou demérito no trabalho feminino fora do lar, ao contrário do que anteriormente acontecera, quando chegou-se a chamar de “aberração social”, em passagem já citada.

De modo imediato o que podemos depreender da análise da atuação da LBA no sentido educacional das mulheres brasileiras, bem como por suas ponderações sobre a maternidade e o trabalho feminino publicadas no *Boletim*, é que há, efetivamente, uma aproximação com a medicina, especialmente por meio da puericultura. Essa relação se consubstancia nos modelos de cursos propostos e importância atribuída às creches, como formas de permitir a mulher sair do lar para trabalhar e deixar seus filhos sob cuidados que sejam considerados higiênicos. A puericultura passa a fazer parte da vida dos brasileiros, especialmente das brasileiras, uma vez que se espera delas a total cooperação no esforço civilizatório para a diminuição da mortalidade infantil no país. Encabeçada pelos médicos e cientistas, empreendeu-se uma batalha contra a ignorância, representada pelos costumes e saberes tradicionais.

⁵⁷ MELLO, NOVAIS, 1998.

4. A maternidade como missão patriótica: a formadora de cidadãos.

Em 1951, *Boletim* realçava um dos objetivos primordiais da LBA: “E vai assim a L.B.A. executando seu alto e nobre programa de assistência, estímulo e encorajamento às mães, para que amanhã possamos ufanar-nos de uma geração mais forte, portanto em condições de melhor servir à Pátria.” (*Boletim...*, n.67, junho de 1951, p.12). O programa da LBA, como previamente apontado, consistia em um contínuo trabalho de educação e orientação, cujo propósito seria, conforme divulgado por *Boletim*, minorar os elevados números da mortalidade infantil e materna, situação considerada vexatória para as elites nacionais, tendo em vista que o Brasil se pretendia uma nação moderna. A fim de enfatizar a importância e urgência de tal missão, *Boletim* tratou de recapitular os números da mortalidade materna no Brasil:

Verdade é que preocupa a média da mortalidade materna nas capitais: 6,3 por mil. Isto quer dizer que morrem, anualmente no país, 7.938 mães na flor da idade. [...] Não basta, a nosso ver, dar filhos ao Brasil. Faz-se mister dar-lhe filhos robustos para que bem possam amanhã entrar com seu quinhão na obra ímpar de nos bastarmos a nós mesmos (*Boletim...*, n.72, novembro de 1951, p.01)

Na primeira metade do século XX (até meados da década 1960), a figura social da mãe é catapultada ao posto de principal personagem social, recaindo sobre ela os cuidados com os futuros cidadãos nacionais. Assim, se ela executasse correta e disciplinarmente suas funções, poderia grandes louros colher e seus filhos iriam a ela e à pátria ufanar, uma vez que todos dela dependiam, desde o operário das modernas fábricas até os soldados que empunham as armas e defendem a nação.

Êsses jovens [soldados] simbolizam a Nação em armas. Por debaixo de sua farda, porém pulsa um coração e está um sentimento. Pensam de onde vieram: de um lar. Quem os fêz assim garbosos e afoitos: a mãe. Antes da instrução do Estado, sabem que tiveram a instrução desde o colo materno. (*Boletim...*, n.72, novembro/1951, p.07)

Desse modo, em 1956, *Boletim* asseverava que “A mãe que embala o bêrço rege os destinos de uma nação.” (*Boletim...*, n.82, abril, maio e junho de 1956, p. 58), preceito que, podemos destacar que, esteve bastante presente no imaginário popular em todo o período analisado, ou pelo menos houve significativo esforço para que tal ideia se fixasse. No entanto, tal fenômeno não se refere unicamente ao Brasil, ou à ação da LBA. De acordo com Françoise

Thébaud (1991), na primeira metade do século XX assistiu-se a um forte processo de “nacionalização” da mulher. Trata-se, em verdade, de uma atribuição maior de importância à maternidade por parte dos Estados nacionais. Isso se dá em face da concepção de que os filhos, as crianças de modo geral, constituiriam o futuro das nações, ideário desenvolvido concomitantemente com o crescimento de sentimentos nacionalistas, tanto na Europa como no Brasil⁵⁸.

Entre Europa e Brasil há uma significativa diferença nesse contexto, uma vez que no Brasil, apesar dos altos índices de mortalidade infantil, as taxas de fecundidades não sofreram, na primeira metade do século XX, fortes quedas, como na situação europeia⁵⁹. Por trás dessa exaltação da infância e da maternidade subjaz um conteúdo político importante, há o empenho na transmissão de uma mensagem: “o de uma nação voltada para o futuro, um futuro glorioso, aliás, que estava sendo construído pelo presente que se vivia” (GOMES, 2013b, p.53). A maternidade é, em vista disso, adornada de aspectos de “missão patriótica”, que seria concretizada por meio de uma maior atenção com a maternagem, isto é, o processo de cuidado e atenção dedicados aos filhos. O Estado passava a imiscuir-se de forma muito mais contundente na política nacional de natalidade. Em regimes totalitários, como o fascismo italiano, havia uma política rígida de incentivo a natalidade, o que também se deu na França sob o regime de Vichy, instituindo, inclusive, auxílio financeiro para cada filho e para as famílias numerosas (THÉBAUD, 1991).

⁵⁸ No quinto volume, organizado por Françoise Thébaud, da coleção “História das Mulheres no Ocidente” há alguns capítulos que discutem a relação entre o nacionalismos europeu e a valorização da maternidade e da infância no período entre guerras. São destacados a República de Vichy na França e os governos de Mussolini, na Itália, e de Franco, na Espanha, que procuraram valorizar a mulher, reforçando seu caráter doméstico e maternal.

⁵⁹ Angela de Castro Gomes (2013b) aponta que a fecundidade feminina no Brasil, no período 1940 -1960, apresentava o índice de 5,5 filhos/mulher, em média.

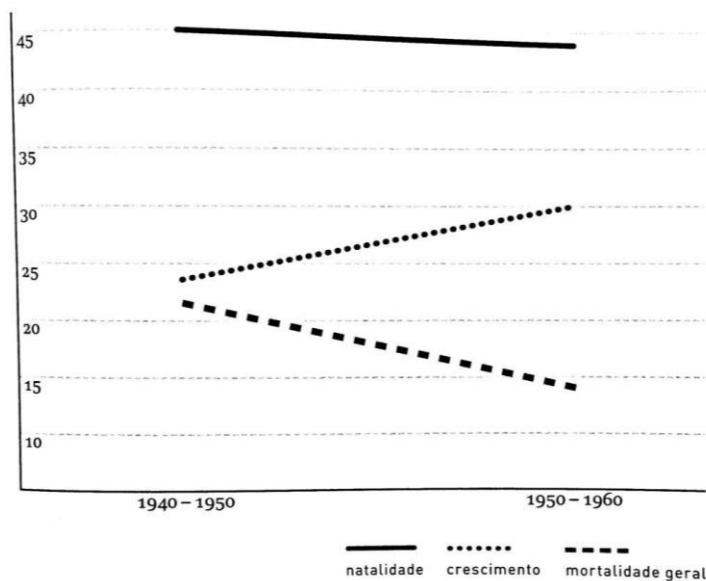


Gráfico 4: Transição demográfica brasileira - curva de natalidade e mortalidade entre 1940 - 1960. Extraído de GOMES, 2013b, p.51

No Brasil, como apresenta o gráfico 4, a taxa de natalidade já era alta, isto é, a produção de novos brasileiros estava assegurada. No entanto, precisava-se empreender uma redução dos níveis de mortalidade infantil. “No Brasil, embora o despovoamento não se constituísse em problema central, a percepção da precariedade das condições de saúde da população causava preocupação e representava ameaça ao futuro da nação. (FREIRE, 2009, p.100). Maria Martha de Luna Freire ainda chama a atenção que “A proteção à infância[...] mostrava-se em sintonia com o ideário nacionalista que depositava nas crianças a esperança de progresso e construção da nação brasileira” (2009, p.68). Freire analisou as revistas femininas do começo do século XX e como elas traziam em suas publicações orientações sobre puericultura e técnicas de cuidado com os bebês. No entanto, o que se destaca na análise da autora é a constatação de como o binômio mãe-filho foi catapultado ao posto de principal interesse da sociedade como um todo, devendo, igualmente, ser apoiado pelos modernos ditames da ciência.

As concepções da infância como valor simultaneamente familiar e social, e da mãe como responsável pela formação física, moral e intelectual das crianças, ao inserirem o binômio mãe-filho na dimensão de patrimônio coletivo da nação conformariam a principal fundamentação do discurso puericultor das revistas femininas, ao qual os médicos agregariam a racionalidade científica como eixo norteador da prática da maternidade. (FREIRE, 2009, p.210)

Em vista disso, é importante que ressaltemos, brevemente, o desenvolvimento, dentro do período estudado, de políticas para a maior atenção e proteção à infância no Brasil. No governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr) através do Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, a partir da extinção da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI). Sua função primordial, de acordo com o artigo 5º do referido decreto, era ser “o supremo órgão de coordenação de todas as atividades nacionais relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência”. O DNCr tinha como objetivo promover ações dirigidas à maternidade e à infância, bem como organizar as políticas de combate à mortalidade infantil, de amparo e educação das mães, de formação e conscientização dos bons preceitos morais e higiênicos. Seu escopo era, portanto, bastante semelhante ao da LBA, criada dois anos mais tarde (1942). A proximidade entre ambos órgãos era significativa que diversas ações e campanhas foram promovidas em conjunto⁶⁰, como a tradicional Semana da Criança, realizada anualmente em outubro. Diversos profissionais ligados aos DNCr escreviam colunas ou textos esporádicos no *Boletim*. No entanto, o DNCr tinha o poder – e a função - de regular, orientar e fiscalizar as políticas para a área em todo o país (PEREIRA, 1999).

Em função de sua estrutura diretamente conectada ao governo federal, bem como sua aproximação com o DNCr, a LBA andava em conformidade com a política nacional para o amparo e proteção da infância e da maternidade. Desse modo, suas publicações também estavam eivadas da orientação de cunho nacionalista e patriótica que permeava os governos nos anos 1940 e 1950. De imediato, é preciso apontarmos que mesmo após o fim do Estado Novo⁶¹ permanece – é até possível dizermos que recrudescer, tendo em vista a inclusão do preceito constitucional, em 1946, determinando a responsabilidade do Estado frente o amparo à maternidade e à infância – essa diretriz no sentido de considerar a maternidade um ato de civismo e de cunho patriótico, uma vez que fornece e prepara os futuros cidadãos da pátria.

Bendito o ventre que frutifica! Benditas todas que souberem ser mães, criando, amparando e educando seus filhos para a caminhada do futuro! **Mães brasileiras, sirvam à pátria!** Ofereçam a ela, filhos fortes e educados, capazes de engrandecê-la, quer governando-a em funções de alta magistratura,

⁶⁰ Em 1947, a LBA encontrava-se recém saída de uma crise que lhe ameaçava de extinção por parte da presidência da República. O periódico “Diário Carioca” expôs uma fissura entre DNCr e a LBA: “O Departamento Nacional da Criança que tem hoje à sua frente o ilustre prof. Martagão Gesteira jamais conseguiu realizar a grande obra que a L.B.A. está desenvolvendo em todo o território nacional. Não importam razões da inoperância do D.N.C., atrofiado pela tradição da burocracia nacional. A realidade é esta: o D.N.C. é um organismo cheio de funcionários e de ação prática absolutamente retardada” (*Boletim*..., n.25, julho de 1947, p.16).

⁶¹ O regime de Estado de exceção implantado por Getúlio Vargas em 1937 tinha um fulgurante caráter nacionalista, traduzido em medidas educacionais, imigratórias e de saúde pública (GOMES, 1994; GOMES, 2013b).

quer explorando seu solo fertilíssimo, quer no desenvolvimento dos meios comerciais e industriais, quer como o operário que tudo nos dá, através de seu honroso labor. (*Boletim...*, n. 19, maio de 1946, p.10).

Em outubro 1947, um longo texto é publicado pelo *Boletim da LBA* preconizando a importância da mãe para o Estado, ao passo que também procurou evidenciar uma relação bastante estreita que ambos teriam. No texto, é apresentada uma narrativa, seguida por uma representação de um diálogo, no qual é simulado um diálogo entre o Estado e uma mãe para explicar-lhe o que lhe provê e o que dela espera em retorno.

Precisamos cuidar das mães cariocas entre as classes humildes, desses bebezinhos que nascem já deslumbrados com o céu de anil sobranceiro à Guanabara, mas que já estão sofrendo a consequência de uma gestação em estranhas condições de desconforto e de carência de recursos. A Maternidade vai disciplinar, quando não corrigir os hábitos das mães, abrir os olhos às primíparas, dar-lhes as primeiras noções de um curso de puericultura, da qual não fazem a mais remota idéia. Aos olhos da própria mãe, virá valorizar o fruto de suas entranhas, dar-lhe uma noção mais precisa de suas responsabilidades. Será quando o Estado lhe vai dizer:

- Veja: eu lhe dou esta casa, este salão, este leito macio e confortável. Eu lhe entrego uma dieta apropriada. Eu, Estado, estou vendo o grandioso de sua missão, de dar mais filhos ao Brasil, portanto de concorrer para a maior grandeza de nossos destinos. Mas, preste atenção: **é necessário que também concorra com sua parte no entregar à Pátria uma criança de que a Pátria se ufane, jamais um monstrozinho raquítico, macilento ou tarado.** É mister que você desde já, desta enfermaria batida por um sol estonteante, aprenda alguma coisa para fazer em sua casa, junto a seu filho, em matéria de higiene e de saúde, porque você é responsável, mais ninguém, pela futura apresentação de um estudante com boas notas e de um soldado com alguns galões. Você, mulher brasileira, precisa tratar de seu filho com mais carinho do que trata de suas jóias, de sua pele ou de seu vestido novo. **Esta Maternidade fundada para fazer um Brasil forte, porque o Brasil belo nós já o temos, oferecido pela magnificência divina.** (*Boletim...*, n.28, outubro de 1947, p.12-20, grifos nossos)

É nítida a ideia de que a construção de um Brasil forte se dará por meio de cidadãos futuros mais fortes e sadios e não “monstrozinhos”. O texto enfatiza o que o Estado já oferece, isto é, o espaço higiênico da maternidade, representando o conforto e a higiene que a modernidade poderiam proporcionar. A mãe é quem proverá a pátria com seus soldados, agricultores, governantes, não importa o posto que ocupem, todos os cidadãos são importantes para o progresso da nação. E todos eles precisam de suas mães. LBA tinha esses objetivos em mente, e os declarava nas páginas do *Boletim*, permanecendo ao longo dos anos tias referenciais.

[...] pretende-se uma população maior, para que em maior número sejam as almas cristãs, os camponeses que arroteiem a terra, os operários que façam expandir as indústrias, soldados empenhados na defesa do que é nosso, e em geral os cidadãos que amem e sirvam dignamente sua Pátria. (*Boletim...*, janeiro, fevereiro, março de 1956, n.81, p.64)

Na relação Pátria, mães e modernidade o que se destaca é que a importância atribuída à maternidade, vem acompanhada, portanto, de grande relevo destinado à medicina, aos médicos e à ciência moderna como um todo. Tendo em vista a influência, ou melhor, a ingerência que a medicina moderna tentava exercer sobre os corpos femininos, é bastante destacado a necessidade de se preparar essa mulher para realizar sua função social de fornecer e garantir o futuro da nação.

O elemento importante que se quer destacar é que todos os cuidados e toda a atenção que a mulher recebe não ocorrem em função dela unicamente, enquanto indivíduo, mas sim em nome de um bem comum, de um benefício futuro à coletividade. Como viemos demonstrando, *Boletim* procura salientar com ênfase a importância da ciência e da medicina nesse cuidado com a maternidade e com a infância.

A proteção à maternidade não se reveste apenas de sentido humanitário, como ocorre aliás em toda a atividade médica. A mãe é um patrimônio precioso da sociedade, que deve ser cuidadosamente protegido, **assegurando-se à gestante o amparo e orientação necessários, para que possa levar a bom termo, com o mínimo de risco, a sua sublime missão.** Esse objetivo será alcançado se cercarmos a gestação, o parto e o puerpério da garantia médica necessária. A técnica médica pode hoje proporcionar essa segurança à maternidade para que as mães também morram menos em nosso país. (*Boletim...*, abril, maio e junho de 1958, n.92. p.10, grifo nosso)

A ideia de um progresso nacional está, portanto, diretamente ligada à noção de uma população grande, desde que seja sadia e forte. Gomes (2013b) ressalta que o aumento populacional era visto demográfica e politicamente como bons indicadores. Segundo a autora “uma metáfora de base demográfica com valioso conteúdo político: o de uma nação voltada para o futuro, um futuro glorioso, aliás, que estava sendo construído pelo presente que se vivia” (p.53). Espera-se, assim, uma população higiênica, e *Boletim* aponta, em 1959, que a LBA vinha dando sua contribuição nesse sentido:

Espera-se para breves anos que a população brasileira atinja os 100 milhões. É necessário que quanto antes nos preparemos para que essa população se apresente sadia e forte. Nesse sentido se empenham vários setores da administração brasileira, sobretudo o Ministério da Saúde, que tem desenvolvido um trabalho admirável. A Legião Brasileira de Assistência, por

seu turno, e dentro de suas possibilidades, envida esforços consideráveis, que a muitos edificam. (*Boletim...*, n.101, novembro de 1959, p.32)

Está presente uma noção presente no desenvolvimentismo-sanitarista, pois o aprimoramento das condições higiênicas e sanitárias da população, como um todo, contribuiria para o desenvolvimento e progresso da nação em geral. Tais preceitos estiveram no bojo das ações do governo JK, tendo Mario Pinotti como ideólogo e condutor do DNER e do Ministério da Saúde. Dessa maneira, a mulher – vista essencialmente como mãe – é alçada a um posto de patrimônio da sociedade, um bem inestimável, uma vez que ela gerará e cuidará do futuro. *Boletim* reforça, constantemente, a grande importância social das crianças, percebidas como o futuro da nação. Há a premissa da construção de um Brasil melhor pela maternidade, ou melhor, pelos filhos-cidadãos que as mães gerarão. *Boletim* procurou enfatizar que a transgressão dos deveres maternos, isto é, a ausência de zelo e de cuidados, constituiria uma falta grave não apenas contra à criança, mas em desfavor de toda a sociedade. Podemos citar como exemplo os debates sobre a sífilis, assunto bastante discutido pelo boletim em seus textos, tanto em razão de saúde pública quanto de uma postura moral. Dessa maneira, há uma passagem na qual é advertido que “De fato, constitui um crime a [sic] Sociedade, a mãe que gera um filho sífilítico. Se é um crime social a gestação de um filho sífilítico, é um crime muito maior cometido contra a própria criança” (*Boletim...*, n. 65, março de 1951, p.10). *Boletim* chama, em 1951, de crime social a mãe que gera um filho sífilítico, ou seja, é apontado como um crime o fato da mãe entregar à pátria um filho que não é saudável, preceitos que permaneceram presentes ao longo dos anos nas páginas do *Boletim*. A mulher e seu corpo servem à sociedade, e, portanto, a sua proteção e cuidado também o fazem.

Tal característica fica bastante evidente quando da análise do conjunto de publicação do *Boletim da L.B.A.*. Podemos perceber em uma passagem de 1952 do *Boletim* quando se discorre sobre os direitos das mulheres e entre eles o auxílio-maternidade, que é contrastado ao auxílio-doença, direito de todos empregados, mostrando também que essa perspectiva é recorrente na publicação. Desse modo, é proposta uma diferença entre ambos os direitos, uma vez que “[...] o auxílio-doença diz respeito a uma situação pessoal, do empregado doente. O auxílio maternidade tem objetivo social de proteção da prole. (*Boletim...*, n.77, abril de 1952, p.14)”. Logo, a maternidade e a decorrente proteção a ela se dão em razão de um benefício da coletividade e não em nome da saúde da parturiente e seu bebê. Esse entendimento aparece também, mais explicitamente, em uma passagem de 1956.

A integridade do Aparelho Genital da Mulher, garantindo-lhe a capacidade de procriação deve ser cuidado precípua do parteiro; **ele não pertence ao indivíduo e, sim, à raça, nêle reside a perpetuação da espécie.** (*Boletim...*, n.86, janeiro a junho de 1956, p.18, grifo nosso)

É evidente a posição que a LBA assume ao declarar, em 1956, por meio de sua publicação oficial, que o aparelho genital não pertence à mulher, mas à raça, ao coletivo, pois é por meio dele que se pode perpetuar a espécie. A imissão médica sobre os corpos e a fim de docilizá-los chega ao máximo ao evidenciar que o corpo feminino não pertence ao indivíduo, não pertence à própria mulher, mas a uma coletividade à qual deve servir. A ingerência do Estado e da medicina no corpo feminino conforma o que Foucault chamou de corpo dócil, isto é, “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” (1987, p.118). O corpo materno docilizado serve à sociedade, pertence à sociedade, pois é por meio deste corpo que a sociedade é capaz de se manter, de se reproduzir e de se desenvolver. É preciso apontar que não sem resistências e protestos, especialmente das classes populares que não poderiam conformar-se aos padrões burgueses que tais corpos dóceis incitavam.

Boletim empenhou-se em reforçar a representação da mãe, mais do que o pai, com elemento fundamental para a composição e sobrevivência da família e, conseqüentemente, da própria nação. Segundo o *Boletim*, “O papel da mãe, que não transmite só a vida, mas todo o patrimônio moral e espiritual da humanidade, é imenso. É dela que dependem a vida do lar e por isso mesmo a da sociedade inteira” (*Boletim...*, n.67, junho de 1951, p.9). Além de práticas de puericultura como o cuidado com o banho, com a alimentação, com a vestimenta, com a exposição ao sol, cuidados estes que discutiremos mais a diante neste trabalho, a mãe era a principal responsável pela formação moral dos filhos.

Contudo, é imperativo destacarmos que a historiografia brasileira, especificamente, já se dedicou em analisar a atuação da medicina moderna e seu processo de docilização (valendo-nos do conceito de Foucault) dos corpos femininos (MOTT, 1999; MARTINS, 2000; 2008), bem como de uma aliança que também beneficiara as mulheres (FREIRE, 2009). A relação da medicina dita moderna com a propagação de um padrão familiar essencialmente burguês, também já foi explorada em bibliografia específica (DONZELOT, 1986; COSTA, 1999). Dessa maneira, intentamos no presente capítulo apontar de que maneira, e com qual grau de comprometimento, estava a LBA atrelada à divulgação e propagação de tais valores de maternidade moderna e impregnada pela medicina. A LBA trazia como objetivo primaz a assistência à maternidade e à infância, portanto, relacionava-se diretamente com as classes

pobres. É também oportuno apontar a necessidade da expansão da medicina científica e dos cuidados higiênico-sanitários sobre a população brasileira, extremamente carente. Há, reconhecidamente, o desenvolvimento de uma disciplinarização dos corpos e, especialmente, dos costumes das classes pobres, aliado ao processo de expansão de um padrão burguês de família e de sociedade, como um todo. No entanto, há também de se reconhecer que a disseminação de conhecimentos médicos sobre a maternidade auxiliou na redução da mortalidade materno-infantil e contribuiu para o aumento da qualidade de vida.

Conscientes de que não há fonte histórica neutra ou imparcial – especialmente tratando-se de periódicos –, queremos sublinhar que *Boletim* trata-se de uma publicação oficial da LBA que visava a divulgação e promoção das ações da instituição. Desse modo, os seus dados e informações devem ser sempre ponderados e percebidos a partir da sua fonte. *Boletim*, ao longo dos anos, repetidamente procurou acentuar as campanhas desenvolvidas pela LBA, bem como os cursos diversos promovidos pela entidade. Dessa forma, o que esperamos aqui ter demonstrado é a dupla ação da LBA no período 1945-1964 no que tange ao papel das mulheres e às concepções acerca da maternidade: de um lado há um processo intenso de construção discursiva por meio do *Boletim da L.B.A.* de representações sobre a mulher, tomada como essencial e naturalmente mãe, cuja função precípua seria o cuidado aos filhos, mais do que qualquer engajamento em força de trabalho. É preciso, contudo, ressaltar o alcance do *Boletim*, mesmo que enviado a um grande número de Comissões Estaduais e Municipais e tratar-se de uma publicação periódica gratuita, o Brasil ainda possuía mais da metade de sua população analfabeta (gráfico 3), o que nos leva a mitigar consideravelmente a influência e relevância do *Boletim* sobre as camadas mais pobres e público alvo da LBA. De outro lado, de forma complementar, temos a atuação da LBA por meio de campanhas e ações mais concretas como a realização de cursos diversos, tanto de puericultura quanto de trabalhos manuais, mas também na construção de Postos de Puericultura, Casas da Criança, Creches e Maternidades pelo Brasil à fora. Essas ações aproximavam de forma mais efetiva a entidade de seu público alvo, as mães pobres e permitiam que a difusão das representações sobre a mulher e a maternidade fosse mais efetiva, mesmo que houvesse rejeição e resistência.

Oportuno ressaltar que o padrão de mulher-mãe, representado pela figura burguesa da “rainha do lar”, tão divulgado nos anos 1940 e 1950, não alcançava de forma uniforme todas as mulheres brasileiras, que por suas trajetórias sociais possuíam padrões de comportamento bastante divergentes. Assim, a LBA, cujo objetivo manifesto era proteger e amparar a maternidade e a infância brasileira, e que propunha e desenvolvia cursos populares de puericultura por todo o Brasil, mostrava-se bastante empenhada no esforço de conformação das

classes populares brasileiras a um padrão de comportamento, ou melhor, a um padrão moral e estilo de vida essencialmente burguês. Cabe também reforçar que a LBA, uma vez que vinculava-se estreitamente ao poder executivo federal e era mantida por federações de indústrias e comércio, representa claramente os interesses dos setores dirigentes e conservadores do país.

No período entre meados da década de 1940 até os anos 1960, a figura social da mãe é catapultada ao posto de principal personagem social, recaindo sobre ela os cuidados com os futuros cidadãos nacionais. Assim, com a maternidade medicalizada, isto é, ao alcance e controle da medicina, crianças e mulheres foram tomadas como um meio para se alcançar um objetivo maior: a construção de uma nação moderna no Brasil. As práticas e saberes populares entendidos como signo do atraso e de uma nação ultrapassada, eram sistematicamente substituídas por técnicas modernas. Técnicas que vão invadir também o materno, o cuidado com os filhos. Um dos discursos mais presentes nos boletins da LBA é a cientificação da diversão, do aprendizado e dos espaços de lazer. A construção de um país mais moderno, passava, via de regra, pela construção de uma infância moderna.

Não basta que a criança coma com apetite, faça uma excelente digestão, tenha saúde, bons músculos e lúcida inteligência. Falta alguma coisa mais, e essa “alguma coisa mais” é uma atitude de nervos, uma atitude de espírito e uma atitude moral que autorizem a esperarmos dela uma brasileiro à altura do Brasil (*Boletim...*, n.67, junho de 1951, p.13).

Boletim nos fala que é preciso “alguma coisa mais”, que pode ser entendida como a modernidade, o hábito moderno. Isto é, não basta a criança ser criança, é preciso ser uma criança moderna. Para que isso aconteça, o processo de tornar dócil o corpo infantil começa desde cedo. Em verdade desde o parto. A puericultura vai, assim, incidir especialmente sobre os corpos infantis já no período do puerpério. A higiene do lar – especialmente daqueles espaços ocupados pelo bebê –, traduzida em medidas como a penetração solar, o ar fresco, a alimentação equilibrada, os exercícios físicos, a higiene mental; deveria estar no repertório da mãe moderna, transformada em verdadeira cientista, cujo laboratório era o próprio lar. “A única regra que não gerava dúvida era aquela que delegava à mulher a responsabilidade irrestrita e contínua de ‘guardiã’ da saúde dos seus filhos, amparada pela ciência” (FREIRE, 2009, p.142), prerrogativa a qual *Boletim* e a LBA não se furtavam, pelo contrário, como procuraremos demonstrar em capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

Cuidados modernos: puericultura e infância no *Boletim da L.B.A.*

Com base na supremacia da razão sobre a emoção – e nesse plano ganhando sua legitimidade – a puericultura oferecia amplo e diversificado estoque de ensinamentos técnicos para guiar a conduta das mulheres na criação de seus filhos, em substituição aos “antigos” dogmas religiosos ou palpites de curiosas, vizinhas ou avós, considerados perniciosos e “arcaicos”. (FREIRE, 2009, p.127)

Uma criança bem dirigida progride; sua submissão é fecunda para ela, concorre para o seu pleno desenvolvimento e proporciona alegria aos pais. (*Boletim...*, n.73, dezembro de 1951, p.3)

Na primeira metade do século XX, a propositura de uma vida moderna incluía a elaboração de uma maternidade moderna, como procuramos apontar anteriormente. Tal entendimento estendia-se ao desenvolvimento de um comportamento infantil também moderno. Para que tais concepções de maternidade e infância se formassem, a medicina constituiu oportuno auxílio, especialmente por meio da puericultura. Dessa maneira, nesse capítulo desenvolve-se uma análise do poder disciplinador que a puericultura propôs-se a exercer no que concerne aos cuidados com a infância e a maternidade, notadamente em meados do século XX. No entanto, não se deixa de considerar o poder de resistência das camadas sociais às quais se destinavam as políticas filantrópicas e sanitárias.

A ideia da construção de uma sociedade e país modernos passava, veementemente, pela incorporação de medidas higiênicas e médicas. Ao passo que se esperava uma atitude moderna das mães, preocupadas com o futuro da nação e agindo para cobrir de cuidados todos os aspectos da vida infantil, os ditames médico-científicos também recaíam sobre os corpos e comportamentos infantis. A Legião Brasileira de Assistência, tendo em vista que declarava agir no sentido de apequenar os índices de mortalidade infantil, valeu-se dos conhecimentos puericultores em suas ações como campanhas, cursos e também em publicações no *Boletim da L.B.A.*, como procuraremos demonstrar.

O termo puericultura, etimologicamente, significa *criação de crianças* (*puer* – criança; *cultura* – criação), tendo sido formado e primeiramente empregado em 1762 pelo médico suíço Jacques Ballexserd (GESTEIRA, 1943; BONILHA, RIVORÊDO, 2005; MEDEIROS, 2011). Entretanto, foi apenas no século XIX que a puericultura ganhou notabilidade no cenário médico, em especial a partir da apropriação feita pelo médico francês Alfred Caron em sua obra “*La Puériculture, ou la Science d'élever hygiéniquement et physiologiquement les enfants*” (1865), passando a associar-se com os preceitos da higiene, bastante em voga naquele momento. Essa área da medicina moderna pode ser, brevemente, definida como um conjunto de normas com

diferentes graus de cientificidade e que procura, de modo geral, assegurar o melhor desenvolvimento para as crianças (BONILHA, 2004). Sobre o caráter científico da puericultura⁶²:

Entendida assim, ela se assemelha a um grande roteiro, constituído por roteiros menores, cada vez mais detalhados e específicos, que, se corretamente aplicados, cumprem o objetivo de prevenir distúrbios das mais diversas naturezas. Esses roteiros devem ser “científicos”, isto é, resultado de pesquisas na área da saúde em diferentes campos, como nutrição, antropometria, imunologia, psicologia e odontologia. Desta maneira, pretendem diferenciar-se do senso comum e ditam a maneira cientificamente mais correta de cuidar das crianças (BONILHA E RIVORÊDO, 2005, p.7).

A puericultura engajava-se, portanto, na construção de um novo cenário no que diz respeito aos cuidados infantis, concorrendo, assim, para uma expansão do papel materno, bem como de uma maior interferência da medicina. É importante atentarmos que a consolidação da puericultura se dá, concomitantemente, às transformações no entendimento sobre a infância e sua conseqüente valorização, no bojo das mudanças ocorridas nos campos científicos e médicos.

De uma posição secundária e indiferenciada em relação ao mundo dos adultos, a criança foi paulatinamente separada e elevada à condição de figura central no interior da família, demandando um espaço próprio e atenção especial: tratamento e alimentação específicos, vestuário, brinquedos e horários especiais, cuidados fundamentados nos novos saberes racionais da pediatria, da puericultura, da pedagogia e da psicologia (RAGO, 2010, p.156).

Valorizadas, a criança e a infância, passaram a ser objeto da atenção de médico-higienistas, mormente, quando passam a ser compreendidas como futuro da pátria⁶³. Desse

⁶² É oportuno ressaltar que, segundo Bonilha e Rivorêdo (2005), foi a partir da “revolução Pasteuriana” que a puericultura também se consolidou. Com a Teoria Microbiana das doenças (1864) de Louis Pasteur o desenvolvimento de vacinas se fortaleceu, e assim possibilitou muito mais os trabalhos e reflexões sobre a profilaxia das doenças. Mas, para além disso, o método chamado de “pasteurização” do leite impulsionou definitivamente uma ampliação dos cuidados com os bebês e as crianças, uma vez que muitas delas morriam em função de diarreias causadas por microrganismos transmitidos pelo leite ou pela água, cuja “higienização” passava a ser possível após o método de Pasteur. A pasteurização do leite de vaca e humano foram a porta de entrada para que diversos preceitos médico-científicos recaíssem sobre a maternidade e a infância.

⁶³ Importante historiador da infância e da família, Philippe Ariès procurou evidenciar em sua obra “História Social da Criança e da Família” (1973, 2012, 2ªed.) que a infância foi percebida de formas diferentes de acordo com cada período histórico. Segundo o autor, até meados do século XVIII a criança era percebida como substituível, uma vez que possuía uma função puramente utilitária para a coletividade. Elisabeth Badinter (1985), por sua vez, procurou ater-se à construção e imposição de um sentimento de amor materno como algo natural e inerente ao sexo feminino, no sentido de um instinto materno. Para demonstrar tal construção social, a autora procura mostrar o sentimento de indiferença e a pouca afeição parental para com a prole, até meados do século XVIII. No centro dessa nova configuração sentimental estão os cuidados com os recém-nascidos

modo, puericultura, na primeira metade do século XX, tem largo espaço em publicações e notório reconhecimento social.

1. A puericultura no Brasil: higienismo e filantropia

Apropriada como importante área da medicina entre as cinco primeiras décadas do século XX, sendo, a seu respeito, publicados livros, matérias em jornais e revistas, bem como realizados cursos e palestras, a Puericultura foi introduzida no Brasil nos anos finais do século XIX. É recorrente em trabalhos de história da saúde e, mais especificamente, da puericultura a afirmação de que esta teria sido introduzida no Brasil por volta de 1890, concomitantemente com o período em que ganhava destaque na Europa, pelo médico pediatra Moncorvo Filho (BONILHA, RIVORÊDO, 2005; MEDEIROS, 2011).

O inicial desenvolvimento da puericultura no Brasil é marcado por três personalidades do mundo médico: Moncorvo Filho, Fernandes Filgueira e Martagão Gesteira, bem como pelas instituições que eles ajudaram a fundar ou comandaram⁶⁴. Apesar de cada um apresentar especialidades nas campanhas que travavam em torno da pediatria, da higiene infantil e da puericultura no Brasil, todos estavam também diretamente ligados a promoção de uma associação entre filantropia e medicina, que se mostrara bastante eficaz. A ação desses, e de outros médicos, está inserida em um projeto de saneamento, tanto da capital federal quanto da nação como um todo. O grande mote das ações era o combate à mortalidade infantil.

Os grupos sociais, de modo geral, se engajaram num projeto de civilização da nação, representado, especificamente, por um projeto de higienização dos corpos e dos costumes brasileiros. Tendo como principal objetivo a redução da mortalidade materno-infantil no Brasil, a pediatria e a puericultura ganham espaço nos debates e no imaginário social e as camadas urbanas passaram a compor grupos e entidades voltados para tais ações filantrópicas.

Alguns segmentos urbanos demonstraram preocupação com a mortalidade materno-infantil e começaram a organizar entidades de assistência nessa área.

⁶⁴ Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871 – 1944) foi diretor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro e desenvolveu um modelo assistencial que tinha como base o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), por ele fundado em 1899 (FREIRE, 2015). Antonio Fernandes Filgueira (1863 – 1928), formado médico em 1887 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Fernandes Filgueira assume em 1919, no contexto da reforma da saúde pública executada por Carlos Chagas, a Inspetoria de Higiene Infantil; e, em 1924, a direção do Hospital Abrigo Arthur Bernardes, que deu origem ao atual Instituto Fernandes Filgueira/Fiocruz, e voltava-se, mais especificamente para o atendimento da puericultura intra e extrauterina (SANGLARD, 2015). Joaquim Martagão Gesteira (1884 – 1954) ficou notabilizado no mundo médico pela sua extensa atuação frente às instituições médico-sociais, bem como por uma larga produção bibliográfica que influenciaria gerações de médicos puericultores. Quando a Puericultura passou a fazer parte do ensino superior médico no Brasil, Gesteira tornou-se responsável pela Cátedra na Universidade do Brasil. (BONILHA, 2004)

Esse movimento visava, entre outros objetivos, à conformação de rede de assistência focada na construção de instituições hospitalares especializadas em obstetrícia e pediatria, e de espaços de educação feminina voltados para o cuidado da infância. Os médicos e a filantropia laica foram os pioneiros na defesa da assistência materno-infantil. Em seguida, o movimento ganhou o apoio das camadas urbanas, média e alta. (BARRETO, 2015, p.186).

Nesse contexto de valorização e exercícios de uma filantropia médico-higiênica, algumas áreas da medicina receberam maior destaque. Assim, Barreto afirma:

Nesse período, a ginecologia, a obstetrícia, a pediatria e a puericultura se constituíram em especialidades médicas e forneceram a justificativa científica para o discurso em defesa da criação de maternidades, entendidas como um espaço hospital destinado exclusivamente ao parto e ao cuidado com as puérperas e as crianças (BARRETO, 2015, p.186).

Ao referir-se ao surgimento da primeira Maternidade no Rio de Janeiro, um símbolo dessa luta civilizatória do começo do século XX, calcada tanto na filantropia quanto nos ditames médico-científico, a autora procurou salientar que:

A concretização do projeto de assistência maternal através de um hospital específico para partos não pode ser dissociada do projeto de saneamento e embelezamento da capital da República no início do século XX. A Maternidade de Laranjeiras foi fundada em 1904, concomitantemente ao início da reforma urbana e higienista do Rio de Janeiro, uma vez que “civilizar” a capital da República também significou combater a mortalidade, fosse causada pelos mosquitos e ratos ou pela deficiente assistência médico-hospitalar à gestante e à criança, principalmente as de baixa renda. (BARRETO, 2015, p.194-195)

Desse modo, puericultura entrou para o rol de ciências necessárias para a construção de um país maior e melhor, com uma população maior e mais saudável. Passando a ser ensinada no curso superior de medicina, bem como no ensino normal para moças, como um preparatório para as funções maternas⁶⁵. Contudo, o que se quer demonstrar é que a relação entre filantropia e assistência à infância e à maternidade esteve bastante em voga no início do século XX. É como fruto dessa relação, e já apropriada pela medicina de Estado, que surge a Lei Brasileira de Assistência em 1942.

Nesse sentido a LBA também atuaria na sociedade instituindo práticas que visavam moldar o corpo brasileiro às novas demandas de uma cultura urbana que se constituía. Buscavam-se, assim, estratégias que normalizassem e

⁶⁵ A discussão mais aprofundada sobre a relação entre puericultura e educação feminina é realizada no capítulo 3 deste trabalho.

plasmassem a família dentro dos princípios da norma familiar burguesa. (TUMELERO, SILVA, 2013, P.340)

As autoras destacam a operosidade da LBA no processo de normalização do conceito burguês de família. Nesse sentido, O que Tumelero e Silva nos apontam sobre o surgimento da LBA e seu escopo de atuação parece estar em consonância com um ideal de atividades para a entidade publicado no *Boletim da L.B.A.* em 1947:

Proteger a criança sadia pela alimentação adequada (qualitativa e quantitativamente) e pelos cuidados higiênicos ou profiláticos, educando as mães dentro das normas modernas da puericultura; assistir a criança enferma com eficiência e presteza, de modo a restituir-lhe com a brevidade possível as suas condições anteriores de saúde; ampara-la através a família em caso de abandono – tais são os três principais do problema a resolver. (*Boletim...*, n.25, junho e julho de 1947, p.13).

Dessa maneira, queremos nos ocupar de uma análise dos boletins da Legião Brasileira de Assistência, mormente, no que tange à divulgação de noções de puericultura, para uma maior compreensão a respeito das práticas de puericultura comuns entre as décadas de 1940 e 1960, bem como as relações de aproximação e distanciamento construídas pela LBA e as classes populares brasileiras. No entanto, cabe frisar que, de modo geral, tais ações almejavam a formação de um novo homem brasileiro. Merisse assinalou certas características da puericultura:

A puericultura pode ser vista como uma atualização do movimento higienista do século passado [século XIX] [...]. Buscava reduzir a mortalidade infantil e formar um novo homem brasileiro, compatível com o desenvolvimento industrial e a nova ordem capitalista vislumbrada para o país. Do modelo europeu incorporava conhecimentos e técnicas que permitiram controlar diversas doenças, principalmente as de natureza contagiosa que se alastravam pelas instituições de atendimento infantil, onde a taxa de mortalidade era ainda muito alta. Mas incorporava também concepções européias, como a de que as mães são as culpadas pela morte dos filhos, em virtude de seu desinteresse e de sua ignorância sobre como cuidar adequadamente da criança pequena (MERISSE, 1997, p.40)

Nas primeiras décadas do século XX, a infância e a puericultura são assimiladas a um discurso em exaltação da pátria, bem como de um desenvolvimento e aprimoramento, chamados sadios, da população brasileira. São traços de uma orientação eugênica presentes nos discursos acerca do combate à mortalidade infantil. “Quanto mais civilizado o lugar, tanto menor o número de óbitos infantis registrados” (*Boletim...*, n.78, maio de 1952, p.19).

Seguramente essa é uma das principais diretrizes que orientaram todo o trabalho da LBA e as publicações do *Boletim* para o período estudado. O combate à mortalidade infantil, mais do que uma causa humanitária, era tratado como um forte índice de desenvolvimento – ou de civilização – para o país. À época, o Brasil amargava altíssimos níveis de mortalidade infantil e materna.

Ao longo de todo o período foram recorrentes no *Boletim* textos publicados sobre a necessidade imperiosa de se combater a mortalidade infantil. Em 1951, foi publicado um texto intitulado “Anjinhos para o cemitério”, ilustrado por um desenho que representa a passagem bíblica da fuga de José, Maria e o bebê Jesus para o Egito. O texto salientava que:

Um dia, no Brasil, significa 2.040 crianças mortas. O que quer dizer que, no espaço de um ano, mais de 740 mil pequenos brasileiros deixam de gritar, de chorar, de correr, e começam a dormir para sempre. [...] O professor Olinto da Fonseca, antigo diretor do Departamento Nacional da Criança, afirma que, em cada 1.000 crianças que nascem vivas no país, mais de 500 morrem até os cinco anos de idade. (*Boletim...*, n.73, dezembro de 1951, p.11).

E o texto segue promovendo uma comparação com os países “civilizados”:

De cada grupo de mil mulheres casadas ou em estado de conceber, nascem 30 crianças, e algumas regiões alcançam 40. Quando se compara essa proporção com a da Inglaterra, onde é de 15 crianças, ou dos Estados Unidos, que é de 20, vê-se com que intensidade se processa, nas entranhas do nosso povo, a criação de novos brasileiros, embora a metade já nasça condenada a morrer. (*Boletim...*, n.73, dezembro de 1951, p.11).

Desse modo, quando a LBA passou a atuar enfaticamente no combate à mortalidade infantil, especialmente após a reformulação após o fim da guerra, as páginas do *Boletim da LBA* foram preenchidas de textos exaltando a necessidade de se preservar a criança brasileira, como uma maneira de cuidar da Pátria. Como já destacado, os textos publicados no *Boletim* oscilavam entre uma linguagem médico-acadêmica e uma escrita mais simples e mais acessível.

“E não vai exagero se dissermos, como estamos a dizer – a criança – é maior que a bandeira, porque a criança de hoje é a Pátria de amanhã? E que devemos fazer quando as estatísticas nos desafiam anunciando que morrem no país centenas de crianças em cada hora que passa?” (*Boletim...*, n.84, outubro, novembro, dezembro de 1956, p.54).

A temática é recorrente, aparecendo não só como princípio humanitário, mas, mormente, como um elemento a fortificar a pátria e a ressaltar o desenvolvimento do Brasil como uma nação civilizada.

Que problema nacional mais humano, mais patriótico, mais ligado ao futuro do Brasil, do que êste, de salvar a nossa infância pobre das garras da fome e da morte? Por que, pois não encarar de frente, com decisão e coragem, o problema que, se não é fundamental, é o mais humano e o mais premente em nossos dias, para a salvaguarda de nossos foros de povo civilizado (*Boletim...* n.86, janeiro a junho de 1957, p.72)

A temática esteve presente em discurso de posse de presidente da LBA, como no caso de Eloá Quadros ao assumir a presidência em 1961. A primeira-dama ao tomar posse no cargo máximo da LBA ressaltou que “proteger a maternidade e a infância – onde quer que careçam de tal ajuda – é garantir, para o futuro, os frutos daquilo que hoje realizamos: **é salvaguardar o próprio amanhã do Brasil**” (*Boletim...*, n.107 – julho – agosto – setembro de 1961, p.3, grifo nosso).

O que se quer aqui assinalar é que a LBA esteve, significativamente, engajada na promoção de cuidados para as crianças e os bebês, uma vez que esses eram entendidos como o futuro da nação, a pátria amanhã. A entidade promovia uma assistência de caráter sanitário-desenvolvimentista, isto é, o desenvolvimento do país e de sua população estava sujeito às condições sanitárias ideais. Frente às imagens idílicas das terras brasileiras, contrastavam as percepções sobre o homem brasileiro: enfraquecido, mirrado, consumido pelas doenças, especialmente as tropicais (SCHWARCZ, 1993; MOTA, 2003). Assim, tratou-se de garantir, não só a sobrevivência, mas, sobretudo, um aprimoramento da “raça⁶⁶”, visando um país sadio e forte no futuro.

Boletim servia ao propósito de divulgação de preceitos de puericultura e higiene em suas páginas, uma vez que o trabalho da LBA se pautava, especialmente a partir da década de 1950, por um aspecto educacional. A entidade buscou promover cursos de puericultura, bem como divulgar livretos e cartazes educacionais. Prática que ficou evidente ao ser descrita uma série de palestras radiofônicas que seriam realizadas em 1957, nas quais seriam abordadas “[...] as

⁶⁶ As discussões sobre a “raça brasileira” estiveram na primeira ordem durante o final do século XIX e o início do XX. As leituras trazidas da Europa sobre as diferenças entre as “raças” branca e negra eram apropriadas com suas peculiaridades pelos intelectuais brasileiros, como demonstrou Schwarcz (1993). As ideias de que o aprimoramento da raça seria possível pelo cuidado e controle desenvolvidos sobre a população eram bastante comuns.

questões atinentes aos cuidados e desvelos maternos, sobre a forma eugênica de melhor criar e proteger as gerações” (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p.45).

Em 1964, marco final de nosso recorte temporal aqui proposto, *Boletim* publicava uma matéria sobre as exigências da vida infantil. Comparava o desenvolvimento infantil com o de uma planta, enfatizando que ambas necessitavam de ar, sol, espaço e direção, evidenciando um aspecto disciplinar de não deixar a criança – tampouco a planta – entregue ao seu próprio comando.

Uma criança para se desenvolver em harmonia com o seu merecimento, é idêntica a uma planta que exige ar, luz e inteira liberdade de estender seus ramos; espaço para suas raízes; também a criança requer ar, luz e liberdade, para o desenvolvimento de seu corpo. Mas, isto serve apenas para o desenvolvimento físico e moral com que elas aprendem a falar, agir, observar, distinguir, etc. Alguém poderá perguntar: - Então será certo deixar a criança entregue a si própria? – **Não, uma criança é como a hera, não encontrando apoio se deformará. A criança precisa ser dirigida.** Mães, mestres, assistente, tutores e alguém mais que tenha sob sua tutela a orientação da infância, tem de ser auxiliares dos esforços da natureza. (*Boletim...*, outubro a dezembro de 1964, n.115, p. 9)

A concepção de que a criança deve ser constantemente dirigida enseja a noção de disciplina, no sentido, de formatar e condicionar corpos e hábitos, concepção esta que também compõe a definição e a forma de atuação da puericultura.

2. A luta contra a “ignorância”: parteiras, curiosas e mães na mira da disciplina.

A ideia de que em uma parte do século XX o Brasil viveu seu período áureo, seus *anos dourados*, decorre, principalmente, de um forte processo de modernização da sociedade brasileira, além da experiência democrática. Novos padrões de consumo, novos hábitos sociais e culturais, novas cidades, novas estradas, a invasão do automóvel, o cinema, o aumento da expectativa de vida. Sob diferentes aspectos, o Brasil parecia “dar certo”.

[...] entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma **nação moderna**. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando a sua forma. Na década de 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo.” (MELLO, NOVAIS, 1997, p.560, grifo nosso)

No imaginário brasileiro da época, havia uma exaltação da vida urbana e o arcaico estava bastante atrelado ao rural, com as práticas e costumes tradicionais. Desse modo, o embate principal que se travava era entre o arcaico e o moderno, o Brasil atrasado, rural e agrário devia dar lugar ao Brasil moderno, urbano, industrial. Ângela de Castro Gomes enfatiza que:

Modernizar o Brasil era, em síntese, efetivamente conquistar seu território e “organizar” seu povo. Cidades como Goiânia e Brasília e rodovias como a Belém-Brasília materializam bem o que se sonhava e vivia. Pode-se dizer também que, nos anos 1930 – 1960, o país realizou sua transição demográfica, ou seja, passou a crescer através da combinação da queda das taxas de mortalidade com a manutenção de índices estáveis de natalidade (GOMES, 2013a, p.37)

Assim, a batalha entre moderno e arcaico encontrou frutífero campo nas reflexões sobre a maternidade no período entre os anos 1940 e 1960. Para enfrentar os galopantes índices de mortalidade materno-infantil via-se como principal solução a medicalização da maternidade e do cotidiano materno-infantil.

A partir do pressuposto que tomava por causa principal da mortalidade infantil a ignorância ou negligência das mães – ainda que se percebesse a influência da má qualidade de vida, especialmente nas classes trabalhadoras –, a solução preferencial para o grave problema de tal “desperdício de vidas” seria a difusão dos princípios da puericultura, que ensinariam todas as mulheres a cuidar adequadamente de seus filhos. (FREIRE, 2009, p.140)

A LBA e seu *Boletim* comungavam da ideia de que o desconhecimento de preceitos médicos modernos por parte das mães era o principal elemento fomentador da mortalidade infantil e, assim, também publicavam no sentido de promover a luta que vinha sendo travada, de um modo geral na sociedade, contra a “ignorância”. Essa ignorância é representada por diversos elementos, tanto o atraso em áreas médicas quanto a presença sistemática de conselhos e orientações oriundos do conhecimento popular.

É indispensável, portanto, através de uma sistemática campanha educacional, lutar contra o terrível mal que é a **ignorância**, derrubando preconceitos, inculcando noções básicas, orientação, esclarecimentos e conselhos, no sentido de que as crianças possam nascer e crescer sadias e que possam apresentar condignas condições de vida. É a grande finalidade da puericultura. (*Boletim...*, n.63, janeiro de 1951, p.32, grifo no original)

É pertinente destacarmos o processo de expansão do papel e das funções dos médicos, principalmente, junto às mulheres e à maternidade. Além disso, cabe enfatizarmos o processo de consolidação desse papel como inalienável, ou seja, como uma posição que ninguém mais poderia ocupar ou desempenhar a não ser o próprio médico. Em vista disso, é evidente que as concepções médico-científicas tivessem reservado um lugar especial para a mulher-mãe, como um agente treinado das modernas medidas médico-científicas: “[A mãe] Deve ter sempre presente que não é médica, que ignora a medicina, que não sabe fazer um diagnóstico, que não pode optar, com conhecimento de causa, por tal ou qual terapêutica. **É excelente que ela tenha consciência de sua incapacidade nesse particular.** (*Boletim...*, n.72, novembro de 1951, p.9, grifo nosso).

Médicos, higienistas e assistentes sociais começam a ditar as regras para a medicalização e modernização da maternidade, criando a figura da “mãe-cientista” para cuidar do recém-nascido, desde as primeiras décadas do século XX como apontou Freire (2009). É possível detectar nas páginas do *Boletim* a forte presença do discurso médico higienista na reflexão sobre a gravidez e a maternidade em meados do século XX, trazendo em si concepções para padronizar o comportamento e o papel da mulher em sociedade.

A gestação é um fenômeno fisiológico, porém, mau grado ser um fenômeno de ordem fisiológica, ela não dispensa a assistência precoce e contínua do obstetra. É necessário repetir que a gestante desde o início da sua gestação, **deverá colocar-se sob a assistência e vigilância do seu médico.** (*Boletim...* n.65.Março de 1951 p.11, grifo nosso)

Boletim é bastante claro ao dizer que a gestante deve colocar-se sob a vigilância do médico, é ele quem ditará as medidas para a sua conduta correta. Recordamos, então, Michel Foucault que procurou demonstrar que “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista.” (FOUCAULT, 1979, p.80).

Martins (2000, p.216) ainda destaca que “[...] a partir do século XX os médicos perceberam que os seus conselhos quanto à saúde e o bem-estar das mulheres e das crianças não surtiriam efeito se o seu público-alvo não fosse ampliado consideravelmente”. É nesse mesmo sentido que Tania de Luca (2012) chama a atenção que médicos, psicólogos e outros profissionais passam, com maior frequência, a contribuir para publicações periódicas de grande circulação, como as revistas femininas. A figura do médico substituíra a do padre no papel de

conselheiro das famílias, e mesmo quando não é possível o contato tão próximo, este acontecerá por meio das publicações em revistas, periódicos, programas de rádio, cursos etc⁶⁷.

Paulatinamente ao fortalecimento social da opinião médica, se dá o enfraquecimento da relevância atribuída ao conhecimento popular, tradicional. A oposição entre arcaico e moderno, bastante corrente no período, também toma seu posto no âmbito da saúde, especialmente, nas considerações sobre maternidade, gestação e infância.

Estabelecendo uma clivagem entre o saber médico e o saber leigo das mães, os médicos desqualificaram qualquer prática ou experiência que não tivesse fundamento científico e profissional. As mães são vistas com desconfiança e culpabilizadas pela mortalidade infantil, mas também são merecedoras da atenção e dos cuidados médicos. **Como as crianças, as mães precisam ser educadas** e os médicos atribuem a si essa tarefa por meio de um conjunto de práticas e de uma metodologia própria cujo objetivo é, em síntese, a normalização da maternidade (MARTINS, 2008, p.143).

Vai se estabelecer fortemente a figura da mãe amparada pela ciência e pelos modernos aparatos científicos. E com isso iniciava-se uma grande batalha contra a ignorância e os costumes tradicionais, identificados como símbolos do atraso e da mortalidade materno-infantil. Esses saberes tradicionais, bem como toda a noção de atraso nesse âmbito, serão comumente personificados na figura da parteira sem diploma, da comadre aparadeira. Muito presente nas comunidades pobres e sem amparo médico e, a partir de então, apontadas como símbolo de atraso (MOTT, 1999).

O que *Boletim*, enquanto propagador dessas perspectivas, ensejava apresentar é que “A mãe deve ser enfermeira e, na generalidade dos casos, possui ou adquire rapidamente as qualidades de uma excelente enfermeira; mas nem por isso é médica.” (*Boletim...*, n.72, nov.1951, p.9). Maria Martha Luna Freire procurou mostrar, por meio das revistas femininas da primeira metade do século XX, como se deu o processo de construção da aliança entre mulheres e médicos, sendo que aquelas eram transmutadas ao papel de auxiliares desses.

Ao propiciar às mulheres instrumentos que lhes permitissem acompanhar de forma racional o crescimento dos filhos, colaborando, portanto, para que adquirissem aparente autonomia no assunto, os médicos evidenciavam a afinidade de interesses mútuos quanto à relevância das ações de proteção à

⁶⁷ Em novembro de 1959, *Boletim* cedeu amplo espaço para a divulgação do programa de rádio “Entrevistas médicas”, realizado na Rádio Gazeta pelo médico dr. Flamarion Costa, diretor da Divisão de Proteção Social do DNCr, e diretor do Departamento de Maternidade e Infância da LBA. Sobre o programa afirmava que “Entrevistas Médicas, sob patrocínio dos Laboratórios Lepetit, tem por finalidade divulgar esclarecimentos sobre questões médicas de interesse público” (*Boletim...*, n.101, novembro de 1959, p.6). O que nos aponta uma presença também nas ondas do rádio desse esforço de disseminação de conhecimentos médicos.

saúde das crianças – em sua dimensão de valor cívico, econômico e social – justificativa suficiente para uma atuação conjugada, de colaboração e parceria. (FREIRE, 2009, p.177).

A autora também aponta que as revistas femininas e seus articulistas igualmente impunham uma luta ferrenha ao que chamam de *ignorância*, isto é, os saberes e as tradições populares, bem como às pessoas que representavam esses conhecimentos populares. No *Boletim* tal pauta aparece de forma contundente. Assim, no que diz respeito à ação da LBA, a luta contra a ignorância foi sintetizada pela contínua promoção de conhecimentos básicos de puericultura às mães e futuras mães brasileiras por meio dos cursos de puericultura. *Boletim* salientava que “A finalidade dos Cursos de Puericultura é instruir as mães, como devem criar bem os filhos, a fim de torna-los sadios e fortes.” (*Boletim...*, n.66, abril/maio/1951, p.8). E mais claramente:

O problema só pode ser resolvido se fôr encarado de frente. Façamos a puericultura individual, disseminando por todo o Brasil centros de puericultura onde o técnico oriente as mães na sua nobre missão de criar filhos sadios. [...] Finalmente, façamos a puericultura social, em larga escala, instituindo cursos elementares de puericultura para as meninas dos últimos anos das escolas primárias, e cursos médios para as ginásias, normalistas e senhoras da sociedade. (*Boletim...*, n.71, outubro/1951, p.4)

O objetivo maior da divulgação de tais pressupostos nas páginas do *Boletim* e da promoção contínua de cursos de puericultura Brasil a fora é, sem dúvida, pôr fim à “ignorância” e à influência negativa dos costumes e hábitos tradicionais, uma “batalha” que já se desenrolava desde as primeiras décadas do século XX, como analisado por Freire (2009). Estabelecia-se uma declarada contenda contra os saberes populares, apontados como traços do atraso que caracterizava o Brasil e grandes vilões no tocante à mortalidade infantil e materna. É nesse mesmo sentido, que se pode perceber o texto, publicado em janeiro de 1951 no *Boletim*, assinado por Dr. Newton Potsch, prestigiado médico puericultor que ao longo dos anos ocupou diversos cargos na administração da LBA. Sobre a relação entre a dentição infantil e as crenças populares, Potsch afirma:

Encontra-se na velha literatura pediátrica a descrição de um grande número de doenças que seriam acarretadas pela dentição. É crença popular e bastante arraigada, que a dentição provoca uma série de doenças. [...] Devemos, pois tornar bem claro, que a dentição é um fenômeno fisiológico, próprio do desenvolvimento e, por isto, incapaz de por si só determinar qualquer tipo de doença. (*Boletim...*, n.63, janeiro de 1951, p.2)

No entanto, pode-se perceber que, nessa luta contra a “ignorância” e os velhos costumes, a LBA já tinha identificado, pelo menos desde de 1947, um inimigo a ser combatido vigorosamente. Tratava-se das parteiras, aparadeiras e “curiosas”, isto é, mulheres que auxiliavam e amparavam as gestantes durante a gravidez e no momento do parto. Em geral, eram mulheres próximas às parturientes, podendo ser vizinhas, familiares ou mesmo profissionais na área. Aquelas que atuavam profissionalmente eram igualmente combatidas, pois a grande maioria não possuía treinamento especializado para tal atuação.

A “curiosa”, a “comadre”, a “parteira por palpite”, saída das mesmas baixas esferas, comete monstruosidades sem nome e daí nascerem crianças com anomalias orgânicas, como podem ser vistas, aos grupos, nas plataformas das estradas de ferro e nos postos de parada, dos “ônibus” interestaduais. (*Boletim...*, n.27, setembro de 1947, p. 22)

Dessa maneira, como medida de combate a essas condutas, a LBA passou a agir sistematicamente para impedir que as “curiosas” ou parteiras não diplomadas atuassem junto às gestantes. Essa primeira intervenção constituiu-se de extensas campanhas para que as gestantes procurassem se aconselhar exclusivamente com médicos. Essa ação não resultou eficaz de imediato, e seguiria sendo utilizada. Mesmo sem obter, prontamente, sucesso na orientação para que se procurassem o médico, optou-se então por educar essas mulheres que atendiam as parturientes, fazendo com que elas aprendessem noções de puericultura e cuidados obstétricos. Assim sendo, em 1947, *Boletim* já noticiara que a Comissão Estadual da LBA no estado do Rio de Janeiro estava organizando um Serviço de Higiene Pré-Natal (S.H.P.N.), para orientar mães, futuras mães e também aquelas que auxiliavam as gestantes. Nesse sentido, dentre diversas funções, o SHPN ficaria responsável pela aproximação da LBA com as “curiosas”. Ficou, portanto, assim regulamentado seu estatuto de funcionamento:

IX – O S.H.P.N. organizará um registro de tôdas as curiosas da área de sua jurisdição, ministrando-lhes noções práticas de emergência utilizando as menos incapazes na cooperação com o Centro de Saúde e proibindo a atuação das julgadas inaptas.

X – Na ficha do registro de curiosas serão consignados o nome, apelido, idade, côr, estado civil, enderêços, tempo de atividade, grau de instrução, assiduidade aos Postos, proveito das noções ministradas, obediência às prescrições do serviço, datas do recebimento e das revalidações da carteira sanitária.

XI – As curiosas obrigar-se-ão:

- a) a atender unicamente ao parto das gestantes matriculadas no S.H.P.N. que, para isso, fornecerá licença expressa em cada caso;
- b) a encaminhas ao S.H.P.N. as gestantes de seu conhecimento;
- c) a notificar os partos por elas assistidos;

- d) a frequentar, com a regularidade que lhes fôr determinada, o Posto do S.H.P.N., para efeito de sua instrução e controle;
- e) a carteira de saúde expedida pelo serviço competente do Serviço Médico Social da Séde.

XII – O S.H.P.N. fornecerá, gratuitamente, às curiosas sob contrôlo, pacotes obstétricos contendo material de emergência indispensável ao trabalho de parto. (*Boletim...*, n.25, junho, julho de 1947, p.6)

Pela atuação do SHPN, a LBA esperava atrair para sua orientação, principalmente, as parteiras e curiosas, impondo uma série de medidas e restrições às atividades dessas mulheres. Na edição seguinte, em agosto de 1947, *Boletim* destacava que o SHPN investia em uma outra abordagem para aproximar as curiosas das práticas modernas da puericultura.

Temos encontrado dificuldades no contrôlo das curiosas. A princípio, julgavam elas que o Serviço da L.B.A. lhes iria ser um concorrente e, como tal, procuravam desviar as pacientes dali. Outras, calculavam que, após vinte ou trinta anos de prática, não precisariam mais ouvir aulas e nem se sujeitavam a matrículas em tais locais. Queremos informar-lhes que tudo temos feito para captar simpatias, pois as atendemos quando necessitam, fornecendo-lhes remédios, muitas da vezes dinheiro para passagem, mas, mesmo assim, ainda é pouco o número das que são simpatizantes ao Serviço. Estabelecemos e resolvemos propor à Direção da L.B.A. pagar Cr\$ 2,00 em cada gestante que enviarem ao Serviço e, no fim do ano, um prêmio à que maior número de gestantes matricular. (*Boletim...*, n.26, agosto de 1947, p.3)

Isto é, os cursos de capacitação às “curiosas” pareciam não surtir o efeito esperado, seria necessário empreender outra estratégia para trazer essas mulheres para a zona de influência da LBA e da medicina moderna, e para tal passou-se a remunera-las por cada gestante que enviassem aos postos de puericultura. Nas décadas de 1950 e 1960, as curiosas passavam a receber cada vez mais treinamento por parte dos médicos puericultores ligados à LBA. É relevante que notemos que não está previsto apenas o treinamento dessas mulheres, mas, especialmente, um controle exercido sobre elas. Em 1952, *Boletim* noticiou a presença dessas personagens também em um curso em Maceió, Alagoas.

Compareceram 76 parteiras, das quais 51 já se haviam matriculado no curso. A sra. Presidente, iniciando a aula inaugural, explicou a finalidade daquela sua iniciativa, cujo objetivo era proporcionar conhecimentos mais seguros às parteiras não diplomadas, de modo a evitar-lhes irreparáveis malogros, cujas vítimas principais são quase as parturientes ou seus recém-nascidos. Fazendo um apêlo às parteiras presentes, para que frequentassem com assiduidade o curso inaugurado, concedeu a palavra ao Chefe da Divisão da maternidade e infância da C.E., dr. Ciro Coelho, que desenvolveu brilhantemente sua tese. [...] E se, nesta Capital, 25% de partos são efetuados pelas chamadas “parteiras curiosas”, bem se compreende a necessidade de cursos como êste. (*Boletim...*, n.74, janeiro de 1952, p.12)

A publicação procurava sempre apresentar mais elementos para sustentar a argumentação contra essas mulheres, identificando-as, claramente, como inimigas a serem combatidas. No mesmo ano, 1952, *Boletim* publicou:

O não conhecimento de certas regras de higiene por parte dos que assistem à criança, ao nascer, ainda contribuem para êsse fato, pois origina infecções muito graves, que levam à sepultura, tais como o tétano, erisipela e outras. Basta dizer que, entre nós, em 200 partos, 120 são feitos por “curiosas”. (*Boletim*, n.77, abril de 1952, p.8)

As publicações nesse sentido são frequentes por todo o período estudado. *Boletim* advogava continuamente contra a influência dessas curiosas e defendia que elas fossem treinadas para dar mais segurança às gestantes e seus filhos. Esse combate à ignorância, personificada nas “curiosas”, se justificava, segundo *Boletim*, em face da elevada mortalidade materno-infantil no parto ou nos primeiros dias e semanas do puerpério. *Boletim* insistia sobre a estreita ligação entre as curiosas e a mortalidade, um claro prejuízo ao Brasil.

[...] as parturientes do Brasil cujo número atinge anualmente a DOIS MILHÕES E SEISCENTOS MIL, sendo que, dessas, DEZ MIL E QUINHENTAS sucumbem ao peso da parturição. [...] A mulher brasileira, no momento da parturição, está completamente desamparada, entregue à sanha caritativa, porém nefasta, das “CURIOSAS IGNORANTES” e “FARMACÊUTICOS INCONSCIENTES”. (*Boletim*, n.107, julho, agosto, setembro de 1961, p.18)

O que vemos nesse discurso combativo à atuação de parteiras não diplomadas é o que já vínhamos apontando, isto é, uma sobreposição eficazmente organizada da medicina moderna aos conhecimentos, práticas e costumes tradicionais, bastante personificados nessas mulheres das comunidades. Nas palavras de Lúcia Mendonça:

Muitos médicos acusavam as parteiras de praticarem aborto e infanticídio, assim como de serem ignorantes e responsáveis pela transmissão de infecções pós-parto. Para parte da classe médica era necessário aboli-las de vez. Por outro lado, grupos preocupados com o decoro e a moral no atendimento à parturiente não aceitavam que profissionais masculinos fizessem o parto. (MENDONÇA, 2004, p.7)

Martins (2000) ressalta que os cuidados à mãe durante e após o parto são historicamente competências femininas, sendo os médicos chamados apenas em casos de risco

iminente à vida da mãe. Martins também observa que o imbróglio entre parteiras e médicos não é assunto recente:

Com exceção das parteiras profissionais dos séculos XVII e XVIII, os historiadores médicos viam as parteiras aldeãs como responsáveis pelas imperícias que resultavam na morte da mãe e da criança ou pelas mutilações, descrevendo-as como mulheres ignorantes, supersticiosas, descuidadas e apressadas. (MARTINS, 2000, p.66)

Para a autora essa relação conflituosa sobre a arte de partejar é em verdade “[...] muito mais o resultado de uma relação de força do que simplesmente a superação do obscurantismo pelo progresso do conhecimento médico” (MARTINS, 2000, p.67). O crescimento do conhecimento técnico-científico, a partir de meados do século XIX, também estendeu-se sobre a maternidade e o momento do parto, dessa maneira, do ponto de vista de campos sociais de atuação, a medicina científica passou a desacreditar os conhecimentos populares.

As formulações de Pierre Bourdieu sobre o *campo* – um conceito de grande monta na teoria sociológica de Bourdieu – pode esclarecer essa querela entre médicos e parteiras. O autor expõe que o conceito pode ser entendido como um campo de forças atuantes, ou melhor dizendo, um conjunto de relações de força objetivas que são impostas a todos os que entrem ou atuem neste campo. Essas características advém da atuação dos diferentes tipos e qualidades de poder e de capitais que o sujeito detém. É imperativo esclarecermos que o conceito de capital para Bourdieu é mais amplo do que apenas o capital financeiro, uma vez que esse conceito pode ser também aplicado ao cultural, social ou simbólico. São os diferentes capitais que definem a posição de cada agente no espaço social, isto é, a quantidade e a qualidade dos capitais que possuem em determinados campos que definem a posição que os agentes ocupam.

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital, (BOURDIEU, 2001, p. 134-135).

Portanto, essa disputa por campos de atuação tem em perspectiva muito mais elementos do que o bem-estar materno infantil ou o progresso da “raça brasileira”, como alardeavam cronistas da época. Tratando-se, propriamente, por uma disputa por capital social e por ocupação do campo. À esse respeito, *Boletim* evidencia em suas páginas, no ano de 1951,

a sobreposição que se dá entre a influência tradicionalmente exercida pelas parteiras e aquela que passam a exercer os médicos.

O médico vai dar sua última palavra. Ou uma parteira? Ou uma curiosa?

A verdade é que a situação econômica de muitas famílias não permite o chamado de médico especializado. A parteira, e sobretudo a “curiosa”, aí estão casos que exigem precauções, quanto à idoneidade e competência. Mesmo assim, e em tal caso, convém ter sempre em vista um médico, para a hipótese de sobrevir qualquer surpresa desagradável. (*Boletim...*, n.72, novembro de 1951, p.6, grifo nosso)

Fica evidente na supracitada passagem que para o *Boletim*, bem como para a LBA, é o médico quem deve sempre dar a última palavra, reforçando a posição do médico como autoridade máxima nesse assunto. É possível percebermos que se faz presente igualmente a perspectiva de que a mãe deveria ser sempre auxiliada, preferencialmente pelo médico. É a premissa, já discutida anteriormente, de que as mulheres precisam ser educadas, especialmente visando melhor desenvolverem suas funções maternas.

Se por um lado as mulheres devem ser educadas, por outro há também um processo culpabilizador da mãe pela mortalidade infantil.

Só erros alimentares oriundos do desconhecimento por parte dos pais, dos princípios higiênicos da alimentação da criança, erros causadores das “diarréia infantil” ou perturbações do intercâmbio nutritivo, contribuem com a cifra aproximada de 40% do obituário do primeiro. E, o que é digno de ser pôsto em destaque é o fato de que êsses erros, ligados à alimentação da criança, **poderão ser evitados através de ensinamentos e orientação das mães neste sentido.** (*Boletim...*, n.82, abril, maio e junho de 1952, p.11, grifo nosso)

Nessa mesma perspectiva, em 1957, *Boletim* destaca que:

Isso sem falar na incontável multidão de pequeninos patricios entregues à morte imerecida e desnecessária nos primeiros meses de existência, exclusivamente por falta de alimentação e higiene adequada que não lhes foram proporcionadas por culpa da ignorância e da miséria de seus pais. (*Boletim...*, n.87, julho a setembro de 1957, p.12)

Apesar de mencionar os pais como responsáveis, *Boletim* procurou frequentemente destacar que cabia às mães o papel de se educarem para minorarem essas perdas impostas à nação, como já demonstrado em capítulo anterior.

Desse modo, a educação das mães brasileiras por meio dos cursos populares de puericultura da LBA vai recair mesmo sobre os detalhes mais ínfimos do maternar, como o

cuidado com o banho do bebê, com os horários de alimentação e até mesmo sobre o preparo de uma mamadeira. E mais importante, essa orientação com os detalhes está inscrita na história das publicações do *Boletim da L.B.A.*, como podemos observar na passagem a seguir de 1947, bem como na figura 30, datada de 1960, publicações distantes no tempo, mas que abordam a mesma temática, evidenciando certa permanência dessas premissas.

A Legião Brasileira de Assistência vem realizando, por todo o país, ampla e profunda obra de educação da mãe brasileira das camadas de população menos favorecidas. Popular e gratuita, essa educação assume aspectos práticos, de resultados desde muito consagrados, como vemos neste flagrante, onde uma enfermeira ensina, objetivamente, como preparar a mamadeira, perante diversas mães do povo, que a acompanham com interesse e simpatia. (*Boletim...*, n.26, agosto de 1947, p.13)



Figura 30: Fotografia de um curso de puericultura, no qual as mães tomam lição sobre o preparo adequado de uma mamadeira. Fotografia extraída do *Boletim* n.104, fevereiro de 1960, p.13.

Pela fotografia é possível percebermos que a audiência que tomava o curso era composta por mulheres pobres, uma vez observadas as vestimentas. Essas constituíam propriamente o público alvo dos cursos de puericultura da LBA, tendo vista que, em geral, as classes médias e alta já aceitavam sem maiores relutâncias a ingerência médica e também por que as mulheres da elite buscavam informações e conhecimentos por outros meios, como revistas, jornais e livros.

É importante ressaltarmos que, de acordo com o *Boletim da L.B.A.*, a preocupação maior da ação da entidade era a educação das mães brasileiras e a luta contra a ignorância,

representada, principalmente, pelo combate às práticas tradicionais do partejar e do maternar. Desse modo, por todo o período estudado, as páginas do *Boletim* serão inundadas de lições sobre puericultura, desde as práticas mais comuns do cotidiano como o banho, a alimentação, o lazer e a educação infantil.

3. Puericultura e disciplina no *Boletim*.

Com as reformulações acontecidas em 1946 no escopo de atuação da LBA, *Boletim* passaria a se ocupar, mais detidamente, da proteção à infância e à maternidade, no entanto tal premissa já se mostrava presente desde 1945, ano de sua fundação e quando ainda ocupava maiormente da comunicação com os expedicionários brasileiros na Europa. Vejamos uma passagem do ano inaugural do *Boletim*, que, ainda comunicando-se diretamente com os expedicionários, fazia um apelo à proteção da infância brasileira:

Um dos nossos grandes problemas, expedicionários, é a infância. As gerações passadas fizeram o que lhes foi possível fazer para que os homens de hoje fossem melhores do que são. Hoje, devemos fazer tudo para que os homens de amanhã sejam ainda mais felizes do que fomos. Sem trabalho construtivo, porém, nada feito. Sem compreensão, também. Precisamos trabalhar em conjunto para que o nosso país possa proporcionar á nossa infância dias mais claros e melhores. As nossas crianças do interior ainda são tristes, doentes e pobres. São um reflexo do que somos e dizem do que temos feito até agora. Temos feito muito, é verdade, ante o que as gerações passadas fizeram. Precisamos fazer muito mais. Vocês que foram para a guerra, que viram horrores, hão de compreender bem o sentido dêste apêlo. E hão de fazer tudo para que as nossas crianças, no Brasil inteiro, brinquem e saltem, sadias e felizes [...]. Cuidemos de nossa infância, expedicionários! (*Boletim...*, n.10, 30 de junho de 1945, p.8)

Em 1945, *Boletim* já expressava sua atenção com a situação da infância brasileira, que se tornaria seu principal mote de trabalho. Nesse sentido, cabe aqui apontar o próprio entendimento que *Boletim da L.B.A* tinha acerca da puericultura. Em uma passagem de 1946, *Boletim* procura explicar os propósitos a que serve a puericultura, assim, é possível perceber a ênfase tanto num carácter condicionante da puericultura quanto na exaltação do discurso racional científico.

A finalidade da puericultura é a de condicionar os ambientes onde a criança possa desenvolver-se sem frustração. A puericultura não atingirá toda a sua grandeza e sua importância enquanto não tomar consciência deste objetivo amplo. [...] **A autoridade racional é, por tanto, uma qualidade cujo desenvolvimento a puericultura terá de promover.** É um capítulo novo da puericultura que só poderá ser explorado com a mobilização dos últimos

resultados das ciências sociais e da psicologia social. (*Boletim...*n.19, maio de 1946, p. 12, grifo nosso)

É exatamente abordando esse caráter condicionante e racional-científico que a puericultura vai ganhar relevo nas páginas do *Boletim*. Dessa maneira, os cuidados preconizados pelos articulistas do *Boletim* incidirão de forma expressiva na vida cotidiana das famílias, representando uma tentativa de exercer um controle pelos médicos. Ganha relevo a subordinação ao conhecimento médico científico e à própria figura do médico. A premissa “o tratamento é com o médico. Os cuidados são com a mãe” (*Boletim...*, n. 68, julho de 1951, p.15) também adquire importância nas páginas da publicação. Uma das formas de concretização do controle sobre os indivíduos é o exame, prática que se destaca nas páginas do *Boletim*. Na passagem supracitada da edição n.29 de 1947, a LBA apregoava um acompanhamento contínuo das crianças, e que, portanto, seria necessário levá-las aos postos de puericultura, com assiduidade. Em formulação semelhante, em 1951, *Boletim* enfatizava a importância do acompanhamento e controle por meio de exames periódicos:

O exame periódico da criança tem outro objetivo, que consiste em vigiar o seu desenvolvimento. O peso, a estrutura, os perímetros cefálicos, torácico, etc., devem ser verificados mensalmente. Além do desenvolvimento físico devemos controlar as aquisições estáticas e motoras, verificar a época em que a criança sustenta a cabeça, consegue sentar-se, ficar de pé apoiada, andar sem auxílio, etc. Devemos ainda controlar o desenvolvimento da inteligência da criança, procurando descobrir o mais cedo possível qualquer anomalia que possa ser corrigida ou melhorada em tempo (*Boletim...*, n. 68, julho de 1951, p.18)

É pertinente, portanto, nesse sentido, realçarmos que Foucault considerou os exames como um eficiente instrumento de controle, uma vez que se associam e exigem a disciplina.

É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder (FOUCAULT, 1979, p.107)

Segundo a LBA e seu boletim, o processo de controle e disciplinarização das crianças deveria começar cedo, quanto antes melhor.

A educação infantil deve começar o mais precocemente possível. Aliás, desde o momento do nascimento da criança, ela começa a ser educada. A amamentação em horário certo e determinado, as horas exatas do sono, os

momentos escolhidos e certos para o colo ou carinho, o banho repetindo-se nos mesmos intervalos de tempo, constituem já objeto de educação do recém-nascido. (*Boletim...*, n. 69, agosto de 1951, p.8)

Os preceitos de puericultura são propalados para que passem a incidir sobre os corpos infantis, o mais cedo possível. Assim, praticamente todos os aspectos das vidas infantis serão disciplinados desde a preparação de mamadeira, como já apontado acima (figura 30), até o banho, o sono, a diversão e a alimentação. A casa passa a ser um santuário da ciência, e a mãe a principal responsável, transforma-se na figura da mãe-cientista. No papel expandido da mãe, ela passa a ser responsável pelo completo desenvolvimento infantil e manutenção do lar.

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação. (RAGO, 2014, p.108)

Assim, nenhum aspecto da vida doméstica, especialmente dos cuidados com os bebês e as crianças poderia passar despercebido. Um elemento que recebeu larga atenção do *Boletim*, e das normas puericultoras, foi o banho. Em matéria de 1951 intitulada “Higiene do sistema cutâneo”, *Boletim* destaca que:

A higiene do sistema cutâneo representa um papel importante na saúde das crianças. Após o parto e depois que a mãe foi tratada, dá-se o banho do bebê. Usa-se uma banheira assética [sic] e isso se consegue, queimando álcool no seu interior. A água *deve ser* fervida e sua temperatura, medida com termômetro, pode variar de 36,5 a 37,3. Como a criancinha é muito mole, deve ser segurada com firmeza mas com certa delicadeza. Segura-se pelas costas, apoiando a cabeça no braço e, com a outra mão, lava-se o recém-nascido com esponja macia ou algodão esterilizado. Não se deve empregar, para o banho do bebê, senão sabão neutro, a fim de não irritar sua epiderme delicada. Os olhos e a boca devem ser lavados com água separada e não com a que serviu para o banho. A duração do banho será de 3 a 5 minutos, no máximo. (*Boletim...*, n.70, setembro de 1951, p.15)

A citação acima trata-se de um trecho da matéria completa, pois o texto prossegue enumerando os cuidados necessários com as cavidades dos ouvidos, sobre o uso do talco entre outras preocupações que devem ocupar as mães na hora do banho do bebê. Em edição de 1956 havia um passo-a-passo ilustrado de como proceder corretamente com o banho do bebê,

principalmente no que diz respeito à posição do bebê e aos equipamentos necessários (figura 31). Maria Martha Luna Freire também observou a atenção destinada ao banho infantil pelos puericultores. A autora apontou que “ressignificado como estratégia para ‘limpeza da epiderme’, com a finalidade de manter ‘os poros abertos’, o banho da criança transformava-se em complexa operação técnica” (FREIRE, 2009, p.159). Uma das grandes preocupações do período era a ferida do umbigo (tétano umbilical) ou conhecido como ‘mal de sete dias’, assim, condenavam com veemência a prática popular de empregar substâncias para secar e curar a ferida, entre as mais populares figurava o fumo em pó (FREIRE, 2009, p.159-160).

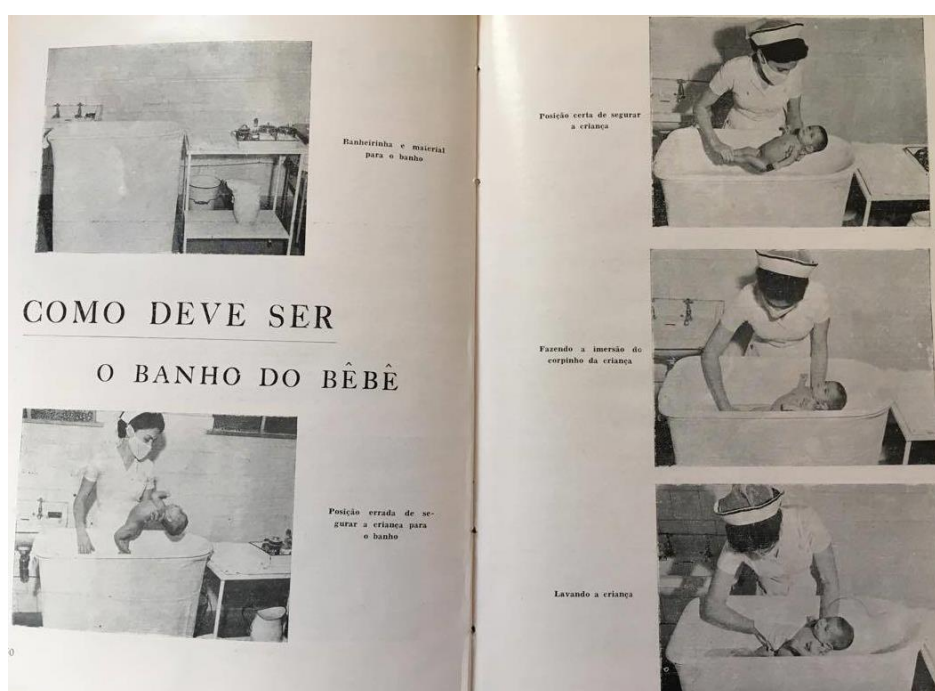


Figura 31: Matéria fotográfica demonstrando a maneira correta de se banhar o bebê. (*Boletim...*, n.83, julho, agosto, setembro de 1956, p.50)

Outro elemento de destaque nas publicações sobre os cuidados com as crianças é o sol. Mesmo que bastante presente na vida humana, fazia-se necessário encarar técnica e cientificamente o sol. A luz solar era apontada como grande benefício para a saúde infantil. *Boletim* destaca que “[...] a criança precisa brincar ao ar livre, com a pele exposta ao ar e ao sol, a fim de que haja boa oxigenação dos tecidos e perfeita eliminação do calor do corpo pela superfície cutânea” (n.70, setembro de 1951, p.3). Em 1957, *Boletim* publicou uma matéria sobre “Benefícios da luz solar” onde historicizava o uso da luz solar afirmando que os romanos e gregos dela se valiam para benefício da saúde, mas procurava reforçar o olhar atento da ciência moderna

A cura das doenças pelo emprego dos raios solares vem sendo aplicada cientificamente desde meados do século XIX, quando certo médico suíço fundou, numa cidade da Austria [sic], o primeiro instituto de tratamento pela exposição do corpo desnudo ao sol. Hoje em dia, médicos e higienistas são unânimes em reconhecer as vantagens da vida ao ar livre e não se cansam de a reconhecer com insistência. E a luz solar desempenha papel preponderante na vida ao ar livre. (*Boletim...*, n.86, abril, maio, junho de 1957, p.97).

Com isso é possível apontarmos que elementos singelos e corriqueiros como apanhar sol e tomar banho passam a ser elementos de estudo e debate e, especialmente, de uma racionalização médica. O discurso médico-científico racionalizava e disciplinava o cotidiano materno-infantil. Ao analisar as revistas femininas, Freire ressaltou:

Além de acentuar de maneira crescente a responsabilidade das mães através da permanente vigilância sobre os seus filhos – pelo cumprimento adequado das regras enunciadas, **as matérias buscavam esgotar toda a gama de aspectos do universo infantil, em linguagem simultaneamente técnica e simples, de maneira a não deixar qualquer margem de ação irracional** (FREIRE, 2009, p.156, grifo nosso).

É importante tal constatação que Freire apresenta sobre a sistemática tentativa de os conhecimentos da puericultura cobrirem a maior gama possível de aspectos do cotidiano infantil. Esse preceito se faz presente em relação ao *Boletim da L.B.A.* que também esforçava-se para açambarcar, sob o discurso médico-racional, as práticas e costumes presentes no universo materno-infantil. Na esteira dessa perspectiva, outra questão bastante presente no cotidiano dos cuidados com os bebês e as crianças e que *Boletim* procurou tratar com certa frequência é o choro do bebê. Em 1951, uma matéria destacava que o choro é natural no bebê e que “muitas vezes, não há razão aparente que possa explicar êsse choro e êsses gritos. Não é raro ficarem as mães desatinadas com isso...” (*Boletim...*, n.67, junho de 1951, p.2). Prossegue apontando, inclusive, certos benefícios que poderia trazer.

Ao fim do dia, é natural que uma criança de algumas semanas esteja acordada e até chegue a chorar durante muito tempo, sem que isso signifique mal estar e ainda menos dor. É a *hora dos gritos*, aos quais a família se deve acostumar, sobretudo os pais ... Os esforços que êsses gritos necessitam, pois são muitas vezes mais ou menos enérgicos e prolongados, determinam na criança um certo grau de fadiga que pode ter influência feliz no sono da noite. Por outro lado, executam, com êsses gritos, uma verdadeira ginástica respiratória, que pode concorrer para o desenvolvimento de sua caixa torácica. [...] Não é raro que os gritos incessantes ouvidos dia e noite sejam apenas consequência de maus hábitos dados pelos pais, que tomam a criança e com ela começam a passear ao menor gemido, mimando-a ... A acuidade ou repetição do choro e

gritos devem fazer suspeitar uma razão de ordem patológica, que **o médico é o único capaz de descobrir**. (*Boletim...*, n.67, junho de 1951, p.2)

O texto vale-se de um linguajar técnico, especialmente médico a fim de impor-se como verdade, e, para além disso, como destacado na última parte do texto, torna o profissional médico o único capaz de discernir tal cenário. Em 1956 larga matéria intitulada “Porque chora o bebê?” buscava inventariar os motivos pelos quais pode haver choro. Trazia a seguinte mensagem como linha fina da manchete “Você pode, você deve brincar com êle ao fim da tarde, não se esquecendo de que se trata de um ser sociável, um ser humano como você mesma. Não se deve ser intransigente. Você pode embalar seu bebê, para acalmá-lo, contanto que não se transforme em hábito”. (*Boletim...*, n.83, julho, agosto, setembro de 1956, p.32-33). Algumas reflexões podem ser destacadas a partir dessa questão do choro do bebê.

A primeira delas é a frequente referência da mãe como agente responsável pela saúde e pleno desenvolvimento dos filhos, partindo de uma visão essencialista sobre a natureza feminina, bem como uma concepção de que a mulher deveria permanecer no lar, que se consolida tal representação da mãe como encarregada pelos cuidados com os filhos. A segunda questão é a recorrência da proposição sobre a formação de hábitos, bem como a determinação do que seriam hábitos bons, em oposição aos considerados prejudiciais. A inculcação de novos hábitos exige, sobretudo, disciplina, o que aparece recorrentemente nas publicações sobre puericultura. Especialmente, precisa-se destacar que os hábitos que se quer formar são *hábitos modernos*, em uma oposição aos *hábitos tradicionais*, vistos como arcaicos. Acerca da instilação de hábitos higiênicos na criança, Girardello e Dionísio, analisando campanhas publicitárias nas décadas de 1940 e 1950 concernentes a produtos infantis, destacaram que:

Além de *forte*, o corpo saudável dos anúncios é *limpo*. Essa higienização dos corpos infantis opera, no discurso das peças, principalmente pela criação de hábitos. Ensinar a criança o cuidado de seu corpo garantiria adultos fortes, saudáveis e limpos. Asseguraria, enfim a saúde da nação. (GIRARDELLO, DIONÍSIO, 2009, p.204)

Por fim, semelhantemente ao que apontou Freire (2009), destaca-se a ênfase de que todo o universo do cotidiano infantil passara a constituir um alvo da discussão higiênica e da atenção médica. Nesse sentido, a importância e preponderância da ação do médico, a ignorância como a grande vilã e a mãe como a influente protagonista nessa luta são os elementos que mais se destacam nas publicações do *Boletim da L.BA*.

Convém não esquecer que o homem futuro depende grandemente dos cuidados dispensados à criaturinha frágil e indefesa de agora. Cercá-la de todos os cuidados fazê-la repousar o mais possível nos primeiros meses, proporcionar-lhe regularidade nas refeições e no sono reparador – são medidas altamente aconselháveis e que as mães não devem descuidar ou esquecer. (*Boletim...*, n.68, julho de 1951, p.3).

Os cuidados deviam ser expandidos para todos os aspectos da vida do bebê, e consequentemente da mãe. “Quando ainda novinho, a posição do bebê deve ser mudada de quando em quando. Convém que duas vezes por dia o bebê esteja livre para fazer exercícios por 10 minutos num lugar seguro, como por exemplo a grade, tendo-se o cuidado de a forrar com um cobertor” (*Boletim...*, n.72, novembro de 1951, p.8), o que demandaria tempo e atenção exclusivos da mãe. A ênfase na atenção que a mãe deveria devotar aos filhos reforça, como já destacamos no capítulo anterior, um caráter marcadamente burguês de tais prerrogativas, pois demandaria uma permanência da mulher restrita ao lar, afastando-a da atuação no mundo trabalho. É imperativo também um questionamento sobre o público atendido pela LBA. A priori, de acordo com seus regimentos, seu público é constituído pelas mães e crianças pobres que necessitam de assistência. Desse modo, suas casas, via de regra, não possuíam as estruturas necessárias para tais cuidados científico-modernos apregoados. No entanto, cabe ressaltarmos que a LBA também se dedicava, via *Boletim*, num processo de convencimento das próprias classes burguesas da urgência da aplicação de tais conceitos.

A incorporação de hábitos ditos modernos, ou simplesmente a adoção de preceitos da Puericultura, trazem em si a exaltação da ciência, o conhecimento médico amalgamado com preceitos científicos. Como destacou Freire (2009, p.127) “usar e fazer ciência: este seria o novo papel social da mãe moderna.”. Em 1957, *Boletim* publicou um texto no qual torna-se evidente que se esperava da mãe-moderna uma posição de verdadeira cientista.

UM SIMPLES exame nas fraldas de um bebê permite diagnosticar a deficiência mental na primeira infância e curá-la com um tratamento oportuno. [...] Há crianças que nascem mentalmente normais, mas entre quatro meses e dois anos de idade o retardamento mental se torna evidente. Está presente na alimentação diária uma substância química chamada fenilalanina. Em condições normais, ela se transforma no corpo em outra substância chamada tirosina. Mas em certas crianças a substância não se transforma. Acumula-se no sangue e é expelida na urina. É esse excesso no sangue que vai afetar o espírito da criança. [...] O exame das fraldas é muito simples. Se uma gôta de cloreto de ferro a 10% caída numa fralda ainda molhada se tornar verde-escura, isso indicará a presença de fenilalanina no sangue. Já se sugeriu que esse exame fôsse feito sistematicamente todos os meses em todas as crianças de menos de um ano de idade (*Boletim...*, n. 87, julho, agosto, setembro de 1957, p.55).

Com a relevância da ciência e da medicina expandidas, todos os âmbitos passam a ser alvo de seu interesse. Qualquer possível desconforto sentido pela criança ou pelo bebê ou irregularidade detectada no funcionamento é suficiente para uma possível intervenção médica.

Regressando das férias, muitas pessoas admiram-se de verificar que têm os “olhos fatigados”. O sol das praias, a reverberação da água, a poeira das estradas, podem ter fatigado a vista. [...] É o momento de pensar em proteger a pupila dos seus olhos e assegurar, tanto em casa como no trabalho, um “conforto visual”. Também é necessário mandar examinar a vista das crianças. Quantas vezes o insucesso escolar provém de uma miopia ou de uma hiperopia desconhecidas até o momento em que a criança acusada de ser desatenta, preguiçosa, etc., demonstra uma visão deficiente! (*Boletim...*, n.89, novembro, dezembro de 1957, p.46)

Ainda sobre a visão infantil, em 1959, é publicado um dos cartazes de divulgação da LBA (figura 32). Esses cartazes eram produzidos pelo setor de educação da LBA e, enviados para todas as seções estaduais da LBA, cumpriam o propósito de divulgar certos princípios para o cuidado com os bebês. Percebe-se, no referido cartaz, que a mãe é transmutada em uma cientista, sendo, inclusive, convocada a manipular fórmulas químicas.



Figura 32: Cartaz de campanha educativa da L.B.A. divulgando o uso de nitrato de prata. A ciência passa a invadir o cotidiano materno-infantil. (*Boletim* n.94. janeiro, fevereiro, março de 1959, p.2)

A puericultura se baseava, propriamente, nesse domínio da razão, da ciência sobre a tradição e a emoção, como também aponta Freire.

Com base na supremacia da razão sobre a emoção – e nesse plano ganhando sua legitimidade – a puericultura oferecia amplo e diversificado estoque de ensinamentos técnicos para guiar a conduta das mulheres na criação de seus filhos, em substituição aos “antigos” dogmas religiosos ou palpites de curiosas, vizinhas ou avós, considerados perniciosos e “arcaicos”. (FREIRE, 2009, p.127).

Na figura 33 podemos observar a capa da edição de nº 90 do *Boletim da LBA*, publicada em 1959. Na fotografia de, segundo *Boletim*, “representa a aplicação de raios ultra-violeta a uma das crianças assistidas pela L.B.A. em seus postos”. Certamente, uma imagem com ares futuristas: a enfermeira e a criança com grandes óculos de proteção e o aparelho luminoso compõem a capa dessa edição, salientando a aproximação com a ciência e com os valores de modernidade.

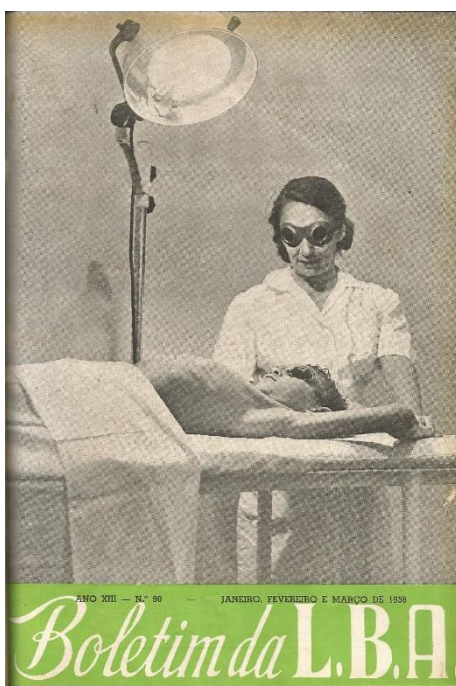


Figura 33: Capa da edição nº.90 de janeiro, fevereiro e março de 1959. A ciência passa a ocupar os principais espaços no *Boletim*, bem como representa a solução para os problemas da infância brasileira.

Para além dos cuidados físicos, as publicações do *Boletim* também estendiam-se sobre a educação e o comportamento das crianças, e, de certa maneira, fazia-se presente um pressuposto também de mais razão do que emoção. Pode-se perceber alguma vulgarização de princípios da psicologia, como uma ciência autorizada a dissertar sobre comportamentos e mentalidades. Bem como está no bojo de transformações mais profundas na educação,

especialmente a formal⁶⁸. No que diz respeito à educação das crianças, também se faz presente o repúdio aos costumes e práticas tradicionais, para que sejam enfatizadas as questões modernas.

É um erro grave de educação infantil procurar amedrontar a criança com ameaças que só podem acarretar os mais graves prejuízos na formação da sua personalidade. Ainda hoje é comum vermos os pequenos ouvindo dos mais velhos as ameaças com soldados, com bruxas, mula sem cabeça, lobishomem [sic], bicho papão, etc. [...] Finalmente, na educação correta da criança, devemos ensiná-la a ter medo apenas dos perigos reais, objetivos, conscientes, e jamais o medo às fantasmagorias ou às superstições absurdas. (*Boletim...*, n.82, abril, maio e junho de 1956, p. 2)

A educação moderna das crianças deveria passar também pela reflexão sobre o castigo. Em 1956, *Boletim* destacava que o castigo como fator educacional estava se perdendo. Assim, considerava:

Antes de mais nada, deve-se esclarecer que a maioria dos pais associam erroneamente a palavra castigo com a punição física. O castigo físico está inteiramente abolido e nenhum educador moderno poderá admiti-lo. É impressionante que até há bem pouco tempo o ensino primário no Brasil era feito à base de palmatória. [...] O castigo na educação infantil será excepcional. Uma criança bem orientada não necessitará de castigo. Quando êle se torna imprescindível, deverá ser dosado e aplicado com a máxima cautela. Já dissemos que o castigo físico está inteiramente abolido, porque é contraproducente. O castigo ou punição deverá restringir-se, pois, à repreensão, à censura, à privação de direitos, à proibição aos brinquedos, etc. (*Boletim...*, n.84, outubro, novembro, dezembro de 1956, p.6)

⁶⁸ Entre as décadas de 1940 e 1960 se consolidam teorias novas sobre educação infantil, assim como engendram-se transformações escolares, como o movimento Escola Nova.



Figura 34: Capa da edição n°97 (julho de 1959) do *Boletim* mostra uma criança olhando atentamente cartazes educativos da LBA.

Na figura 34 está retratada uma criança que observa cartazes da LBA – um dos cartazes é a figura 32 sobre o uso de colírio. Nesse sentido, é importante refletirmos, mais uma vez, sobre o alcance das políticas impetradas pela LBA. Os cartazes e cursos tinham uma aderência e efeito muito maiores junto ao público alvo, isto é as classes populares, do que o próprio *Boletim*, com seus vastos textos sobre puericultura. Essa nossa constatação decorre do elevado número de analfabetismo no Brasil nos anos 1940, 1950 e 1960. Dessa maneira, *Boletim* é a publicação oficial da LBA, mas é destinada, mormente, aos técnicos, aos profissionais e voluntários engajados na própria instituição.

Boletim atuou sistematicamente no sentido da fixação de determinados comportamentos e práticas no que diz respeito aos cuidados materno-infantis. Tais percepções não são necessariamente novas, uma vez que remontam ao século XIX, no entanto, no período entre as décadas de 1940 e 1960 passam a ser veiculadas não mais como novidades, mas sim como normalidade, situação *sine qua non* para o perfeito desenvolvimento infantil. Por já se tratar de uma norma, aquelas famílias que não se enquadrassem nos novos parâmetros eram tidas como desviantes e anormais. Tais pechas recaíam pesadamente sobre as mães, alçadas à condição de principais responsáveis para executar tais funções.

4. **“Brasileirinhos fortes e saudáveis”**: alimentação e amamentação no *Boletim*.

A alimentação, tanto materna quanto infantil – e mesmo da família como um todo – foi alvo de grande preocupação médica na primeira metade do século XX, podendo ser nela observada a influência que o discurso médico-científico pretendia atingir sobre a vida cotidiana. É oportuno destacarmos que desde as primeiras décadas do século XX já havia um movimento significativo de intelectuais refletindo sobre a alimentação, tanto o é que em 1939 iniciou-se um curso de Nutrição dentro do Instituto de Higiene de São Paulo. Em 1946, passaria a funcionar o primeiro curso de graduação em Nutrição do país, na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. No mesmo ano, o curso do Instituto de Higiene passou para a Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP (RODRIGUES, 2011).

No âmbito da puericultura a alimentação sempre deteve significativa relevância nas reflexões sobre a saúde do recém-nascido e do bebê, bem como da gestante e da nutriz. É possível perceber tal significância no livro de Martagão Gesteira – importante médico puericultor baiano, cuja atuação profissional e produção bibliográfica influenciaram, largamente, médicos puericultores –, onde dos vinte e cinco capítulos que compõem a obra, treze são dedicados às diversas reflexões sobre a nutrição infantil (GESTEIRA, 1943). Já desde os anos 1920, a nutrição infantil ocupava largamente as páginas das revistas ilustradas, como apontou Freire (2009), afirmando, inclusive, que “foi possivelmente no terreno da alimentação infantil que se tornou mais visível a parceria entre mulheres e médicos” (2009, p.205).

De fato, com as sucessivas pesquisas no campo da dietética e, sobretudo, com a crescente incorporação da corrente pediátrica norte-americana, a alimentação infantil passou a constituir quase que um campo científico, alçada à posição de “pedra angular” da puericultura. (FREIRE, 2009, p.232).

Jaime Rodrigues observou a elaboração e implementação de políticas públicas em São Paulo, bem como algumas intervenções técnico-científicas no sentido da consolidação da concepção de uma alimentação racional. Debates sobre a merenda escolar e a alimentação dos operários, visitação de nutrólogos às residências, são alguns dos temas que estavam em voga, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950. No período foi implementado o SAPS, cuja principal função era fornecer alimentos para as camadas populares através dos bandejões e armazéns (EVANGELISTA, 2010; GAWRYSZEWSKI, 2002). A respeito da puericultura nesse cenário, Rodrigues destacou:

A partir do início da década de 1950, a orientação das mães ou das jovens recém-casadas para que cuidassem da alimentação de seus filhos também era tema de manuais destinados às mulheres ou de publicações didáticas destinadas às normalistas, difundidas no campo da Puericultura. Tratava-se de difundir os princípios da “alimentação racional” – sistematização de práticas que tinham uma densa trajetória anterior (2011, p.127).

Rodrigues procura enfatizar a valorização que a puericultura e os preceitos de uma alimentação racional detinham, e para tal cita uma autora do período, que nos diz que:

É necessário que as futuras donas de casa aprendam e, ainda mais ponham em prática, em seus lares **os princípios de alimentação racional, cientificamente estabelecidos**, para que os futuros brasileiros sejam modelos de crianças sadias e vigorosas (...) Nos tempos atuais, quando existem o Departamento Nacional da Criança, os Postos de Puericultura e tantos pediatras, é indesculpável que a mãe crie o filho sem observar os mandamentos da puericultura (SERRANO, 1951, apud RODRIGUES, 2011, p. 127-128, grifo nosso)

Na passagem de 1951, Serrano enfatiza que é indesculpável uma mãe criar seus filhos sem seguir de perto os preceitos da puericultura, ou seja, a puericultura se apresenta não como uma opção, como uma possibilidade no âmbito dos cuidados infantis, mas sim como um dever, uma obrigação. Já na década de 1940 havia a incidência dos discursos acerca da alimentação racional dirigidos às crianças carentes, como aponta Rodrigues (2011). O autor apresenta uma “historieta” de Clorinda Guttilla, educadora sanitária que em sua obra transcreveu essa narrativa que ela teria contado às crianças de um parque infantil paulistano em 1945. A narrativa é sobre três irmãos, descritos como “feinhos” e muito fracos, até o dia que uma revelação lhes sucede. Os irmãos avistam uma “coisa luminosa”, como uma estrela, no horizonte e deles se aproximando, quando já bem perto, a “visão” falou com eles:

- Maria, Amélia, José, ouçam bem o que eu vou falar e prestem bastante atenção: eu sou a Saúde. Maria, se quiser crescer, curar essa doença que tem nos olhos; se você, Amélia, quiser ficar corada, nunca mais ter dor de dentes, nem gengivas inflamadas e sangrentas; se você, José, quiser ficar forte, endireitar as pernas e poder correr bastante, precisam fazer o que eu disser: todos os dias vocês devem comer muitas frutas, muita verdura, bastante leite. Ovos, laranja, limão, abacate, tomate, milho, aveia, agrião, abacaxi, cenoura, manteiga, fígado, carne, alface, abóbora, pimentão, devem comer sempre. Se fizerem o que lhes disse, vocês ficarão fortes, grandes, vivos, inteligentes, bonitos, assim como eu.

E a “visão” desapareceu ...

Os três irmãozinhos, quando voltaram a si do espanto, foram depressa contar à sua mãe o que lhes tinha acontecido:

A mãe, como era mulher inteligente, resolveu seguir os conselhos daquele aviso do céu, e durante uma porção de dias as crianças comeram bastante

laranjas, bananas, mamão, abacaxi, alface, cenoura; muito leite, queijo, carne, manteiga e fígado.

Logo, eles começaram a melhorar e a mãe resolveu perguntar a um médico o que havia de milagroso em tais alimentos. Ele explicou que era uma substância (...) que não vemos mas sem a qual não podemos viver. É como um “remédio” e muito fácil de tomar, pois nem sentimos o seu gosto. Essa substância (...) é chamada VITAMINA e pode apresentar várias espécies (...)

- Alguém é capaz de viver sem ar?

- Não

- E você vê o ar?

- Mas o ar existe (...) Assim, também as VITAMINAS: nós não as vemos, mas se não as comermos podemos ficar doentes. Ninguém gosta de ficar doente. Todos devemos ser fortes, devemos ter disposição para comer, brincar, estudar e trabalhar. Todos nós queremos e devemos ser como aquela visão que apareceu para os três irmãozinhos: o retrato da saúde” (GUTILLA, 1946, apud RODRIGUES, 2011, p.122-124).

A narrativa apresentada por Gutilla, segundo Rodrigues, às crianças é preche de significados. Há, sem dúvida, a forte presença do discurso da alimentação racional baseada em vitaminas, assim os alimentos passam a possuir certa função, cumprem determinadas finalidades. Após a leitura da “historieta”, a pergunta que se pode fazer é por que as crianças não se alimentavam dessa maneira anteriormente? A resposta está na própria narrativa. Faltava instrução, foi preciso que a família fosse alertada pela “Saúde” para que seguissem uma alimentação “adequada”. A mãe, como “mulher inteligente” que era, passou a ministrar tais alimentos às crianças, que logo mostraram plena recuperação física e moral. Ao caracterizar a mãe como mulher inteligente, a narrativa afasta a ignorância, abominada pelo saber puericultor. Há ainda a figura do médico que entra em cena como o saber autorizado, que elucida a mãe, explicando-lhe lições, dando chancela para a alimentação racional. Ninguém, além do médico, pode dar a validação.

Está presente aqui uma noção bastante corrente nas décadas de 1930, 1940 e 1950, segundo Rodrigues (2011), que é a necessidade de instrução do povo brasileiro, isto é, a educação sobre as formas corretas de higiene, desde os elementos mais simplórios até a alimentação. Como já discutido no primeiro capítulo deste trabalho, após 1954, a LBA passa a apregoar uma assistência muito mais voltada para as práticas educacionais do que pela distribuição de benesses. Na narrativa apresentada por Rodrigues (2011) justifica-se que as crianças não eram alimentadas corretamente, pois faltava-lhes o conhecimento, quando, na verdade, pode-se deslocar essas razões para além da educação sanitária. O que, provavelmente, impedia a alimentação “correta” daquela família – e de tantas outras brasileiras – era o alto preço dos alimentos e a baixa renda das famílias. Rodrigues destaca que Gutilla falava para um público de crianças atendidas em um parque infantil, portanto, as razões socioeconômicas são

muito mais pertinentes à realidade deles. O autor ainda ilustra tal concepção com a referência a uma charge de Belmonte⁶⁹, publicada na *Folha da Noite* em 1946, que representava a visita de um nutrólogo a uma residência popular:

No diálogo, o “nutrólogo”, paletó e gravata, tinha seus pés cheirados por um vira lata e, impassível no ambiente de uma moradia pobre, afirmava, do alto do seu saber científico: “– Você precisa aprender a se alimentar. Deve ingerir ovos, carne, legumes, queijo, leite, cremes...”. A mãe, com expressão estupefata pelo que ouvia, enquanto o “pobre diabo”, pai de família, aparentando certo cansaço ou talvez tédio diante da visita do “nutrólogo”, expressava o sentimento de sua família diante de palavras de tal gabarito: “E essas coisas existem?” (RODRIGUES, 2011, p.62)

O que o autor enfatiza é que as políticas públicas de educação alimentar desconsideravam, sumariamente, a situação econômica da população. Em especial após a aprovação do salário mínimo, oficializado em 1940, havia uma crença de que a razão da perpetuação da subalimentação da família do trabalhador se dava em face da “ignorância” dos preceitos adequados. Como já apontado, tanto por Rodrigues (2011) quanto por Freire (2009), os manuais e revistas foram inundados, nas primeiras décadas do século XX, com princípios de nutrição e puericultura. Vejamos então o *Boletim da Legião Brasileira de Assistência*.

Como já bastante referido, *Boletim* tratava-se de uma publicação oficial da LBA, desse modo, procurava divulgar as ações da instituição. A LBA desde seu início, em 1942, ocupava-se da temática da alimentação, num primeiro momento mais dedicada às famílias dos expedicionários brasileiros, e em seguida exponencialmente ocupada com a alimentação infantil.

É preciso recordar que no período entre 1942 -1945 a instituição esteve voltada para a assistência às famílias dos combatentes brasileiros enviados à guerra na Europa, incluindo auxílio à alimentação. A LBA iniciou seu atendimento distribuindo talões para que as famílias dos pracinhas retirassem alimentos nos galpões do SAPS, mas em razão de uma “má escolha” de alimentos (as famílias retiravam doces, enlatados etc), adotou-se o sistema de “bolsas”, com os alimentos e as quantidades já selecionados. A LBA também atuou no sentido da formação das hortas e dos clubes agrícolas para que a população pudesse produzir ela mesma seus alimentos de hortifrúti.

⁶⁹ Nascido Benedito Carneiro Bastos Barreto (São Paulo, 15 de maio de 1897 — São Paulo, 19 de abril de 1947) foi um caricaturista, pintor, cartunista, cronista, escritor e ilustrador brasileiro. As charges de Belmonte criticam as estruturas político-sociais do país e da conjuntura internacional. Seus trabalhos tiveram significativa repercussão, uma vez que ele foi criticado, em 1945, por Goebbels, Ministro da Propaganda nazista.

No entanto, a LBA em 1945 já mantinha duas “Casas da Criança”, isto é, instituições que acolhiam as crianças durante o dia e lhes oferecia serviços médicos, odontológicos e educação sanitária. Nesse sentido, em 31 de março de 1945, *Boletim* publicou o texto “ENTRE OS HOMENS DO AMANHÃ”, com a seguinte chamada: “Crianças felizes – Filhos de operários e domésticas – Vitaminas – Uma visita à ‘Casa da Criança’ n.2 da L.B.A.” *Boletim* inventariou os cuidados destinados às crianças naquele prédio, e ao referir-se à alimentação, enfatizou:

A alimentação da “Casa” é orientada por nutricionistas. Comem ali, por certo, o que não encontram no lar: feijão, arroz, fígado, ensopado de batatas, macarrão, legumes em geral. Comem doces, frutas e tomam leite e ainda por cima. Há muita higiene – observamos – tanto na cozinha como na cópa. (*Boletim...*, n.4, 31 de março de 1945, p.3).

É destacado o caráter técnico-racional, e é claro higiênico. No período pós-guerra a atuação da LBA seria muito mais pautada por um caráter formativo e educacional, e menos direcionado – porém, não extinto – à assistência direta, do ponto de vista da distribuição de alimentos. Todavia, ainda orientada pelo tecnicismo e cientificismo.

Proteger a criança sadia pela alimentação adequada (qualitativa e quantitativamente) e pelo cuidados higiênicos ou profiláticos, educando as mães dentro das normas modernas da puericultura; assistir a criança enferma com eficiência e presteza, de modo a restituir-lhe com a brevidade possível as suas condições anteriores de saúde; ampara-la através a família em caso de dificuldades econômicas ou doenças e protegê-la em caso de abandono – tais são os três aspectos principais do problema a resolver. (*Boletim...*, n.25, julho de 1947, p.13)

Ficavam assim estabelecidos alguns objetivos que a LBA almejava alcançar, guiando-a na execução de suas atividades. Como já mencionado, a ignorância da família, em especial da mãe, será sucessivamente apontada como elemento promotor da desnutrição e mortalidade infantil.

Eis o problema: o bebê anda com fastio. Não come, está emagrecendo. A casa vive por isso em polvorosa. A mãe manifesta em lágrimas suas graves apreensões ... A vizinha intervém para dizer que “são bichas”. A vovó com seu silêncio, abre perspectivas sombrias. A criança chora sem parar. E o pai, que chagou a casa cansado, limita-se a dizer: “êsse seu filho está impossível”. [...] A empregada quer uma coisa, a mãe outra, a avó vem com seus palpites, e a pobre criaturinha vive assim de Herodes para Pilatos ... e irrita-se com uma alimentação desregrada. (*Boletim...*n. 67, junho de 1951, p.7).

Aqui percebe-se notadamente o processo de desclassificação do conhecimento popular, também representado pelas mulheres, a avó e a vizinha. A mãe encontra-se “perdida” entre tantas opiniões e ela mesma ignora o que fazer. O texto conclui afirmando que “quase sempre, a questão não está em a criança não querer alimentar-se, está em não saberem ministrar-lhe o alimento” (*Boletim...*, n. 67, junho de 1951, p.7). Isto é, a culpada não é a criança, mas sim os responsáveis por ela, incumbência que era imputada majoritariamente à mãe. A solução para tal problema *Boletim* mesmo apresentara: “somente o médico que assiste ao bebê pode prescrever uma alimentação adequada em qualidade e quantidade, por que a fará em função do peso, tamanho, estado geral, clima, etc.” (*Boletim...*, n.71, outubro de 1951, p.9); corroborando, mais uma vez, o discurso da autoridade médica em orientar os cuidados com o bebê.

A alimentação, como já destacado, era tida como principal promotora da saúde plena dos bebês e das crianças. Em vista disso, a mortalidade infantil, principal questão a ser vencida pela puericultura, podia ser adequadamente enfrentada por meio de uma alimentação racional. Em 1952, *Boletim* enfatiza que a mortalidade infantil é utilizada como parâmetro de índice de civilização, sendo, portanto, necessário combatê-la. Então, destaca a importância da alimentação:

A criança sub-alimentada terá desenvolvimento mental retardado. Por isso, para que nossas casas de instrução se encham de alunos capazes e de inteligência lúcida, precisamos cuidar dos pequeninos. Prodiguizemos-lhes alimento adequado e os cuidados de higiene necessários. O trabalho educativo é lento. Só no fim de alguns anos é que poderemos ver o resultado. Mas, já se nota, atualmente, bastante interesse pela puericultura. (*Boletim...*n.78, maio de 1952, p.19)

Nessa passagem, é interessante observarmos que *Boletim* enfatiza a importância da alimentação dita adequada para que o país possa ver suas salas de aula cheias de crianças inteligentes e mentes aguçadas. Também é reconhecida a relevância do processo educacional, mesmo que lento, sublinha-se ainda o destaque que a puericultura vinha obtendo no período.

Boletim estava empenhado em construir uma nova relação das mães e das crianças com a alimentação, por isso seus textos se pautavam por um caráter educacional. Almejava-se inculcar novos hábitos.

Ensine seu filho a comer com asseio e boas maneiras, e a mastigar bem a comida na boca, e a não a engulir mal mastigada e encambulhada com água ou leite. Arranje a comida com arte e dê-lha em quantidades pequenas. Os pratos, toalha, e babadores bonitos contribuem para tornar a hora da refeição mais agradável. (*Boletim...*, n.87, julho, agosto, setembro de 1957, p.49)

E, claro, nessa construção de uma nova relação com a alimentação há um espaço significativo a ser ocupado pelos ditames técnicos e científicos sobre os alimentos. É ilustrativo que em 1957 a já tradicional “Semana da Criança”, realizada pelo Departamento Nacional da Criança – numa parceria com a LBA – anualmente em outubro, teve como tema central a alimentação. *Boletim* salienta que “Muito acertadamente o D.N.Cr. procura alertar a opinião pública para a importância das questões atinentes à alimentação entre nós: chamar a atenção dos estudiosos para o assunto, e interessar os pais e o público em geral [...]” (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p.22). Com destaque nesse texto para o fato de que a alimentação já havia sido o tema de 1942, mais especificamente a alimentação da criança. O principal mote da Semana da Criança de 1957, dentro da temática da alimentação, foram as proteínas, que mereceram algumas matérias especiais no *Boletim*, nessa mesma edição. Escrito por Raymundo Martagão Gesteira, então diretor de cursos da LBA, e intitulado “Importância das proteínas na alimentação infantil” o texto é bastante técnico e informa, por exemplo:

Assim, enquanto um adulto normal solicita 1 grama de proteína para cada quilo de peso corporal e o adolescente requer 2 gramas, a criança de 6 a 12 anos necessita de 2,5 e a criança entre 2 e 6 anos exigem 3 gramas para cada quilo de peso, ou seja, exatamente o triplo da quantidade do adulto. (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p.19).

Ainda naquela edição *Boletim* dedicaria um texto especialmente ao tema “A proteína na dieta do escolar”, sublinhando:

A proteína é a substância fundamental do protoplasma que é a base da vida. Como seu nome indica [há uma nota de rodapé explicando a origem grega do vocábulo] a proteína é a primeira na sua importância em nutrição. As proteínas são construtoras e reparadoras dos nossos tecidos. Logo, o escolar, estando em crescimento, precisará de mais proteínas do que o adulto. (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p.29).

O que se pode notar em ambas passagens de 1957 é a forte presença de um discurso técnico-racional sobre a alimentação, com grande ênfase nas proteínas. É pertinente questionarmos sobre a compreensão destes textos pelos leitores. Retomamos o entendimento que o *Boletim* não era maciçamente lido pelo público alvo da assistência oferecida pela LBA. Quem o lia, sem dúvida, eram os técnicos, profissionais e voluntários das CEs, que emprega termos técnicos em demasia.

Há uma questão que é bastante sensível quando o assunto é alimentação e nutrição infantil, trata-se, claramente, da amamentação. Desse modo, sem dúvidas, o alimento que mais recebeu olhares e atenção nas páginas do *Boletim* foi o leite, muito em razão dos debates sobre o aleitamento materno ou artificial dos bebês. “Certamente o leite se constituiu no principal – mas não o único – objeto da investigação e das medidas de normatização dos médicos, preocupados com a qualidade da alimentação infantil”, observou Freire (2009, p.239).

Por se tratar de um período de grandes transformações, é comum surgirem novas instituições que deem conta das novas demandas socioculturais. Já apontamos que em face do crescimento em importância da puericultura foi criada uma cátedra na faculdade de medicina, bem como proliferaram pelo país os Postos de Puericultura, em parte como frutos do esforço da LBA. No entanto, quando se refere ao papel do leite no bojo das práticas puericultoras, é preciso que destaquemos o desenvolvimento, e a conseqüente propaganda realizada pelo *Boletim*, dos Lactários ou também chamados de Bancos de Leite. Em 1947, *Boletim* assinalava a importância do leite para a nutrição infantil, assim como a difusão dos lactários pelo país.

“O leite é o alimento indispensável às crianças de qualquer idade. As pequeninas, antes dos 6 meses, só devem tomar o leite materno que lhes é justamente destinado pela natureza. Em casos excepcionais, porém, poderá ser utilizado o leite de vaca, diluído ou modificado por algum preparo especial”. Daí, precisamente, o elevado papel que desempenha, o Lactário nos Postos de Puericultura. É absolutamente indispensável que o leite utilizado seja bom e tão fresco quanto possível. E uma perfeita orientação técnica que venha assegurar tais qualidades afigura-se como garantia da saúde das crianças. No desenvolvimento de sua campanha de proteção à Maternidade e à Infância, em todo o país, a Legião Brasileira de Assistência vem procurando, tanto quanto possível, disseminar o funcionamento de lactários registrando, já apreciáveis resultados em tão útil empreendimento. (*Boletim...*, n.26, agosto de 1947, p.7)

Também em 1947, *Boletim* destacava os procedimentos que deveriam ser adotados em um lactário para seu higiênico funcionamento:

Para perfeito funcionamento de um Lactário impõe-se rigoroso controle de suas dependências, afim de que possa ser afastada a hipótese de quaisquer distúrbios alimentares, nas crianças assistidas. Assim é que, além da severa fiscalização que deve ser feita para que somente seja fornecido leite fresco e bom, é também indispensável a prática da esterilização dos vidros onde vai servido o alimento. O processo acima focalizado é o mais eficiente e tem sido adotado em instituições de tal natureza que obedecem às normas da técnica moderna. (*Boletim...*, n.27, setembro de 1947, p.17).

A passagem é acompanhada de uma fotografia (figura 35) que retrata o processo de esterilização do leite em um lactário, evidenciando um processo moderno e científico, onde é possível observar uma enfermeira com máscara depositando os fracos no aparelho para esterilização.



Figura 35: Fotografia mostrando o processo de esterilização do leite em um lactário. (*Boletim...*, n.27, setembro de 1947, p.17)

Desse modo, cabe ressaltar que o lactário era uma instituição que vinha para substituir, higiênica e cientificamente, o papel das amas de leite, ou da amamentação mercenária. Em 1957, *Boletim* explicou mais claramente as funções de um lactário:

A função essencial e sintética de um lactário de leite humano consiste em selecionar um grupo de “doadoras de leite”, controlar a sua saúde e de seus filhos, colhêr o excesso de leite de que são possuidores, examiná-lo, armazená-lo e distribuí-lo com as crianças necessitadas cujas mães não possuem leite (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p.30)

No texto, a principal dificuldade apresentada para a plena execução de todo esse processo é a “manutenção de um apreciável corpo de doadoras”, sobre o qual apresenta uma possível solução:

Sôbre o recrutamento de “doadoras” é necessário o interêsse da coletividade, e o trabalho de persuasão e catequese por meio de Assistentes Sociais e Enfermeiras. Os locais mais adequados para êsse recrutamento, são representados pelos Postos de Puericultura, Maternidades, Consultórios de Higiene Infantil, Agências de Serviço Social, enfim, tôda instituição que tem

a sua clientela representada, particularmente, pelas mães. (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p.32)

Esse processo de distribuição de leite pasteurizado, no Brasil, pode ser retrocedido até finais do século XIX. Segundo Freire (2009) desde a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), em 1899, Moncorvo Filho atuava nesse sentido, práticas que se consolidarão no início do século XX.

Idealizados nos moldes das Gouttes de Lait francesas – com base em três itens: consulta + distribuição de leite + conselho – Moncorvo Filho já havia criado serviços para distribuição de leite esterilizado no Rio de Janeiro, no início do século XX, serviços estes que foram, posteriormente, multiplicados por várias cidades brasileiras (FREIRE, 2009, p.207)

As Gouttes de Lait (no Brasil ganharam o nome a partir da tradução literal do francês, Gotas de Leite), também de acordo com Freire (2009), foram criadas em 1899, como uma obra filantrópica destinada à distribuição de leite de qualidade e pasteurizado, pelo barão Henri de Rothschild. Segundo a autora, “embora o principal objetivo dos médicos fosse a educação das mães, para estas últimas a prioridade era a obtenção de leite esterilizado” (2009, p.207).

A ingerência do campo médico-científico nas práticas do materno, especialmente em novos olhares sobre o leite, se deve, especialmente, a importância atribuída secularmente a este alimento. É indubitável a necessidade desse debate açambarcar o aleitamento materno. Em verdade, pode-se afirmar que as discussões sobre a relevância do leite na alimentação infantil tiveram seu início justamente pela amamentação ao seio.

Assim, embora, considerada atividade natural das mulheres – definida pela própria essência feminina e inscrita na especificidade de sua estrutura corporal –, a amamentação seria submetida à racionalidade médica e explicada segundo os cânones da ciência e da higiene, tornando-se alvo de processo pedagógico específico (FREIRE, 2009, p.218).

Analisando as transformações ocorridas nas concepções de infância e maternidade nos séculos XVIII e XIX, Elisabeth Badinter salientou que “o primeiro índice de uma mudança do comportamento materno é, certamente, a vontade nova de aleitar ela própria o filho, e só a ele, com exclusão de qualquer outro.” (1985, p. 201). Badinter qualifica de “nova” a vontade de amamentar os próprios filhos, pois para o período tratava-se de hábito bastante recente. Ainda no século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, havia a crença bastante comum de que a prática da amamentação era pouco elegante:

Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher "vaca leiteira", é um gesto despuerado. Essa razão não é destituída de peso no século XVIII. O pudor é um sentimento real que não podemos deixar de lado nessa recusa de amamentar. Se a mãe amamentasse, devia esconder-se para isso, o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido. (BADINTER, 1985, p.97)

Já no século XIX, Badinter enfatiza que transformações paulatinas nas mentalidades propiciaram um novo entendimento acerca da infância, sendo esta, portanto, revitalizada. O bebê passava de um estorvo aos pais a um elemento social de importância nacional. Assim,

Moralistas, administradores, médicos puseram-se em campo e expuseram seus argumentos mais sutis para persuadi-las a retornar a melhores sentimentos e a "dar novamente o seio". Parte das mulheres foi sensível a essa nova exigência. Não porque obedecessem às motivações econômicas e sociais dos homens, mas porque um outro discurso, mais sedutor aos seus ouvidos, esboçava-se atrás desse primeiro. Era o discurso da felicidade e da igualdade que as atingia acima de tudo. (BADINTER, 1985, p.146)

Em alta no período, o discurso da higiene invade a maternidade e faz da amamentação seu carro-chefe. O leite materno foi catapultado como o mais adequado alimento aos bebês, em grave detrimento das amas mercenárias, inclusive pelo alto índice de transmissão de doenças. Baines (1862) relatava que "O leite procedente de amas de leite não é o substituto adequado, e nenhum outro, exceto o da própria mãe, pode ser o mais adequado à alimentação do seu filho" (BAINES apud VINAGRE et.al., 2001). O ataque à amamentação mercenária jogará de volta aos braços das mães os pequenos bebês, mas agora sob o olhar atento do médico.

É principalmente recorrendo ao problema do aleitamento materno natural e à condenação da amamentação mercenária que o poder médico formulará todo um discurso, a partir de meados do século XIX, de valorização do papel da mulher, representada pela figura da "guardiã do lar" (RAGO, 2014, p.103)

No Brasil, o aleitamento mercenário ganhava novos contornos em razão da escravidão. Por séculos as escravas fizeram o papel das amas alugadas europeias. Serviam elas, inclusive, como fonte de renda aos seus senhores, uma vez que podiam ser alugadas como amas de leite para quem não tivesse escrava de leite. É importante apontar que as escravas só podiam servir a tal serviço se tivessem parido recentemente. Desse modo, os filhos do senhor – ou dos clientes do senhor – tinham primazia no acesso ao leite, e somente depois seus próprios filhos. Jurandir

Costa (1999) apontou ter sido prática bastante comum no Brasil escravocrata o infanticídio dos bebês das escravas, bem como o abandono deles nas Rodas do Enjeitados – instituição criada no século XVIII para recolher bebês abandonados. E foi justamente as críticas a essa prática que levaram a amamentação mercenária a perder força. Costa também enfatiza que as críticas tecidas a essas práticas não foram, em geral, em virtude do abandono ou morte dos bebês, mas sim da pouca qualidade do serviço que prestavam as amas entristecidas.

Aos médicos interessava pouco ou nada o destino das crianças nascidas escravas ou mortas na roda. O que importava era o destino das outras, dos filhos bem-nascidos que eram entregues a essas criaturas sem o mínimo de qualidade para nutri-los. As escravas, separadas à força de seus filhos, sofriam abalos morais que estragavam o leite com que deviam amamentar os recém-nascidos de elite. Ou então, deprimidas e contrariadas, tratavam com má-vontade, preguiça e crueldade as crianças de que se ocupavam. (COSTA, 1999, p.168).

A partir da patente preocupação com as crianças entregues às amas “irresponsáveis” e “anti-higiênicas” – negras ou não – é que se consolidou a figura da mãe-higiênica, a principal responsável pela saúde dos filhos, sobretudo, pela amamentação. Segundo Costa “os médicos notando que esse tipo de amamentação [mercenária] era responsável pelo aumento da mortalidade de crianças, decidiram fazer com que a mãe amamentasse. Acompanhando esse processo de valorização do aleitamento materno, desenvolveu-se uma elevada culpabilidade daquelas mulheres que se ausentavam de seu “dever natural” (1998, p.255)

Seguindo essa lógica, as mulheres que não amamentavam poderiam ser consideradas pecadoras, irresponsáveis, frívolas, ou impatrióticas. Enquanto para alguns negar o seio seria prova de não afeto, os puericultores, em seu esforço pedagógico, preferiam vê-las como ignorantes, sem, contudo, negar o caráter divino dessa prática. (FREIRE, 2009, p.215).

Analisando a sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX, Jurandir Costa destacou que “A mãe que não amamentava era uma ‘desnaturada’, comparável às feras”, (1999, p.258). Além de desnaturada, a mulher que não amamentava era acusada de dissolver a família, provocar o afrouxamento dos laços familiares, pois o aleitamento estreitava os laços familiares e trazia alegria ao lar (COSTA, 1999). Tal representação incidia com mais ênfase sobre as mulheres burguesas, uma vez que as mulheres pobres, tradicionalmente, amamentavam seus filhos; quando não o faziam era para poder amamentar filhos das classes abastadas.

Boletim também se ocupou de uma campanha em prol da amamentação materna. Advogava no sentido de que não havia função mais importante que essa, tampouco cabiam desculpas para a fuga de tal incumbência feminina.

Os deveres sociais, a vaidade, o receio infundado de “leite fraco” ou “aguado” e tantas outras alegações poderiam ser afastadas contanto que não se sacrificasse a criança, vítima indefesa que, sem poder, protestar, é submetida passivamente a todos êsses caprichos maternos. (*Boletim...*, n.23, fevereiro e março de 1947, p.12).

Boletim empenhava-se no convencimento das leitoras da importância do leite materno para os bebês, ao afirmar que “a criança alimentada ao seio da própria mãe ‘raramente adocece e excepcionalmente morre’; só esta certeza bastará para colocar a amamentação materna na vanguarda e, para trazer às mães o incentivo de que infelizmente carecem algumas vezes nesse particular” (*Boletim...*, n.23, fevereiro e março de 1947, p.12). Ainda na mesma edição *Boletim* insiste ao enumerar algumas razões para o aleitamento materno como a ausência de germes, a temperatura perfeita, o aumento na imunidade infantil e até o ponto de vista econômico. E conclui:

Por todos êsses motivos e por muitos outros, que poderiam ser lembrados, nada justifica o abandono da amamentação materna, a qual devemos incentivar para que tôdas as mães compreendam as responsabilidades que lhe estão entregues nesse detalhe importante da vida de seus filhos. É um dever sagrado para com o filho, a família e a Pátria, que necessita de crianças saudáveis e fortes, para que possa no futuro contar com homens capazes de assegurar-lhe o esplendor que merece. **A alimentação ao seio não constitui, assim, apenas um dever materno, mas igualmente um dever de patriotismo.** (*Boletim...*, n.23, fevereiro e março de 1947, p.17).

Boletim e a LBA empenhavam-se em campanhas pelo aleitamento materno, não pela mesma razão do século XIX, em face de um pouco caso materno para com os bebês. É preciso considerar que trata-se da metade do século XX, período de prestígio dilatado da ciência como um todo. Dessa forma, a alimentação infantil também sofreu transformações com o surgimento de uma vasta variedade de novos alimentos, como os tônicos e produtos lácteos (GIRARDELLO, DIONÍSIO, 2009). O leite em pó é o grande produto alimentar das primeiras décadas do século XX. Considerado como um grande avanço e auxílio para o desenvolvimento, foi em seguida preterido em nome do aleitamento materno. Freire apontou que “ainda que insistissem na superioridade do aleitamento materno, os médicos pareciam render-se à evidência de que as mães já recorriam habitualmente à alimentação artificial. Buscavam, então,

com o arsenal técnico de que dispunham, estratégias para reduzir os riscos dessa prática” (FREIRE, 2009, p.223). Sobre o leite em pó:

Em 1911 foi obtido o leite em pó, iniciando a era do aleitamento artificial. No início do século 20 e por muitos anos, a ênfase na alimentação infantil refletia uma abordagem quantitativa, considerada mais precisa e portanto mais “científica”. Os primeiros substitutos do leite materno usavam como modelo o conhecimento disponível, bastante limitado, sobre o valor nutricional do leite humano, assim como a fisiologia e necessidades nutricionais da criança. O critério básico para avaliar a adequação nutricional era o crescimento. Desta forma, a valorização da alimentação mais precoce e da quantidade maior de alimentos tornaram-se sinônimos de melhor nutrição (VINAGRE et.al., 2001, p.342)

Em 1951, *Boletim* opõe frontalmente alimentação natural e artificial. “Desejamos encarecer hoje o valor da alimentação natural em favor da saúde das crianças como a ideal, realmente capaz de conferir ao jovem sêr um seguro de saúde no futuro, tornando-o mais resistente às doenças comuns à primeira infância e por tôda sua vida” (*Boletim...*, n.73, dezembro de 1951, p.8). *Boletim* reforça parâmetros de “ideal” e manifesta preocupação com o futuro, elementos recorrentes em suas publicações acerca da puericultura. Ao responder por que as mães optavam por não amamentar seus filhos, *Boletim* disparou: “Não falando nas que não o fazem por comodidade ou vaidade, pois essas não recebem o nome de mães[...]” (*Boletim...*, n.73, dezembro de 1951, p.8), asseverando, portanto, o aleitamento ao seio como um dever e uma função constituinte da própria maternidade.

No sentido de apontar as vantagens do aleitamento materno, em oposição às novas formas de alimentação infantil, *Boletim*, em 1957, escreveu:

Não obstante os progressos da dietética infantil, a amamentação materna constitui, ainda hoje, o modo mais vantajoso de alimentar o lactente. [...] A amamentação materna tem ainda a vantagem de satisfazer melhor os requisitos emocionais da mãe e da criança dando-lhe uma sensação de bem estar e tranquilidade e minorando os problemas do comportamento infantil, presentes e futuros. [...] Assim se explica por que a amamentação materna, que tão útil se mostra em tôdas as classes sociais, se torna assunto da mais alta relevância, quase que se poderia dizer questão de vida ou de morte, nos meios de nível econômico muito baixo, que não preenchem as mais rudimentares condições higiênicas, como ocorre na imensa maioria dos nossos lares. (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p. 8).

Nesse mesmo texto, intitulado “Vantagens da amamentação materna”, é narrada uma passagem curiosa sobre um acontecimento entre os Estados Unidos e o Egito. É apresentada

uma história de que durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, em meio a uma missão humanitária, impressionados com a pobreza e desnutrição do povo egípcio, teriam distribuído aos lactentes leite animal diluído e reforçado com vitaminas, a fim também de fazer descansar do encargo de amamentar as mães bastante debilitas. *Boletim* destaca que “os resultados da experiência foram desastrosos: quase todos os bebês separados do seio materno faleceram” (*Boletim...*, n.88, outubro de 1957, p.8). Essa mesma história é repetida em publicação do ano seguinte, na qual é enfatizado que “[...] é dever sagrado de toda mãe amamentar o filho e, que nenhuma mulher deverá deixar de cumpri-lo.” (*Boletim...*, n.93, outubro, novembro, dezembro de 1958, p.32). Em 1957, *Boletim* também publica uma fotografia de uma mulher amamentando, acompanhando a imagem lê-se a seguinte legenda: “A mãe tem orgulho de ela mesma amamentar seu filho”. A publicação tenta reforçar a noção de dever e orgulho na amamentação materna. Importante apontarmos que na fotografia pode-se ver uma mulher branca, bem vestida, engendrando um questionamento sobre a quem se destinavam as publicações do *Boletim*. Avulta-se uma atenção em conformação das classes médias burguesas, apresentando este como um comportamento padrão. Ao passo que a padronização do comportamento burguês, ou mais especificamente da mulher burguesa, também serviria como modelo e “inspiração” para as classes populares.



Figura 36: Fotografia publicada com a seguinte legenda: “A mãe tem orgulho de ela mesma amamentar seu filho” (*Boletim...*, n.87, julho, agosto, setembro de 1957, p.11)

Ainda assim, ao longo dos anos, a LBA valeu-se esporadicamente do leite em pó. São noticiados envios de milhares de quilos de leite em pó para os escolares ou para populações atingidas por secas ou enchentes por todo o Brasil. Assim, o leite em pó aparece no *Boletim* como um alimento emergencial, como um remédio. “A L.B.A. acaba de enviar vinte toneladas de leite em pó para o DNER e o DNOCS, nos Estados do Nordeste. Além disso remeteu ainda apreciáveis quantidades de sulfas e antibióticos, juntamente com outros medicamentos” (*Boletim...*, n.91, n. abril, maio, junho de 1958, p.9).

Desse modo, o que intentamos indicar é que a alimentação infantil, de modo geral, passou a ser alvo do olhar atento e minucioso da ciência, penetrando em diversos setores, desde os legumes até o leite em pó. A puericultura reservara um espaço importante em seu escopo para refletir sobre a alimentação infantil, com larga ênfase para amamentação.

5. Estratégias de persuasão e táticas de renitência: os concursos de robustez infantil.

As práticas puericultoras, de modo geral, atuavam visando a adequação da população brasileira a certas práticas que configurariam um modelo burguês de família, como viemos procurando demonstrar. A figura da mulher exclusivamente no lar e dedicada à família e à criação dos filhos – processo que se tornava mais complexo e com maiores responsabilidades – sempre auxiliada pela moderna tecnologia doméstica, é uma representação constante dessa família burguesa das décadas de 1940, 1950 e 1960. A LBA, por meio de seu *Boletim*, advogava favoravelmente a tais elaborações. Afim de que zelassem e melhor cuidassem de seus filhos, *Boletim* repetidas vezes publicou medidas e sugestões às famílias brasileiras que eram inacessíveis a uma grande maioria da população brasileira. Por exemplo, em 1951, foi sugerido que “para crianças criadas na cidade, os pais devem escolher sempre que seja possível uma casa próxima a um parque ou praça de recreio, com um pátio em cima da casa em que possam brincar sem perigo, ou com um quintal banhado de sol” (*Boletim...*, n. 68, julho de 1951 p.2). Com uma flagrante defasagem habitacional à época (GAWRYSZEWSKI, 2012), eram poucas as famílias que podiam dar-se ao luxo de escolher onde seria sua residência, ou ainda de poder contar com quintal ou pátio para que as crianças brincassem⁷⁰.

⁷⁰ O periódico *Tribuna Popular* destacava em 1947 a necessidade da construção de moradias no Rio de Janeiro. “Mas, todos, milhões de pessoas, talvez mais de 1.400.000 não tem casa, consituyendo o que os técnicos chamam de “populações flutuantes”, que vivem em pensões, hotéis, quartos de famílias, casas coletivas, cabeças de porco, ou nos barracos do “Cavalete”, em Maracanã, no Morro de São Carlos, ou em Mangueira. (“O povo não tem onde morar – 2/3 da população do Rio não tem casa certa”. *Tribuna Popular*, 26.mar.1947, p.08 apud GAWRYSZEWSKI, 2012, p.161).

Esse padrão de orientação burguês se fez presente repetidamente nas publicações. Ao referir-se à importância de visitar o médico para buscar orientação especializada, *Boletim* destacou que “Mais vale gastar uma visita inútil do que expor-se a cometer um erro que poderia ter funestas consequências” (*Boletim...*, n.72, novembro de 1951, p.9), mais uma vez obliterando o fato de que parte significativa da população brasileira não possuía condições para pagar visitas “úteis” aos médicos, tampouco visitas desnecessárias. Já em 1956, incidindo sobre o mobiliário da casa, *Boletim* enfatizou que “Deve-se adquirir-se uma mesinha baixa à qual a criança possa sentar-se comodamente para suas refeições, e que sirva, não só para ali comer, como também para várias qualidades de jogos” (*Boletim...*, n.80, outubro, novembro, dezembro de 1955, p.52). E ignorando a realidade alimentar de grande parte da população brasileira, em 1956, *Boletim* enfatizava que “A variabilidade dos alimentos e um regime de 4 refeições diárias (desjejum, almoço, merenda e jantar), pelo menos, constituem, na média das opiniões dos especialistas, condições normais para a manutenção da boa saúde das crianças (*Boletim...*, n.84, outubro, novembro, dezembro de 1956, p.66). O próprio *Boletim* assinalou, amiúde, a grave carestia e estado de fome que parcelas numerosas da população sofriam, então destacava o ideal de quatro refeições diárias...

O flagelo da falta de alimentação atingia em cheio a população pobre brasileira no período entre as décadas de 1940 e 1960. Nesse sentido, o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) foi implantando em 1940, no governo de Getúlio Vargas. De acordo com Evangelista (2010) e Gawryszewski (2002), é fundamental perceber-lo para além de seu papel de fornecedor de alimentos para as camadas populares através dos bandejões e armazéns, uma vez que o SAPS cumpria, ainda, a tarefa de educador nutricional, implantando no país os cursos de Nutrição e das Visitadoras de Alimentação. Segundo Alberto Gawryszewski (2002), SAPS implementou o sistema de distribuição de cartões ou talões para todo o funcionamento do governo federal no plano assistencial, o que prejudicava a população, uma vez que não havia uma efetiva monitoração dos preços tabelados, além do contrabando e do mercado negro de produtos alimentícios. Esses talões do SAPS especificavam um valor a ser concedido em alimentos e não por peso, como nas ações da LBA durante o período da guerra⁷¹. Segundo esse autor:

⁷¹ De acordo com publicações do *Boletim da LBA* no ano de 1945, a LBA teria percebido que, seguindo o sistema de talões que oportunizavam aos atendidos um valor a ser retirado nos galpões do SAPS, a população acabava por retirar muitos doces e enlatados, alimentos considerados “desnecessários”. Assim, a LBA teria modificado essa distribuição, adotando o sistema de bolsas, que eram categorizadas em A, B, C e D, de acordo com o número de membros na família, até 2, até 4, de 5 a 8 e mais de 8, que continham açúcar, arroz, banha, café, feijão, farinha, macarrão, sal e charque, e variavam apenas na quantidade de produtos.

Depoimentos de moradores da cidade do Rio de Janeiro, as charges e as letras cantadas pelo povo carioca nos demonstram como se perdia o dia inteiro nas filas, da dona de casa ao trabalhador, para comprar suas necessidades, ou seja, era um custo a mais para o seu parco salário, pois perdia-se um dia de serviço (GAWRYSZEWSKI, 2002, p.145)

Para além da pobreza e da escassez alimentar, é igualmente pungente nas décadas de 1940, 1950, 1960 a crise habitacional nas cidades, especialmente na capital federal, Rio de Janeiro. A modernidade incitava o êxodo rural e a grande corrida por melhores condições de vida nas cidades. Gomes (2013b) apontou que esses imensos deslocamentos populacionais, particularmente intensos nos anos 1940 e 1950, vão responder por um êxodo rural de 10 milhões de pessoas, numa população que chegou, nesta última década, a cerca de 50 milhões de habitantes. Sobre a “agonia de morar” no Rio de Janeiro, Gawryszewski (2012, p.185-186) procurou apontar:

As construções de imóveis eram, em geral, para a venda; os disponíveis para locação não cumpriam a lei do inquilinato e o câmbio negro era a regra, o que levava a que o gasto com moradia tivesse um alto peso no orçamento familiar, dificultando ainda mais a vida do assalariado que recebia um salário real bem abaixo de suas necessidades. [...] A crise dos transportes pela qual passava a cidade, um transporte caro, perigoso e em número insuficiente para as necessidades da população, surgia como fator importante para o trabalhador na escolha da moradia, pois se via obrigado a habitar perto do local de trabalho. Acresça-se o alto custo dos terrenos. Por fim, vemos a crise nos campos brasileiros levando à cidade um grande número de pessoas desqualificadas para o trabalho urbano, sem dinheiro e sem local para ficar.

Mesmo que tomando em análise a população carioca, é preciso apontar que a pobreza e o estado de pauperização da população brasileira eram flagrantes. Por mais que os discursos e representações sobre o progresso e a modernidade fossem contundentes, tais realidades não se concretizavam para todas as parcelas da população brasileira.

A LBA parecia possuir certa percepção de que o público de suas ações e campanhas originava-se das classes mais desfavorecidas. Tanto o é que por diversas vezes atuou de maneira a contemplar exclusivamente tais classes. É possível com isso também avultarmos certa renitência da população mais pobre em aceitar e incorporar os ditames médico-burgueses, tão apregoados nas publicações e cursos. Nesse sentido, vamos observar a elaboração dos concursos de robustez infantil. Muito comuns nas primeiras décadas do século XX, os concursos de robustez infantil eram organizados no sentido de averiguar o desenvolvimento infantil e, por fim, premiar aqueles bebês que tivessem se desenvolvido de forma mais saudável

e completa. A premiação podia dar-se em dinheiro ou em produtos de grande apreço, como brinquedos, latas de leite em pó entre outros. Referindo-se a um Concurso de Robustez realizado em 1951, assim destacou o *Boletim*:

Foi uma cerimônia simples, mas de acentuada significação. Com ela, tem a L.B.A. **em vista estimular as mães brasileiras, premiando-as pela dedicação com que houveram na criação de seus filhos segundo as regras da moderna puericultura**. Estamos formulando sinceros votos de que as Comissões Estaduais, integradas por elementos assás representativos na sociedade brasileiras, imitem o exemplo da Comissão Central e não tardem a mandar ao Serviço de Educação e Divulgação notícia completa, e se possível ilustrada com boas fotografias, a respeito dos concursos desta natureza realizados nas capitais de Estado (*Boletim...*, n.72, novembro/1951, p.11, grifo nosso).

Boletim enfatiza que o concurso visa estimular as mães brasileiras, por meio de prêmios, a criarem seus filhos seguindo os ditames da “moderna puericultura”. Os concursos de robustez eram celebrações da puericultura, cujo precursor no Brasil fora realizado por Moncorvo Filho em 1902 no Instituto de Proteção à Infância. Foram também largamente difundidos a partir da iniciativa da Cruzada Pró-Infância, grupo ligado à Pérola Byington, que realizava tais concursos em São Paulo a partir da década de 1930 (MOTT, 2005; GIRARDELLO, DIONÍSIO, 2009). Freire (2009) assinala que, no contexto de tais concursos, o peso da criança foi considerado símbolo de força e vigor, beleza e saúde, sendo, dessa maneira, um dos principais critérios analisados.

Os concursos de robustez eram definidos como uma das estratégias de incentivo ao aperfeiçoamento da raça, através da alimentação adequada. De clara inspiração eugênica, esses concursos haviam sido propostos, de forma pioneira, pelo dr. Moncorvo Filho; dirigiam-se particularmente às mães pobres, conferindo premiação em dinheiro ao bebê mais saudável, de até 12 meses, que tivesse sido amamentado ao peito no mínimo até os seis meses de idade (FREIRE, 2009, p.237-238)

De modo geral, os concursos de robustez tinham, nessa perspectiva, a intenção de apresentar, isto é, de tornar visível o corpo perfeito de tal modo que o corpo infantil torna-se patrimônio da espécie (MORUZI, 2015). Bem como apontou Brites:

Tratava-se de atividade pública, importante definidora de imagens de infância, exibindo crianças modelares em termos físicos e ultrapassando o debate formal. As crianças, nessa situação, eram transformadas em objetos de competição, o que podia ser muito sedutor para os pais pelo próprio incentivo financeiro oferecido, além da vaidade de ter um filho escolhido como modelo

físico, divulgado através da imprensa (BRITES apud GIRARDELLO, DIONÍSIO, 2009, p.196)

Para além de uma celebração das práticas puericultoras, os concursos possuíam forte caráter educativo, além da fixação de uma norma, de um padrão ideal a ser atingido pelos demais. A exposição dos bebês e a remuneração das mães eram incentivos para que os ditames da moderna puericultura fossem seguidos à risca. É preciso levar em conta que as perspectivas da puericultura estavam bastante atreladas a padrões burgueses, delimitando um tipo de residência, formando um padrão de limpeza e higiene, bem como demandando uma total disponibilidade materna.

Os Concursos de Robustez também tentavam impor concepções de saúde infantil provenientes das elites, incentivando as mães pobres a se conformarem às condições de higiene que elas dificilmente poderiam colocar em prática. Os concursos procuravam reafirmar, perante a população mais carente, a necessidade de se adotar, no trato das crianças, os preceitos da higiene, que tão bons resultados poderiam trazer para o país. (WADSWORTH, 1999).

Em 1959, ao referir-se a um concurso de robustez, *Boletim* explicou que os critérios utilizados para conceder os prêmios eram: “alimentação, curvas de peso e estatura, pânículo adiposo, tônus e turgor, pele e mucosas, dentição, desenvolvimento psico-motor, imunidades à incidência de infecções, vacinação (BCG, anti-variólica, anti-diftérica, salk) e assiduidade ao Serviço” (*Boletim...*, n.100, outubro de 1959, p.23). Para os concursos realizados pela LBA, é bastante frisado que não ganhava o bebê mais gordo ou maior em tamanho, e sim o mais saudável, e para isso era importante ter frequentado periódica e sistematicamente o Posto de Puericultura e ter sido amamentado ao peito, entre outros critérios que remetem às práticas puericultoras. É importante atentarmos para esses critérios apresentados, uma vez que a maioria deles não é possível de ser constatado apenas no exame clínico dos bebês, é preciso que haja registro de seu desenvolvimento, das vacinas que tomou, das vezes que visitou o Posto de Puericultura. Ou seja, para averiguar todos os esses parâmetros era imprescindível o exame e controle sobre os corpos infantis, realizado, em primeira instância, pela própria mãe e em segunda instância pelo Posto de Puericultura, que concomitantemente disciplinava a mãe. A participação nesses concursos era, portanto, exclusiva para os bebês que estivessem registrados em serviços prestados pela LBA, em geral por meio dos Postos de Puericultura ou Casas da Criança.

Na figura 37 é possível vermos dois retratos das crianças finalistas de um concurso de robustez infantil realizado no Rio de Janeiro em 1956 pela LBA. Por ambas fotografias nota-se a significativa presença de mães e crianças negras, avultando, em razão da configuração étnico-social da capital federal e do país no período, a presença de famílias de origem das classes menos abastadas.



Figura 37: Concurso de Robustez Infantil. (*Boletim...*, n.84, outubro, novembro, dezembro de 1956, p.39)

O Concurso de Robustez Infantil é o clímax dos ditames da Puericultura. Era nele que poderia se ver materializada as benesses de uma conduta higiênica, de uma criação cercada de cuidados e desvelos. Era, de fato, uma celebração, um rito final, por meio do qual a LBA, bem como todas as entidades que se ocuparam da realização de tais concursos, poderia, mais do que

averiguar o desenvolvimento infantil, exibir a conquista real de uma infância sadia, apresentar aprimoramentos realizados para as gerações futuras de brasileiros. Pelo menos assim era explicitado nas páginas do *Boletim*. Queremos também refletir sobre os concursos de robustez infantil valendo-nos dos conceitos de *estratégia* e *tática* extraídos das reflexões de Michel de Certeau.

Em sua obra *A invenção do Cotidiano* (1980) Certeau distingue táticas de estratégias e, com isso, fortes de fracos, dominantes de dominados. Nessa perspectiva, as estratégias correspondem a um cálculo de relação de forças empreendido por um sujeito detentor de algum tipo de poder que, por esta via, “(...) postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46). As táticas, por sua vez, são apresentadas pelo autor como ações desviacionistas, que geram efeitos imprevisíveis. Em oposição às estratégias – que visam produzir, mapear e impor – as táticas originam diferentes maneiras de fazer. Resultam das astúcias dos consumidores e de suas capacidades inventivas, possibilitando aos atores escaparem às tentativas de controle e tomarem uma ação no jogo em questão. Nesse sentido, cabe apontar que muitas práticas cotidianas, tais como falar, ler, circular, cozinhar, amamentar ou educar os filhos - são do tipo tática, pois, desvelam-se como bricolagens de diferentes e que possibilitam sutis vitórias dos fracos sobre os mais fortes.

O concurso de robustez infantil pode ser tomado como estratégia da LBA (representando os setores conservadores e a medicina higiênica), mas também é preciso perceber que deles são extraídas tática das populações assistidas, a fim de obter vantagens a partir da imposição de posturas e costumes novos. A estratégia de atrair o seu público para o seu domínio a partir da oferta de benefícios financeiros. Por outro lado, há a tática da incorporação parcial, ou da hibridação, de costumes modernos e tradicionais, simulando aceitação ou apenas aceitando parcialmente.

Dessa maneira, há a renitência das classes pobres em adotar os comportamentos modernos, essencialmente burgueses, promovidos pelo *Boletim* e pela LBA, por meio da expansão e divulgação dos conhecimentos da puericultura. Tal renitência não é expressamente declarada nas páginas do *Boletim*, mas consta nas nuances, como a insistência por anos nas mesmas temáticas, por diferentes abordagens, denotando assim que tais premissas ainda não haviam se consolidado efetivamente. Pode-se apontar como exemplo as práticas puericultoras que atravessam décadas sendo divulgadas sempre com muita ênfase, como se ainda fosse necessário convencer o público de sua importância. Assim como a luta contra as parteiras “curiosas” que perdurou anos no Brasil todo. A LBA chegou, como apontamos, a desenvolver

um serviço próprio (SHPN) para treinar essas parteiras, quando percebeu que não poderia se sobrepor a elas. Lúcia Mendonça (2004) apresentou em seu trabalho a necessidade do governo do estado do Paraná, já na década de 1970, em treinar e ofertar cursos às parteiras, uma vez que havia grande insistência das mulheres em ainda terem esse tipo de auxílio para o parto.

As estratégias empregadas pela LBA e táticas oferecidas pelo seu público alvo são constantes no *Boletim*, mesmo que estas últimas apareçam nas minúcias. E para além dos ditames médico-sanitários, a LBA também possuía outros projetos e meios para atingir a infância desfavorecida, tomada como componente de seu público alvo prioritário.

Na fotografia acima (figura 37), bem como nas passagens que já apresentamos de *Boletim*, as crianças aparecem acompanhadas da mãe, numa repetição do binômio mãe-filho. É a reprodução da representação da mãe como principal responsável pela saúde e educação das crianças. No entanto, é importante considerarmos um outro fator além da consolidação desse papel onipotente da mulher frente à criação dos filhos. Cláudia Fonseca, que nos apresentou um trabalho histórico sobre “ser mulher, mãe e pobre” no Brasil das primeiras décadas do século, apontou importante dado de que “[...] censos do século XX revelam, em certas cidades, uma proporção surpreendente de mulheres chefes de famílias – até 40%” (FONSECA, 2010, p.522). Tais arranjos familiares podiam ocorrer por viuvez, mas muito frequentemente por abandono do marido/companheiro/pai. Ainda segundo Fonseca, “o homem que não queria mais viver com sua esposa podia simplesmente sumir, esperando que sua esposa desse conta de sustentar a família”⁷² (2010, p.523). Desse modo, ressaltamos que a consolidação da mulher/mãe pobre como alvo prioritário das ações assistenciais e médico-sanitárias da LBA também se deu em razão da observação de que elas eram, em grande proporção, responsáveis, de fato, pelas suas famílias.

6. Políticas para infância: abandono e delinquência infantil na atenção da LBA.

Boletim frequentemente publicava sobre diferentes problemas sociais a serem enfrentados. Dentre os chamados “problemas sociais” estavam as populações indígenas, os menores delinquentes, os migrantes nacionais, em especial do nordeste brasileiro, os imigrantes e as famílias consideradas desajustadas. Grupos que, de modo geral, logo se transformaram em alvos da atenção da LBA. A pauperização e o empobrecimento de parte significativa da população são flagrantes e contrastantes com o dourado com que se pintava as representações

⁷² Fonseca (2010) também evidencia que, em certos contextos, especialmente os de classes populares, menos da metade da população adulta passava diante do padre para formalizar a união conjugal. Desse modo, é patente de que as amarras conjugais eram majoritariamente sociais e não legais.

sobre o período. O próprio *Boletim da L.B.A.* referiu-se aos limites dessa modernidade e do progresso tão propalado.

Num país como o nosso, em crescimento acelerado e, por isso mesmo, às vezes desordenado e incontrolável, impossível se torna ao Poder Público atender sozinho aos desajustes sócio-econômicos que se formam à margem da corrente de progresso, criando verdadeiros quistos humanos que se atrazam pelo caminho carregando às costas o peso de suas frustrações e de suas misérias físicas e morais, verdadeira legião que é preciso orientar, amparar e reintegrar no seio da sociedade que não puderam acompanhar em sua marcha para frente. (*Boletim...*, n.92, julho, agosto, setembro de 1958, p.2)

Essa passagem de *Boletim* de 1958 é bastante elucidante sobre as atividades da Legião Brasileira de Assistência no período. Em 1958, o Brasil, sob a presidência de Juscelino Kubitschek, vivia um período de grande euforia com a construção de Brasília, a abertura de milhares de quilômetros de estradas e um processo de acelerado desenvolvimento econômico baseado na industrialização. No entanto, *Boletim* pondera que esse processo pode ser “desordenado e incontrolável”, isto é, sem saber ao certo seu rumo e destino, também deixava muitas pessoas à margem, em razão de “suas frustrações e de suas misérias físicas e morais”, e não por motivos do próprio sistema. Nesse sentido, *Boletim* também advoga que o Poder Público não conseguiria sanar todos os problemas, sendo, portanto, necessárias instituições como a LBA para “orientar, amparar e reintegrar [esses sujeitos à margem] no seio da sociedade”. Desse modo, é significativo apontarmos que *Boletim*, que sempre se empenhara na exaltação dos preceitos modernos, advertiu sobre seus limites e a necessidade pungente de atuação a fim de minorá-los. A modernidade e o progresso não alcançavam a todos, permanecendo excluídas parcelas significativas da população.

O processo de expansão do capitalismo industrial se consolidava no Brasil, mesmo que tardiamente (NOVAIS; MELLO, 1997). Esse processo é revestido, desde a década de 1930 no Brasil, de uma ideologia de exaltação do trabalho. O trabalho apontado como elemento, além de dignificador do homem, de transformação social, tanto para o indivíduo quanto para a nação como um todo. Nos Estados Unidos, fortaleceu-se a representação do *self-made man*, o homem que se faz sozinho, cresce, frente as adversidades, com o seu trabalho. No Brasil, a condenação social à figura do vadio, do vagabundo, do malandro, é fomentada no período do regime de exceção de Getúlio Vargas⁷³. A valorização do trabalho é recrudescida ainda nos anos 1950, quando o capitalismo ligado aos bens de consumo ganha maior lastro no Brasil (MELLO,

⁷³ Há uma larga bibliografia na historiografia brasileira sobre o trabalhismo na Era Vargas, mas, sem dúvidas, é grande relevo historiográfico a obra “A invenção do trabalhismo no Brasil” de Ângela de Castro Gomes.

NOVAIS, 1997) e com isso a classe média se fortalecera. A inserção mais efetiva das mulheres das classes médias e alta no mundo do trabalho também advém de uma valorização social do trabalho ainda maior, além de aumentar a renda familiar, potencializando assim o consumo nacional. Em 1947, o diretor do Serviço de Cursos Manuais da LBA, dr. Gerhard Salomon, apresentando certas inclinações da instituição, asseverou:

Trabalho é a força motriz de nossa vida, só o trabalho proporciona estabilidade e segurança e garante existência de nossas famílias. Nosso desejo é contribuir para as grandes finalidades da L.B.A., isto é Maternidade e infância, ensinando como trabalhar para dominar as grandes dificuldades que justamente as famílias pobres estão enfrentando. (*Boletim...*, n.24, abril/maio de 1947, p. 9)

Nesse sentido, a questão do “desajuste” familiar aparece no centro da atenção. Ao considerar um tipo de família desajustada, a LBA e seu *Boletim* estão partindo de um modelo de família, que é elevado à norma, como já apresentamos, trata-se do padrão familiar burguês. Essa condição de “família desajustada” é a apresentada como a “semente do mal”, isto é, a origem da maioria dos problemas sociais enfrentados, especialmente no que diz respeito à infância e à juventude. Em 1947, isto é, logo em seguida a reestruturação da LBA e seu escopo de atuação passar a ser centralizado na maternidade e infância, *Boletim* destacou, em referência à delinquência juvenil, os fatores que contribuiriam para ela.

Entram, pois, aqui, como fator do fenômeno “delinquência”, a) desorganização ou ausência do lar; b) condições financeiras dos pais; c) baixa escolaridade; d) maus exemplos dos adultos com quem convivem; e) falta de interesses e ideais superiores de vida; f) sedução da cidade; g) influência do mau cinema. (*Boletim...*, n.25, junho/julho de 1947, p. 7)

Dos elementos apontados por *Boletim*, três deles estão ligados aos pais ou à família como um todo. Importante apontarmos que essa perspectiva de entendimento da família como o eixo norteador da sociedade, bem como o seu “esfacelamento”, segundo conceitos burgueses, acarretaria prejuízos a sociedade perduraria por anos nas páginas do *Boletim*, estando também presente já na década de 1960.

O problema do menor não existe, repetimos de maneira específica, *em si*, sendo um corolário de uma série de outros problemas, tais como: a desintegração da família, necessidade de concorrer para o orçamento doméstico, obrigando a mãe a trabalhar fora de casa, deixando os filhos entregues a si mesmo e à escola da rua; a luta pela existência, que acarreta o

afastamento do pai, impossibilitando-o de dar a proteção e segurança aos seus próprios filhos. (*Boletim...*, n.112, outubro, novembro e dezembro de 1963, p.39)

Boletim apresenta com bastante clareza seu entendimento de família “ajustada”. Encontra-se amiúde o formato burguês de família, isto é, a mulher com atuação circunscrita ao lar desdobra-se em mil tarefas para cuidar, higiênica e sadiamente, da casa, do marido e dos filhos; enquanto o homem é o responsável pelo sustento familiar. No entanto, a própria modernidade é apontada como causadora de distúrbios, pois “obriga” a mulher a sair do lar para trabalhar e “impossibilita” o pai de ser o provedor da segurança familiar. O problema social é identificado, e a modernidade que, segundo o discurso político-social, reveste o Brasil de dourado também traz consequências negativa.

Considerando certo o cálculo otimista de 50.000 menores abandonados no Rio de Janeiro impressiona ao considerarmos que são 50.000 delinquentes ou possíveis delinquentes, caso não recebam uma assistência razoável. [...] Trata-se de um problema social, consequência da própria estrutura econômico-social da sociedade, originada, principalmente, das transformações que ela vem sofrendo, mas aceleradamente, nos últimos quinze anos, no meio brasileiro. (*Boletim...*, n.82, abril, maio e junho de 1956, p.40)

Em 1963, *Boletim* ainda apontaria tais prejuízos:

Todos conhecemos as grandes dificuldades criadas pela sociedade moderna e pela complexa estrutura sócio-econômica e cultural do mundo atual, que perturbam a adaptação dos indivíduos às constantes mudanças sociais que se processam em ritmo cada vez mais acelerado. A família e a comunidade devem unir esforços no sentido de favorecer o menor, ajudando-o a conseguir o índice satisfatório de ajustamento. (*Boletim...*, n.112, outubro, novembro e dezembro de 1963, p.40)

Sem dúvidas a reflexão e ação mais significativa e contundente do *Boletim* e da LBA a esse respeito será sobre os jovens, especialmente aqueles que não se encaixam no padrão, que são chamados de menores e não mais de crianças ou de jovens. Esses jovens precisam ser trabalhados para futuramente engrandecerem a pátria. Ao referir-se a uma organização suportada pela LBA, e denominada “Escola de pesca Darcy Vargas, na Restinga da Marambaia, uma região pobre e afastada do estado do Rio de Janeiro, *Boletim* destacou que, com a escola e os cursos, “Estamos oferecendo ao leitor o soberbo espetáculo da Restinga da Marambaia, onde numerosos jovens patrícios se adextram [sic] nas lides do mar, da navegação e da pesca, para que amanhã se apresentem como homens úteis à comunidade e, portanto, à Pátria.” (*Boletim...*, n.70, setembro de 1951, p11). Sobressai a questão do jovem tornado útil à Pátria pelo

aprendizado de um ofício. O trabalho é apontado como elemento de valorização social. *Boletim* explora o próprio conceito de trabalho e de valor social:

JOVENS e adolescentes entregam-se ao trabalho na oficina. O trabalho dignifica. Que todos aprendam, na grandeza do trabalho, as responsabilidades que cada criatura assumiu ao ser criada. Mas um trabalho consciente e alegre, não como um fardo que se leva, mas como cumprimento de uma missão grandiosa que a Pátria confia a seus filhos. (*Boletim...*, n.89, novembro, dezembro de 1957, p.63).

Também em 1957 *Boletim* publicou um pequeno texto, sem autoria, sobre a importância das indústrias caseiras ou rudimentares.

As indústrias rudimentares e caseiras desenvolvem-se no interior de nosso país, sobretudo longe dos meios mais fáceis. Nelas são quase sempre aproveitadas crianças, que, assim, se subtraem ao ócio e colaboram eficientemente com seus pais. Cestos, jacás, embornais, balaios, para eles concorrem em alto grau nossas fibras vegetais, que são muitas do mais variados tipos. A taquara está aqui representando um bom papel. (*Boletim...*, n.87, setembro de 1957, p.57)

O texto era acompanhado de uma fotografia (figura 38) que apresenta dois meninos negros trabalhando com uma fibra vegetal. Pelo texto entende-se que seja a taquara, e assistidos à distância por um outro menino de menor idade. A exaltação do trabalho desde cedo como elemento de desenvolvimento para as crianças, mas também para o país.

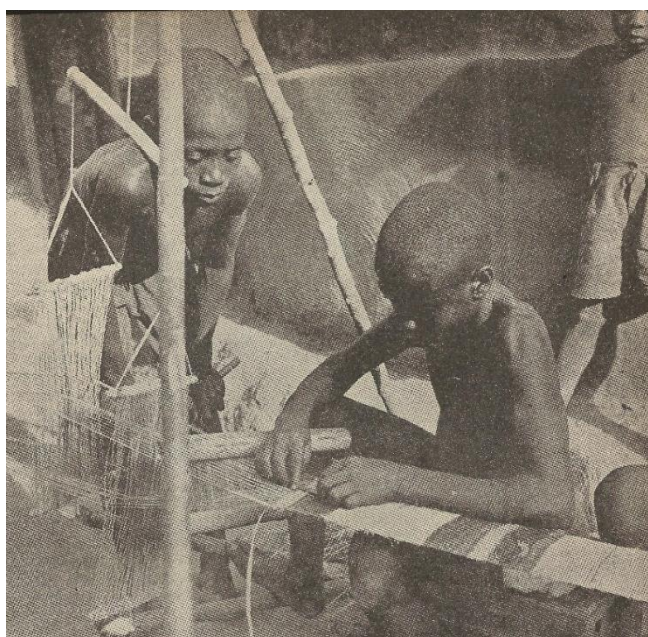


Figura 38: Meninos trabalhando em indústria rudimentar. (*Boletim...*, n.87, setembro de 1957, p.57)

Boletim, como se sabe, mais do que refletir sobre conceitos e posturas que entendia-se como recomendável, tratava de divulgar o que vinha sendo feito concretamente pela LBA, mesmo que ocultasse conflitos e eventuais erros. Em 1959, referiu-se a uma série de serviços oferecidos aos jovens pela CE de Minas Gerais na capital mineira. É possível perceber uma concepção muito clara de trabalho, principalmente dirigida às classes populares.

Na carpintaria, na encadernação, na tecelagem, na tapeçaria, na cerâmica, na sapataria, nos trabalhos de agulha, a menina vislumbra as portas da tendência e habilidade de cada um. [...] O adestramento visa ao trabalho artesanal, que é um dos instrumentos da educação da classe popular. (*Boletim...*, n.97, julho de 1959, p.28)

Longe de esgotar a vastidão de conteúdos acerca da noção de trabalho e prestação de serviço patriótico expressos no *Boletim da LBA* entre 1945 e 1964, essa breve introdução à temática objetivou apontar, acima de tudo, que a LBA atuava e refletia sobre as classes pobres de maneira específica. Mesmo que em seus textos publicados no *Boletim* e campanhas sobre puericultura tratassem e objetivassem uma adoção de um padrão comportamental burguês, ao refletir sobre a criança pobre, entendia que esta para não virar marginal – em toda acepção da palavra –, precisava trabalhar. Aprender e ocupar-se de um ofício, livrando do ócio e da marginalidade e contribuindo eficazmente para o engrandecimento do país. Isso está expresso nas páginas do *Boletim*, mas para além está consubstanciado em imagens e práticas da LBA. A fim de concluir esta parcial reflexão, é relevante apontarmos o entendimento e a atuação da LBA no que concerne à população indígena, uma vez que também era percebida, frequentemente, como à margem do progresso e do desenvolvimento que o país estava experimentado.

Entre os anos 1950 e 1960 havia um redobrado interesse pelas comunidades indígenas brasileiras, em razão do processo de interiorização da “civilização brasileira” que se esperava empreender naqueles anos (GOMES, 2013a, 2013b; SCHWARCZ, STARLING, 2015). O próprio presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) em suas memórias destina diversas passagens sobre o processo que se operava para integração nacional e com ela também das comunidades indígenas⁷⁴. Assim, em 1960, *Boletim* apresentou uma série de textos sobre os índios brasileiros e sua inserção na sociedade, intitulada “L.B.A. entra na selva”.

⁷⁴ No terceiro volume de suas memórias, JK refere-se à Operação Bananal, um conjunto de esforços para a integração da bacia do Rio Araguaia, visando, inclusive a construção de aeroporto e hotel de turismo na Ilha do Bananal, atualmente estado de Tocantins. A percepção, além do exotismo, é de que aquelas comunidades representavam certo atraso (OLIVEIRA, 1978b, pp. 381-385).

Como sabemos, além de Serviço de Proteção aos Índios, mantido pelo poder público, diversas instituições particulares, predominantemente, religiosas, dedicam-se ao trabalho de proteger, educar e preparar grupos de selvagens ao ingresso na vida civilizada. Entre as ordens religiosas que mais constantes serviços têm prestado nesse particular estão os salesianos e jesuítas, com as suas missões distantes, muitas vêzes anônimas, mantidas, outras tantas vêzes, com abnegação e heroísmo. A Legião Brasileira de Assistência tem ajudado técnica e financeiramente a algumas dessas missões, ampliando dêsse modo o raio hoje bastante extenso no país de sua ação social. (*Boletim...*, n.104, fevereiro de 1960, p.1)

Boletim destacara a ação civilizadora das ordens religiosas, assinalando que a LBA também dava sua contribuição nesse processo. Na mesma edição de 1960 (n.104) uma longa matéria sobre a aldeia Utiariti, em Mato Grosso, na qual uma missão de religiosos jesuítas, instalada há mais de 29 anos, já erguera escola, hospital, ambulatório, asilo entre outros aparelhos necessários. Sobre o trabalho na aldeia, *Boletim* destaca que “O índio aparece na missão inteiramente nú. É necessário vesti-lo, mas antes ensiná-lo a vestir-se. É necessário dar-lhe noções de higiene. É necessário ensiná-lo ao trabalho metódico” (*Boletim...*, n.104, fevereiro de 1960, p.3). Nesse sentido, percebe-se um esforço em transformar o indígena em “homem civilizado”, acostumado às noções de higiene e ao trabalho metódico e sistemática, característico de nossa sociedade capitalista.

A matéria produzida por *Boletim* é ricamente ilustrada com fotografias, assim analisaremos algumas dessas fotografias, sem nos esquecermos da contribuição de Mauad e Lopes que nos alertaram que “A evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir

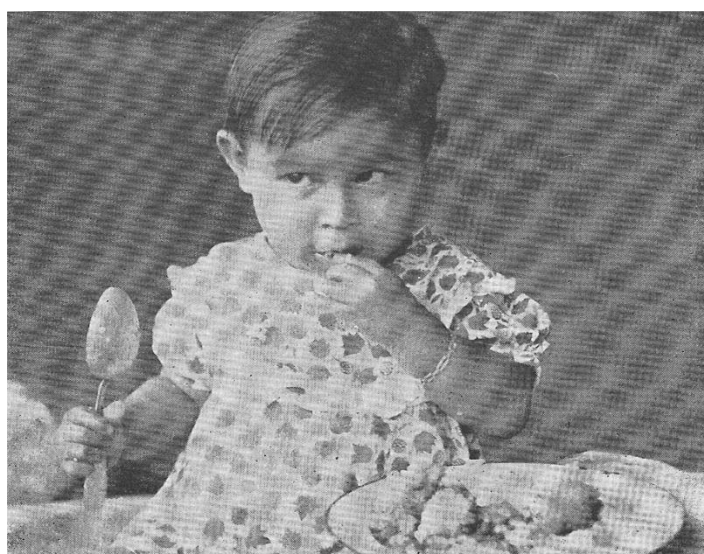


Figura 39: Menino indígena ao lado de planta de café. **Figura 40:** Menina indígena servindo de talheres. (*Boletim...*, n.104, fevereiro de 1960, pp.2-3)

uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado” (MAUAD, LOPES, 2011, p.263).

Nas figuras 39 e 40 é possível observarmos duas crianças indígenas sendo associadas a noções tanto de atraso quanto de progresso/civilização. Na figura 39 o menino ao lado da planta de café é apresentado apontando que ele, que viria a ser um dia um pagé, vai conhecer as “luzes da civilização”, isto é, vai conhecer as benesses da civilização moderna, já conhecendo o café. Ao lado, na figura 40, a menina já aprendendo a servir-se de talheres e prato, *Boletim* percebe nesse ato certo “progresso”. A noção de progresso e civilização estão também diretamente associados a um modelo burguês-capitalista de organização social, bem como de orientação dos costumes. Na figura 41 é possível vermos diversas meninas da tribo indígena em um curso de bordados, ou seja, é a tentativa de inculcar o padrão burguês de feminilidade nas jovens mulheres indígenas.



Figura 41: Meninas indígenas aprendendo bordado. (*Boletim...*, n.104, fevereiro de 1960, p.5)

O espírito patriótico também devia ser avivado nas populações indígenas, dessa maneira, *Boletim* apresenta uma fotografia onde a tribo reúne-se ao redor do Pavilhão Nacional.



Figura 42: Pavilhão Nacional sendo hasteado na presença da comunidade indígena. (*Boletim...*, n.104, fevereiro de 1960, p.4)

A ideia intensamente presente nessas fotografias é reportar ao público leitor o trabalho de transformação dos índios em cidadãos patrióticos e úteis à pátria, bem como um rico elogio ao trabalho missionário lá realizado. Como já destacado, *Boletim* procurou esclarecer que a LBA também contribuiu com seu quinhão para tal empresa. Entretanto, é necessário, de antemão, pontuarmos a significativa aproximação entre a Igreja Católica e a LBA.

É possível, em linhas gerais, apontarmos que a assistência e o amparo aos necessitados têm sido, historicamente, ligados à religião, em especial ao catolicismo, vinculando-se à ideia de caridade religiosa (SANGLARD, 2015). Esse entendimento sobre a assistência desenvolveu-se, inicialmente e mais efetivamente, na Europa a partir do século XII (MARCILIO, 2006). No Brasil, o amparo aos pobres e necessitados também iniciou-se operado fortemente no âmbito da caridade religiosa, como o exemplo da fundação da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro em 1599, que prestava assistência, física e espiritual, aos desamparados e desvalidos, especialmente, na hora de morte (FRANCO, 2015). Desse modo, até meados do século XX, a assistência ficou marcada, de forma mais significativa, pelas iniciativas particulares e individuais do que por uma política de Estado organizada. Nesse sentido, desde a reforma institucional de 1946, a Ação Social Arquidiocesana passou a ocupar um dos cargos de vice-presidente na LBA. Mais significativamente, ao longo do ano de 1963, sob a presidência da primeira-dama Maria Thereza Goulart, Padre Joaquim Horta foi diretor-superintendente da entidade, denotando franca aproximação entre as duas instituições. Sem contar que parte do corpo institucional da LBA era formado por senhoras voluntárias, remetendo a tradição católica do engajamento das mulheres de elite em ações filantrópicas. Frequentemente foram publicados

textos no Boletim com clara orientação católica⁷⁵. Sobre o trabalho dos missionários, *Boletim*, em tom elogioso, assim o resumizou:

O trabalho dos missionários é êsse assim belo. Desbravam a mata e desbravam os homens, de modo a fazer destes criaturas úteis à Pátria. Transferir uma família do desconforto e da promiscuidade da maloca para o bem-estar de uma casa em que ela saiba viver é trabalho heroico. Civilizar é educar. Educar é preparar o indivíduo para a vida. (*Boletim...*, n.104, fevereiro de 1960, p.6)

A larga e vasta matéria encerrou-se com uma fotografia (figura 43) de missionários juntos aos índios. Reforçando o caráter civilizatório e conversor de tais missões, a legenda declarava que “Mal se imagina o esforço dos padres para trazerem esses bugrinhos ao seio da civilização” (*Boletim...*, n.104, fevereiro de 1960, p.6).



Figura 43: Religiosos e índios em missão no Mato Grosso. (*Boletim...*, n.104, fevereiro de 1960, p.6)

Desse modo, à guisa de conclusão, é possível perceber que, ao longo do período 1945 – 1964, a puericultura esteve no foco da atenção da Legião Brasileira de Assistência, principal entidade de assistência social brasileira. Como procurou-se aqui apresentar as práticas puericultoras tinham encaminhamentos tanto para a higiene dos corpos e ambientes quanto das práticas e costumes, e foram assimiladas tanto ao escopo de atuação da LBA, quanto foram por ela divulgadas em suas ações.

De fato o Brasil vivia no período entre 1945 – 1964 um momento de forte modernização, com a introdução de novos produtos para consumo: o automóvel, geladeiras, novos padrões nas

⁷⁵ Ao abordar, por exemplo, a questão do parto hospitalar ou doméstico, bem como a possibilidade do parto sem dor, *Boletim* pautou-se com maior tenacidade em critérios morais-religiosos do que em preceitos médicos.

roupas e sociabilidade. Os anos 1950 ficaram especialmente marcados pelos programas de modernização do país, como o Plano de Metas implementado pelo governo de Juscelino Kubitschek, além de elementos constantemente associados com a modernização brasileira, como a bossa nova, que dominava o cenário musical, bem como o surgimento de um fenômeno social até então inédito: a juventude.

Formou-se o cenário do que se chamou de *os anos dourados*. No entanto, o dourado não era para todos e uma grande parte da população permanecia às margens do propalado progresso e alheia à modernidade. Milhares de crianças, adolescentes e jovens seguiam abandonados e entregues à própria sorte. A migração constituía característica flagrante do período, milhões saíram das regiões norte e nordeste para tentar uma vida melhor no “sul”. Tendo a cidade como o ícone de uma vida melhor, o êxodo rural movimentava milhões de famílias brasileiras em busca de novas oportunidades e esperança em acessar todas as benesses da modernidade.

A LBA estava formalmente associada aos setores conservadores da sociedade, como o empresariado – em face de seu financiamento - e a Igreja Católica – não só pela parceria em diversas ações, bem como pela grande presença de voluntárias católicas na instituição⁷⁶ –, e passou a advogar em prol de um padrão de comportamento burguês, ao menos nas páginas de sua publicação. *Boletim*, principal fonte histórica deste trabalho, era a publicação oficial da LBA, no entanto, em um país com grande número de analfabetos, sua mensagem era recebida diretamente apenas pelas classes médias, isto é, por funcionários(as) e voluntários(as) da própria LBA. Em suas páginas, o discurso é de um empenho da LBA na conformação das classes populares, mais severamente afetadas pelos altos índices de mortalidade materno-infantil, aos ditames da medicina científica e a padrões familiares e de comportamento essencialmente burgueses. No entanto, uma análise mais apurada de seus textos, revela a ação da LBA destinando tratamento específico às classes populares, principalmente no que tange às noções de trabalho e educação. O importante é ressaltar que, por mais disciplinador, controlador e solapador que pudesse ser o poder da medicina higiênico-sanitária e de instituições de assistência, como a LBA, na vida da população, há certas resistências por meio de variadas táticas, que forçaram que esse processo se transcorresse por várias décadas. A percepção de tais táticas, por meio de uma fonte periódica oficial como o *Boletim da L.B.A.*, é bastante sucinta. Mas se o discurso oficial não foi capaz de contê-las é por que em verdade elas foram muito mais intensas.

⁷⁶ Mott (2001) apresenta as relações entre a benemerência feminina, especialmente a católica, e as ações de assistência social no Brasil.

Considerações Finais

Os dezenove anos transcorridos desde o final da Segunda Guerra Mundial e a desmontagem do regime de exceção do Estado Novo em 1945 até a instalação do Regime Militar em 1964 logo foram caracterizados como *anos dourados*. Tal designação advém da experiência democrática com a eleição em sequência de quatro presidentes da República⁷⁷ e uma nova Constituição promulgada democraticamente. Decorre também, e sobretudo, de uma aceleração do capitalismo dos bens de consumo e a propagação de um modelo de vida inspirado no *American way of life*. A modernidade estava presente nos discursos de políticos e homens e mulheres das letras e também estava na boca do povo, por vezes com demasiado espanto. Ela parecia espriar-se para todos os recantos da vida, desde os novos padrões de consumo, passando pela cultura, pela música, o cinema até a saúde, a medicina, a maternidade e a infância. No entanto, à contrapelo dos discursos mais deslumbrados, o alcance e poderio dessa modernidade “avassaladora” possuíam delimitações e, numa análise histórica, precisam ser matizados. Eventualmente, o próprio *Boletim da L.B.A.* referiu-se aos limites dessa modernidade e do progresso tão propalados, evidenciando a penúria e pauperização de parcelas da população brasileira.

É preciso também considerar que o discurso da modernidade não convencia a todos, não os fascinava da mesma maneira. Em vista disso, entendemos – seguindo os conceitos de Certeau (1994) – que táticas de resistência são aplicadas. As camadas populares também podiam aceitar parcialmente o discurso moderno da medicina higiênico-sanitária ou o assimilavam na aparência, pois podemos perceber que a LBA e *Boletim* precisaram insistir nas mesmas temáticas por anos a fio – mesmo que por estratégias diversas –, denotando que tais proposituras ainda não haviam sido assimiladas e consolidadas no imaginário social. As instituições aplicavam estratégias de controle e de convencimento, como cursos, campanhas e também medidas de compensação, como os concursos de robustez infantil, que premiavam em dinheiro ou em produtos os bebês que estivessem mais adequados aos padrões de desenvolvimento infantil.

As resistências e renitências a esse processo de disciplinarização não são claramente expressas na fonte principal desse trabalho – *Boletim da Legião Brasileira de Assistência* –, pois trata-se de publicação periódica oficial da LBA e esteve diretamente envolvida na

⁷⁷ É preciso ponderar que, apesar da vigência democrática das eleições, o período foi permeado por tentativas de golpes militares, de se impedir a posse de presidente e/ou de vice-presidente (FAUSTO, 2013; SCHWARCZ, STARLING, 2015)

divulgação de campanhas e preceitos consonantes com o escopo da instituição. As falhas de execução, as contradições nos programas e qualquer divergência, política ou teórica, aparecem de forma bastante nuançadas nos textos publicados. *Boletim* era distribuído gratuitamente às Comissões estaduais e municipais, possuindo um grande alcance pelo país. No entanto, em um país com alto índice de analfabetismo (é somente a partir dos anos 1960 que esses números serão menores de 50% da população brasileira) sua leitura e recepção eram restritas. Acreditamos, portanto, que *Boletim* era lido pelos homens e mulheres, tanto profissionais quanto voluntários, engajados diretamente nas ações da LBA. Desse modo, *Boletim* servia ao propósito de reportar e informar aos colaboradores em geral sobre a instituição, suas ações e o andamento de suas campanhas, bem como prestar contas financeiras. Todavia, não se deve ignorar o alto teor de discussão teórica e de disseminação de conhecimento nos textos do *Boletim*, que vão além de um simples relatório de atividades. Há um processo ativo de convencimento e disseminação de ideias, no entanto, essa ação é direcionada não às classes populares diretamente, mas às classes médias, no sentido de conformá-las aos valores burgueses médico-sanitários, fortalecendo a clivagem entre as classes médias e as populares. A LBA, desde sua fundação em 1942, fora mantida financeira e ideologicamente pelas classes conservadoras, isto é, os setores comercial e industrial e a Igreja Católica. Nesse sentido, observamos que há um caráter essencialmente conservador em “ser moderno” nas páginas do *Boletim*, preceitos presentes na crítica à “mãe solteira”, à “família desestruturadas”, e também evidente no elogio ao trabalho manual às classes pobres, na concepção de trabalho infantil e na própria ideia mais geral de que as classes populares precisam ser assistidas, mas sobretudo dirigidas e orientadas.

De modo geral, e bastante sintético, o que esperamos ter apresentado no presente trabalho, a partir da análise de 77 edições do *Boletim da L.B.A.* no íterim 1945-1964, foi uma reflexão sobre as formas como o discurso da modernidade agiu sobre esta que fora a maior instituição de assistência social do país, e também sobre as suas ações no período. Desse modo, podemos ressaltar que a LBA relacionou-se de duas maneiras com o discurso modernizante. A primeira delas é uma apropriação da modernidade sobre si mesma, em um processo de reestruturação e reformulação ocorrido em duas partes. Primeiramente, em 1946, quando tratou da remodelação de seus estatutos visando sua atuação em um período de paz e não mais de guerra mundial. A segunda deu-se a partir de 1955, mais fortemente revestida do discurso de modernidade, e foi operada pelos dois presidentes-médicos, Raymundo Martagão Gesteira e Mário Pinotti. Nessa reorganização a LBA passaria a pautar-se mais por uma ação educacional e transformadora do que por um assistencialismo que apenas distribuía benesses. Tanto Gesteira

quanto Pinotti, enquanto estiveram à frente da entidade, insistiram veementemente nessas posições, mesmo que as práticas e ações demorassem muito mais tempo para se transformar efetivamente em políticas e projetos que fossem além do assistencialismo, uma vez que este persistiu por todo o período.

A segunda maneira que o discurso modernizante relacionou-se com a LBA foi justamente no direcionamento da ação institucional sobre parcelas da população, especialmente, as classes populares. Nesse sentido, procuramos demonstrar ao longo do trabalho, por meio dos textos e passagens do *Boletim*, a atuação sistemática da LBA no sentido de que as classes populares fossem conformadas a um modelo familiar burguês-higiênico-sanitário. É preciso ponderar que a LBA promulgava seu discurso assistencial baseado na atuação junto às classes populares, quem mais sofria com a falta de assistência. *Boletim*, contudo, concentrava-se, mormente, na atuação junto às classes médias. Nesse sentido, os conhecimentos da puericultura tornam-se abundantes nas publicações do *Boletim* e nas ações da LBA. A maternidade moderna, a infância moderna, os cuidados modernos, tudo devidamente adjetivado e ressignificado. Em vista disso, há um significativo processo de distanciamento e refutação dos conhecimentos tradicionais, oriundos das mães, das avós, das comadres, das parteiras, tais noções são apontadas como responsáveis pela alta mortalidade infantil, aliadas à “ignorância” das mães, que precisavam, então, ser educadas dentro dos ditames modernos da puericultura. A LBA, como um entidade de assistência social voltada à maternidade e infância, imbuíra-se do discurso da modernidade na conformação dos corpos e condutas, mas, como já destacado, houve renitências em aceitar de pronto tais formatações. Muitos dos preceitos de puericultura divulgados nas páginas do *Boletim da LBA*, e que nos ocupamos em análise, parecem, atualmente, obviedades. Entretanto, queremos, justamente, evidenciar que as obviedades são construções históricas já bastante enraizadas no tempo.

O estudo sobre a LBA, em qualquer âmbito, enseja a utilização do conceito de gênero, como procuramos empreender. O gênero se faz presente no conjunto de representações acerca da maternidade, da feminilidade e dos papéis sociais das mulheres no trabalho, no lar e na sociedade como um todo, corroborado e divulgado pelas páginas do *Boletim*, bem como nas aulas dos cursos de puericultura e no tipo de ações empreendidas pela LBA. Gênero fez-se também presente na análise da estrutura e do funcionamento da instituição. Fundada por uma mulher, a primeira-dama Darcy Vargas, e tendo em seu regimento a prerrogativa de ser presidida pela primeira-dama da nação, a LBA sempre trouxe junto de si as questões acerca do feminino e a significativa presença das mulheres em seu funcionamento. Seu corpo funcional era largamente ocupado por mulheres em diversas posições, tanto como profissionais ou

voluntárias. Mesmo aí as questões de gênero se impuseram, pois as mulheres foram destinadas a postos de trabalho entendidos como condizentes com seu sexo, isto é, postos de subordinação e ligados à suposta essência maternal de toda mulher.

As primeiras-damas são um ponto nodal da história da LBA. Apresentadas como exemplos de retidão, abnegação e caridade pelo *Boletim*, foram tomadas como modelos e personificação do feminino e das representações do ser mãe e mulher. Darcy Vargas fundou a LBA em 1942 e duas vezes a presidiu, sendo, posteriormente, retratada, repetidamente, como um mito fundador da entidade, até mesmo uma santa. Depois dela, dentro do nosso período de estudo, ocuparam o cargo de Presidente da LBA as primeiras-damas Carmela Dutra (única a ocupar como Presidente de Honra), Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart. Sarah Kubitschek não ocupou a presidência da LBA, como procuramos demonstrar, dedicando-se à Fundação das Pioneiras Sociais, que ela havia criado quando ainda primeira-dama de Minas Gerais. A reformulação e modernização da LBA sob as presidências de Gesteira e de Pinotti – na ausência de Sarah na presidência – é fortemente marcada por uma questão de gênero, a nosso entender, uma vez que seu eixo norteador era a racionalidade, apontada como traço masculino por excelência, substituiria a caridade e a sensibilidade, características consideradas femininas, e que até então dominava os trabalhos legionários.

Entendemos as primeiras-damas como agentes da cultura política também, pois, no caso específico da LBA, conduziam uma entidade de porte nacional, movimentando e administrando pessoas e recursos de grande monta. As aproximações com as estruturas do governo federal, bem como os jogos políticos perpassam a atuação dessas personagens na história institucional da LBA. Mesmo que baseadas em características “femininas” do privado, como a caridade e a compaixão, contribuíram para romper a divisão entre a esfera do público e a do privado, ao atuarem no ambiente público e político.

A ambiguidade sobre o trabalho assistencial no sentido de construção de políticas públicas e a prestação de assistencialismo permearam a trajetória da LBA nesse período, e, assim, também pode ser percebida nas páginas do *Boletim*. Tal debate esteve presente desde os primeiros anos da instituição, uma vez que já no período da Segunda Guerra Mundial, Darcy Vargas e a LBA insistiam no estímulo às hortas caseiras e comunitárias como saída para a carestia. Assim como a contundente ênfase ao longo do período no caráter educacional da LBA revelam uma preocupação com a implementação de uma política mais sólida. É evidente que o assistencialismo, enquanto a distribuição de benesses variadas, marcou forte presença. E pode-se entendê-lo de duas maneiras: a primeira como uso político e populista da estrutura assistencial da LBA, tendo em vista a proximidade entre a instituição e o governo federal em face a presença

da primeira-dama (a seguir o exemplo argentino do casal Perón, como certos estudiosos apontaram); mas também como necessidade imprescindível frente a uma população miserável, com parco acesso à saúde, moradia e alimentação adequadas. Desse modo, é pouco preciso apenas enquadrarmos os esforços da LBA em uma dessas duas categorias da assistência social, pois entendemos que, especialmente, nesse período a instituição encontrava-se em franco processo de transformação.

Por fim, é preciso dizer que há muito o que ser feito nos estudos históricos sobre assistência no Brasil e especialmente sobre a LBA. Nesta tese utilizamos fontes até então muito pouco exploradas, os boletins da LBA, uma fonte riquíssima que enseja múltiplos olhares sobre diversas temáticas. É preciso destacar que nos circunscrevemos à reflexão sobre a relação da LBA com os discursos de modernidade, o que, forçosamente nos obrigou a suprimir de nossa análise outras tantas temáticas possíveis. É também relevante de nota que nossa análise está delimitada a um período de 19 anos da história da LBA, que fora fundada em 1942 e extinta apenas em 1995. Nessa longa trajetória, outras primeiras-damas assumiram a entidade, tanto durante o Regime Militar como após a redemocratização, do mesmo modo que significativas mudanças também ocorreram em seu escopo e em suas formas de atuação.

Nosso trabalho se inscreve na linha dos estudos da história da assistência social no Brasil. Estudos que julgamos tão necessários em um país cujas políticas sociais de assistência são bastante recentes, ainda pouco efetivas e severamente contestadas por determinados setores sociais. A nosso ver, é preciso – e almejamos que essa seja nossa modesta contribuição –, dotar de historicidade as iniciativas de assistência social no Brasil, inclusive as filantrópicas, para que seja verdadeiramente dimensionada a necessidade pungente da implementação de políticas e programas sociais no país.

Referências

- ALVES, Jolinda. **Assistência aos pobres em Londrina (1940-1980)**. Londrina: EDUEL, 2013.
- ANDRADE, Cleide L. **A contribuição de Mário de Andrade para a Saúde Pública no estabelecimento de um projeto de educação destinado a crianças e jovens no Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (1935-1938)**. TESE (Pós-Graduação em Saúde Pública). São Paulo: USP, 2008.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- AUGUSTO, Sérgio. **Este mundo é um pandeiro: a chanchada de Getúlio a JK**. São Paulo: Cinemateca Brasileira, Companhia das Letras, 1989.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370p.
- BARBOSA, Michele Tupich. **Sobre mães e filhos: as políticas públicas de proteção à maternidade e à infância em Guarapuava (1940-1960)**. UFPR: Dissertação de Mestrado, 2012.
- _____. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de Assistência em tempos de guerra (1942- 1945)**. Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2017.
- BARRETO, Maria Renilda Nery. Dar à luz no Rio de Janeiro da belle époque: o nascimento das maternidades (1870 – 1920). IN: SANGLARD, Gisele. et.all (org). **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. IN: _____. **Obras Escolhidas**, v. I, Magia e técnica, arte e política, trad. S.P. Rouanet, 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2011.
- BOBBIO, Norberto. (et.al). **Dicionário de política**. trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p.
- BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. IN. THÉBAUD, Françoise (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- BONILHA, Luís R. **Puericultura: olhares e discursos no tempo**. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente). Campinas, SP: UNICAMP, 2004.
- BONILHA Luís R. RIVORÊDO Carlos, R. Puericultura: duas concepções distintas. *J Pediatría* (Rio J). 2005;81:7-13.
- BOSI, Maria Lúcia M. MACHADO, Marcia T. Amamentação: um resgate histórico. IN: *Cadernos ESP - Escola de Saúde Pública do Ceará - V. 1 - N. 1 - Julho - Dezembro – 2005*.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Thomaz, 14ª Ed. Rio de Janeiro: Berthand, 2001.

- CAPELATO, Maria H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARDOSO, Ciro F. MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. IN: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Marta M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. IN: FREITAS, Marcos C. (org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Vol. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- CHALOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia** – o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.
- _____. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COLIN, Françoise. LABORIE, Françoise. Maternidade. IN: HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise et.all (org). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CÔRTEZ, I. R. A trilha legislativa da mulher. In PINSKY, C.B.; PEDRO, J.M. **A nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p.260-285.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e Norma familiar**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- COTT, Nancy F. A mulher moderna: o estilo americano dos anos vinte. IN. THÉBAUD, Françoise (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- COURTINE, J. (org.) **História da Virilidade**: A Virilidade Em Crise? Século XX-XXI - Vol. 3. São Paulo: Vozes, 2013.
- DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUTRA, Eliana de F. Cultura. IN: GOMES, Ângela de C.(coord.) **Olhando para dentro**: 1930-1964. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010 (coord. Lilia Moritz Schwarcz). Madrid: Fundación Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva. 2013
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.
- SCOREL, SARAH; TEIXEIRA, LUIZ ANTONIO. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do Império ao desenvolvimento populista IN: GIOVANELLA, LÍGIA;

ESCOREL, SARAH (et. all) (org). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2008.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS): trabalhadores e políticas públicas de alimentação (1940-1967). IN: *Anais Eletrônicos do XXIV Encontro Regional da ANPUH - Rio Memória e Patrimônio*, 2010, Rio de Janeiro. XXIV Encontro Regional da ANPUH - Rio Memória e Patrimônio, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11ª Edição. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. A vida política. IN: GOMES, Ângela de C.(coord.) **Olhando para dentro: 1930-1964**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010 (coord. Lilia Moritz Schwarcz). Madrid: Fundación Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva. 2013.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

FERREIRA, Antonio Celso. CARVALHO, Leonardo B. Raça e teorias raciais nos estudos de Darcy Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 56, pp. 256-280, Mai.-Ago. 2016.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 22ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

_____. **O nascimento da clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 231p.

FRANCO, Renato. O privilégio da caridade: comerciantes na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. IN: SANGLARD, Gisele. et.all (org). **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FREIRE, Maria Martha L. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

_____. Quando a caridade encontra a ciência: um olhar sobre a trajetória do dr. Arthur Moncorvo Filho. IN: SANGLARD, Gisele. et.all (org). **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GAERYSZEWski, Alberto. **Panela Vazia**. Rio de Janeiro: Editora: Biblioteca Carioca, 2001.

_____. **Agonia de morar: urbanização e habitação na cidade do Rio de Janeiro (DF) – 1945/1950**. Londrina: EDUEL, 2012.

GANZ, Ângela Lúcia. Mães dialogam com médicos. IN: TRINDADE, Maria Etelvina de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne. **Mulheres na história: Paraná séculos 19 e 20**. Curitiba UFPR, 1997.

GERALDO, Endrica. **O Perigo Alienígena: Política Imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. TESE (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2007.

GESTEIRA, Joaquim Martagão. **Puericultura: higiene alimentar e social da criança**. Ed. Pan-Americana, 1943.

GIRARDELLO, Gilka E. P., DIONÍSIO, Ana C. Corpo, infância e publicidade nas décadas de 1940 e 1950. IN: SCHREINER, Davi F.; PEREIRA, Ivonete. AREND, Silvia Maria F. **Infâncias brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Ed.Unioeste, 2009.

GOMES. Ângela C. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. As marcas do período. IN. _____ (coord.) **Olhando para dentro: 1930-1964**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010 (coord. Lilia Moritz Schwarcz). Madrid: Fundación Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva. 2013a.

_____. População e sociedade IN. _____ (coord.) **Olhando para dentro: 1930-1964**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010 (coord. Lilia Moritz Schwarcz). Madrid: Fundación Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva. 2013b.

GONÇALVES, A. L. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRAZIA, Victoria de. O patriarcado fascista: as mulheres italianas sob o governo de Mussolini (1922 – 1940). IN. THÉBAUD, Françoise (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos Alberto Messenger. O imaginário moderno no Brasil. IN. HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos Alberto Messenger (org.) **A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul.2009, p.313-331.

IANNI, Otavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

KOVARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In PINSKY, C.B.; PEDRO, J.M. **A nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p.286-312.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Memória da Assistência Social**. Rio de Janeiro: Legião Brasileira de Assistência, 1977.

LEMONS, Flavia C. R. A apropriação do brincar como instrumento de disciplina e controle das crianças. IN: *ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA*, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 81-91, abr. 2007.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade: Imigrante, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

LIRA, Aliandra C. M.. Jogos, brinquedos e brincadeiras na educação infantil: a construção da infância moderna. In: *X Congresso nacional de Educação- EDUCERE*, 2011, Curitiba. Anais do ... Congresso Nacional de Educação. Curitiba: Champagnat, 2011. v. 1. p. 14767-14778.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Cinema como pedagogia. IN LOPES, Eliane M. T. FARIA FILHO, Luciano M. VEIGA, Cynthia G. (org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição. 608p.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p.111 – 153.

_____. Mulher em revista. IN PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MAGALHÃES, Guido. **Força e luz: eletricidade e modernização na República Velha**. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 2000.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINS, Ana Paula V. **A medicina da mulher: visões do feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX**. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2000.

_____. "Vamos criar seu filho": os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 1, p. 135-154, 2008.

_____. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, V.18, supl.1, dez.2011, p.15-34.

MARTINS, Franklin. **Quem foi que inventou o Brasil?: a música popular conta a história da República**. Volume I: de 1902 a 1964. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 2015.

MATOS, Maria Izilda. BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado de produtivo. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **A nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MAUAD, Ana Maria. LOPES, Marcos Felipe B. História e fotografia. IN. CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In *Educação e Realidade*, p.71–99, jul./dez. 1990.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **De Hollywood a Aracaju: a Segunda Guerra Mundial por intermédio dos cinemas (1939-1945)**. Tese (Doutorado em História). Assis: Unesp, 2013.

MEDEIROS, Helber Renato F. O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. IN: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2001.

MEDEIROS, Moira S. S. **Primeiro-damismo no Ceará: Luíza Távora na gestão do social**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso. NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. IN: SCHAWARCZ, Lilia M. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol.4 (Coleção História da Vida Privada no Brasil, Coordenação geral Fernando Novais.) São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Lúcia G. **As parteiras de Londrina** (1929 – 1978). Dissertação (Mestrado em História da Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MERISSE, Antonio. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. IN: MERISSE, Antonio. JUSTO, José S. (et. all) (org). **Lugares de infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

MIGUEL, Raquel Barros. RIAL, Carmen. Programa de Mulher IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: Estado, discursos e propagandas. *História & Ensino (UEL)*, Londrina, v. 03, p. 95-112, 1997

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTT, Maria Lúcia. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 25-36, 1999.

_____. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 – 1945). *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp. 199-234.

_____; BYINGTON, Maria Elisa B. ALVES, Olga Sofia F. **O gesto que salva**: Pérola Byington e a cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

MOURA, Solange M. S. R. de; ARAÚJO, Maria de Fátima. “Maternidade na história e a história dos cuidados maternos”. *Psicologia Ciência & Profissão*, Brasília, v.24, n.1, pp. 44-55, 2004.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **A escalada política**. Meu caminho para Brasília. Volume II. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978a.

_____. **50 anos em 5**. Meu caminho para Brasília. Volume III. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978b.

PARADA, Maurício. Corpos infantis e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. IN: DEL PRIORE, Mary. AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo, Editora UNESP, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Historicizando o gênero. IN: FERREIRA, A. C., BEZERRA, H.G. e DE LUCCA, T. R. (orgs.) **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio, meu pai**. Rio de Janeiro|: Editora Globo, 1960.

PEREIRA, Ivonete. A Eugenia no Brasil: “trabalhar” a infância para (re)construir a pátria. IN: SCHREINER, Davi F.; PEREIRA, Ivonete. AREND, Silvia Maria F. **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Ed.Unioeste, 2009.

PEREIRA, André R. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.19, nº 38, p. 165-198, 1999.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no mundo IN GOMES, Ângela de Castro (coord.) **Olhando para dentro: 1930-1964**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010 (coord. Lilia Moritz Schwarcz). Madrid: Fundación Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva. 2013.

PINOTTI, Mario. **Vida e morte do brasileiro: saúde e doença no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1959.

PINSKY, Carla B. Mulheres dos anos dourados. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. A era dos modelos rígidos. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. A era dos modelos flexíveis. IN: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012b.

_____. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUEIROZ, E. Tingidas de tragédia. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 10. Nº117, junho 2015; pp.26-31.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. Brasil (1890-1930). 4ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Jaime. **Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960**. São Paulo: Alameda, 2011.

ROSEMEBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. IN: PINSKY, C. B. PEDRO, J. M. (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SANGLARD, Gisele. FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. IN: *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.437-459, jul/dez 2010.

SANGLARD, Gisele. A sociedade civil e a construção de hospitais na cidade do Rio de Janeiro da Primeira Repúbl. IN: SANGLARD, Gisele, ARAUJO, C.E.M. de, SIQUEIRA, J.J. (Org.). **História Urbana: memória, cultura e sociedade**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, v. 1, p. 225-249.

_____. Filantropia e política pública: Fernandes Filgueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República. IN: SANGLARD, Gisele. et.all (org). **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SANT'ANNA, Denise B. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS LAMPRECHT, Claudia Amaral dos. **Toda boa mãe deve...** Governo das maternidades para a constituição de infâncias saudáveis e normais. TESE (Doutorado em Educação). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. Conselhos às mães: manuais de puericultura como estratégia biopolítica na constituição de infâncias saudáveis e normais. In: 6 Seminário Brasileiro/3 Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2015, Canoas/RS. 6 Seminário Brasileiro/3 Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2015.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface_ Comunicação, Saúde, Educ.*, v.5, n.8, pp-47-60, 2001.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____; STARLING Heloisa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHUMACHER, Maria Aparecida. VITAL BRAZIL, Erico T. **Dicionário Mulheres do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **A nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In *Educação e Realidade*, p.71–99, jul./dez. 1990.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. IN: MORAIS, Fernando (org. geral). SEVCENKO, Nicolau (org. do volume) **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio. Volume III.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Lianzi dos Santos. **Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2009. 155p.

SILVA, Renato da. **Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961).** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

SILVA, Zélia L. **A república dos anos 30: sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na Constituinte de 1934.** Londrina: EDUEL, 1999.

SIMILI, Ivana Guilherme. Mulheres uniformizadas: o estilo das voluntárias da defesa passiva antiaérea na Segunda Guerra Mundial. *Revista Ártemis*, v. 4, p. 4, 2006.

_____. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. *Estudos Ibero-Americanos*, v. xxxIII, p. 160-171, 2007.

_____. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945).** São Paulo: Edunesp - Editora da Unesp, 2008.

SOHIET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência.** Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. A conquista do espaço público. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **A nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras. Os papéis femininos na França e na Inglaterra. IN. THÉBAUD, Françoise (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

SOUZA, E et all. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. IN: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000, 13(3), pp.485-496.

SPOSATI, Adalgiza O. FALCÃO, Maria do Carmo B. C. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras** : uma questão em análise. 6ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

STRAUB, José Luiz. **Brincadeiras** : práticas culturais de governo da criança. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre : UFRGS, 2002.

TEMPERINI, Rosana S. de L. **Fundação das Pioneiras Sociais** : Contribuição inovadora para o controle do câncer do colo de útero no Brasil, 1956-1970. *Revista Brasileira de Cancerologia*. 58 (3) pp.339-349, 2012.

_____. **Fundação das Pioneiras Sociais** : contribuição para o controle do câncer do colo do útero no Brasil (1956 – 1990). TESE (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro : Fundação Oswaldo Cruz : Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

THÉBAUD, Françoise. A grande guerra. IN _____ (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 31 – 93.

TOMAZ, Renata. “Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão”. IN: *Galaxia*, São Paulo, n.29, p.155-166, 2015.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TUMELERO, Michele R. SILVA, Cristiani B. Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em Chapecó/Sc na década de 1940. *Revista de História Regional* 18(2): 335-362, 2013.

VIEIRA, Alexandre S. **Sessão das moças**: história, cinema, educação. (Florianópolis: 1943-1962). TESE (Doutorado em História Cultural). Florianópolis: UFSC, 2010.

VIEIRA, Elisabeth. M. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

VINAGRE, Roberto D. DINIZ, Edna M. A., VAZ, Flávio A. C. Leite humano: um pouco de sua história. IN: *Pediatria (São Paulo)* 2001;23(4):340-5.